

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
MESTRADO EM DIREITOS HUMANOS

Cleyton Feitosa Pereira

**DIREITOS HUMANOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E
TRANSEXUAIS EM PERNAMBUCO:**
O caso do Centro Estadual de Combate à Homofobia

Recife
2016

CLEYTON FEITOSA PEREIRA

**DIREITOS HUMANOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E
TRANSEXUAIS EM PERNAMBUCO:**

O caso do Centro Estadual de Combate à Homofobia

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, da Universidade Federal de Pernambuco, para a obtenção do grau de Mestre em Direitos Humanos, sob orientação do Prof. Dr. Gustavo Gomes da Costa Santos.

Recife
2016

Catálogo na fonte
Bibliotecário Jonas Lucas Vieira, CRB4-1204

P436d	<p>Pereira, Cleyton Feitosa Direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em Pernambuco: o caso do Centro Estadual de Combate à Homofobia / Cleyton Feitosa Pereira. – 2016. 260 f.: il., fig.</p> <p>Orientador: Gustavo Gomes da Costa Santos. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Direitos Humanos, 2016.</p> <p>Inclui referências, anexos e apêndices.</p> <p>1. Direitos Humanos. 2. Democracia. 3. Política pública. 4. Homofobia. 5. Cidadania. 6. Participação social. I. Santos, Gustavo Gomes da Costa (Orientador). II. Título.</p> <p>341.48 CDD (22.ed.)</p>	UFPE (CAC 2016-141)
-------	--	---------------------

CLEYTON FEITOSA PEREIRA

**DIREITOS HUMANOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVETIS E
TRANSEXUAIS EM PERNAMBUCO: O CASO DO CENTRO ESTADUAL DE
COMBATE À HOMOFOBIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Direitos Humanos da Universidade Federal de
Pernambuco como requisito para a obtenção do Grau de
Mestre em Direitos Humanos, em 29/02/2016.

DISSERTAÇÃO APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr.º. Gustavo Gomes da Costa Santos
Orientador – PPGDH - UFPE

Prof.ª. Dr.ª. Allene Carvalho Lage
PPGDH - UFPE

Prof. Dr.º. Benedito Medrado Dantas
PPGPsicologia - UFPE

RECIFE
2016

DEDICATÓRIA

Aos e às ativistas do Movimento LGBT que lutam incansavelmente - dentro ou fora do Estado - pela dignidade humana de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais contribuindo, assim, para o alargamento da democracia no Brasil.

AGRADECIMENTOS

A escrita de uma dissertação de mestrado, como se sabe, não é algo fácil. Além da sua face solitária, a disciplina exigida e as demandas de outras dimensões da vida se constituem como grandes desafios para a sua confecção. Apesar disso, um conjunto de pessoas especiais nos auxiliam nessa empreitada, direta e indiretamente. Por isto, esse espaço é reservado para expressar minha gratidão a essas pessoas que me ajudaram nessa importante caminhada. Todas elas, em maior ou menor medida, se tornaram “coautoras” dessa escrita, uma vez que ela é fruto da ação de todas essas companhias.

Agradeço primeiramente ao meu orientador Gustavo Gomes pelo companheirismo, generosidade e doação permanentes com o qual acompanhou e direcionou esta pesquisa e a minha vida acadêmica. A cada revisão, após os sustos iniciais, saltavam aos olhos a dedicação e o afinho empreendidos para o aperfeiçoamento deste trabalho e da minha formação de pesquisador. Sinto orgulho e alegria de tê-lo encontrado na minha trajetória de vida.

Ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco (PPGDH/UFPE) de maneira especial à Coordenadora Professora Virgínia Leal pela forma aguerrida, competente e responsável com que conduziu as atividades do Programa, contribuindo para a sua consolidação e reconhecimento acadêmico. Junto a ela, agradeço às Secretárias Karla Monteiro, Ênio Arimateia e Clarissa Santiago pelo apoio e auxílios administrativos, essenciais à vivência do curso.

Aos/às professores/as do PPGDH que promoveram excelentes debates e reflexões acerca dos direitos humanos nas disciplinas do Programa. Todos/as são muito especiais e bastante queridos/as. Em nome deles/as, agradeço de forma carinhosa à Professora Celma Tavares pela maneira horizontal com que sempre dialogou com o corpo discente, politizada, sensível e provocativa quanto às violações de direitos humanos na ditadura militar.

Aos sujeitos e sujeitas dessa pesquisa que, ao compartilharem suas trajetórias individuais e projetos políticos, tornaram-se mais que colaboradores/as, verdadeiros/as coautores/as desse trabalho. Por construírem, em meio a inúmeros desafios, serviços e atividades que fortalecem a cidadania da população LGBT. Por serem os/as protagonistas da política LGBT em Pernambuco, junto a outros atores e atrizes sociais do Estado e da sociedade civil.

A minha turma (2014) por terem sido parceiros/as ao longo do curso. De colegas passaram a ser amigos/as. Agradeço de maneira especial à Hebe Pires e Kátia Assad, irmãs que levo comigo pra vida. Do mesmo modo, à Bruno Correia, da turma posterior (2015), por ser se tornado meu “irmão de orientação” e um amigo que me proporciona muitas alegrias.

À Professora Allene Lage e ao Professor Benedito Medrado pela leitura atenta e pelas valiosas contribuições nas bancas examinadoras de qualificação e de defesa da dissertação.

À Renata Pífano e Hebe Pires por terem acolhido este jovem do interior nas suas residências tantas vezes na capital. Não tenho palavras para agradecer tamanho apoio e generosidade. Hoje sou eu quem as acolho no meu coração.

Às/aos amigas/os Márcia Semente, Alice Monteiro e Fernando Lima pela inesquecível experiência, aprendizagens construídas e trocas afetivas no curso de Especialização em Educação em Direitos Humanos da UFPE.

À Emerson Santos por ter acompanhado microscopicamente este processo e ter sido ouvidos nos momentos de necessidades, angústias e alegrias. Além disso, por lutar junto a mim no Movimento LGBT pela implantação de um projeto político emancipatório e transformador através da nossa construção mais singela que é o Lutas e Cores.

Aos amigos da vida por sempre torcerem e caminharem juntos a mim. De modo especial à Fábio Brainer e Rafael Vieira, dois irmãos que a vida me presenteou.

Aos companheiros e companheiras do Partido dos Trabalhadores, de modo singular à Louise Caroline, Elba Ravane, Katherine Lages e Leo Bulhões pela influência na construção de um projeto de sociedade inclusivo, feminista e participativo e por terem me ensinado que as lutas ganham mais cor e sentido quando construídas coletivamente.

A minha família pelo carinho de sempre, e em especial a minha mãe Ana Lúcia (uca) pelo amor incondicional.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES pela assistência estudantil que possibilitou a dedicação integral e a realização desta pesquisa.

“É mais fácil falar do que transformar as palavras em coisas concretas porque aí é preciso medir a correlação de forças na sociedade. Mas uma coisa sagrada vocês fizeram: vocês conseguiram quebrar a casca do ovo. Vocês conseguiram gritar para o Brasil que vocês existem e que vocês querem nada mais, nada menos do que ninguém, ser brasileiros, trabalhar e viver respeitados como todos querem ser respeitados no mundo”.

(Presidente **Luiz Inácio Lula da Silva**, em discurso na abertura da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos LGBT, 2008).

RESUMO

O presente trabalho é uma tentativa de entender as políticas públicas voltadas para a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no estado de Pernambuco, a partir da implantação e das experiências do Centro Estadual de Combate à Homofobia (CECH). Através do debate em torno das temáticas dos direitos humanos, da cidadania, da participação social e das políticas de identidade, pretende-se analisar e compreender como o CECH atua para minimizar a violência contra a população LGBT, a sua estrutura, organização e dinâmica internas, estratégias políticas, serviços ofertados, atividades desenvolvidas e interações estabelecidas com outros setores do Estado e do Movimento LGBT. Baseados em uma abordagem qualitativa de pesquisa, na aplicação de entrevistas semiestruturadas realizadas com membros e ex-membros do órgão e análises em documentos produzidos pelo Governo de Pernambuco, nosso argumento central é o de que as trajetórias individuais dos gestores e gestoras da política LGBT - que compreendem as filiações a partidos políticos, movimentos sociais, experiências profissionais, as interações com o Estado, a conjuntura de implementação da política pública, entre outros - explicam a adesão deles/as a determinados projetos políticos que, em interlocução com fatores externos, contradições, disputas e projetos conservadores, influem e moldam a execução da política pública. A pesquisa visa colaborar com os debates em torno da construção democrática, das relações, trânsitos e deslocamentos entre sociedade civil e Estado e das escolhas políticas dos movimentos sociais após a entrada dos partidos de centro-esquerda no Estado brasileiro neste princípio de Século.

Palavras-Chave: Direitos Humanos. Democracia. Políticas Públicas. Movimento LGBT. Participação Social.

ABSTRACT

The present work aims to understand the public policies directed to the lesbian, gay, bisexual and transgender population in the state of Pernambuco, by analyzing the implementation and the experiences developed by the State Center for fighting Homophobia (CECH). By using the debate on human rights issues, citizenship, social participation and politics on identity, we intend to analyze how the CECH acts to minimize the violence against the LGBT population. We will also investigate CECH's structure, organization, as well as its internal dynamics, political strategies, services offered, developed activities and interactions established along with other sectors of the State and the local LGBT movement. For this purpose, and based on a qualitative approach, we will rely on semi-structured interviews applied to the members and ex-members of the CECH. We will also include the analysis of documents produced by the Government of Pernambuco. The main hypothesis is that the individual trajectories of the managers of the LGBT policies – which comprise affiliations to political parties, social movements, professional experiences, interactions with the State agencies, the environment in which the public policy has been implemented, among others – explain their support to certain political projects. These political projects will influence and shape the way this particular public policy was implemented, alongside with other variable, such as external events, contradictions, disputes and even reactions from conservative oriented projects. This research also intends to contribute to the debate about democracy construction and the relationships, transits and shifts between civil society and State, and the political choices of social movements in a context of a center-left government in Contemporary Brazil.

Keywords: Human Rights. Democracy. Public Policies. LGBT Social Movement. Social Participation.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
ABL – Associação Brasileira de Lésbicas
ANDHEP – Associação Nacional de Direitos Humanos, Pesquisa e Pós-Graduação
ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais
ARTGAY – Articulação Brasileira de Gays
BSH – Brasil Sem Homofobia
CAPS – Centro de Atenção Psicossocial
CECH – Centro Estadual de Combate à Homofobia
CLAM – Centro Latinoamericano em Sexualidade e Direitos Humanos
CMJ – Conselho Municipal de Juventude
CNCD/LGBT – Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
CRAS – Centro de Referência em Assistência Social
CRDH – Centro de Referência em Direitos Humanos
CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social
CUT – Central Única dos Trabalhadores
CVLI – Crimes Violentos Letais Intencionais
DEM – Partido Democratas
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
FAGES – Núcleo de Família, Gênero e Sexualidade
FETAPE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco
FUNASE – Fundação de Atendimento Socioeducativo
FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco
GAJOP – Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares
GLBTT – Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais
GGB – Grupo Gay da Bahia
GLS – Gays, Lésbicas e Simpatizantes
GRGC – Grupo de Resistência Gay de Caruaru
HIV/AIDS – Human Immunodeficiency Virus/Acquired Immunodeficiency Syndrome
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFPE – Instituto Federal de Pernambuco
INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica
LBL – Brasileira de Lésbicas
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
LOA – Lei Orçamentária Anual
MAIS – Movimento de Ação e Identidade Socialista
MinC – Ministério da Cultura
MMM – Marcha Mundial das Mulheres
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NAP – Núcleo de Acolhimento Provisório
ONG – Organização Não-Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PFL – Partido da Frente Liberal
PJC – Parlamento Jovem de Caruaru
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNDH – Programa Nacional de Direitos Humanos
PNDH - 2 – Programa Nacional de Direitos Humanos - 2
PNDH - 3 – Programa Nacional de Direitos Humanos - 3
PP – Partido Progressista
PPA – Plano Plurianual
PR – Partido da República
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PST – Partido Social Trabalhista
PT – Partido dos Trabalhadores
SDH/PR – Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
SDSCJ – Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude
SEDH – Secretaria Executiva de Direitos Humanos
SESDH – Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos
SESS – Secretaria Executiva de Segmentos Sociais
SINAJUVE – Sistema Nacional de Juventude
SINAPIR – Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial
SJDH – Secretaria de Justiça e Direitos Humanos
TJRS – Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul
UDN – União Democrática Nacional
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1) Sobre a definição do tema e a construção da questão da pesquisa	15
2) Aspectos metodológicos da pesquisa.....	24
3) Estado da arte das pesquisas sobre direitos humanos de LGBT	36
DIREITOS HUMANOS, PROJETOS POLÍTICOS, TRAJETÓRIAS INDIVIDUAIS E CIDADANIA LGBT	41
1) Direitos Humanos e Diversidade Sexual	42
2) A Construção Democrática no Brasil: Projetos Políticos e Trajetórias Individuais	47
3) Breve narrativa sobre a história da “participação social LGBT” no Brasil	64
4) Os percalços na construção das Políticas Públicas LGBT no Brasil	75
TRAJETÓRIAS INDIVIDUAIS DE MEMBROS E EX-MEMBROS DO CENTRO ESTADUAL DE COMBATE À HOMOFOBIA	81
1) Reconstruindo Histórias de Vida: As trajetórias individuais dos/as sujeitos/as do CECH.....	82
2) Identificando categorias de análise das trajetórias individuais dos/as sujeitos/as do CECH.....	92
CENTRO ESTADUAL DE COMBATE À HOMOFOBIA: PROJETOS POLÍTICOS, SERVIÇOS E ESTRUTURA	123
1) Projetos Políticos em disputa: concepções sobre o Centro Estadual de Combate à Homofobia	123
2) Materialidade dos Projetos Políticos: os serviços do Centro Estadual de Combate à Homofobia	132
3) Os Projetos Políticos na relação com a estrutura do Centro Estadual de Combate à Homofobia: Desafios da política pública LGBT.....	143
AÇÕES, AVANÇOS E DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS LGBT NO ENFRENTAMENTO À VIOLENCIA	153
1) Um olhar sobre as atividades desenvolvidas pelo Centro Estadual de Combate a Homofobia.....	153
2) Avanços e desafios das atividades do Centro Estadual de Combate a Homofobia	163
3) Relação institucional entre o Centro Estadual de Combate a Homofobia e outros órgãos governamentais: o desafio da transversalidade	170
4) Os desafios das políticas públicas LGBT: o caso pernambucano	178
A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS POLÍTICAS LGBT: INTERLOCUÇÕES ENTRE O ESTADO E A SOCIEDADE	183
1) O Centro Estadual de Combate à Homofobia de Pernambuco: produto da participação social	183
2) Concepções de participação social para o Centro Estadual de Combate à Homofobia	187
CONSIDERAÇÕES FINAIS	201
REFERÊNCIAS	213
APÊNDICES	221
ANEXOS	237

INTRODUÇÃO

1) Sobre a definição do tema e a construção da questão da pesquisa

A violência, sob suas variadas formas, que atinge a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT¹) no Brasil e em especial no estado de Pernambuco, foi o elemento central que motivou o desenvolvimento desse estudo no âmbito do Mestrado em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco.

Em face das dificuldades que o nosso país encontra no levantamento e caracterização das violências perpetradas contra a população LGBT, seja pelo desafio de elaborar estatísticas em um terreno fluido como o da sexualidade e do gênero, seja pelo preconceito direcionado a este segmento da população por várias instâncias estatais, utilizamos dados da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) e do Grupo Gay da Bahia (GGB) para ilustrar esta opressão.

Segundo o ‘Relatório sobre Violência Homofóbica²: o ano de 2011’ (BRASIL, 2012), 278 LGBT foram assassinados/as em decorrência de violências motivadas pela orientação sexual e identidade de gênero das vítimas. Desse total de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), 25 deles ocorreram em Pernambuco (o que corresponde a 8,9% do total de homicídios de LGBT no país, em 2011). No ano seguinte, foram contabilizados 310 homicídios no país inteiro sendo que 20 (6,4% do total) deles foram perpetrados no estado de Pernambuco (BRASIL, 2013).

¹ A sigla LGBT designa hoje o segmento social de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil. Após um processo de discussão na I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais sob o tema “Direitos Humanos e Políticas Públicas: O Caminho para Garantir a Cidadania GLBT” em 2008, membros do governo e da sociedade civil aprovaram a referida sigla como sendo representativa deste público. De lá pra cá, uma série de produções teóricas, organizações e ativistas tem problematizado o formato da sigla, as hierarquias contidas nela, a correlação de forças entre as identidades contempladas e a ausência de outros sujeitos ainda não evocados por ela como a população intersexual, por exemplo (FACCHINI, 2005; SIMÕES e FACCHINI, 2009; COLLING, 2013; MELLO et al, 2012d). Face a este cenário em permanente construção, optamos por utilizar a sigla “oficial” (LGBT) respeitando a pactuação e o consenso desenvolvido pelo Movimento LGBT naquela ocasião, compreendendo que a contradição é um elemento presente também nas organizações ativistas, mas que os movimentos sociais desenvolvem seus próprios saberes, tão legítimos quanto o conhecimento produzido na ciência, e possuem também suas estratégias políticas que respondem a tempos e contextos específicos. Desta maneira, queremos dizer que muito dessa pesquisa está interpelado pela arena de construção do Movimento LGBT.

² Segundo o referido documento “Para os fins do presente estudo, entende-se homofobia como preconceito ou discriminação (e demais violências daí decorrentes) contra pessoas em função de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero presumidas. Neste conceito, apesar de não explicitados para melhor fluência do texto, estão incluídas a lesbofobia, a homofobia, a transfobia e a bifobia (ou seja, a LGBTfobia em geral)”. Em nosso estudo, utilizaremos as duas expressões, homofobia e LGBTfobia, visando abarcar a multiplicidade e as especificidades de cada categoria dessa no que diz respeito à violência ao mesmo tempo sem abrir mão da categoria ‘homofobia’ cuja expressão tornou-se bastante popular e compreensível, inclusive dentro do campo que se chama de ‘senso comum’.

Dando sequência, em 2013, segundo o documento ‘Assassinato de Homossexuais (LGBT) no Brasil: Relatório 2013’ (GGB, 2014) organizado pelo Grupo Gay da Bahia, 312 LGBT foram assassinados e Pernambuco ocupou o topo no ranking dos estados brasileiros mais violentos com 34 mortes (10,8%). Por fim, em 2014 segundo esta Organização Não-Governamental (ONG) foram contabilizados 326 CVLI contra LGBT no Brasil, sendo 24 (7,3%) deles ocorridos em Pernambuco (GGB, 2015).

Para se ter uma dimensão da LGBTfobia³ existente em Pernambuco, em termos comparativos, São Paulo identificou 50 mortes de LGBT em 2014 (15,3% do total de mortes) em uma população estimada de 44 milhões de habitantes segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE⁴. Já Pernambuco, com seus pouco mais de 9 milhões de habitantes contabilizou, como já dito, 24 óbitos (7,3% das mortes daquele ano). Em 2013, São Paulo (21,7% da população brasileira) somou 29 mortes (9,2%) e Pernambuco (4,5% da população brasileira) notificou 34 assassinatos (10,8%).

Ainda nos dados estatísticos, antes mesmo dos levantamentos de mortes de LGBT no Brasil e em Pernambuco, no ano de 2007 o Centro Latinoamericano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM) em parceria com outras organizações⁵ publicou os resultados de uma pesquisa realizada em Pernambuco intitulada “Política, Direitos, Violência e Homossexualidade: Pesquisa 5ª Parada da Diversidade de Pernambuco 2006” (CARRARA et al, 2007).

Essa pesquisa, realizada no contexto da Parada do Orgulho LGBT de Pernambuco, demonstrou altos índices de violência cometida contra o universo de pessoas abordadas: de um total de 791 questionários válidos, 70,8% dos/as entrevistados/as declarou já ter sofrido algum tipo de discriminação devido a sua orientação sexual ou identidade de gênero. Desse total, 41,7% alegaram ter sofrido violência entre amigos ou vizinhos, seguido da escola/faculdade (33,5%), ambiente familiar (29,7%), ambiente religioso (21,6%), comércio/locais de lazer (19,7%), atendimento em delegacias (19,1%) e no trabalho/emprego (14,2%). Dentre as principais modalidades de agressão, encontram-se a agressão verbal/ameaça de agressão com 55,1% das pessoas relatando a experiência

³ O termo LGBTfobia é categoria êmica tendo sido reivindicada pelo movimento organizado de lésbicas, travestis e transexuais sob o argumento de que a palavra homofobia inviabiliza as violências investidas contra outros segmentos para além dos gays. Respeitando a pluralidade de posições no interior do Movimento LGBT, utilizaremos tanto LGBTfobia como homofobia, considerando a capilaridade social que esta última conquistou ante a setores mais amplos.

⁴ Segundo o IBGE, no dia 06/08/2015, o Brasil contava com um total de 204.633.330 habitantes.

⁵ Universidade Federal de Pernambuco, Instituto PAPAI, Fórum LGBT de Pernambuco, Núcleo de Pesquisa em Gênero e Sexualidade (GEMA/UFPE), Centro de Estudos de Segurança e Cidadania com apoio da Gerência de Livre Orientação Sexual da Prefeitura da Cidade do Recife e a ONG SOS Corpo.

dessa violência, a agressão física correspondente a 20,8% da amostra e em terceiro lugar a chantagem ou extorsão (19,5%) (CARRARA et al, 2007). Tais números, enfim, revelam muito do cotidiano desafiador que vivenciam LGBT em Pernambuco e no Brasil.

É importante reconhecer os esforços dessas organizações governamentais e não-governamentais para comprovar por meio de dados concretos a violência LGBTfóbica no Brasil. Esse levantamento ganha ainda mais relevância em um contexto político hostil como o que vivemos atualmente, no qual diversos atores políticos insistem em dizer que a violência contra a população LGBT é uma falácia, uma invenção do Movimento LGBT no afã de obter privilégios do Estado.

Este reconhecimento, no entanto, não prescinde do olhar crítico de estudiosos/as e de setores do Movimento LGBT que apontam a precariedade metodológica e os riscos de subnotificação que os números, apesar de significativos, expressam. Em primeiro lugar porque, excetuando-se poucos estados (como o Rio de Janeiro e Pernambuco, por exemplo), as Secretarias de Segurança Pública não reportam à União dados sobre a violência LGBTfóbica nem preveem em seus instrumentais campos que identifiquem a orientação sexual nem a identidade de gênero das vítimas.

Em segundo lugar, porque o Censo Demográfico e a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios do IBGE ainda não perguntam a orientação sexual e a identidade de gênero das pessoas⁶. Possivelmente porque em estados LGBTfóbicos como o nosso, esse tipo de pergunta poderia gerar constrangimentos, entre outros obstáculos, como a ocultação da orientação sexual, resultante do preconceito social existente (identificado pela população LGBT como o “armário”⁷) ou o desconhecimento de conceitos e identidades básicas relativas à sexualidade.

Deste modo, as principais bases de dados referentes aos casos de homofobia do Governo Federal são (i) as denúncias reportadas ao Disque Direitos Humanos (Disque

⁶ Embora o IBGE não levante a orientação sexual e a identidade de gênero dos/as brasileiros/as, o Censo de 2010 notificou 60 mil casais do mesmo sexo. Apesar de número considerável, ele não pode indicar a quantidade de LGBT existentes no país. Para mais informações sobre estes dados, acessar: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-10-17/ibge-identifica-60-mil-casais-gays-no-pais>. Acesso em: 08/02/2016.

⁷ O “armário” seria para a população LGBT uma metáfora para explicar aquelas pessoas que não se “assumiram”, aqui entendido como “não se afirmaram” LGBT. O “armário” é um interessante símbolo que expressa as relações de poder existentes na sociedade, os mecanismos de defesa que determinadas constroem em torno de si, a problemática do público e do privado e as tensões que envolvem os conceitos de igualdade e liberdade no caso desse segmento. É interessante ainda ver como o “armário” se articula fortemente com as noções de heteronormatividade e heterossexualidade compulsórias, trabalhadas mais adiante. Sedgwick desenvolve uma interessante leitura sociológica sobre o “armário” em texto intitulado “A epistemologia do armário” (2007).

100) que desde 2010 conta com um Módulo LGBT, (ii) as denúncias realizadas na Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, (iii) ocorrências do Disque Saúde e Ouvidoria do SUS e, por fim, (iv) às mensagens encaminhadas ao Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT e à Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos de LGBT da SDH/PR (BRASIL, 2012).

Já para a sociedade civil organizada, especificamente o GGB que realiza esse tipo de levantamento antes mesmo do Governo Federal, as principais fontes de informação são notícias de jornais impressos, da internet ou ocorrências encaminhadas por ONGs LGBT ou ativistas do Movimento. Deste modo, o GGB fica na dependência da produção jornalística que também tem sua dinâmica e interesses próprios, resultando em uma provável subnotificação dos casos. Sendo assim, não é difícil perceber as precariedades metodológicas destes levantamentos explicadas pela precariedade na produção de dados na base do aparato estatal brasileiro.

O mapeamento e a caracterização desse tipo de violência colocam o Brasil em um patamar favorável perante a comunidade internacional e corresponde a pactos, acordos e convenções internacionais que buscam o levantamento da violência contra a população LGBT nos países do globo visando à promoção e a proteção da cidadania de LGBT mundo afora. Em âmbito interno, o país avança, apesar dos setores conservadores e das dificuldades colocadas por eles, no cumprimento da enorme dívida histórica que o Estado tem para com esses/as sujeitos/as e colaboram para a produção de conhecimentos científicos na área, sobretudo na última década, como veremos mais adiante no tópico que discute as políticas LGBT no Brasil.

Para além dos dados oficiais e extraoficiais que atestam as desigualdades sociais de gênero e sexualidade no Brasil, as minhas vivências enquanto jovem gay pernambucano e ativista do Movimento LGBT também foram fundamentais na elaboração do objeto de estudo desenvolvido nesta dissertação. Assim, esta pesquisa buscou assentar-se naquilo que Boaventura de Sousa Santos chama de “paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente” cuja premissa é o de que “todo conhecimento é auto-conhecimento”.

Hoje sabemos ou suspeitamos que as nossas trajetórias de vida pessoais e coletivas (enquanto comunidades científicas) e os valores, as crenças e os prejuízos que transportam são a prova íntima do nosso conhecimento, sem o qual as nossas investigações laboratoriais ou de arquivo, os nossos cálculos ou os nossos trabalhos de campo constituiriam um emaranhado de diligências absurdas sem fio nem

pavio. No entanto, este saber, suspeitado ou insuspeitado, corre hoje subterraneamente, clandestinamente, nos não-ditos dos nossos trabalhos científicos. No paradigma emergente, o carácter autobiográfico e auto-referenciável da ciência é plenamente assumido (SANTOS, 1999, p. 53).

De fato, as nossas trajetórias, vivências, escolhas, circunstâncias, filiações, relações, vinculações, distanciamentos e aproximações dirão muito sobre os projetos individuais e coletivos que defendemos e acreditamos. Deste modo, quero aqui dizer que a minha trajetória foi crucial para o estabelecimento dos referenciais que orientaram a construção dessa pesquisa e a minha atuação nos espaços em que transito (DAGNINO et al, 2006).

Nessa direção, gostaria de abrir um parêntese para expor parte da minha trajetória na expectativa de tornar ainda mais compreensível as escolhas que fiz na elaboração desta pesquisa. Meu primeiro contato com a temática dos movimentos sociais foi em uma componente curricular da graduação em Pedagogia realizada na Universidade Federal de Pernambuco | Centro Acadêmico do Agreste, um campus interiorizado no ano de 2006 na cidade em que nasci, Caruaru.

Nessa componente, intitulada “Movimentos Sociais e Educação” ministrada no terceiro semestre do curso pela Professora Allene Carvalho Lage, que possuía forte vinculação com as lutas por justiça social, discutimos a história e as formas de atuação dos mais distintos movimentos sociais brasileiros e, naquela ocasião, ver as imagens que retratavam o Movimento LGBT e as cores do arco-íris envolvida por uma massa enorme de pessoas (era um registro da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo) e mais que isto, discutir pela primeira vez a luta por cidadania desse segmento, do qual me identifico como parte, em uma instituição educativa como a UFPE, foi impactante, emancipador e um divisor de águas na minha vida.

A partir daí passei a ler, pesquisar, escrever e participar de congressos acadêmicos que problematizavam as categorias de Gênero e Sexualidade. Concomitante à vivência acadêmica, me interessei em construir junto com os outros atores e atrizes já existentes do Movimento LGBT. Destarte, me vinculei a uma organização intitulada “Grupo de Resistência Gay de Caruaru (GRGC)” que era coordenada por uma mulher trans e contava com a participação de outros/as LGBT a depender das atividades que organizávamos ou participávamos.

Foi neste período que desenvolvi maior interlocução com o Estado com destaque para o órgão de formulação de políticas públicas do Executivo Municipal de Caruaru

nominado de Secretaria Especial da Mulher. A Prefeitura de Caruaru não contava ainda com nenhum organismo de proteção e promoção dos direitos de LGBT e o chefe do Executivo Municipal havia designado esta Secretaria para atender as demandas específicas da população LGBT. Aqui é importante destacar que esta Secretaria era composta por muitos/as membros do Partido dos Trabalhadores (PT) vinculados a uma tendência chamada de Movimento de Ação e Identidade Socialista – MAIS. No ano de 2012 acabaria por me filiar a este partido e tendência.

Ainda em 2011, comecei a participar daquilo que a literatura chama por Instituições Participativas (IPs) na tentativa de incidir politicamente e dar visibilidade às demandas da população LGBT. Assim, fiz parte da primeira gestão do Conselho Municipal de Juventude (CMJ) e do Parlamento Jovem de Caruaru (PJC) (estava com 23 anos de idade).

O Conselho não funcionou muito bem e avalio que um dos fatores para isso foi a composição do colegiado que contava com muitas vagas. Esse alto número de vagas em um contexto político conservador como o de Caruaru, que historicamente dificultou a formação de organizações coletivas populares, era um desafio para que as reuniões atingissem o quórum mínimo para o seu devido funcionamento.

Já o Parlamento Jovem foi uma experiência mais interessante em termos de incidência política e visibilidade local⁸. Suas atividades eram noticiadas por parte da imprensa de Caruaru, o que fazia com que seu desenvolvimento tivesse alguma notoriedade na cidade. O Parlamento Jovem era um colegiado de jovens representantes de organizações sociais (populares e empresariais) e de partidos políticos que se reuniam com uma frequência mensal e atuava como vereadores de fato, propondo leis, requerimentos, entre outros ritos do Legislativo Municipal. Sua experiência também foi atravessada por desafios como boicotes por parte dos vereadores da Câmara Municipal que viam nos participantes daquele projeto, futuras concorrências aos seus mandatos e, portanto, ameaças em potencial de seus projetos.

Ainda em 2011 decidi participar dos debates do Movimento LGBT em âmbito nacional e participei do encontro de fundação da Articulação Brasileira de Gays (ARTGAY), ocorrido na cidade de Natal, estado do Rio Grande do Norte, visando a aproximação com ativistas do país inteiro para trocas de experiências e possíveis

⁸ Notícia a respeito do Parlamento Jovem de Caruaru pode ser lida aqui: <http://blogdomarioflavio.com.br/vs1/camara-caruaru-recebera-projeto-para-criacao-de-parlamento-jovem/>. Acesso em: 08/02/2016.

articulações. Neste mesmo ano, em face da convocação da II Conferência Nacional LGBT realizado pelo Governo Dilma, participei da Comissão Organizadora desta Conferência em âmbito local, premiada posteriormente pelo Ministério da Cultura⁹ (MinC). Após a Conferência me desliguei do GRGC, vindo a fundar em 2014 um coletivo chamado Lutas e Cores junto a outros/as ativistas LGBT da cidade.

Entre os dias 20, 21 e 22 de Julho de 2012 participei do primeiro módulo do III Curso de Formação de Lideranças LGBT de Pernambuco, em Gravatá¹⁰. O curso foi realizado pelo Instituto PAPAI, Fórum LGBT de Pernambuco e o Grupo de Estudos sobre Gênero e Masculinidades da UFPE (GEMA) com o apoio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Hoje avalio que ter sido selecionado para participar deste curso significou um reconhecimento do meu ativismo pela Comissão Organizadora, algo importante considerando o fato de ser um jovem do interior recém-chegado nas trincheiras do Movimento LGBT pernambucano.

No final de 2012, tendo estreitado relações com os quadros da Secretaria Especial da Mulher e estimulado pelas eleições municipais daquele ano, decidi me filiar ao Partido dos Trabalhadores (PT) visando intensificar a agenda do ativismo LGBT naquela Secretaria. A coligação em que o PT fazia parte, encabeçada pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) obteve a vitória eleitoral e começamos a articular no interior do partido a criação de um órgão de políticas públicas voltadas para a população LGBT na Prefeitura.

Foi nesse contexto de deslocamento que conseguimos aprovar uma reforma administrativa que ampliou a Secretaria Especial da Mulher para a atual Secretaria Especial da Mulher e de Direitos Humanos, agora com assessorias voltadas para a promoção da cidadania LGBT e da igualdade racial. Além disso, conseguimos aprovar a

⁹ A I Conferência Regional Agreste LGBT de Pernambuco foi premiada pelo Ministério da Cultura por meio do edital Prêmio Agente Jovem de Cultura no ano de 2012 que visou premiar iniciativas culturais desenvolvidas por jovens entre 15 e 29 anos de idade. Segundo o site deste Ministério: “O *Prêmio Agente Jovem de Cultura* está sendo realizado pelo MinC, por meio da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural, em parceria com a Secretaria Nacional de Juventude da Presidência da República e os ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Saúde (MS). As iniciativas culturais selecionadas têm ações voltadas para as áreas de Comunicação, Articulação e Mobilização Cultural, Cultura e Tecnologia, Pesquisa, Acervo e Diálogos Intergeneracionais no Campo da Cultura, Formação Cultural, Produção e Expressão Artística e Cultural, Intercâmbios e Encontros Culturais, e Cultura e Sustentabilidade”. O resultado das iniciativas culturais premiadas pode ser consultado através do endereço: <http://www2.cultura.gov.br/culturaviva/wp-content/uploads/2012/11/Portaria-n%C2%BA-28-de-novembro-de-2012.pdf>. Acesso em: 05/08/2015.

¹⁰ Informações a respeito deste curso podem ser lidas nesta notícia: <http://blogdomarioflavio.com.br/vs1/liderancas-do-movimento-lgbt-de-caruaru-participam-de-formacao-politica-em-gravata/>. Acesso em: 08/02/2016.

criação de uma Secretaria exclusiva para o desenvolvimento de políticas de participação social (hoje Secretaria de Participação Social), outro elemento característico do projeto petista de sociedade. Neste ano, em 2013, fui convidado a assumir a então recém-criada Assessoria Municipal de Políticas para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais¹¹.

Estando na estrutura do Estado e passando então a ser gestor de políticas públicas, pude vivenciar várias experiências que me fizeram refletir sobre os temas que interpelam esse estudo, como a organização social do Movimento LGBT, a participação social, a LGBTfobia institucional, a interlocução com vários atores e atrizes da sociedade civil e da sociedade política, a destinação de recursos para políticas sociais com ênfase em políticas de direitos humanos, os avanços e retrocessos no campo da institucionalidade voltada para LGBT, a construção da identidade de gestor *versus* a identidade de militante/ativista, o contato com outros Poderes, entes federados e gestores/as de política LGBT do país inteiro bem como as iniciativas desenvolvidas nestas localidades entre outros.

No final de 2013 e já migrando da área da Educação para uma área que julgava mais ampla em termos de temáticas possíveis, me submeti à seleção do Mestrado em Direitos Humanos também pela UFPE, mas agora já na capital pernambucana, Recife, com todas as implicações positivas e negativas do deslocamento de um jovem do interior com a chamada cidade grande. Após pouco mais de um ano atuando como Assessor de Políticas LGBT, pedi exoneração da função que ocupava para me dedicar integralmente ao curso de Mestrado e às atividades de tutoria em um curso de Especialização em Educação em Direitos Humanos ofertado pela Comissão de Direitos Humanos da UFPE, onde fui aprovado em edital específico.

Interpelado por esses caminhos, pela experiência da organização da etapa local da II Conferência Nacional LGBT, pelo estudo realizado na minha monografia de conclusão de curso¹² e pela carência de estudos sobre políticas LGBT em Pernambuco, desenhei um projeto de pesquisa para a seleção do Mestrado em Direitos Humanos da UFPE que

¹¹ Segundo o site oficial da Prefeitura de Caruaru a Assessoria Municipal de Políticas LGBT foi criada em junho de 2013 e é responsável por assessorar na elaboração das políticas públicas, bem como articular o desenvolvimento e execução de políticas públicas voltadas para a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais de Caruaru na perspectiva da promoção dos direitos humanos. Está vinculada à Gerência de Direitos Humanos da Secretaria Especial da Mulher. Conteúdo disponível em: <http://www.caruaru.pe.gov.br/secretaria/secretaria-especial-da-mulher-e-direitos-humanos>. Acesso em: 08/02/2016.

¹² Que versou sobre as reivindicações por Educação feitas pelo Movimento LGBT na II Conferência Estadual LGBT de Pernambuco

pretendia avaliar o cumprimento das proposições da II Conferência Estadual LGBT de Pernambuco. Desde aquele momento, estava incomodado com a hipótese (na verdade um sentimento) da existência de uma grande disparidade entre atividades participativas *versus* políticas desenvolvidas e dentre estas a observância às proposições indicadas.

No transcorrer do curso e após a vivência das disciplinas, os diálogos com colegas e professores/as e, sobretudo, as reuniões presenciais e à distância com o orientador acadêmico deste trabalho, todas muito profícuas, optamos por readequar alguns pontos e delimitar o objeto de estudo a uma política já implementada pelo Governo de Pernambuco, acreditando que a pesquisa seria mais interessante e elucidativa no que tange à exploração das estratégias desenvolvidas pelo governo estadual para combater a violência LGBTfóbica e escutar as demandas da população LGBT.

Nesse percurso de pesquisa, fizemos um movimento que migrou da análise documental das proposições das Conferências Estaduais LGBT para a análise, com pesquisa de campo, de uma política já efetivada pelo Governo de Pernambuco. Assim, elaboramos como problema de pesquisa a seguinte indagação:

Como as trajetórias individuais e os projetos políticos influem nas políticas públicas de direitos humanos de LGBT?

Após a delimitação e definição do problema, o próximo passo era definir o campo empírico para o desenvolvimento da pesquisa e decidimos então realizar um estudo de caso em um programa do Governo de Pernambuco denominado Centro Estadual de Combate à Homofobia (CECH). O Centro Estadual de Combate à Homofobia deu início as suas atividades no ano de 2012, no contexto do Governo Eduardo Campos (PSB) (2007-2014) e permanece ativo até o presente momento na administração Paulo Câmara (PSB). Segundo documento oficial do Governo de Pernambuco, o CECH tem a finalidade de “combater a discriminação e a violência contra a população LGBT e promover sua cidadania em todo território pernambucano” (PERNAMBUCO, 2014, p. 8). Outra informação relevante é que o CECH se origina no movimento social, através da execução do Centro de Referência Leões do Norte, financiado pelo Programa Brasil Sem Homofobia do Governo Federal e executado pela ONG Movimento Gay Leões do Norte.

Essa definição não foi tão imediata por sabermos que existiam dentro do aparato governamental outras estruturas montadas para desenvolver políticas LGBT como era o caso da Gerência de Direitos Humanos da Secretaria Estadual de Educação e da antiga

Assessoria Especial do Governador para Diversidade Sexual da Secretaria de Assessoria ao Governador que viria a se transformar no futuro em Coordenadoria LGBT dentro da Secretaria Executiva de Segmentos Sociais (SESS) da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude (SDSCJ). No entanto, dado o formato da antiga Assessoria, composta por uma única pessoa e sem dotação orçamentária própria, julgamos que o CECH poderia nos dar mais elementos da agência governamental no campo da cidadania LGBT.

Assim, estabelecemos os seguintes objetivos desse estudo:

Objetivo geral:

Analisar os princípios, tensões e desafios na constituição da política pública de direitos humanos LGBT a partir do Centro Estadual de Combate à Homofobia.

Objetivos específicos:

- i. Apresentar as trajetórias individuais dos membros e ex-membros do Centro Estadual de Combate à Homofobia;
- ii. Levantar dados e informações oficiais sobre o serviço e a estrutura do Centro Estadual de Combate à Homofobia;
- iii. Identificar ações e iniciativas desenvolvidas pelo Centro Estadual de Combate à Homofobia para enfrentar a homofobia;
- iv. Analisar os desafios e avanços destas iniciativas no combate à violência homofóbica em Pernambuco;
- v. Analisar as relações e tensões entre o Centro Estadual de Combate à Homofobia e outros atores e atrizes sociais envolvidos na formulação da política LGBT.

2) Aspectos metodológicos da pesquisa

Abordagem da pesquisa

Nossa pesquisa optou pela abordagem qualitativa (MINAYO, 2008), por entendermos que esta perspectiva foi a ideal para responder o problema e explorar o objeto dessa pesquisa. A pesquisa qualitativa se preocupa com interpretações dos

fenômenos, apreendendo o significado que determinados atores e atrizes emprestam às práticas sociais (GONSALVES, 2003).

Creswell (2007) nos apresenta um conjunto de características inerentes à abordagem qualitativa de pesquisa, ampliando o repertório de justificativa pela qual optamos por esta perspectiva, que de maneira sintetizada apresentamos abaixo: (1) A pesquisa qualitativa ocorre em um cenário natural, ou seja, o pesquisador deve ir ao local onde se encontram os sujeitos para condução da pesquisa; (2) A pesquisa qualitativa utiliza materiais e métodos múltiplos e diversos, interativos e humanísticos. O/a pesquisador/a qualitativo/a adota e usa uma ou mais estratégias de investigação como um guia para os procedimentos no estudo; (3) A pesquisa qualitativa não é estritamente pré-configurada, possibilitando, assim, a flexibilização das questões de pesquisa, da coleta de dados, bem como seu refinamento; (4) A pesquisa qualitativa é essencialmente interpretativa, considerando o momento sociopolítico e histórico; (5) A pesquisa qualitativa vê os fenômenos de maneira holística, ou seja, prioriza estudos com uma visão mais ampla, levando em conta a pluricasualidade dos fenômenos sociais (WEBER, 2001); (6) O/a pesquisador/a qualitativo/a reflete sistematicamente sobre quem é ele na investigação e é sensível à sua biografia pessoal e à maneira como ela molda o estudo (...) isso também representa honestidade e abertura para pesquisa, reconhecendo que toda investigação é carregada de valores. Esse ponto é crucial e vai à direção das reflexões desenvolvidas por Santos (2002, 2006) que prevê uma ciência menos pretensa, arrogante, absoluta e neutra; (7) O/a pesquisador/a qualitativo/a utiliza um raciocínio complexo multifacetado, interativo e simultâneo.

Tipos de estudo segundo os objetivos

No que se refere aos objetivos elencados no trabalho, optamos por tipos de estudo que atingissem as metas estabelecidas. Nessa direção, em relação ao objetivo que visa (ii) *“Levantar dados e informações oficiais sobre o serviço e a estrutura do CECH”* e (iii) *“Identificar ações e iniciativas desenvolvidas pelo CECH para enfrentar a homofobia”* utilizamos um tipo descritivo que, segundo Gil, “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (2008, p. 28).

É comum, ao ser apresentada a opção pelo tipo descritivo, certa desconfiança nos meios acadêmicos, já que muitos/as acreditam que a descrição é uma atividade mais superficial, contudo, ela é a ideal se adequada ao objetivo pretendido no estudo (GONSALVES, 2003).

Almejando atingir os objetivos (i) “Apresentar as trajetórias individuais dos membros e ex-membros do CECH”, (iv) “Analisar os desafios e avanços destas iniciativas no combate à violência homofóbica em Pernambuco” e (v) “Analisar as relações e tensões entre o Centro Estadual de Combate à Homofobia e outros atores e atrizes sociais envolvidos na formulação da política LGBT” nos baseamos no tipo exploratório. A pesquisa exploratória:

É aquela que se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias, com objetivo de oferecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno que é pouco explorado. Esse tipo de pesquisa também é denominada “pesquisa de base”, pois oferece dados elementares que dão suporte para a realização de estudos mais aprofundados sobre o tema (GONSALVES, 2003, p. 65).

Abaixo, segue uma ilustração dos tipos de estudo desta pesquisa:

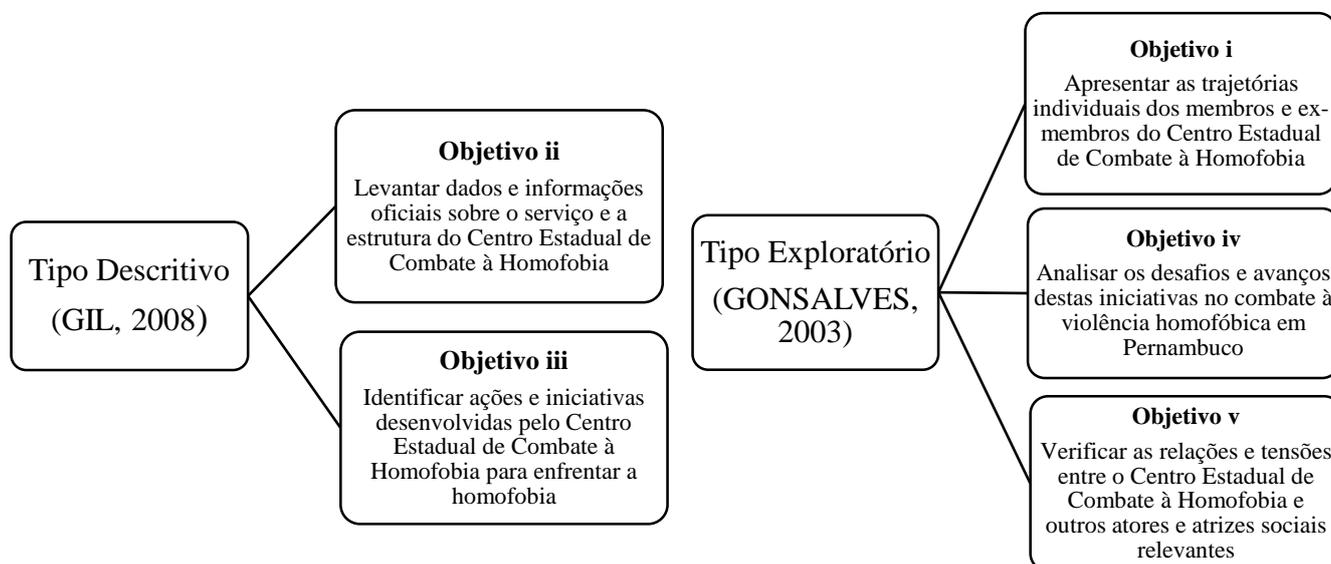


Figura 1 – Organograma dos tipos de estudo utilizados na pesquisa

Foi nessa perspectiva de diversidade metodológica que desenvolvemos nossas investigações. A abordagem qualitativa permitiu esse tipo de adequação e revisão metodológica, o que não significa que ela não seja metódica e rigorosa. Há uma discussão no campo da epistemologia e da produção de pesquisas qualitativas que colocam o/a pesquisador/a como um/a *bricoleur* (bricolagem). Segundo Kincheloe (2007):

Os *bricoleurs* buscam entender melhor tanto as forças de dominação, que afetam as vidas dos indivíduos cujas origens de raça, classe, gênero, sexualidade, etnia e religião estão fora da(s) cultura(s) dominante(s) quanto às visões desses povos diversificados. Nesse contexto, os *bricoleurs* tentam remover a produção de conhecimento e seus benefícios do controle dos grupos de elite (KINCHELOE, 2007, p. 30).

A perspectiva da bricolagem vai ao encontro do paradigma da ciência emergente (SANTOS, 2002) expressa na obra ‘Um discurso sobre as ciências’. Para além das técnicas tradicionais e hegemônicas no seio da racionalidade científica, esse paradigma prevê uma luta epistemológica dentro da própria Ciência Moderna, que é tomada como branca, eurocêntrica, masculina e heterossexual.

Nessa direção, a perspectiva da bricolagem, para além de ideológica, é técnica e procedimental, uma vez que ela “também pode sugerir os elementos inventivos e imaginários da apresentação de toda a pesquisa formal” (KINCHELOE, 2007, p. 15).

Método da Pesquisa

Embasamo-nos a partir do Método do Caso Alargado desenvolvido por Boaventura de Sousa Santos (1983). Esse método consiste em alargar a realidade através de um caso particular estudado e estender as conclusões desse estudo a casos mais amplos. Não se trata de mera generalização, mas sim de encontrar singularidades e elementos estruturais em comuns que unam o caso conhecido aos não-conhecidos.

Neste caso, estudamos as especificidades do estado de Pernambuco e embasados nessa perspectiva proposta por Santos, alargamos esta realidade a outros casos. É válido considerar que existem outros Centros Estaduais de Combate à Homofobia espalhados país afora. Geralmente são chamados por outros nomes como o Centro de Promoção e Defesa dos Direitos de LGBT (Bahia), os Centros de Cidadania LGBT (Rio de Janeiro) ou o Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBT e Enfrentamento à Homofobia (Paraíba).

Neste sentido, o Método do Caso Alargado se configura como profícuo método de pesquisa, já que buscamos encontrar elementos que estruturaram o desenvolvimento dessas políticas LGBT no Brasil a partir da experiência pernambucana.

Delimitação e Local da Pesquisa

Nossos estudos se desenvolveram no âmbito do estado de Pernambuco e focaram as políticas públicas LGBT desenvolvidas pelo governo estadual com vistas a combater a LGBTfobia e seus altos índices constatados em levantamentos realizados pelo Governo Federal e pelo Movimento LGBT.

Com efeito, acreditamos que o CECH¹³ é atualmente a política pública mais estruturada do Governo de Pernambuco desenvolvida com a finalidade de acompanhar e proteger vítimas de violência LGBTfóbica e promover cidadania à população LGBT no estado por meio de atividades descentralizadas e transversalizadas. Por esta razão o mesmo foi escolhido como o campo empírico desta pesquisa.

Também é importante, nesse momento, compreender a organização do Governo do Estado de Pernambuco, como ele atua no enfrentamento à violência motivada por orientação sexual e gênero e o motivo pela qual optamos pelo estudo de caso no CECH para responder o nosso problema de pesquisa.

Há no Governo Estadual um conjunto de Secretarias e órgãos que trabalham com a temática da diversidade sexual, sobretudo quando provocadas pelo Movimento LGBT, por setores do governo responsáveis pela temática ou por fatores outros como a presença de ativistas do Movimento LGBT na condição de gestores/as, o cumprimento de promessas de campanha, a implantação de projetos partidários no interior do governo (comum em governos de coalizão) ou até mesmo por orientação de outras instâncias como o Governo Federal, setores do Judiciário ou de agências internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU).

Entretanto, percebemos que esse governo fez a opção de trabalhar a pauta de maneira intersetorial, ou seja, pela articulação do CECH com as demais Secretarias para que desenvolvam ações no campo da Saúde, da Educação, da Segurança Pública, etc. Segundo documento oficial:

O Governo de Pernambuco entende que o respeito às políticas voltadas para populações historicamente negligenciadas em seus direitos deve ser trabalhado de forma transversal, inserindo essa agenda no conjunto das políticas sociais que visam a ampliação e o fortalecimento do exercício da cidadania, permeando diferentes áreas da atuação governamental (PERNAMBUCO, 2013, p. 5).

¹³ A sede do Centro Estadual de Combate à Homofobia fica localizada na Secretaria Executiva de Direitos Humanos com endereço na Rua Benfica, 133, bairro da Madalena, em Recife. Seus contatos são o <http://www.sjdh.pe.gov.br>, o telefone (81) 3183-3182 e o endereço eletrônico: centrolgbtpe@gmail.com.

Esses órgãos responsáveis seriam o CECH e a antiga Assessoria Especial do Governador para Diversidade Sexual (2009-2014), ligada à Secretaria da Casa Civil, hoje denominada Coordenadoria LGBT, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude (SDSCJ), que possuem a missão institucional de articular políticas públicas LGBT nas demais Secretarias que compõem a estrutura do Governo de Pernambuco. O CECH, por sua vez, está lotado na Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SJDH) sendo administrado pela Secretaria Executiva de Direitos Humanos (SEDH). Abaixo buscamos ilustrar o organograma atual do Governo de Pernambuco e onde o CECH se situa nessa estrutura (através do símbolo *):

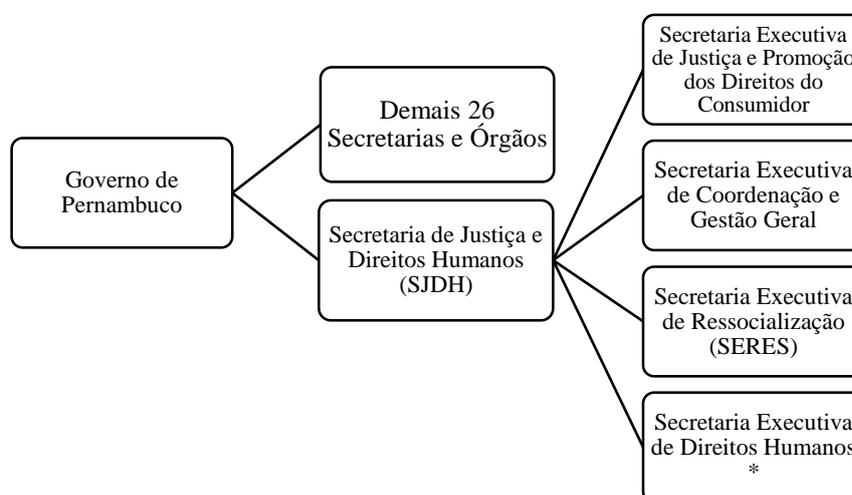


Figura 2 – Estrutura atual do Governo de Pernambuco

Outro aspecto importante a ser considerado sobre o lugar da pesquisa é tomá-lo não apenas como instância geográfica, mas também como território que (re)produz sentidos e significados em que as trajetórias de vida e a historicidade do estado de Pernambuco colocam os/as sujeitos/as como seres contextualizados/as, interessando-nos suas percepções, compreensões, experiências, sentimentos e vivências, sobretudo no campo da cidadania, da atuação profissional e do agenciamento político. Elementos esses que influenciam na feita das políticas públicas (GONSALVES, 2003).

Fontes de Informação | Entrevistados/as da Pesquisa

Os/as entrevistado/as participantes desta pesquisa foram escolhidos dentre os/as membros atuais e desligados do Centro Estadual de Combate à Homofobia que atuam e atuaram no cotidiano de sua profissão. Prevemos o anonimato de suas identidades visando à proteção integral dos/as participantes bem como a ampliação do sentimento de liberdade nos depoimentos e relatos proferidos por eles/as. Assim, atribuímos-lhes nomes fictícios de modo a torná-los/as não identificáveis¹⁴.

Em relação aos membros atuais, através de visitas de prospecção¹⁵ para aproximação com o campo, levantamos o organograma do Centro com o objetivo de mapear os/as participantes da pesquisa. Através de critérios de inclusão e exclusão, elegemos a equipe técnica do CECH para compor os/as voluntários/as desta pesquisa, a saber: o/a Coordenador/a, um/a Psicólogo/a, um/a Advogado/a e um/a Assistente Social.

Também buscamos levantar dados com profissionais desligados do CECH, ou seja, com membros que eram vinculados ao Centro e no período da pesquisa não possuíam mais vínculo empregatício. Elegemos o mesmo quantitativo de ex-membros em relação aos membros atuais (4 vinculados e 4 desvinculados, totalizando 8 sujeitos/as entrevistados/as) que atuaram em diferentes momentos da existência do CECH e que faziam parte da mesma profissão (Advogados/as, Psicólogos/as e Assistentes Sociais) e função (Coordenação).

Nossos critérios de inclusão foram: a) pertencer a equipe técnica do CECH (tanto para membros e ex-membros) e b) buscar a representatividade de gênero e sexualidade (LGBT), de distintas profissões e de distintos períodos (no caso dos ex-membros). Por critérios de exclusão estabelecemos que não entrevistariamos: a) pessoas que não compuseram a equipe técnica (como motoristas ou técnicos/as administrativos/as) e b) pessoas de uma mesma profissão (por exemplo, mais de um/a Advogado/a dentre os membros e ex-membros) e de um mesmo período (no caso dos ex-membros), além de evitar a predominância de uma única identidade sexual e de gênero.

¹⁴ Apesar desse esforço em preservar suas identidades, exigência, inclusive do Comitê de Ética em Pesquisa da UFPE, reconhecemos que os/as sujeitos/as podem vir a ser identificados, sobretudo aquelas que atuam atualmente no CECH, uma vez que ocupam funções públicas. Membros atualmente vinculados ao CECH: Miguel, Davi, Artur e Alice e membros desligados: Pedro, Gabriel, Ana e Lúcia. Os nomes foram escolhidos aleatoriamente conforme a matéria “Os 100 nomes mais comuns no Brasil em 2014”. In: <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/os-100-nomes-mais-comuns-no-brasil-em-2014>. Acesso em: 05/08/2015.

¹⁵ Ao longo do segundo semestre de 2014 realizamos visitas quinzenais para aproximação do campo empírico e dos/as profissionais visando uma melhor entrada no campo e integração com a equipe atual que compõe o CECH.

A ideia de entrevistar ex-membros teve como objetivo analisar e comparar as impressões deixadas pelo CECH em antigos quadros do órgão e as impressões dos atuais membros. Uma das hipóteses que tínhamos era o de que a desvinculação da política pública possibilita um olhar menos influenciado pela instituição e pelas relações de poder, hierarquias e correlação de forças presentes em órgãos governamentais.

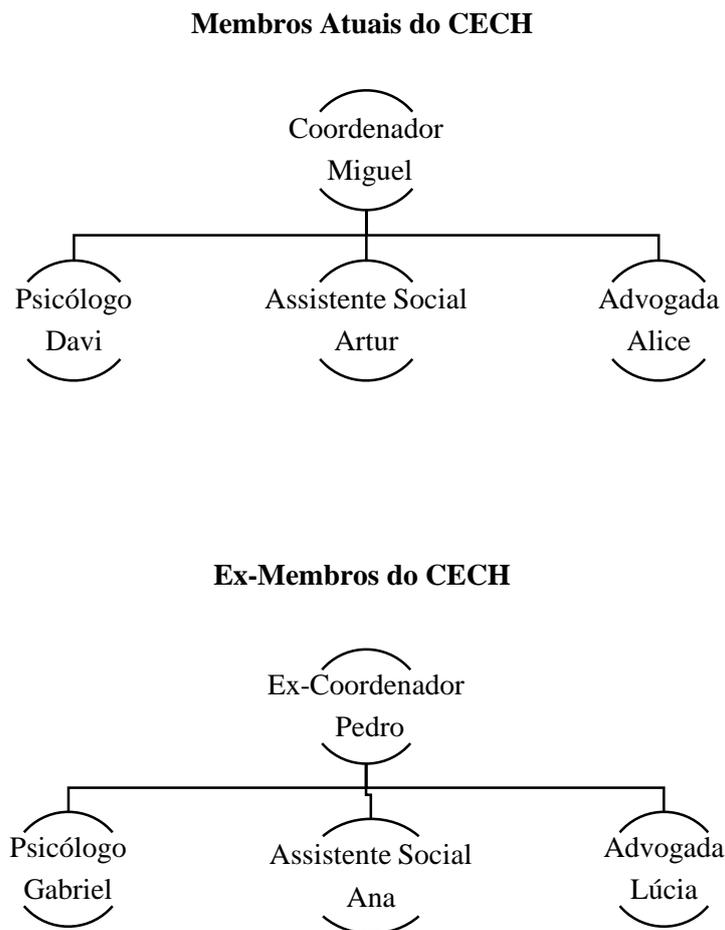


Figura 3 - Voluntários/as da pesquisa (sujeitos/as entrevistados/as)

As fontes de informação desta pesquisa se estenderam ainda sobre documentos internos (como prontuários, instrumentais, estatísticas, etc.) e externos produzidos pelo CECH com destaque para o “Protocolo de Atendimento às Demandas LGBT Acompanhadas pelo Centro Estadual de Combate à Homofobia 2012 – 2013¹⁶”.

Entendemos que relatórios de atividades do Poder Executivo indicam a orientação política, ideológica e técnica das decisões governamentais adotadas por determinada gestão pública, pois nelas estão contidas informações diversas referentes a ações, iniciativas, concepções e políticas desenvolvidas ao longo de um determinado período.

Técnicas de Coleta

Considerando a perspectiva da bricolagem já discutida anteriormente, trazemos a reflexão de Neira e Lippi (2012) que realizaram importante estudo sobre essa proposta metodológica. Segundo os autores, fundamentados em Joe Kincheloe, a bricolagem

(...) Permite que as circunstâncias deem forma aos métodos empregados. Sua existência é explicada a partir de uma epistemologia da complexidade (Morin, 2002), cujo propósito é manter a confluência da pesquisa moderna e pós-moderna e alimentar os discursos conflitantes entre elas sem delimitar fronteiras conceituais ou o predomínio de uma sobre a outra. Na bricolagem, explica Kincheloe (2007), nenhum método pode ser privilegiado ou empregado com segurança, tampouco descartado antecipadamente. Ao respeitar os diversos olhares e experiências que permeiam a sociedade multicultural contemporânea, a bricolagem altera a lógica dominante na produção de conhecimentos. Efetivamente, almeja romper com o reducionismo, o parcelamento, a fragmentação e a neutralidade científica dos métodos positivistas, os quais legitimam as relações de poder desiguais (Kincheloe, 2007 apud NEIRA, LIPPI, 2012, p. 610)

Por esse motivo, utilizamos técnicas diferenciadas que se complementaram mutuamente e buscaram responder eficazmente aos movimentos do campo empírico. Na direção metodológica apresentada por Gil (2008), utilizamos a pesquisa documental como técnica necessária à análise da influência dos projetos políticos nas políticas públicas de direitos humanos LGBT. Nessa direção, levantamos documentos, instrumentais, arquivos e registros elaborados pelo CECH para compreender sua dinâmica e outras informações relevantes.

¹⁶ O documento pode ser obtido na íntegra através do endereço eletrônico: http://www.sedsdh.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=dd12920f-1b2b-4ca0-8d0d-3673211e12c2&groupId=17459. Acesso em 25/06/2015.

Utilizamos também a técnica indispensável das entrevistas. As entrevistas são fundamentais em pesquisas qualitativas e sugerem uma rica possibilidade de levantamento e coleta de dados. Entretanto, considerando a variedade de abordagens, usos e formatos das entrevistas, tentamos torná-la a mais reflexiva possível, consoante os postulados de Szymanski (2002).

Foi na consideração da entrevista como um encontro interpessoal no qual é incluída a subjetividade dos protagonistas, podendo se constituir um momento de construção de um novo conhecimento, nos limites da representatividade da fala e na busca de uma horizontalidade nas relações de poder, que se delineou esta proposta de entrevista, a qual chamamos de reflexiva, tanto porque leva em conta a recorrência de significados durante qualquer ato comunicativo quanto a busca de horizontalidade (SZYMANSKI, 2002, p. 15)

A perspectiva reflexiva de entrevista, por pretender ser mais horizontal, adequa-se vigorosamente à proposta ética e política de direitos humanos. Vai ao encontro do princípio da dialogicidade ensinado por Freire (2005). Nessa direção, realizamos entrevistas informais¹⁷ no momento inicial da pesquisa, especificamente, nas visitas de prospecção e, posteriormente, entrevistas semiestruturadas, que se diferem de outras por serem:

As entrevistas semi-estruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele. Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados. As técnicas de entrevista aberta e semi-estruturada também têm como vantagem a sua elasticidade quanto à duração, permitindo uma cobertura mais profunda sobre determinados assuntos. Além disso, a interação entre o entrevistador e o entrevistado favorece as respostas espontâneas. Elas também são possibilitadoras de uma abertura e proximidade maior entre entrevistador e entrevistado, o que permite ao entrevistador tocar em assuntos mais complexos e delicados, ou seja, quanto menos estruturada a entrevista maior será o favorecimento de uma troca mais

¹⁷ Segundo Gil, trata-se do tipo “menos estruturado possível e só se distingue da simples conversação porque tem como objetivo básico a coleta de dados” (GIL, 2008, p. 111).

afetiva entre as duas partes. Desse modo, estes tipos de entrevista colaboram muito na investigação dos aspectos afetivos e valorativos dos informantes que determinam significados pessoais de suas atitudes e comportamentos. As respostas espontâneas dos entrevistados e a maior liberdade que estes têm podem fazer surgir questões inesperadas ao entrevistador que poderão ser de grande utilidade em sua pesquisa (BONI, QUARESMA, 2005, p. 75).

Tais escolhas metodológicas tiveram a intenção de investigar com mais precisão a atuação do CECH na busca de combater a LGBTfobia em Pernambuco, tomando cuidado para não constranger os/as entrevistado/as da pesquisa. Pretendemos com isso nos colocar em situação de paridade e horizontalidade, compreendendo que somos eternos aprendentes e seres inconclusos como ensinou Paulo Freire. Abaixo, um esquema sintetizando as técnicas de coleta aplicadas nesta pesquisa:

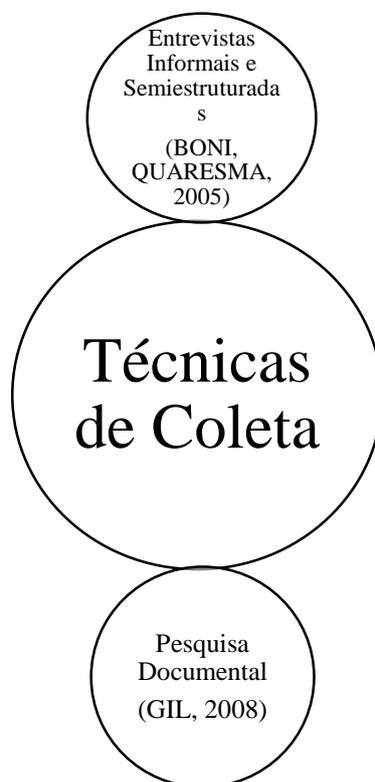


Figura 4 – Esquema das técnicas de coleta utilizadas na pesquisa

Análise e Sistematização de Dados

Para a sistematização e a análise dos dados coletados, utilizamos a técnica da Análise de Conteúdo que consiste, de maneira sintética, em uma “arrumação” do conteúdo manifesto em categorias de análise (AMADO, 2000).

Assim, inicialmente fizemos rigorosa transcrição de todas as entrevistas realizadas e em seguida buscamos atingir os objetivos específicos elencados de posse dos conteúdos enunciados. É importante ressaltar que face à riqueza do material coletado e à volumosa quantidade de elementos, buscamos organizar os enunciados e analisá-los à luz dos objetivos apontados.

Essa escolha foi necessária considerando o grande volume de informações e o tempo limitado para construção da dissertação. Prevendo que isto correria o risco de invisibilizar elementos alheios aos objetivos, mas que são muito importantes para uma compreensão holística do CECH e das políticas públicas LGBT do Governo de Pernambuco, trazemos ao final do trabalho, todas as transcrições literais para que o/a leitor/a possa acompanhar o conteúdo integralmente. Essa medida também tem por meta a visualização de falas e frases contextualizadas que podem soar deslocadas e descontextualizadas em momentos de fragmentação e recorte do conteúdo no momento da análise.

Isto porque as inferências e as interpretações, que são elementos ricos em subjetividade, empregadas pelo/a autor/a, podem gerar ambiguidades, contradições, incompreensões e até discordâncias. Se por um lado, o cariz interpretativo é um risco às pesquisas qualitativas, por outro elas se constituem como uma das grandes riquezas nessa abordagem de pesquisa. Nessa direção, expõe Amado:

Podemos, pois, dizer que o aspecto mais importante da A.C. é o facto de ela permitir, além duma rigorosa e objectiva representação dos conteúdos das mensagens, o avanço fecundo, à custa de inferências interpretativas derivadas dos quadros de referência teóricos do investigador, por zonas menos evidentes que constituem o referido “contexto de produção”. Julgamos que é este aspecto que permite aplicar criativamente a A.C. a um leque variado de comunicações, muito especialmente sobre aquelas que traduzem visões subjectivas do mundo... (AMADO, 2000, p. 54).

Desta forma, nosso esforço foi o de interpretar o conteúdo exposto pelos/as voluntários/as à luz das categorias e compreensões teóricas utilizadas visando atingir os objetivos e responder o problema de pesquisa. Como dito, sabendo dos riscos e da riqueza

da interpretação na análise, optamos por apresentar as transcrições literais ao final deste trabalho para que o/a leitor/as também possa realizar inferências sobre o conteúdo manifesto e confrontar com as análises tecidas aqui.

3) Estado da arte das pesquisas sobre direitos humanos de LGBT

Considerando que esse trabalho se situa no campo dos estudos sobre direitos humanos e está vinculado a um Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, realizamos um levantamento na Associação Nacional de Direitos Humanos, Pesquisa e Pós-Graduação (ANDHEP) sobre trabalhos e pesquisas desenvolvidas com foco nos direitos da população LGBT nos últimos anos. A ANDHEP é uma associação que reúne pesquisadores/as interessados/as em produzir conhecimentos, pesquisas e estudos sobre direitos humanos no Brasil, contribuindo para a formação de uma comunidade especializada em direitos humanos.

Segundo seu site oficial¹⁸, ela nasceu da necessidade de agregar os conhecimentos acumulados por inúmeros ativistas e defensores/as de direitos humanos acumulados em anos de militância, lutas políticas e execução de políticas públicas. Nesse sentido, a ANDHEP entende que estes grupos sociais se converteram em produtores de conhecimento e organizou a sua fundação oficial no ano de 2003 na cidade de Brasília/DF, nos moldes de outras associações científicas.

Deste modo, se constituem objetivos prioritários da ANDHEP o avanço da pesquisa e do ensino de direitos humanos no âmbito da pós-graduação; a expansão de pesquisadores/as em direitos humanos; a construção de acervo documental sobre direitos humanos; a formulação e implementação de políticas de ciência, tecnologia, educação e de pesquisa em direitos humanos; a formulação de políticas de proteção e promoção dos direitos humanos, entre outros.

Uma de suas atividades consiste na promoção de encontros nacionais anuais que reúnem pesquisadores/as sobre direitos humanos e visam a difusão e troca de tais pesquisas, fortalecendo assim a criação de uma comunidade científica específica e a visibilidade desses estudos. Ao todo, foram realizados oito encontros nacionais.

O primeiro encontro ocorreu em 2005 na cidade do Rio de Janeiro/RJ sob o tema “Direitos Humanos no Século XXI”. O segundo encontro nacional da ANDHEP

¹⁸ Site oficial da ANDHEP: <http://www.andhep.org.br>. Acesso em: 08/02/2016.

aconteceu em São Paulo/SP e discutiu o tema “Direitos Humanos e Cosmopolitismo”. O terceiro encontro foi realizado em 2007 em João Pessoa/PB sob a temática “Democracia e Educação em Direitos Humanos em época de insegurança”. Já o quarto aconteceu em 2008 na cidade de Vitória/ES e discutiu “Democracia, pluralismo e tolerância: a cultura dos Direitos Humanos nos 20 anos de vigência da Constituição Federal de 1988”. O quinto encontro, em 2009, aconteceu em Belém/PA sob a temática “Direitos Humanos, Democracia e Diversidade”. O sexto encontro anual da ANDHEP ocorreu em Brasília/DF, no ano de 2010 em que debateu “Direitos Humanos, Cidades e Desenvolvimento”. o sétimo e penúltimo encontro aconteceu na cidade de Curitiba/PR em 2012 e abordou o tema “Direitos Humanos e Acesso à Terra”. O encontro mais recente aconteceu em São Paulo/SP em 2014 com a temática “Políticas Públicas para a Segurança Pública e os Direitos Humanos”. Desta forma temos a seguinte trajetória dos encontros anuais da ANDHEP:

Tabela 1: Trajetória dos encontros anuais da ANDHEP

ANO	TEMA	LOCAL
2005	Direitos Humanos no Século XXI	Rio de Janeiro/RJ
2006	Direitos Humanos e Cosmopolitismo	São Paulo/SP
2007	Democracia e Educação em Direitos Humanos em época de insegurança	João Pessoa/PB
2008	Democracia, pluralismo e tolerância: a cultura dos Direitos Humanos nos 20 anos de vigência da Constituição Federal de 1988	Vitória/ES
2009	Direitos Humanos, Democracia e Diversidade	Belém/PA
2010	Direitos Humanos, Cidades e Desenvolvimento	Brasília/DF
2012	Direitos Humanos e Acesso à Terra	Curitiba/PR
2014	Políticas Públicas para a Segurança Pública e os Direitos Humanos	São Paulo/SP

Em busca pelos anais desses encontros anuais, descobrimos que a Associação não disponibiliza *on-line* os trabalhos do primeiro (2005) e do sexto (2010) encontros. Descobrimos também que os encontros não possuem Grupos de Trabalho (GT) fixos, alterando suas temáticas com base nas definições das comissões organizadoras de cada encontro, possivelmente baseados no macro tema do evento.

Assim, não localizamos nenhum trabalho sobre direitos LGBT, diversidade sexual ou homossexualidades no segundo encontro (2006).

No terceiro encontro anual (2007), localizamos dois trabalhos sobre cidadania LGBT: o primeiro tem como título “*Entre a fé e o Direito: o caso da campanha homofóbica em Campina Grande - PB*” e o segundo “*Núcleo de Pesquisa e Extensão em Diversidade Sexual: o combate à homofobia no estado de Goiás*”, ambos dentro do GT “Direitos Econômicos, Sociais e Culturais”.

No quarto encontro (2008) encontramos apenas um trabalho sob o título “*A homossexualidade e bullying*” pertencente ao GT “Cultura e Educação em Direitos Humanos”.

No quinto encontro (2009), também localizamos apenas um trabalho intitulado “*Transexualismo no Brasil: mudança no corpo e no papel?*”, integrante do GT “Questões culturais, desafios democráticos e direitos humanos”.

Como a ANDHEP não disponibilizou os anais do sexto encontro (2010), seguimos para o sétimo (2012) onde localizamos novamente um único trabalho cujo título é “*União entre pessoas do mesmo sexo: repensando o instituto do casamento*” no GT “Constituição, Democracia e Direitos Humanos”.

No seu oitavo e mais recente encontro, em 2014, detectamos a publicação de quatro trabalhos sobre diversidade sexual e de gênero. São eles: “*Mídia de massas e subjetividades trans: (cis)tema criminal e transfobia*” (GT “Mídia, Segurança Pública e Direitos Humanos”), “*Sistema Prisional, Identidade de Gênero e Travestilidades em Belo Horizonte*” (GT “Sistema Penitenciário e Direitos Humanos”), “*Políticas de Segurança Pública e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais: da reivindicação à implementação*”¹⁹ e, por fim, “*Segurança Pública, Direitos Humanos e a experiência de travestis e transexuais*” (os dois últimos pertencentes ao GT “Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos”).

Deste modo, temos o seguinte levantamento:

¹⁹ Este trabalho é de minha autoria junto ao orientador acadêmico desta pesquisa.

Tabela 2: Trabalhos sobre direitos humanos LGBT publicados nos encontros anuais da ANDHEP

Encontro	Trabalhos	Títulos	GT
III (2007)	2	<i>Entre a fé e o Direito: o caso da campanha homofóbica em Campina Grande - PB</i> <i>Núcleo de Pesquisa e Extensão em Diversidade Sexual: o combate à homofobia no estado de Goiás</i>	Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
IV (2008)	1	<i>A homossexualidade e bullying</i>	Cultura e Educação em Direitos Humanos
V (2009)	1	<i>Transexualismo no Brasil: mudança no corpo e no papel?</i>	Questões culturais, desafios democráticos e direitos humanos
VII (2012)	1	<i>União entre pessoas do mesmo sexo: repensando o instituto do casamento</i>	Constituição, Democracia e Direitos Humanos
VIII (2014)	4	<i>Mídia de massas e subjetividades trans: (cis)tema criminal e transfobia (1)</i> <i>Sistema Prisional, Identidade de Gênero e Travestilidades em Belo Horizonte (2)</i> <i>Políticas de Segurança Pública e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais: da reivindicação à implementação (3)</i> <i>Segurança Pública, Direitos Humanos e a experiência de travestis e transexuais (3)</i>	Mídia, Segurança Pública e Direitos Humanos (1) Sistema Penitenciário e Direitos Humanos (2) Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos (3)

É notório o baixo número de trabalhos acadêmicos sobre diversidade sexual e de gênero em 11 anos de existência dos encontros anuais da ANDHEP, possivelmente pelo fato de os direitos humanos se constituírem como campo científico recentemente. Além disso, pelo fato da temática “direitos humanos LGBT” ser interdisciplinar, um conjunto de pesquisas sobre essa população estão distribuídos em outros campos científicos como a Antropologia, a Educação, a Sociologia, a Saúde, entre outros.

A nossa hipótese para o crescimento desses trabalhos no último encontro (2014) deve-se ao aumento dos cursos de direitos humanos em nível de pós-graduação, nas modalidades lato sensu (Especialização) e stricto sensu (Mestrado) nos últimos anos no Brasil. Também acreditamos que é recente a compreensão de que a cidadania LGBT é uma “questão de direitos humanos”, uma vez que o Movimento Homossexual iniciou sua militância vinculado à transformação cultural e próximo ao campo da saúde, sem falar na visibilidade que o Movimento LGBT vem conquistando na história recente do país.

Assim, consideramos que a nossa pesquisa oferece uma contribuição inédita ao campo teórico dos direitos humanos por explorar a discussão sobre políticas públicas de proteção e promoção dos direitos humanos para a população LGBT. Embora alguns trabalhos na ANDHEP tenham discutido políticas públicas, nenhum deles desenvolveu uma olhar sobre os Centros de Referência ou sobre a formulação das políticas LGBT. Esse levantamento nos auxilia ainda a justificar a relevância teórica, política e social desse estudo.

DIREITOS HUMANOS, PROJETOS POLÍTICOS, TRAJETÓRIAS INDIVIDUAIS E CIDADANIA LGBT

A presente pesquisa visa analisar o Centro Estadual de Combate à Homofobia, serviço criado pelo Governo de Pernambuco para garantir a cidadania e proteger os direitos humanos da população LGBT do estado. Desta forma, a pesquisa articula-se com o debate mais amplo sobre a construção dos direitos humanos (particularmente, os direitos LGBT) na contemporaneidade (SANTOS, 2003; BOBBIO, 2004; HUNT, 2009).

Tenho em vista, ainda, que um dos objetivos do trabalho é entender como a política pública LGBT tem sido elaborada e implementada, o presente estudo inspira-se nas discussões empreendidas por Evelina Dagnino, Alberto Olvera e Aldo Panfichi (2006) em trabalho intitulado “para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina”. Nele, os autores reúnem uma série de conceitos e categorias caros à análise de cidadania e práticas sociais contemporâneas, identificando conceitos chaves para a análise dos limites e potencialidades da construção democrática do Brasil, a exemplo do conceito de projetos políticos. Tal conceito articula-se com temáticas caras ao debate contemporâneo nas ciências sociais sobre democracia, sociedade civil, e Estado (correspondente à segunda seção do capítulo).

Está no cerne da nossa fundamentação e na construção desta pesquisa, a busca pela radicalização da democracia entendida aqui como uma cidadania integral em termos de acesso aos direitos civis, políticos e sociais e, portanto, a garantia plena dos direitos humanos. Embora fundamentados em Dagnino et al (2006), lançaremos mão de outros/as estudiosos/as que discutem elementos relativos às categorias elencadas acima como Boaventura de Sousa Santos e Leonardo Avritzer (2003), Ana Cláudia Teixeira (2013, 2014) e Gabriel dos Santos Feltran (2006).

Dando sequência, realizamos na terceira seção um breve histórico da participação social da população LGBT brasileira. Os estudos abordados (FACCHINI, 2003; SANTOS, 2007) demonstram que a participação social LGBT tem início no clima de enfrentamento à epidemia do HIV/AIDS e vai se intensificando na medida que a construção democrática brasileira se desenvolve.

Por fim, concluindo este capítulo teórico, buscaremos tecer uma discussão sobre o estado da arte das políticas públicas LGBT no Brasil avaliando nelas o que podemos considerar como avanços, barreiras e recuos. Para tanto, nos basearemos nas reflexões de Facchini (2005), Mello (2009, 2011, 2012a, 2012b, 2012c, 2012d) e outros/as pesquisadores/as da área. Esta discussão é necessária para uma compreensão mais

aprofundada sobre os fenômenos que afetam o desenvolvimento do CECH buscando entender o que neles é local ou mais amplo em termos de elementos característicos das políticas voltadas para LGBT na atualidade. Com isso pretende-se verificar o que é comum das políticas de direitos humanos no âmbito nacional e o que é próprio do estado de Pernambuco e da sua conjuntura política e social.

1) Direitos Humanos e Diversidade Sexual

As reivindicações por direitos da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais conquistaram força após sua organização social em meados da década de 60 e 70 nos EUA e na Europa Ocidental, estendendo-se posteriormente por outras regiões do mundo. A Revolta de Stonewall²⁰, como ficou conhecido o episódio considerado fundador do Movimento LGBT, conquistou o status de marco político do Movimento Homossexual em âmbito internacional.

Seria ingênuo afirmar que o episódio de Stonewall foi um acontecimento isolado e apartado da conjuntura local e global na qual os Estados Unidos e o mundo viviam sob a égide da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). De todo modo, ele representou uma ruptura simbólica com a homofobia social da qual a população LGBT vivenciava.

Inicialmente, o movimento de liberação homossexual buscava uma transformação cultural nos valores relativos à sexualidade. Não havia, ainda, uma preocupação com os direitos humanos. Contudo, essa agenda vai se intensificar apenas após a década de 1990 quando a população LGBT se organiza cada vez mais sustentado por uma agenda que colocava os direitos humanos e a dignidade humana como centro da luta política por emancipação.

Por isso, uma vez que os direitos humanos têm sido cada vez mais utilizados pelo ativismo LGBT para pautar suas reivindicações, consideramos importante trazer à baila uma breve discussão sobre a temática. Apesar de 1948, ano de fundação da Organização das Nações Unidas e do lançamento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, ser considerado o grande marco histórico dos direitos humanos, o mundo já acumulava em sua história inúmeras lutas e tentativas de construir um marco regulatório amplo que reconhecesse e garantisse direitos para todos e todas.

²⁰ Evento político considerado marco do Movimento LGBT. Será melhor explorado na terceira seção deste capítulo, que discute a participação social da população LGBT.

Lynn Hunt (2009) em *A Invenção dos Direitos Humanos* demonstra como a noção de direitos universais esteve presente desde a Declaração de Independência dos Estados Unidos (1776) e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) no contexto da Revolução Francesa. A autora ainda defende o quanto a empatia foi importante para a construção de consciências mais solidárias e fraternas. Nesse sentido, as produções artísticas tiveram papel importante na sensibilização das pessoas e no ato de colocar-se no lugar do/a outro/a. A empatia, assim, destaca-se na construção dos direitos humanos aliado às muitas lutas populares que reivindicavam justiça social.

Desta forma, surgem o que chamamos por gerações dos direitos humanos, sendo considerada como primeira geração os direitos civis e políticos (BOBBIO, 2004). A primeira geração dos direitos humanos explica a proteção que todos e todas deveriam obter das arbitrariedades praticadas pela monarquia e pelos Estados absolutistas e totalitários. A Revolução Francesa foi em muito influenciada por este ideário. Em seguida, os direitos sociais e econômicos são tidos como a segunda geração dos direitos humanos. Eles surgem como resposta protetiva à exploração capitalista e às desigualdades econômicas provocadas pela Revolução Industrial. Compreendem a conquista obtida por muitos movimentos operários e de trabalhadores e trabalhadoras mundo afora.

Hunt (2009) demonstra, acima de tudo, que os direitos humanos não são um dado natural, mas um constructo social, processual, forjado nas muitas lutas sociais e em resposta às várias atrocidades cometidas contra a humanidade. A própria DUDH nasce dos genocídios resultantes do nazismo alemão e das duas grandes guerras mundiais. Contendo 30 artigos, os direitos humanos são considerados universais, interdependentes e indivisíveis. Isso quer dizer que eles são aplicáveis a todos os/as humanos/as, que dependem uns dos outros para serem efetivados e que não há hierarquia entre os direitos.

A DUDH expressa princípios políticos, filosóficos e sociais que influenciaram várias cartas constitucionais pelo globo. A Constituição brasileira de 1988 é um exemplo de documento que bebeu da fonte da DUDH e defende em seus postulados o exercício da igualdade, da liberdade, do respeito e do combate à discriminação.

Saindo do contexto brasileiro, encontramos as mais diferenciadas realidades sociais quando falamos dos direitos de LGBT. Em alguns países, com democracias consolidadas, liberdades amplas e direitos fundamentais protegidos pelos Estados, encontraremos LGBT com um leque de direitos assegurados que possibilitam uma vivência ampla de suas cidadanias e, portanto, suas dignidades. Um breve mapeamento

indicará que países como Portugal, Holanda, Argentina, entre outros, reconhecem o direito ao casamento igualitário entre pessoas do mesmo sexo.

Por outro lado, em oposição às características apontadas acima, caso um país tenha frágil sistema democrático, com regimes autoritários, liberdades individuais reduzidas e regidos sob normas sagradas, como a Bíblia ou o Alcorão, a probabilidade de LGBT (assim como outros segmentos sociais) viverem dignamente são poucas. Em geral, contextos assim são bastante hostis com seus/suas filhos/as homossexuais. Nessas realidades, leis que punem lésbicas e gays com penas de morte, prisões perpétuas ou outras sanções são naturalizadas. Um outro tipo de violência do Estado é a omissão de sua proteção em países que hostilizam LGBT.

Bobbio (2004) e Boaventura de Sousa Santos (2003) convergem quando aquele argumenta que a humanidade já prescinde de consensos acerca dos direitos, faltando-lhes apenas a efetivação e este aponta que os direitos humanos estão presentes no plano discursivo, mas que há muitos sujeitos sem direitos.

Norberto Bobbio em *A Era dos Direitos* discorre sobre as razões da tolerância e a esse respeito reflete:

Quando se fala de tolerância nesse seu significado histórico predominante, o que se tem em mente é o problema da convivência de crenças (primeiro religiosas, depois também políticas) diversas. Hoje, o conceito de tolerância é generalizado para o problema da convivência das minorias étnicas, linguísticas, raciais, para os que são chamados geralmente de “diferentes”, como por exemplo, os homossexuais, os loucos ou os deficientes. Os problemas a que se referem esses dois modos de entender, de praticar e de justificar a tolerância não são os mesmos. Uma coisa é o problema da tolerância de crenças e opiniões diversas, que implica um discurso sobre a verdade e a compatibilidade teórica ou prática de verdades até mesmo contrapostas; outra é o problema da tolerância em face de quem é diverso por motivos físicos ou sociais, um problema que põe em primeiro plano o tema do preconceito e da conseqüente discriminação (BOBBIO, 2004, p. 186).

Esta reflexão de Bobbio é fundamental para pensar as tensões envolvendo o universalismo e o relativismo dos direitos humanos. Em primeiro lugar, a Declaração Universal dos Direitos Humanos traz no seu bojo a pretensão de ser universal, ou seja, suas prerrogativas abarcariam todo e qualquer ser humano na face da terra. Por essa concepção universalista se orienta a posição de Portales ao afirmar: “la exigencia de universalidad sigue siendo una condición imprescindible y necesaria para el reconocimiento de unos derechos inherentes a todos los seres humanos excluyendo todo tipo de discriminación o marginación” (PORTALES, 2007 p. 66).

No entanto, inúmeras tensões e queixas, sobretudo de países da África e Ásia, questionam o caráter ocidental que o documento das Nações Unidas tenta implantar nos países do Oriente, indo de encontro as suas culturas, práticas e crenças. A esse respeito, Santos afirma:

É sabido que os direitos humanos não são universais na sua aplicação. Actualmente, são consensualmente identificados quatro regimes internacionais de aplicação de direitos humanos: o europeu, o inter-americano, o africano e o asiático. Mas serão os direitos humanos universais enquanto artefacto cultural, um tipo de invariante cultural, parte significativa de uma cultura global? Todas as culturas tendem a considerar os seus valores máximos como as mais abrangentes, mas apenas a cultura ocidental tende a formulá-los como universais. Por isso mesmo, a questão da universalidade dos direitos humanos trai a universalidade do que questiona pelo modo como o questiona. Por outras palavras, a questão da universalidade é uma questão particular, uma questão específica da cultura ocidental (SANTOS, 2003, p. 19).

As tensões que envolvem os direitos humanos são complexas e refletidas por Boaventura de Sousa Santos através de três elementos: (i) regulação social X emancipação social, (ii) Estado X sociedade civil e (iii) Estado-nação X globalização (1997)²¹.

Nesse antagonismo universalismo *versus* relativismo, entram em conflito projetos de sociedade inscritos no Ocidente e em outras localidades consideradas periféricas. As teorias pós-coloniais alertam-nos para as consequências nefastas da ação colonizadora do Ocidente e seu projeto geopolítico empreenderam desde época das grandes navegações cujas reverberações se estendem até os dias atuais. A perspectiva multicultural, por outro lado, reivindica a valorização e o reconhecimento dos saberes, ritos, crenças, práticas e organizações locais promovendo a igualdade entre epistemologias diferentes.

Entretanto, o conflito se acentua quando culturas locais vão de encontro aos direitos expressos na DUDH, por exemplo, a negação do acesso à educação das mulheres de algumas regiões do Oriente Médio, a mutilação genital de mulheres do continente africano ou a prática de infanticídio (na concepção ocidental) de crianças com deficiências em algumas tribos indígenas.

A questão se complexifica ainda mais quando tratamos de opressões contra determinados grupos socialmente estigmatizados, cuja exclusão está enraizada nas

²¹ Santos argumenta ponto a ponto sobre estas tensões no seu artigo “Por uma concepção multicultural dos direitos humanos”

culturas locais, nas quais determinadas opressões se cristalizam como práticas culturais naturalizadas e estimuladas. É aqui que entra o problema da homofobia.

A depender do país ou território que estamos falando, a homofobia está inscrita na cultura e nas práticas sociais dos sujeitos de cada localidade. No Brasil, um episódio interessante ilustra a questão: Como a homossexualidade é considerada um pecado pelas religiões de matrizes cristãs, no processo de confecção de projeto de lei que criminalizaria a homofobia uma tensão se estabeleceu no Legislativo Federal envolvendo ativistas de direitos humanos LGBT e parlamentares cristãos. Resolveu-se então por elaborar um projeto de lei com a ressalva de que discursos religiosos anti-homossexuais fossem considerados como liberdade de expressão religiosa e não um crime passível de punição.

O fato é que a violência homofóbica representa o ápice de um conjunto de violências simbólicas expressas em discursos que subalternizam e inferiorizam a população LGBT, tornando-os/as vulneráveis a violências verbais e físicas.

O exemplo acima ilustra que, se por um lado o universalismo beira o colonialismo e a dominação geopolítica do Ocidente sobre o Oriente e os territórios mais frágeis econômica e socialmente, o relativismo pode ser considerado conivente com determinadas práticas e culturas que terminam por ferir a dignidade humana e das violações dos direitos humanos de diversos grupos sociais.

Santos (2003) propõe a superação desse suposto dilema defendendo a transformação da conceituação e das práticas dos direitos humanos pelo que chama de localismo globalizado em projeto cosmopolita através de cinco premissas centrais:

- I. Superação do debate sobre universalismo e relativismo cultural
- II. Todas as culturas possuem concepções de dignidade humana, mas nem todas a concebem em termos de direitos humanos.
- III. Todas as culturas são incompletas e problemáticas nas suas concepções de dignidade humana.
- IV. Todas as culturas tem versões diferentes de dignidade humana.
- V. Todas as culturas tendem a distribuir as pessoas e os grupos sociais entre dois princípios competitivos de pertença hierárquica: 1º o princípio da igualdade e o 2º o princípio da diferença.

A respeito das cinco premissas que transformariam os direitos humanos, Santos sustenta:

Estas são as premissas de um diálogo intercultural sobre a dignidade humana que pode levar, eventualmente, a uma concepção mestiça de direitos humanos, uma concepção que, em vez de recorrer a falsos universalismos, se organiza como uma constelação de sentidos locais, mutuamente inteligíveis, e se constitui em redes de referências normativas capacitantes (SANTOS, 2003, p. 22).

Com efeito, pensar a superação da homofobia, distribuída em diversos pontos do globo, passa por um diálogo intercultural que vise o respeito às identidades LGBT sem, contudo, impor outra cultura pretensamente melhor ou civilizada, como se autointitulavam diversas colônias na sua empreitada dominadora.

2) A Construção Democrática no Brasil: Projetos Políticos e Trajetórias Individuais

O artigo 1º da Constituição Federal de 1988, também conhecida como a Constituição Cidadã, estabelece que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” (BRASIL, 1988). A preocupação expressa na redação é fruto, entre outros fatores, dos tempos autoritários nos quais o Brasil (e vários outros países da América Latina no contexto da Guerra Fria) vivenciou na Ditadura Militar (1964-1985).

Assim, os movimentos sociais e seus projetos democratizantes dos anos 70 e 80, a despeito dos limites, contradições e da presença de agentes advindos da ditadura na Assembleia Nacional Constituinte, conseguiram que a Constituição de 88 afirmasse o Brasil enquanto um Estado Democrático de Direito e que sua nova forma de governo seria exercida pelo povo, por meio de representantes eleitos/as ou diretamente; isto é, trazia um elemento “novo” para a política institucional brasileira: a previsão da participação social na gestão do Estado. Sobre o papel fundamental dos movimentos sociais para a queda da ditadura militar e sua luta pela construção democrática após o regime autoritário, reflete Gabriel Feltran (2006):

Apesar de nunca terem sido hegemônicos, nem mesmo naquele período, os discursos populares que apareciam publicamente neste cenário desempenharam papel inquestionável tanto na pressão pela abertura do regime militar, quanto no contexto que se seguiu à queda da ditadura. A aparição de movimentos sociais em cena, animados pela renovação nas matrizes discursivas que balizavam as lutas sindicais, religiosas e marxistas de até então, tornava-se no Brasil um novo modo de fazer política. A novidade consistia na renovação tanto dos terrenos quanto

dos sujeitos aptos a fazer política, e no fato de diversos setores da esquerda, que haviam sido suprimidos do cenário nacional pela repressão de Estado, estarem então articulados sobre um pano de fundo comum – justamente a luta pela democracia (FELTRAN, 2006, p. 372).

É válido lembrar que é no final dos anos 70 e início dos anos 80 que surgem grandes organizações de esquerda como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Partido dos Trabalhadores (PT) e seus projetos democratizantes. A partir da Constituição de 88, o Brasil passaria a viver o maior período de vigência da democracia de sua história com eleições regulares e alternância dos partidos políticos no poder.

Contudo, a realização de eleições regulares e a rotação das elites políticas no poder são condições necessárias, porém não suficientes para a radicalização da democracia. Neste sentido, este trabalho afilia-se teoricamente com a compreensão de Dagnino et al (2006) de que a democracia não tem um fim, não se esgota em si mesma e, portanto, não viria a ser consolidada, acabada ou finalizada. A autora utiliza nas suas reflexões a expressão “construção democrática” para explicitar que a democracia está em permanente atualização e modelagem. Esta filiação teórica nos faz rejeitar a ideia de democracia plena ou consolidada em vista dessa compreensão dinâmica e dialética da democracia.

Voltando ao resgate histórico do período pós-ditadura militar no Brasil, a Carta Magna previu a coexistência de dois modelos proeminentes da democracia: a representativa e a participativa. Como já bastante discutido (SOUZA, 2008; SILVA, 2012), o modelo representativo prevê a participação política dos cidadãos através de representantes eleitos/as que passam a incidir nos espaços institucionalizados de poder (Estado e suas estruturas), como é o caso dos processos eleitorais vivenciados a cada dois anos no Brasil. Neste sistema, elegemos pessoas e plataformas políticas que julgamos representar os nossos anseios e delegamos a elas o poder de decidir e governar em nosso nome. Nesta dinâmica todos e todas podem votar e ser votados/as ao mesmo tempo desde que cumpra com as regras eleitorais vigentes, como ser membro de um partido político, por exemplo.

Boaventura de Sousa Santos e Leonardo Avritzer na obra “Democratizar a democracia” (2003) vão desenvolver instigante reflexão na qual defendem a radicalização da democracia através da participação popular. Para isso apontam os limites dos pressupostos da democracia representativa assentada nas teorias liberais da democracia desenvolvidas ao longo do Século XX e que se tornaram hegemônicas em regimes

democráticos contemporâneos: (i) a contradição entre mobilização e institucionalização; (ii) a valorização da apatia política; (iii) a redução da democracia ao processo eleitoral; (iv) o pluralismo tratado como incorporação partidária e o domínio das elites sobre os partidos e (v) a solução minimalista da participação pelo viés da discussão das escalas e da complexidade (SANTOS; AVRITZER, 2003). Na perspectiva representativa, a politização dos/as sujeitos é diminuída, posto que participam apenas da escolha dos/as seus/suas representantes, ou seja, seu poder deliberativo se reduz e se limita ao voto em períodos fixos. Inclusive, a minimização da política (ou melhor, a despolitização dos/as sujeitos/as) é marca essencial do projeto neoliberal, uma vez que a participação social pode ser nociva ao sistema político, gerando uma situação de “sobrecarga democrática”²².

No entanto, como visto anteriormente, a Constituição Cidadã previu também a coexistência do modelo participativo no Estado brasileiro, não apenas no seu Artigo 1º, que é a base da legalidade da participação social, mas em um conjunto de dispositivos que viriam a seguir na Carta Magna.

Na democracia participativa, a política e a politização dos sujeitos e sujeitas são maximizadas na medida em que os conflitos sociais vem à tona nas arenas de disputa. É importante ressaltar que a coexistência de conflitos e a busca pela sua superação é um dos fundamentos da democracia. Sua resolução encontra muito mais guarida na dimensão participativa, uma vez que elas não serão negligenciadas pela minimização da política e pelo “encobrimento/silenciamento” de tais conflitos. Nesta dimensão, o/a cidadão/ã não delega/aliena o seu poder a outrem sendo ele/a o/a detentor/a do poder que poderá ser utilizado em períodos mais constantes e contínuos, atuando no cotidiano da vida e incidindo nas questões que afetam a sua vida e a de muitos/as.

Para explicar a quantidade significativa de propostas participativas na Constituição Federal de 1988, recorreremos à tese de doutoramento de Ana Cláudia Teixeira (2013) para compreender os sentidos e as utopias participativas gestadas ainda na ditadura militar, passando pelos governos Collor e FHC e culminando na gestão do PT em nível federal. Em seu estudo, a autora classifica os sentidos, a partir da noção de imaginários sociais, da noção de democracia participativa em três fases distintas da

²² Segundo Santos e Avritzer (2003) o conceito de “sobrecarga democrática” pode ser explicado como a inclusão política de atores/atrizes e demandas em “excesso” o que poderia colapsar a democracia. Sabemos que essa defesa guarda interesses elitistas e excludentes que visam a prioridade na acumulação capitalista em detrimento da redistribuição social. Enquanto os movimentos sociais populares lutam pela ampliação da democracia, os setores conservadores insistem na minimização da democracia para conservar os seus privilégios históricos.

história do Brasil: o primeiro período que vai de 1975 até 1990 (período que compreende a ditadura e o processo de redemocratização), através do campo da esquerda brasileira e sua heterogeneidade, expressa no entendimento da participação popular enquanto caminho para a emancipação social. Num segundo momento, no período que compreende o ano de 1991 até 2002, no aprofundamento do neoliberalismo sob os auspícios de Fernando Henrique Cardoso, a participação teria uma feição mais deliberativa. A partir de 2003 até 2010, exatamente no Governo Lula, a participação social do período é analisada como uma “escuta”, diminuindo a noção emancipatória e deliberativa sobre ela em paralelo ao aumento exponencial da participação social e das instituições participativas (IP).

Segundo Leonardo Avritzer (2008), as IP são arranjos diferentes de inclusão da sociedade civil na decisão, elaboração e controle social das políticas públicas classificando três formas distintas de possibilidades participativas: a primeira seria o que ele chama de “desenho participativo de baixo para cima” como os Orçamentos Participativos e as conferências, por exemplo. O segundo é caracterizado pela partilha de poder entre o Estado e a sociedade civil que pode ser ilustrado pelos Conselhos de políticas públicas como exemplo. O terceiro formato se dá por meio da confirmação da população em decisões anteriormente definidas como é o caso do Referendo (AVRITZER, 2008).

O estudo de Teixeira (2013) sobre os sentidos da participação social no Brasil nos ajuda a compreender a relação entre participação social e projetos políticos (DAGNINO et al, 2006) na medida em que um retroalimenta o outro; ou seja, a depender do projeto político dominante e da correlação de forças em determinados contextos, a participação assumirá feições mais ou menos intensas, mais ou menos diversas/criativas e mais ou menos eficazes no que tange à conquista e garantia de direitos e de políticas públicas. Utilizamos a noção de projetos políticos tal como elaborado por Dagnino et al para “designar os conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos” (2006, p. 38).

Com efeito, a noção de projetos políticos formulado pelos autores que fundamentam teoricamente essa dissertação, contém em si muitas implicações teóricas dentre as quais quatro têm especial relevância para este estudo.

Em primeiro lugar, a noção de projeto político implica a valorização do protagonismo, da intencionalidade e da agência humana como fundamentais à ação

política e a análise desta. Dagnino et al (2006) vão beber da fonte teórica de Ann Mische (2001) para argumentar sua defesa em torno desse agenciamento transformador. Aqui os sujeitos e sujeitas são conscientes de sua condição no mundo e no que nele é transformável para poder atuar politicamente. Embora os autores não façam menção à teoria freireana, é possível ver muitos dos elementos do pensamento do educador, sobretudo no clássico “Pedagogia do Oprimido” em que Freire disserta sobre a capacidade do ser humano romper com a relação opressor-oprimido por meio de uma ação educativa e política emancipadora e libertadora. Esse pensamento, inclusive, vai balizar muitas das ações políticas da esquerda brasileira no período ditatorial que vão culminar na abertura democrática e em uma maior demanda por participação popular. Mais uma variável na compreensão de tantos dispositivos participacionistas na Constituição Federal de 1988.

A segunda implicação da compreensão de projetos políticos é “o vínculo indissolúvel entre a cultura e a política que ela expressa” (DAGNINO et al, 2006, p. 39). A contribuição da Antropologia é essencial para a compreensão desta implicação na medida em que os atores e atrizes sociais estão imersos/as em estruturas culturais que afetarão a ação política. Entretanto, embora a cultura interpele a ação destes/as sujeitos/as, eles/as re-elaboram, atualizam e incluem novos elementos a sua atuação política. Aliás, podemos dizer que os chamados novos movimentos sociais confrontam-se justamente com esquemas culturais que os/as oprimem, almejando, assim, sociedades com pensamentos, práticas e modos de se relacionar alternativos, o que demanda intervenções no campo da cultura. Por isso, há uma capacidade crítica, subversiva e criativa latente nesse tipo de movimento social como é o caso do Movimento LGBT, feminista, negro, também chamados de movimentos identitários. Assim, os projetos políticos têm interface direta com a cultura como afirmam Dagnino et al:

Os projetos políticos são construções simbólicas que mantêm relações cruciais com o campo da cultura e com culturas políticas específicas. Os atores que formulam e difundem os projetos políticos expressam, por um lado, aprendizado normativo e impulsionam novos princípios culturais; mas, por outro, especialmente em suas práticas concretas, também reproduzem, com frequência, combinações peculiares de culturas políticas que expressam a coexistência e a tensão entre novos e velhos princípios culturais. Essa coexistência tensa e contraditória é constitutiva do cenário do processo de construção democrática na América Latina e se reproduz no interior das organizações da sociedade civil (2006, p. 28).

A terceira implicação da noção de projeto político está no fato de que tal noção aqui adotada não se limita a diagnósticos e respostas sistematizadas como, por exemplo, as que são formuladas no interior dos partidos políticos, mas se amplia para distintas formas sobre as quais estes projetos, carregados de crenças, valores, representações e ideais, se materializam na ação humana, o que permite flexibilizar as análises sobre a diversidade de pessoas envolvidas com a construção democrática e a sua ação política.

A quarta e última implicação da noção de projetos políticos refere-se à observação das dimensões que atravessam esses/as sujeitos/as e sua ação política. Embora não se esgote apenas nestas dimensões, Dagnino, Olvera e Panfichi (2006) apontam as dimensões coletiva, individual, de classe, organizacional e estatal. A dimensão individual irá interferir nos projetos coletivos assim como os projetos coletivos irão influenciar as individualidades dos/as sujeitos/as. Essa relação que se retroalimenta é muitas vezes marcada por movimentações ora de aproximação, ora de distanciamento.

Além disso, as múltiplas filiações, características de ativistas e militantes da esquerda, complexificam ainda mais a questão. Hipoteticamente, uma pessoa pode ter construído seu projeto político através da influência de seus familiares e reconstruir sua visão de mundo após a entrada em um partido, em um movimento, uma ONG ou um grupo de pesquisa universitário. É interessante analisar, caso a caso, para observar a riqueza das experiências de múltiplas filiações. Esse grande tecido político apresenta muitas consequências que passam pela convergência projetiva desde a divergências traumáticas.

Um bom exemplo dos conflitos em torno das multifiliações, no que diz respeito ao movimento LGBT, é narrado por Gustavo Gomes da Costa Santos (2006) ao tratar do “racha” do movimento LGBT paulistano em 2002. O mesmo ocorreu quando o então Presidente da Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo (APOGLBT) lançou candidatura para Deputado Federal e acabou sendo alvo de acusações pela Diretoria da APOGLBT de utilizar a visibilidade obtida pela Parada para benefícios políticos pessoais. Ao mesmo tempo, as experiências de múltiplas filiações podem se mostrar convergentes e estratégicas. Exemplo disso pode ser dado por um líder estudantil filiado a um partido político que está na estrutura do Estado. Este ativista pode “pressionar” aquele órgão de governo ocupado pelo seu partido para alavancar internamente políticas e ações com as quais sem uma pressão externa não seria capaz de realizar ou promover mobilizações políticas exigindo mais condições estruturais para o desenvolvimento das políticas públicas. Isto se intensifica, sobretudo em governos de coalizão em que distintos projetos

políticos competem entre si de dentro do Estado e a correlação de forças não permite o avanço de pautas mais progressistas, por exemplo.

A dimensão de classe dentro do que apresenta a leitura de Dagnino et al (2006) é mais “evidente” e talvez por isso menos explorada, mas pode ser entendida como o lugar de classe ao qual o/a o sujeito/a pertence e os projetos que se formulam a partir desse lugar. Dificilmente, um/a trabalhador/a sindicalizado/a terá como orientador de sua ação política um projeto neoliberal de sociedade, de precarização de direitos trabalhistas ou de minimização do Estado sobre a regulação econômica do mercado. Poderá haver trabalhadores/as afinados/as ao projeto neoliberal, mas não é o que se espera, assim como não se espera de ativistas LGBT a ação política que fortaleça uma visão de mundo homofóbica (ressalvadas as práticas sociais que são explicadas pelo fenômeno da homofobia internalizada). Essa relação com o Movimento LGBT, que poderia ser ampliada para outros segmentos vulneráveis da sociedade, não foi feita ao acaso e visa complementar o pensamento apresentado ao longo do texto em questão.

Ainda na quarta implicação da noção de projetos políticos que avalia as dimensões que atravessam os/as sujeitos/as, encontramos a dimensão organizacional ou institucional que visa o fortalecimento e a preservação de projetos de organizações mais estruturadas e formalizadas. Exemplo disso são as Organizações Não-Governamentais que operam a partir de concepções de mundo e objetivos definidos de atuação.

A última dimensão apresentada é a dimensão estatal que possui diferenças quando comparada à dimensão organizacional. No caso estatal, há elementos que a particularizam como o seu lugar na sociedade nacional e no que diz respeito às relações, pactos, acordos e convenções internacionais, sem falar das funções, finalidades, objetivos e responsabilidades que possui. Deste modo, é chamada atenção para o peso da dimensão estatal na elaboração e implementação de distintos projetos políticos. Daí reside o interesse de muitos/as ativistas sociais e militantes partidários/as em disputar a ocupação do Estado com o objetivo de transferir determinados projetos do campo da sociedade civil para essa instância. Nunca é demais lembrar o caráter heterogêneo do Estado, refletido desde os escritos do italiano Antônio Gramsci, que criticavam as leituras parciais do marxismo que viam o Estado exclusivamente como o “comitê executivo da classe burguesa”.

Aliás, é necessário que se discuta a heterogeneidade do Estado e também da sociedade civil, uma vez que elas são aqui tomadas como campos extensivos e complementares em que há trânsito, deslocamento e relação entre ambas. De fato, esses

dois campos se construíram histórica e socialmente de forma simultânea e interrelacional o que demanda análises para compreender o processo de democratização (DAGNINO et al, 2006).

Os autores tecem ainda uma crítica à ideia da sociedade civil como sendo o “pólo da virtude democrática”; ou seja, eles demonstram que no interior da sociedade civil há uma pluralidade de projetos e práticas políticas que põem em xeque a visão antagônica, dicotômica e reducionista de que o Estado seria o representante das “forças do mal” e a sociedade civil das “forças do bem”. Fazia algum sentido analisar a sociedade civil nessa perspectiva numa conjuntura em que o Estado, dominado por militares, se configurava como ditadura repressora e violadora de direitos humanos. Passado este período e reconfiguradas as forças políticas presentes no Estado, a própria sociedade civil fragmenta-se em diversos projetos que vão desde as intenções democráticas e democratizadoras até as práticas e projetos corporativos, clientelistas, autoritários e antidemocratizantes. Aliás, até mesmo na ditadura militar brasileira não se pode dizer que a sociedade civil na sua integralidade tivesse um projeto unicamente democratizador para o país.

Essa compreensão nos ajuda a analisar os distintos projetos presentes na sociedade civil e no Estado na contemporaneidade, haja vista as recentes vitórias eleitorais da esquerda nos países da América Latina, o que serve para reconhecer projetos e atuações políticas progressistas desenvolvidas no interior do Estado e de sua complexa e heterogênea estrutura. Como falam Dagnino et al (2006), contextos que permitem eleições livres somado a liberdade de organização partidária resultam numa ampliação da heterogeneidade política dado o conjunto plural de projetos políticos que podem ascender aos diferentes níveis de governo.

Atenção especial é dada por Dagnino et al (2006) às diversas formas de associação no período pós-ditadura na medida em que, reconhecendo a sua heterogeneidade, os autores refletem sobre as suas múltiplas capacidades: são importantes na formação política, cívica e conscientizadora, na representação comunitária ou na incidência cultural transformando paradigmas e relações de poder historicamente conformadas como é o caso de movimentos de luta por identidade como o Movimento Feminista, LGBT, Negro, Indigenista, Idoso, etc. Ao mesmo tempo, essas associações podem não ser capazes de fomentar as ações descritas acima em face de presença e reprodução de práticas intolerantes e autoritárias (machismo, LGBTfobia, racismo, entre outros fenômenos opressores), corporativas e clientelistas.

No campo das análises sobre o Estado, Dagnino et al (2006) apontam três categorias que auxiliarão na compreensão dessa heterogeneidade, a saber: a arqueologia do Estado, a sociedade política e os partidos políticos. Por arqueologia do Estado entende-se a sua diversidade estrutural: em um plano vertical os níveis de governo federal, estadual e municipal e num plano horizontal os três Poderes do Estado Democrático, nomeadamente o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. O chamado presidencialismo de coalizão enriquece ainda mais a pluralidade de projetos e práticas no interior do aparato estatal em que determinadas instituições podem apresentar-se autoritárias, neoliberais ou democráticas na sua forma de se relacionar com a sociedade civil.

Ao falar desse relacionamento ou do que podemos chamar por mediação, a categoria “sociedade política” nos ajuda a compreender a heterogeneidade. Sociedade política aqui é entendida como os aparatos de governo, os partidos no governo, os partidos no parlamento e nos governos locais e regionais. Outra compreensão limitada da sociedade política é aquela que a distingue radicalmente da sociedade civil, pois muitas das estratégias desse setor são justamente influir com mais eficácia no Estado, optando assim por vincular-se a partidos e disputar os espaços de poder institucionalizados como o Legislativo. Não raro se vê parlamentares oriundos/as de movimentos sociais e organizações da sociedade civil.

Nessa direção, é importante observar a figura dos partidos políticos na sua relação com a heterogeneidade do Estado. Os partidos mediam as relações entre a sociedade civil e o Estado, pois elaboram projetos, formam seus membros filiados e criam redes que se articulam com os governos. Os partidos ainda são uma resposta aos projetos políticos – aqui entendidos como um conjunto de ideias e doutrinas – que dão forma às diferentes correntes e sujeitos/as que o/a compõem.

Com esta compreensão não se pretende inverter as posições e afirmar que o Estado é o lócus de projetos democráticos e a sociedade civil o seu oposto, mas demonstrar que os projetos políticos em disputa na América Latina são mais complexos do que parecem ser, demandando assim, análises mais localizadas e aprofundadas sobre os projetos no interior dos distintos campos.

Em suma, a heterogeneidade da sociedade civil e do Estado configura um mapa extraordinariamente complexo de possibilidades de colaboração e confronto. Sua consideração na análise do processo de construção democrática nos parece, portanto, fundamental para elucidar o intrincado jogo de forças que institui o terreno de disputa onde se dá esse processo. Da mesma forma, esse terreno só poderá ser mapeado

adequadamente, se os distintos projetos políticos que o atravessam forem considerados na análise e compreendidos como componentes essenciais da ação política (DAGNINO et al, 2006, p. 38).

Na análise de sujeitos/as e práticas concretas, Dagnino et al (2006) identificaram ao menos três distintos projetos políticos em disputa na América Latina: (i) projeto autoritário, (ii) projeto democrático-participativo e (iii) projeto neoliberal.

Projeto Autoritário

O projeto político autoritário é bastante conhecido na América Latina em face das experiências vividas no período da guerra fria e antes mesmo de suas independências políticas, em contextos coloniais. É válido dizer que embora não encontre o mesmo respaldo que outrora, em face da reprovação internacional e também da sociedade civil organizada, que esse tipo de projeto (e de governo) carrega e da hegemonia das democracias liberais, o projeto autoritário encontra-se latente nesse continente e nada garante que ele não possa vigorar em caso de oportunidades propícias para a sua ascensão, haja vista os clamores por intervenção militar vistos nas manifestações de Março e Abril de 2015 no Brasil²³. Por isso há uma vigilância e uma preocupação para que esse tipo de pensamento não ganhe força nos países que sofreram golpes de Estado e experimentaram regimes ditatoriais de cunho militar, especialmente nos países da América Central e do Sul.

Nessa acepção, as instituições democráticas são frágeis ou inexistentes e a sociedade civil não existe para o Estado (no campo do reconhecimento) e a relação que se estabelece entre esses dois campos é o da repressão, cooptação e do clientelismo. Aqui a cidadania é violada e os direitos políticos minimizados ou anulados. A participação social inexistente e caso venha a ocorrer não será nos moldes da partilha do poder, mas para legitimar a ação do Estado opressor.

Cabe destacar que geralmente há protestos de cunho reivindicatório, mas que são fortemente reprimidos pelas instituições estatais com destaque para os órgãos e agentes de Segurança Pública que se tornam o maior escudo desse tipo de projeto e ao mesmo tempo de seus dirigentes (no caso das experiências latino-americanas). Nesse sentido, a

²³ Como demonstra a notícia “Manifestantes no Recife pedem intervenção militar no Brasil”. Disponível em: <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2015/03/manifestantes-no-recife-pedem-intervencao-militar-no-brasil.html>. Acesso em 15/07/2015.

política pública é concebida como uma ação exclusiva do Estado, sem a participação da sociedade civil na sua elaboração e aplicada de maneira clientelista e particularista (DAGNINO et al, 2006, p. 47).

Projeto Democrático-Participativo

Eis outro projeto político pulsante na América Latina e que serve de referência internacional para outros países e continentes do globo. Nesse projeto é buscada e promovida a radicalização e o aprofundamento da democracia por meio da participação social visando à construção de uma cultura participativa e que complemente o modelo representativo de cunho elitista e excludente que encontra na sua dinâmica vários limites para garantir a cidadania. A democracia participativa, assim, visa corrigir as distorções das teorias liberais da democracia e complementá-la no seu desenvolvimento. Também pode ser entendida como a ampliação da representação (os conselhos de políticas públicas são um bom exemplo desse tipo de ampliação em que novos/as representantes, também eleitos/as, entram em cena). Desta forma, visa-se a desprivatização do Estado e a conseqüente valorização do espaço público como arena de negociações dos conflitos sociais.

Nesse projeto político, que pode ser visto após a reabertura democrática em muitos países da América Latina como é o caso do Brasil, a participação é concebida como partilha de poder ou co-gestão popular. Para além dessa partilha de poder, o projeto democrático-participativo se preocupa com o exercício real do controle social também denominado *accountability* que tem sido exercitado sob a forma de três modelos na América Latina: (i) Nos processos fiscalizatórios empreendidos pelas organizações da sociedade civil sobre os recursos, aplicações financeiras e atos do Estado (como a criação de Observatórios, por exemplo), (ii) através da criação de novas instituições no aparato do Estado que tem como função garantir o direito à informação e (iii) por meio de reformas internas do Estado que tem provido agências e órgãos de controle interno do próprio Estado que atuam como entidades autônomas. A noção de heterogeneidade do Estado ajuda a explicar a variação do grau de autonomia e intervenção que cada agência dessa natureza tem exercido nos países da América Latina.

Outra característica fundamental do projeto democrático-participativo é a concepção de sociedade civil abarcada por esse projeto político. Nele, a sociedade civil tem a sua heterogeneidade e o seu papel de assegurar o caráter público do Estado, através

da participação e do controle sociais, devidamente reconhecidos. A visão de cidadania privilegiada aqui é o da filosofia arendtiana de “direito a ter direitos” e nessa visão existe uma luta que tenciona articular a busca por direitos específicos com a busca pela construção democrática. Além disso, a luta pela igualdade reconhecendo as diferenças é respeitada (DAGNINO et al, 2006).

A ampliação da representação política, característica desse projeto político, representa uma das três feições daquilo que Boaventura de Sousa Santos chama por direitos humanos contra-hegemônicos (SANTOS e CHAUI, 2013). Os teóricos argumentam que essa ampliação é necessária tanto em termos de justiça histórica quanto pelo caráter humanitário que as chamadas minorias lutam, ou seja, a luta contra a LGBTfobia, por exemplo, não afeta positivamente apenas a população LGBT, mas todos e todas em geral.

Projeto Neoliberal

O Projeto Político Neoliberal encontra na sua dinâmica um caráter perverso do projeto autoritário, pois nele, conceitos construídos no âmbito do projeto democrático-participativo, forjados no interior das lutas emancipatórias dos movimentos sociais são ressignificados e, embora utilizem as mesmas expressões (como cidadania, sociedade civil e participação), elas carregam em si outros sentidos e objetivos políticos distintos e até mesmo antagônicos. Como ponto de partida, define-se o projeto neoliberal como projeto político que visa ajustar o Estado e suas relações com a sociedade civil a partir das demandas e necessidades de acumulação capitalista da economia global.

Deste modo, a primeira contradição que se vê é que esse projeto não advém de uma percepção, diagnóstico ou necessidade da sociedade civil mediado pela democracia, mas pelas agências econômicas internacionais que, em detrimento das soberanias nacionais, implementam políticas macroeconômicas que regulam o Estado para atender ao mercado. Marco desse conjunto de medidas macroeconômicas é o chamado “Consenso de Washington” elaborado em 1989 por economistas e instituições financeiras estadunidenses que visavam uma nova ordem econômica e mundial, ordem esta que afeta diretamente países em desenvolvimento.

Assim, esse projeto, ao contrário das formulações dos movimentos sociais, é originado e implementado de cima para baixo. A concepção neoliberal de Estado toma esse ente como um órgão gigante, ineficiente, burocrático e corrupto devendo ter, deste

modo, suas responsabilidades sociais transferidas para a sociedade civil, nesta acepção chamada de Terceiro Setor e para a iniciativa privada e as suas ofertas de serviços. Além disso, enfatizam as privatizações como iniciativas que reduziriam esse Estado “inchado”, caro ao/à contribuinte (sobretudo com os setores empresariais e industriais) e ineficiente. Ainda nessa perspectiva, o Estado não deve regular a economia deixando para o mercado, sob o princípio da oferta e da demanda, a livre regulação da economia. Nessa lógica, o Estado passaria a ser uma extensão do mercado, internalizando assim suas práticas gerencialistas e tecnocratas e o/a cidadão/ã seria um consumidor, um beneficiário de um serviço que deve ser a qualquer custo eficaz e eficiente.

Como dito acima, o conceito de “confluência perversa” auxilia na compreensão da resignificação de categorias caras ao projeto democrático-participativo, esvaziando seu conteúdo político e transformador para palavras que funcionam como uma espécie de “marketing social”, apelando às pessoas a aprovação e o convencimento desse projeto como ideal civilizatório e desenvolvimentista. É também perverso porque o projeto neoliberal, assim como o projeto democrático-participativo que vislumbra o alargamento da democracia e dos espaços públicos de poder e decisão, também requer uma sociedade civil atuante e formuladora de soluções (DAGNINO, 2004).

Nesse sentido, a coincidência na exigência de uma sociedade civil ativa e propositiva, que estes dois projetos antagônicos apresentam, é, de fato, emblemática de uma série de outras “coincidências” no nível do discurso, referências comuns que, examinadas com cuidado, escondem distinções e divergências fundamentais. Assim, o que essa “confluência perversa” determina é um obscurecimento dessas distinções e divergências, por meio de um vocabulário comum e de procedimentos e mecanismos institucionais que guardam uma similaridade significativa (DAGNINO, 2004, p. 147).

Desta maneira, três categorias fundamentais do projeto democrático-participativo perdem o seu sentido original. A primeira delas, a noção de participação, no projeto neoliberal desfaz-se do seu caráter interventivo e transformador para assumir a feição de fornecimento de informações especializadas sobre demandas diversas. A existência e o surgimento de ONGs, Fundações Empresariais e o Terceiro Setor são estimulados pelo Estado, através da publicação de editais e financiamentos exclusivos, diminuindo o caráter revolucionário, utópico e reivindicatório acumulado na sociedade civil em tempos de resistência ditatorial. Inclusive, parte da história do Movimento LGBT brasileiro tem relação direta e se confunde com o projeto neoliberal hegemônico dos anos 90 através de

seus membros organizados nessas estruturas organizativas, uma vez que muitos de seus integrantes organizaram-se como ONGs e foram fundamentais na operacionalização da política de prevenção à DST-AIDS (FACCHINI, 2005; SANTOS, 2006).

Na concepção neoliberal, os movimentos sociais são marginalizados e criminalizados, restando às ONGs a exercerem o papel de sociedade civil demandante pela via da ausência de conflitos. Estabelece-se então uma relação de parceria e complementariedade da sociedade civil para com o Estado diminuindo as tensões políticas e sufocando as vozes contestatórias de ativistas na velha lógica “quem paga, manda”. Nesse sentido, a sociedade civil é concebida de maneira seletiva e excludente tendo por critérios a qualidade e a capacidade técnica, procedimental e profissional dessas Organizações Não-Governamentais. A própria expressão “não-governamental” emerge da necessidade de diferenciar o que é governamental do que não é haja visto que membros da sociedade civil executam ações de governo. Assim, as ONGs, embora executassem as políticas públicas, não detinham poder decisório sobre elas uma vez que elas continuam sendo monopólio do Estado financiador. Em síntese, a partilha do poder é diluída nesse projeto.

Nisso reside a ressignificação da segunda categoria crucial do projeto democrático-participativo, o da sociedade civil. Nesse contexto de diminuição do Estado, o chamado Estado Mínimo, os membros da sociedade civil são convocados a participar sob a alcunha da solidariedade. Solidariedade esta também transformada em seu sentido elaborado pelos movimentos sociais. Aqui a solidariedade é concebida numa perspectiva assistencialista, como motivação para a ação voluntária, privatista, individualista na qual passa a ser chamada de “responsabilidade social”.

Uma terceira e última categoria ressignificada é o da cidadania. No projeto neoliberal, a cidadania tem dissolvida sua compreensão de direitos universais resultando em que as políticas sociais sejam direcionadas para setores em situação de risco, funcionando como amortizadoras de tensões sociais que são produzidas com o agudamento da pobreza e das inúmeras formas de desigualdades sociais, ou seja, esforços emergenciais e focalizados são empreendidos, fragilizando a concepção universal de direitos cara aos direitos humanos.

Nessa direção, uma perigosa interface se desenvolve entre cidadania e mercado, pois agora é ele quem oferecerá serviços de cidadania como Educação, Saúde e Segurança. Aliás, é discurso hegemônico em contextos neoliberais que as empresas e as instituições privadas são muito mais eficazes do que órgãos estatais; basta uma superficial

observação na realidade brasileira para visualizar os inúmeros contratos de planos de saúde, a atuação das agências privadas de segurança pública ou o número de escolas e universidades privadas concorrendo com as escolas públicas na formação das crianças, adolescentes e jovens. Assim, a cidadania é limitada à solidariedade com os pobres e necessitados/as que, nessa perspectiva, não são cidadãos/ãs e sujeitos/as de direitos, mas pessoas “carentes”.

Com efeito, as três categorias – participação, sociedade civil e cidadania – são dotadas de um sentido despolitizador, portanto, minimalista da política. A esfera da disputa política se restringe à sociedade política (partidos, principalmente, sendo que estes encontram diversas crises de representatividade e confiança da sociedade em geral) e ao Estado resultando na invisibilização dos conflitos que são confinados ou tratados sob a ótica tecnocrata e gerencial. A apatia e a despolitização dos/as sujeitos/as estão no centro da crítica ao projeto neoliberal, sendo, portanto, considerada uma forma de totalitarismo forjada na privatização do público, na destituição da fala e na anulação da política (DAGNINO et al, 2006).

Como visto, nos detivemos mais detalhadamente sobre os projetos democrático-participativo e neoliberal porque eles preservam valores contemporâneos em intensa disputa no Brasil e na América Latina como um todo. Embora latente, o projeto autoritário não encontra mais espaço como antes e não conseguirá explicar precisamente os fenômenos que circundam a análise de políticas sociais. Além disso, o conceito de confluência perversa parece alertar mais sobre as novas formas de autoritarismo advindos do pacote neoliberal disfarçadas através de palavras forjadas pelos movimentos e organizações democrático-participativas.

Outra noção cara às análises sobre o Centro Estadual de Combate à Homofobia e seus atores e atrizes bem como à relação entre Estado e sociedade civil é a noção de trajetórias individuais. Elas são importantes porque, como Dagnino et al (2006) explicam, há uma tendência analítica que coloca o Estado como instância opositora e antagonista à sociedade civil e vice-versa. Nessa visão limitada e distorcida, a sociedade civil seria o pólo da virtude e o Estado a “encarnação do mal” como apelidam os autores. Essa compreensão maniqueísta limita as análises sobre as relações que se estabelecem entre sociedade civil, sociedade política e Estado na qual o trânsito e o fluxo entre esses campos é bastante fluido. Essa fluidez não se dá ao acaso; ao contrário, ela corresponde às disputas pela hegemonia de distintos projetos políticos nas mais diversas arenas de poder.

Como veremos adiante, muitos dos/as atuais e antigos/as gestores/as e técnicos/as do CECH são oriundos da sociedade civil (tanto do movimento LGBT quanto de grupos, ONGs, grupos de pesquisa universitários com temáticas de Gênero e Diversidade Sexual, setoriais partidários, etc.). Como já foi dito, a dimensão estatal confere peso diferenciado aos projetos políticos, sendo muitas das suas ações vinculantes e com efeitos muito mais intensos e impactantes na sociedade. Desta forma, tivemos como opção teórico-metodológica a análise das trajetórias individuais e trânsitos dos membros e ex-membros do CECH na busca de apreender os projetos políticos que fundamentam suas escolhas e ações políticas. Assim, entendemos que as trajetórias individuais e seus trânsitos constroem e reconstroem distintos projetos políticos que por sua vez orientam a ação política desses atores/atrizes empregando assim uma feição à política pública em análise.

Entendemos por trajetórias as formas biográficas que assumem algumas articulações entre a sociedade civil e o Estado. Seu estudo pode constituir um recurso metodológico descritivo para superar a dicotomia que separa artificialmente as duas esferas de atividades em muitas das análises da política latino-americana. cremos que as trajetórias permitem observar tanto as vinculações e separações entre a sociedade civil e a sociedade política, assim como as mudanças e as continuidades que sofrem os projetos que orientam a ação dos atores, conforme essas trajetórias se desenvolvem (DAGNINO et al, 2006, p. 69).

Uma das ricas contribuições analíticas da noção de trajetórias é poder visualizar como e por quais motivos, circunstâncias e elementos os projetos de ativistas mudam ou ressignificam sentidos a partir da mudança do campo em que esteja localizado: na esfera civil ou estatal. Assim, pode-se analisar se as trajetórias resultam efeitos conservadores ou democratizadores em seu início, meio e fim e quais as condições para que essas situações ocorram como também é possível explorar se o lugar (considerando sua lógica, condições e funções) desses/as militantes absorve, neutraliza ou impõe mudanças nos projetos e ainda como as trajetórias expõem as tensões entre as dimensões pessoais e coletivas.

Análises desenvolvidas em trajetórias individuais de ativistas da América Latina (DAGNINO et al, 2006) demonstram que (i) nem sempre quando determinados ativistas passam a ser dirigentes de políticas públicas nacionais são produzidos impactos democratizadores nas políticas de governo, o que depende muito dos valores do projeto que orientam a ação política desses/as sujeitos/as, (ii) os projetos sofrem mudanças de sentido na medida em que se muda de lugar de atividade: elementos influenciadores

dessas mudanças são as oportunidades e as restrições à ação política da dinâmica interna de cada esfera de atividade e (iii) os projetos são frutos de negociação e síntese entre os aspectos pessoais e coletivos dos/as sujeitos/as analisados/as.

Um estudo-referência que utilizou a noção de trajetórias individuais para compreender os projetos políticos em disputa no Brasil nas últimas décadas foi o de Gabriel Feltran (2006) que desenvolveu uma metodologia baseada nos seguintes elementos: entrevistas com ativistas que iniciaram suas atividades políticas nos anos 70 e 80; após isso extensas transcrições foram feitas e analisadas em torno de categorias elaborada segundo critérios específicos desenhados pelo pesquisador; depois, ele reconstruiu narrativas através das histórias de vida contadas e desenvolveu análises a partir delas; nem todo o conteúdo disposto foi utilizado em face do tamanho enorme de informações, mas foi utilizado, prioritariamente, pontos que explicavam as relações entre as trajetórias políticas e sua relação com conjunturas e fatos importantes do contexto político brasileiro. Aqui a dimensão da vida privada ganha relevância para explicar como elas produzem projetos políticos.

Pois as vivências familiares, privações materiais, redes de contato e ciclos de vida pessoais, crenças, valores íntimos e interesses particulares – elementos constitutivos do universo privado das pessoas ouvidas – apresentaram-se nos seus trânsitos ao mundo público como elementos constitutivos da conformação política da militância de cada um (visto que, como militantes, os indivíduos não se despiam desses elementos, que os constituíam a todo tempo) (FELTRAN, 2006), p. 378).

Essa perspectiva teórico-metodológica faz muito sentido em estudos que tem relação com temáticas identitárias, pois como o Movimento Feminista bem ensinou: “o pessoal também é político”. Como Feltran (2006) mesmo argumenta, mais do que contar histórias de vida, buscou-se compreender as relações e trânsitos entre sociedade civil e Estado por meio dessas histórias para que, assim, reflexões pudessem ser desenvolvidas em torno da construção democrática. Com base nesse estudo, ele identificou três distintas concepções sobre a atuação do Estado emanadas pelos/as sujeitos/as entrevistados/as: (i) a primeira que defendia a relação da sociedade civil e do Estado através de parâmetros públicos bem estabelecidos e da partilha do poder, (ii) a segunda concepção que advoga em favor da parceria entre Estado e iniciativa privada dada a incapacidade financeira do Estado investir nas políticas sociais. Assim, a iniciativa privada pode e deve, a partir de um caráter social, financiar políticas públicas geridas pelo Estado ou pelo terceiro setor

(ONGs e outras associações sem fins lucrativos) e (iii) a terceira concepção, de feição neoliberal e mais antiestatal de todas, defende o livre comércio, o financiamento privado nas políticas sociais e a responsabilidade do terceiro setor em enfrentar a pobreza. Nessa perspectiva, o Estado é insuficiente e ineficaz para assegurar os direitos sociais, devendo apenas atuar quando esgotadas as possibilidades de o mercado prover os bens e garantir os direitos dos/as cidadãos/ãs (FELTRAN, 2006).

Outro estudo-referência para essa pesquisa foi o empreendido por Santos (2006) em seu estudo com as lideranças do Movimento LGBT da cidade de São Paulo na primeira década do século XXI, os projetos políticos presentes entre elas e a adesão a esses projetos através das trajetórias individuais. Para apreender tais projetos políticos, o autor se debruçou sobre a análise da relação que esses/as lideranças estabeleciam com o Estado e obteve importantes achados: identificou no pensamento daqueles/as lideranças elementos de três distintos projetos políticos denominados “autônomo-liberacionista” (que tem como principal característica a defesa da autonomia do movimentos social em relação ao Estado), “participacionista” (que advoga em favor da maior participação através do controle social do movimento sobre o Estado) e “inclusionista” (que admite o movimento social ser um parceiro estratégico do Estado e da iniciativa privada face aos poucos recursos e gente qualificada no interior do Estado) (SANTOS, 2006).

Em nosso caso, essas trajetórias e projetos nos ajudarão a compreender a atuação e intervenção do CECH por meio das histórias de vida, filiações, trânsitos, deslocamentos e motivações que fazem parte dos membros e ex-membros e as implicações ou reverberações destas trajetórias na política pública ao mesmo tempo que estudamos a dinâmica, os impactos e desafios do CECH.

3) Breve narrativa sobre a história da “participação social LGBT” no Brasil

Estudos como o de Júlio Simões e Regina Facchini (2009) contribuíram significativamente para uma compreensão histórica do desenvolvimento do Movimento LGBT no Brasil. Aqui, pretendemos nos deter mais sobre a história da participação social LGBT no país do que fazer um levantamento histórico do Movimento em si; ou seja, mais do que processos internos e fatos relevantes como encontros ou eventos da militância, pretendemos narrar determinados momentos de interlocução entre o Movimento LGBT e o Estado na tentativa de contextualizar e reconstruir o desenvolvimento dessa participação.

Importante também dizer que não será um levantamento exaustivo desses momentos: primeiro, porque são muitos e bastante descentralizados país afora; segundo, porque não é o objetivo central desse estudo e tampouco caberia no formato desta dissertação. Esse diagnóstico aponta para a possibilidade e a necessidade de realizarmos estudos sobre a participação social da população LGBT em nossas pesquisas para compreender como chegamos até aqui, o que temos no cenário atual, o que queremos e o que podemos fazer para avançar em termos de políticas públicas e direitos de cidadania da população LGBT.

É necessário explicar nossa compreensão para o uso da expressão “participação social LGBT”. Trata-se de termo que visa representar processos participativos de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais na esfera pública em busca de conquistar ou efetivar direitos negados ou violados. A participação social LGBT compreende um conjunto de ações reivindicatórias e propositivas para a sociedade de modo geral, mas é melhor empregada para as relações envolvendo o Estado e sua estrutura político-administrativa. Deve-se compreender a história da participação social LGBT como parte da trajetória da própria participação social no Brasil com os seus momentos, conjunturas, contextos, fases, etapas e sentidos.

Com efeito, desenhamos esse histórico relacionando-o aos sentidos da participação social elaborados por Teixeira (2013), já explorados na seção anterior. Também utilizaremos os escritos de Santos (2007), Facchini (2003; 2005) e Simões e Facchini (2009) para auxiliar na recomposição dessa trajetória.

Não se pode falar do início do ativismo homossexual no Brasil sem considerar o contexto internacional e as movimentações norte-americanas entre as décadas de 60 e 70: nesse período, marcado pela repressão, intolerância e pelos conflitos da Guerra Fria, ganham corpo movimentos de contracultura. Esses movimentos eram compostos majoritariamente por jovens que politizavam o corpo, o prazer (que incluía o uso de substâncias psicoativas como a maconha e o LSD) e a liberdade sexual (com rebatimento nas práticas homoeróticas). Sua postura subversiva contestava os valores e padrões moralistas e tradicionais da classe média norte-americana (SIMÕES e FACCHINI, 2009).

É ainda nesse período que acontece um evento que marcaria significativamente a história do Movimento Homossexual e que ganharia repercussões internacionais: a Revolta de Stonewall (1969).

Na cena homossexual, um evento explosivo passou a marcar essa virada. Na noite de 28 de junho de 1969, uma tentativa da polícia de Nova York de interditar o bar *Stonewall Inn*, situado na Christopher Street, movimentada rua da região boêmia frequentada por homossexuais, deparou-se com a reação irritada dos próprios frequentadores da área, que travaram uma batalha de pedras e garrafas com os policiais. Os protestos de Stonewall passaram a assinalar simbolicamente a emergência de um Poder Gay, e a data passou a ser posteriormente consagrada como o “Dia do Orgulho Gay e Lésbico” (SIMÕES e FACCHINI, 2009, p. 45).

A Revolta de Stonewall, mais do que um evento isolado, apontava para um contexto mais amplo de resistência, contestação e construção de novas formas de sociabilidades entre os/as homossexuais. Essas novas formas de relação compreendem a mudança paradigmática da vergonha para o orgulho, do medo para a afirmação identitária (SIMÕES e FACCHINI, 2009). Se constroem também novos sentidos de solidariedade, de autoestima, de trocas e de um senso coletivo que desembocará na formação de grupos de ativismo LGBT e de lideranças históricas como Harvey Milk (1930-1978), o primeiro ativista estadunidense abertamente gay a ser eleito em cargo público, no estado da Califórnia. Nessa direção, a Revolta de Stonewall, pela sua importância histórica, é considerada marco do moderno Movimento LGBT ocidental.

Facchini (2003) nos ajuda a compreender a história do Movimento LGBT brasileiro por meio do que ela chama de “três ondas” desse Movimento. A “primeira onda” (1978-1983)²⁴, período que converge com o sentido hegemônico de “emancipação” para a história da participação social (TEIXEIRA, 2013), marca o nascimento do grupo SOMOS (SP) e do Jornal *Lampião da Esquina*, no ano de 1978. Ainda no contexto da Ditadura Militar pode-se dizer que a relação com o Estado era estritamente conflituosa e o “diálogo” que se tinha era restrito à resistência às investidas autoritárias e moralistas dos órgãos repressores.

²⁴ A primeira onda (1978-1983) é caracterizada pelo surgimento do Movimento LGBT (chamado de Movimento Homossexual) através do grupo Somos e do Jornal *Lampião da Esquina*. A luta pela politização de homossexuais ocorre em paralelo à luta contra a ditadura. Inclusive, atores e atrizes da esquerda da época argumentarão que existe uma “luta principal” para se referir a luta contra o regime e contra o capitalismo (discurso ainda presente, em certa medida, na atualidade), o que gerava tensões e rupturas. Outra característica é o caráter “terapêutico” que os grupos da época tinham em que nas rodas de diálogo, os membros ativistas possuíam condições desiguais em comum. Pode-se perceber a influência do discurso “o pessoal é político” nesse tipo de ação na medida em que as histórias de vida e as trajetórias eram marcadas por momentos difíceis em função de sua “opção sexual”²⁴. É formado o primeiro grupo de lésbicas a partir de uma cisão do Somos/SP. Surge também o Grupo Gay da Bahia, primeiro grupo a se formalizar como uma ONG e a trazer demandas do Nordeste brasileiro. O GGB terá o protagonismo na campanha pela despatologização da homossexualidade (FACCHINI, 2005)

O episódio da operação policial de “limpeza” do centro de São Paulo, comandada pelo então delegado José Wilson Richetti no ano de 1980 é emblemático das relações tensas entre Estado e sociedade civil dessa época:

Wilson Richetti era um delegado que já havia se tornado conhecido por ter expulsado as prostitutas de São Paulo e criado a zona de prostituição de Santos. Transferido para a Terceira Seccional (Centro) iniciou uma ação contra os freqüentadores noturnos do centro da cidade que ficou conhecida como Operação Limpeza. A campanha e a manifestação contra Richetti estão entre as principais atividades realizadas pelos militantes da primeira onda do movimento paulistano, mobilizando forças de esquerda e os movimentos negro e feminista contra a violência repressiva do Estado (FACCHINI, 2003).

Santos (2007) afirma que nesse período inicial da história do Movimento LGBT brasileiro, o Estado era visto como um inimigo, uma vez que os canais institucionais de interlocução se encontravam fechados, o que contribuiu para que os movimentos sociais assumissem um formato comunitarista e antiautoritário.

Tanto Santos (2007) quanto Facchini (2003) apontam a década de 1980 como um período bastante desafiador para o Movimento LGBT. Tanto que esse momento é conhecido pelo “declínio” da militância através do arrefecimento dos grupos e encontros voltados para a temática da homossexualidade. A AIDS causaria pânico moral e colocava os militantes defronte a novos e duros dilemas. No entanto, apesar de várias demandas empunhadas pelo ativismo homossexual, pode-se afirmar que foi a epidemia da AIDS que levou o Movimento a interagir com o Estado em busca de respostas estatais para combater a doença.

Para além do apoio oferecido pelo Ministério da Saúde, por meio do Programa Nacional de DST/Aids – seja na forma de recursos para o desenvolvimento de projetos financiados, seja na forma de incentivos à organização do movimento e ao seu engajamento na luta contra a epidemia –, a eclosão da AIDS deu ensejo a um debate social sem precedentes acerca da sexualidade e da homossexualidade, em particular. Em que pesem o rastro de morte e violência que acompanhou seu avanço, a epidemia mudou dramaticamente as normas da discussão pública sobre a sexualidade ao deixar também, como legado, uma ampliação sem precedentes da visibilidade e do reconhecimento da presença socialmente disseminada dos desejos e das práticas homossexuais. Se a Aids propiciou uma expansão do poder médico, apoiado na ressonância da mídia, também jogou luz sobre práticas e circunstâncias ligadas ao exercício e à expressão da sexualidade, que deixaram a clandestinidade para adentrar o debate público (SIMÕES, FACCHINI, 2009, p. 134 e 135).

Com efeito, o contexto macro político da época, marcado pela decadência da ditadura militar que resultou na abertura política do país, foi fundamental para a configuração dessa nova relação entre Estado e sociedade civil. Importante ressaltar que essa abertura política trazia consigo uma intensa força democratizante acumulada pelos grupos de esquerda ao longo dos anos de chumbo. É essa força, aliás, que formará aquilo que se chama por “arquitetura da participação social” no Brasil (TEIXEIRA, 2013).

Neste paradoxo, caracterizado pelo esfriamento de um ativismo pautado pela temática homossexual e pela redemocratização brasileira, que se gestam as primeiras experiências de participação social LGBT que culminarão nas primeiras políticas governamentais voltadas para o combate à epidemia da AIDS (SANTOS, 2007). Esse cenário é considerado a “segunda onda”²⁵ (1984-1992) do Movimento LGBT no Brasil.

Em termos de interlocução com o Estado, destaca-se também nesse período a campanha pela inclusão da proibição de discriminações motivadas pela “opção sexual” na Assembleia Nacional Constituinte, responsável por redigir a nova Constituição Federal. Encabeçada pelo Triângulo Rosa e pelo Grupo Gay da Bahia, essa campanha não obteve êxito do ponto de vista legal; no entanto, conferiu visibilidade à luta contra a violência homofóbica e despertou a sensibilidade de alguns parlamentares para a questão (SANTOS, 2007; SIMÕES, FACCHINI, 2009).

A pujança democrática pós-ditadura que desembocaria na Constituição Federal de 88 não foi suficiente para impedir a implementação do projeto neoliberal que se consolidara nos anos seguintes sob a égide do Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Assim, os anos 90 serão marcados pelo fim da guerra fria, pela derrocada dos governos do bloco socialista e pela implementação das políticas macroeconômicas do

²⁵ A segunda onda do Movimento LGBT (1984-1992) pode ser explicada através do surgimento da epidemia de HIV/AIDS, fazendo com que o número de grupos diminuísse. Muitos ativistas da causa homossexual migrariam para lutar contra a epidemia (o que não deixa de ter ainda relação com o ativismo homossexual) em busca de respostas governamentais para a doença. Além disso, a queda da ditadura, do chamado inimigo comum, dilui o caráter comunitário movimentalista vigente nos anos de chumbo. Faz parte desse período a campanha nacional do GGB pela retirada da homossexualidade do INAMPS (Instituto Nacional de Assistência Médica), ou seja, a luta pela despatologização. A luta contra o que era chamado de “câncer gay” diminuía o caráter revolucionário de liberação sexual ao mesmo tempo em que brotava a necessidade de demonstrar à sociedade que gays e lésbicas também eram “decentes”. Também foi nesse período o surgimento da expressão “orientação sexual” em oposição ao que seria uma opção, uma escolha. O grupo Triângulo Rosa do Rio de Janeiro assim como o GGB se formalizaram e realizaram uma campanha pela inclusão da não discriminação pela orientação sexual na Constituinte de 88, sem sucesso. Mas tal iniciativa viria influenciar o Movimento na luta contra a discriminação e é dessa corrente que surgem legislações punitivas em âmbito estadual e municipal (FACCHINI, 2005).

Consenso de Washington, reconfigurando o Estado e as relações com os movimentos sociais (e nesse contexto, com o Movimento LGBT).

A Reforma do Estado, com um pacote austero de medidas que privatizou órgãos estatais, reduziu investimentos públicos, diminuiu o tamanho do Estado e delegaram responsabilidades sociais ao mercado e à sociedade civil, fomentou a transformação dos movimentos sociais em Organizações Não-Governamentais (ONG) que metamorfoseariam seu caráter crítico e reivindicatório em instituições parceiras, técnicas e complementares ao Estado.

Aliado a isso, um forte discurso criminalizatório e repressor iria dificultar a vida política dos movimentos sociais no país. Nesse cenário, multiplicam-se os grupos, ou melhor, ONGs que conformariam o Movimento LGBT da época e que perduram até os dias atuais. A entrada desses novos atores e atrizes sociais na militância é chamada por Simões e Facchini (2009) de “reflorescimento” do Movimento LGBT.

Consideramos “reflorescimento” como uma expressão adequada, pois, mesmo surgindo através de ONGs, os/as militantes desempenhavam posturas características dos movimentos sociais como exercer pressão sobre o Estado e lutar por direitos com intervenções, em muitas situações, bastante radicalizadas. O Movimento LGBT, principalmente por causa de sua heterogeneidade, nunca assumiu em sua maioria o formato de ONG ou de coletivos/grupos de movimentos sociais, mas sim um misto dos dois.

A transferência de recursos do Estado e de agências internacionais para as ONGs LGBT contribuíram demasiadamente para a sua maior integração e fortalecimento (mas também para as contradições, disputas e competições internas). É nesse período, por exemplo, que o Ministério da Saúde passa a financiar encontros da militância LGBT e, no futuro, diferentes órgãos contribuiriam institucionalmente na realização das Paradas do Orgulho LGBT (SIMÕES, FACCHINI, 2009).

Talvez essa relação próxima entre Estado e sociedade civil (não sem tensões, diga-se de passagem) motivou algumas leituras - sobretudo aquelas mais influenciadas pela teoria *queer* - que apontam o Movimento LGBT brasileiro como sendo majoritariamente governista. Tal “acusação”, sem uma análise mais cuidadosa do contexto histórico e dos fatores macro políticos, acarreta em leitura restrita e em alguns casos até injusta, pois algumas acusações focam mais nas figuras dos militantes (e em suas posturas e escolhas) e menos nas armadilhas impostas pelo projeto político neoliberal. Além disso, a visão do

Estado enquanto grande inimigo comum (ou como a “encarnação do mal”, como afirma Dagnino, 2006) é teoricamente restrita e maniqueísta.

Esse conjunto de fatores caracterizaria o que Facchini (2005) denominou de “terceira onda”²⁶ do Movimento LGBT (1992-2005). Além da realização das Paradas, foi nesse período que nasce a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) e que se conquistam as primeiras legislações anti-homofóbicas nas casas legislativas municipais e estaduais. Em âmbito nacional, o projeto de lei sobre a parceria civil entre pessoas do mesmo sexo se destaca, sob a condução da então Deputada Marta Suplicy (PT-SP), na Câmara dos Deputados. É na Terceira Onda que se ampliam as relações entre o Movimento LGBT e o Estado.

Segundo os estudos de Teixeira (2013), a terceira onda do Movimento LGBT converge com o sentido hegemônico de “deliberação”, caracterizado, dentre outros elementos, pela criação de conselhos de políticas públicas e pelas primeiras experiências do Orçamento Participativo em governos municipais administrados pelo PT. Esse sentido participacionista previa a partilha de poder, a deliberação e a cogestão (TEIXEIRA, 2013).

Findado o governo FHC (1995-2003) e iniciado o governo Lula (2003-2011), a relação do Movimento LGBT com setores do Estado se reconfiguraria novamente aproximando ainda mais as duas instâncias. Observa-se, a partir daí, intenso trânsito e deslocamento de ativistas na estrutura do Estado como gestores/as de uma novíssima política LGBT. Nasce dessa conjuntura o Programa Brasil Sem Homofobia (BSH) que dá início à formulação de um pacote de ações afirmativas em parceria com o Movimento LGBT. Nesse Programa, vale destacar, dentre muitas ações previstas, o financiamento

²⁶ A terceira onda do Movimento LGBT (1992-2005) é marcada pelo aumento no número de ONGs e grupos com variados formatos do Movimento LGBT (setoriais partidários, grupos informais, grupos religiosos, etc.) em todo o país. O projeto neoliberal vigente dos anos 90 provocou a organização do Movimento em ONGs e a disputa pela execução de projetos estatais, sobretudo de caráter preventivo do HIV/AIDS. Em virtude do contexto, a pauta de política pública que entra com mais força no Estado é a da saúde, com foco no HIV/AIDS que irá se transformar no Governo Lula, em políticas de direitos humanos e cidadania com a implantação de políticas afirmativas e participativas. É nessa “onda” que entram em cena com mais força outras identidades – e suas agendas – até então secundárias no Movimento LGBT como lésbicas, travestis e transexuais. É nesse período que se formam as grandes redes nacionais que congregam dezenas de organizações locais e de base, como a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), Associação Brasileira de Lésbicas (ABL), Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), Rede Afro LGBT, entre outras, além do aumento da visibilidade na sociedade e na mídia através das Paradas do Orgulho LGBT, outra característica marcante deste período (FACCHINI, 2005).

para criação de Centros de Referência LGBT realizado pelo Governo Federal para ONGs LGBT executarem nos seus territórios. É nesse contexto que nasce o que viria a ser o CECH, objeto do nosso estudo.

Ainda na recomposição histórica de uma participação social LGBT no Brasil, não poderíamos deixar de mencionar a inédita e histórica I Conferência Nacional GLBT, ocorrida em 2008. O evento angariou importante reconhecimento e repercussão, tanto na militância quanto na academia, do ponto de vista da disposição do Governo Federal em escutar a sociedade civil organizada para elaborar as suas políticas voltadas para o segmento. A sua convocação se deu no contexto da implementação do Programa Brasil Sem Homofobia. Diz o Texto-Base da I Conferência Nacional GLBT:

Coroando importantes iniciativas anteriores, a convocação da Conferência Nacional remonta ao ano de 2004, quando foi criado, no âmbito da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, o Programa "Brasil sem Homofobia", cujas ações possibilitaram a implantação de Centros de Referência em Direitos Humanos e Combate à Homofobia em todas as unidades da Federação, além de financiar Núcleos de Pesquisa e Promoção da Cidadania GLBT e projetos de capacitação em Direitos Humanos para o combate a homofobia (BRASIL, 2008, p. 3).

Passada a euforia que aquele evento produziu nos setores progressistas do Movimento LGBT, hoje é possível encontrar avaliações mais críticas de atores e atrizes sociais em relação às dificuldades na implementação das ações naquele momento apontadas.

Outros fatos relevantes de uma história da participação social LGBT no Brasil é a instalação, em 2010, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT)²⁷ que se constitui hoje na instância nacional de representação do Movimento LGBT na discussão sobre políticas públicas em âmbito Federal.

Segundo Cavalcante (2015), o CNCD/LGBT nasceu inicialmente em 2005, apenas como Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD) agregando outros segmentos vulneráveis como a população negra, LGBT e outros. Com a conquista de outros espaços para o Movimento Negro na estrutura do Governo Federal, em 2010 o

²⁷ Para maiores informações sobre o Conselho Nacional de Combate a Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, consultar a página oficial do órgão através do endereço eletrônico: <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt>. Acesso em: 09/01/2016.

CNCD tornou-se CNCD/LGBT com uma normativa de criação própria, assinada pela então Ministra de Direitos Humanos Maria do Rosário²⁸.

Pelo seu pouco tempo de existência, encontramos poucos estudos que analisem aspectos mais complexos do seu funcionamento como a relação interna de seus membros, a correlação de forças entre governo e sociedade civil, as tensões entre os/as conselheiros/as, a incidência política e sua capacidade de influenciar e pressionar o governo na criação das políticas públicas, a dinâmica das reuniões, metodologias utilizadas, orçamento utilizado para o desenvolvimento dos trabalhos, entre outras questões importantes para uma compreensão ampliada do controle e da participação social do segmento LGBT.

A II Conferência Nacional LGBT ocorreu em 2011 já no Governo Dilma, desta vez tendo um papel mais monitorador das políticas LGBT por meio de balanços sobre as ações apontadas na conferência anterior, quais delas haviam sido realmente implementadas e quais não foram e o porquê. Como pontua o Texto-Base desse evento:

Desta vez, o desafio [da conferência] se situa na análise da realidade nacional, vivenciada entre avanços e retrocessos, que por sua vez forma o cotidiano e influencia as formulações das políticas públicas. A análise do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, através da avaliação das ações de cada ministério e órgãos do Governo Federal, apontarão para os desafios e os vácuos na implementação do referido plano, bem como o papel de Estados e Municípios como um importante ponto a ser discutido durante 2 Conferencia Nacional (BRASIL, 2011, p. 13).

Em relação à primeira conferência, a segunda conseguiu “chegar” mais fundo nas cidades do interior do país, ampliando a participação de militantes e de pessoas que se tornariam ativistas após essa experiência. É válido lembrar que as conferências produzem

²⁸ Decreto 7.388 de 9 de Dezembro de 2010. Analisando este decreto, percebem-se alguns elementos da forma como o Movimento LGBT participa da construção das políticas públicas no Executivo Federal: seu artigo primeiro define que este Conselho possui natureza consultiva e deliberativa. O conselho compõe a estrutura básica da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) e a ele compete a formulação e a proposição de diretrizes governamentais que combatam a discriminação motivada pela orientação sexual e identidade de gênero e promovam a cidadania da população LGBT (BRASIL, 2013). Ainda segundo seu decreto de criação, o Conselho Nacional LGBT é composto por 60 integrantes distribuídos em 30 membros titulares e 30 membros suplentes. Ainda nesse conjunto, 50% representa o Governo Federal e os outros 50% a sociedade civil organizada. Um ponto positivo é que ele possui uma Secretaria Executiva, vinculada à SDH/PR, responsável pelo funcionamento administrativo do órgão. Outra informação relevante é que as entidades participantes do CNCD/LGBT são eleitas em edital e assembleia eleitoral próprias e que cada composição eleita perdura dois anos.

efeitos para além da mera consulta pública: elas trazem em si uma dimensão pedagógica que formam velhos e novos militantes para o exercício da cidadania e da participação.

Outro detalhe curioso dessa segunda conferência é que ela não contou com a presença da Presidenta Dilma Rousseff na sua abertura, diferentemente da edição anterior que contara com um pronunciamento do Presidente Lula gerando grande comoção e notoriedade ao evento. Essa ausência, fortemente sentida pelo público, provocou vaias e gritos em tom de reprovação por parte da grande plenária à Presidenta.

O verbo “escutar” é a palavra escolhida por Teixeira (2014) para expressar os sentidos da participação que ganharam corpo ao longo do governo Lula (2003-2010). A característica da participação como escuta, segundo a autora, prevê um aumento exponencial de Instituições Participativas e de distintos canais de interlocução entre o Estado e a sociedade civil sem que isso represente necessariamente a partilha do poder. Ou seja, os movimentos sociais são estimulados a participar ativamente dos espaços de diálogo institucional e a se expressarem livremente sem que isso implique necessariamente no cumprimento fiel das decisões ali tomadas.

No caso do Movimento LGBT, é possível perceber a prática da “participação como escuta” (TEIXEIRA, 2013) em episódios tensos e contraditórios como, por exemplo, no veto ao kit anti-homofobia pela Presidenta Dilma sem que o Conselho Nacional LGBT fosse acionado ou consultado, contrariando/ignorando seu caráter deliberativo. Além do CNCD/LGBT, as inúmeras resoluções da primeira conferência que apontavam a necessidade de ações educativas para o respeito à diversidade sexual e de gênero nas escolas foram desconsideradas.

Estas experiências contraditórias nos governos petistas demonstram os desafios e limites da participação social em meio a um conjunto de correlação de forças que disputam distintos projetos políticos. A experiência petista de participação no Governo Federal tem demonstrado que a participação social institucionalizada é apenas mais uma entre tantas forças que exercem influência na elaboração das políticas. Portanto, não se pode pensar em analisar os resultados e desdobramentos políticos de uma conferência sem considerar a ação dos partidos políticos, da mídia, do mercado, da opinião pública, da sociedade civil “não organizada”, entre outros. Vale acompanhar a avaliação de Teixeira (2014) para os sentidos da participação social ao longo do governo Lula:

Podemos dizer que, durante o governo Lula, houve muita "experimentação". Foram lançados diferentes temas para serem debatidos por toda a sociedade, e isso foi positivo porque mobilizou

diversos setores da sociedade para refletir sobre questões nacionais. Levando em conta o tamanho das conferências, o trabalho para organizá-las, a necessidade de articulação e de recursos, e a mobilização necessária, principalmente ao nível municipal, ao que parece há uma quantidade e variedade de conferências bem maior do que é possível administrar. Ao mesmo tempo, se encararmos estas conferências como oportunidades de muita "experimentação" e de levantamento de questões, já que não há obrigatoriedade legal para a realização da maioria e que boa parte delas foi realizada uma única vez e não teve continuidade, talvez seja possível ampliar a mobilização e realizar conferências sobre temas que precisam ser mais discutidos pela sociedade brasileira. O que parece praticamente inviável é transformar todas estas 40 conferências numa rotina a cada dois ou três anos, especialmente se elas continuarem a ter puro caráter de levantamento de propostas sem que haja devolutiva pelo Estado das proposições. Há grande relevância no envolvimento amplo da população no diálogo a respeito de diferentes temas, porém não parece viável que as questões não sejam encaminhadas, já que isso acaba enfraquecendo a mobilização social (TEIXEIRA, 2014, p. 22).

As administrações do PT nos mostraram, fundamentalmente, que a luta por políticas públicas, no modelo vigente do sistema político brasileiro, requer a ocupação tanto dos espaços participativos convocados pelos governos quanto por fora das estruturas do Estado, nas ruas.

Concluindo a costura de uma possível história da participação social LGBT, no momento da escrita, o Governo Dilma, em seu segundo mandato, convocou recentemente a III Conferência Nacional LGBT prevista para acontecer entre os dias 25 a 27 de Abril de 2016. Diferentemente das duas edições anteriores, ela ocorrerá conjuntamente com as conferências nacionais das crianças e adolescentes, pessoas com deficiências, idosos/as e a conferência nacional de direitos humanos. Certamente, este momento escreverá novas páginas na recente história da participação social LGBT.

Compreendemos que esta seção representou uma tentativa de desenhar uma narrativa sobre a participação social da população LGBT na história recente do Brasil. Reconhecemos que essa narrativa se apresenta bastante inacabada e incipiente dado alguns fatores como os vários processos participativos localizados espalhados pelo país afora e o tamanho deste trabalho.

O Brasil, com suas dimensões continentais, demanda olhares mais delimitados, para apurar os detalhes históricos, e descentralizados, para não correr o risco de negligenciar e contribuir para o apagamento de uma memória do Movimento LGBT. Regiões com um déficit histórico de universidades e centros de pesquisa e com governos pouco preocupados com políticas de memória e história de movimentos populares (e

marginalizados como no caso do segmento LGBT), como o Norte e o Nordeste brasileiros, encontram mais dificuldades para apurar a história das interlocuções entre o Movimento LGBT e os poderes públicos. Aí está mais um desafio – e também mais uma possibilidade de estudo – para os/as pesquisadores/as que se preocupam com processos sociais envolvendo a população LGBT.

4) Os percalços na construção das Políticas Públicas LGBT no Brasil

Em relação à produção de conhecimentos sobre políticas públicas voltadas para a população LGBT no Brasil podemos dizer que recentemente tem crescido os estudos e pesquisas empenhados em compreender os contextos, motivações e atores/atrizes que contribuíram para sua formulação, seu desenho, alcance, impacto e dinâmica, bem como as percepções e avaliações da população atendida ou de seus/suas executores/as. Entretanto, assim como essas políticas são uma construção recente do Brasil, os estudos inclinados sobre elas também o são. A seguir tentaremos estabelecer um diálogo teórico com estudiosos/as que tem publicado textos nessa recente área dos estudos de Gênero e Sexualidade.

Um desses autores é Luiz Mello que tem larga produção científica sobre políticas públicas para a população LGBT. Em 2011, juntamente com outros/as pesquisadores (Perilo, Braz e Pedrosa) Mello avalia a política de saúde LGBT e argumenta em defesa da ampliação do diálogo entre os membros do Governo Federal, Estadual e Municipal da formulação de políticas intersetoriais, transversais e continuadas. Os autores concluem que no campo da saúde as ações estão mais consolidadas, transversalizadas e pioneiras quando comparadas as de outros setores, embora não devidamente estruturadas (MELLO et al, 2011).

Em outro texto, as políticas LGBT são identificadas pelos autores como frágeis institucionalmente e deficientes estruturalmente em face de (i) precariedades jurídicas que as tornam políticas de governo e não de Estado, o que as deixam ao sabor das conjunturas e conveniências políticas, (ii) das dificuldades em gerir as políticas de maneira transversal e em diálogo com a sociedade civil, (iii) do pouco ou nenhum recurso previsto em peças legislativas orçamentárias como o Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) e (iv) do baixo número de servidores/as permanentes especializados/as responsáveis pela elaboração,

implementação, monitoramento e avaliação (MELLO, BRAZ, FREITAS, AVELAR, 2012a).

Em um segundo texto do mesmo ano, Mello, Brito e Maroja (2012) reconhecem a importância dessas políticas no âmbito do Poder Executivo considerando que o Legislativo tem sido um Poder refratário às demandas cidadãs desse público e o Judiciário possui o problema histórico de acesso à justiça. No entanto, eles criticam a hegemonia das políticas universalistas que negam as especificidades que marcam a população LGBT em detrimento de objetivos, metas e princípios mais amplos. Ao contrário, quando é formulada uma política pública específica, ela é imbuída de muitas precariedades como poucos recursos, dependem da boa vontade de alguns e algumas gestoras que enfrentam a homofobia institucional e não fazem parte de políticas nacionais, mais amplas e estruturadas.

Em um terceiro texto do mesmo ano, Mello, Avelar e Maroja (2012c) acrescentam novos argumentos aos desafios das políticas LGBT no Brasil: 1 – Estaria no interior dessas políticas o agenciamento por uma mudança cultural (crenças, valores e tradições) presentes historicamente no imaginário social. Isso faz com que as políticas de Gênero e Sexualidade corram o risco de, ao definirem seu público-alvo, assimilar a população a modelos hegemônicos de homo-bi-transsexualidade. 2 – A população LGBT, diferente de outros segmentos abarcados pelas políticas de direitos humanos como crianças e adolescentes, idosos/as ou pessoas com deficiência, não contam com uma solidariedade social. 3 – O papel e a influência que a Igreja Católica exerce no pensamento e ação reacionária e conservadora do Brasil (MELLO et al, 2012c). Acrescentaríamos além da Igreja Católica as religiões evangélicas neopentecostais que tem assumido na atualidade um protagonismo no exercício do boicote à ampliação e à garantia de direitos e políticas. Outra observação interessante dos autores é a análise das plataformas de campanha do Ex-Presidente Lula que na sua primeira versão (2003-2006) não continha ações previstas para LGBT algo que não ocorre na segunda versão (2007-2010) em que o material fala claramente em ações a serem desenvolvidas no âmbito do Programa Brasil Sem Homofobia (MELLO et al, 2012c).

Outra estudiosa que se debruça sobre as políticas públicas de Gênero e Diversidade Sexual no Brasil é Bruna Irineu. Em produção datada de 2009, a autora analisa a atuação de dois Centros de Referência em Direitos Humanos e Combate à Homofobia (CRDH) no estado do Mato Grosso (Cuiabá e Rondonópolis), ambos financiados pela então Secretaria Especial de Direitos Humanos no bojo das ações do

Programa Brasil Sem Homofobia, diferindo que o de Cuiabá era administrado pelo Governo Estadual através da Secretaria Estadual de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) e o de Rondonópolis por uma ONG. Ambas apresentavam dificuldades no desenvolvimento do trabalho. Segundo Irineu, o Centro de Cuiabá funcionava com uma equipe “pela metade” do que deveria atuar e o de Rondonópolis, além das confusões entre as ações anteriores da ONG e o novo Centro instalado, o seu coordenador alegava que LGBT não tinham interesse nas questões de Direitos Humanos o que acabava levando o órgão a atuar junto à população heterossexual por meio de formações. A autora tece uma crítica ao refletir que, neste caso, o único órgão voltado para a população LGBT (implantado como resposta a pouca atenção dada pela rede jurídica e assistencial como delegacias, juizados e outros) estaria com funções “desvirtuadas” por razões de que “as pessoas não se interessam tanto por essa coisa de direitos humanos... os próprios GLBT não se interessam?” (IRINEU, 2009, p. 57).

Os fatos relatados servem para demonstrar outros desafios à política LGBT como a dificuldade que o Governo Federal enfrenta ao repassar recursos para estados, municípios e ONG e se deparar com o desvio da finalidade da política ou má aplicação dos recursos disponibilizados. Também devemos refletir sobre o papel e os investimentos que estados e municípios empregam ou deixam de empregar nos seus territórios.

Em artigo de 2010, Froemming, Irineu e Navas fazem um alerta sobre o que chamam de familismo nas políticas públicas brasileiras (FROEMMING, IRINEU, NAVAS, 2010). Essa concepção baseada na centralidade da família transfere responsabilidades, que seriam até então do Estado, para as famílias, o que evidentemente gera uma série de transtornos em se tratando da especificidade da população LGBT que sofre violências, inclusive e sobretudo, de dentro no interior das famílias. É o caso de pais e mães que querem “consertar” o jovem gay ou lésbica ou que expulsam seus/suas filhos/as ao descobrirem que são lésbicas, gays, trans e bissexuais. O conceito de familismo nas políticas públicas articula-se com o conceito de homofobia familiar discutido por Sarah Schulman (2010) e já trabalhado em seção anterior.

Berenice Bento, pesquisadora da UFRN, desenvolveu importantes estudos sobre a condição humana de travestis e transexuais no Brasil e a partir dessas análises também podemos compreender a situação das políticas para a população LGBT. Em texto recente (2014) Bento forja o conceito de “cidadania precária” ao verificar que, na ausência de uma legislação nacional que assegure o acesso de pessoas trans a direitos fundamentais, as instituições, por meio de uma verdadeira “gambiarra legal”, criam estratégias

microfísicas e fragmentadas para atender uma necessidade quase que ontológica das pessoas trans – o respeito ao seu nome social. A própria noção de nome social surge dessa falta de regulamentação do Poder Legislativo. Essa gambiarra legal faz com que pessoas trans tenham o seu nome social reconhecido em uma instituição e negado em outra como comumente acontece. Com isso não queremos menosprezar as conquistas paulatinas pelo reconhecimento do nome com a qual travestis e transexuais se identificam nos órgãos brasileiros, mas refletir como até mesmo esse reconhecimento frágil e fragmentado revela a precarização da cidadania LGBT e, neste caso, das pessoas trans no Brasil (BENTO, 2014). Sem falar que o mero reconhecimento do nome das pessoas trans nem de longe garante a cidadania dessa população e a superação do conjunto de violações que eles e elas sofrem cotidianamente.

Outro pesquisador do cenário contemporâneo da cidadania LGBT que tem problematizado as políticas públicas de Gênero e Diversidade Sexual no Brasil é Leandro Colling. A partir da sua atuação no Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais no ano de 2011 e 2012, Colling desenvolve um conjunto de problematizações que visam perturbar certezas construídas na arena do Movimento LGBT que migraram para o Estado, como pode ser visto no trecho a seguir:

“Como ela pode dizer que é mulher se continua com um negócio desse tamanho no meio das pernas?” Quem deve ter o direito de trocar de nome e de gênero em sua carteira de identidade? Por que no Disque 100 do governo federal a pessoa só pode se identificar como sendo do sexo masculino ou do sexo feminino e homossexual, bissexual ou heterossexual? Por que tanta briga e tanta confusão quando determinados segmentos do movimento LGBT reivindicam as especificidades dos seus “marcadores sociais da diferença”? Por que sequer as diversas identidades aglutinadas na sigla LGBT não conseguem se unir? Por que determinados movimentos sociais não conseguem se unir, ainda que temporariamente, e descobrir as discriminações que atravessam todos ou pelos menos determinados grupos de pessoas subalternizadas? (COLLING, 2013, p. 406 e 407).

Colling argumenta que essas e outras questões são presentes na formulação das políticas devido ao que ele chama de “paradigma da igualdade e da afirmação das identidades”. Nessa acepção, todas as pessoas são iguais e, portanto, devem ter direitos iguais. As políticas gestadas nessa perspectiva, algo hegemônico nas ações brasileiras, apresentam as seguintes características: (i) depositam altas expectativas em marcos legais (ii) não dispõem de ações articuladas com o campo da cultura (iii) apresentam a

sexualidade e a identidade de gênero como dados naturais, biológicos ou genéticos de maneira reduzida e binária (masculino/feminino, heterossexual/homossexual) (iv) devido à afirmação de identidades ditas coletivas, essencialistas e universalizantes, forçam as pessoas não-heterossexuais a se enquadrar nas identidades LGBT, sendo que essas identidades possuem elementos pré-definidos fixos e rígidos (v) a luta política é concentrada na defesa da homossexualidade ignorando uma necessária problematização da ordem cultural e política hegemônica. Em resposta aos elementos constitutivos desse paradigma, Colling discute as políticas da diferença que contem em seus princípios: (a) o entendimento que os preconceitos nascem na cultura, privilegiando estratégias políticas no campo da cultura como produtos e manifestações culturais (b) a crítica à aposta exclusiva nos marcos legais, sobretudo se esses instrumentos reforçam normas de gênero e sexualidade opressoras e normalizadoras (c) a rejeição de construções binárias, biológicas e patologizantes das sexualidades e gêneros (d) a compreensão das identidades como fluidas, arenosas e flexíveis e (e) a crítica aos “regimes de normalização” (MISKOLCI apud COLLING, 2013, p. 409). Colling (2013) tece um bom exemplo sobre a tensão entre os dois paradigmas: a luta pelo casamento gay não inclui as demandas por cidadania de pessoas trans ou até mesmo lésbicas e gays que não desejam a monogamia e o conceito tradicional de família para suas vidas. Nesse sentido, mais do que a superação de um paradigma pelo outro, é necessária a coexistência de ambas concepções na direção de conquistar a vivência do pensamento sociológico de Boaventura de Sousa Santos ao dizer “temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza” (SANTOS, 2003).

*

O presente capítulo discutiu os fundamentos teóricos que balizam a análise dos dados empíricos deste estudo. Para tanto, conceitos como direitos humanos, democracia, participação, projetos políticos, trajetórias individuais, heterogeneidade do Estado e da sociedade civil, homofobia, trajetória da participação social LGBT e políticas públicas LGBT foram explorados e estudados a partir de teorias, reflexões e estudos recentes. Com base na fundamentação teórica e na revisão de literatura desenvolvida, pretendemos analisar as trajetórias individuais dos membros e ex-membros do CECH, seus projetos políticos, a relação que desenvolvem com a sociedade civil e suas percepções da experiência obtida dentro do Estado.

TRAJETÓRIAS INDIVIDUAIS DE MEMBROS E EX-MEMBROS DO CENTRO ESTADUAL DE COMBATE À HOMOFOBIA

Neste capítulo analisaremos as trajetórias individuais dos/as voluntários/as da pesquisa a partir das entrevistas realizadas e transcritas no primeiro semestre de 2015, a partir dos postulados teórico-metodológicos (Dagnino, 2006; Feltran, 2006; Santos, 2006) discutidos na primeira seção deste trabalho. A partir dessas transcrições, reconstruímos as histórias de vida e desenvolvemos as análises que buscaram mapear o perfil, as trajetórias, as filiações, os trânsitos, deslocamentos e os projetos políticos destas pessoas.

Como ilustrado na seção metodológica, os/as entrevistados/as da pesquisa são membros e ex-membros que atuam/atuaram no Centro Estadual de Combate à Homofobia escolhidos/as segundo critérios estabelecidos (ver seção metodológica). Assim, dividimos os/as entrevistados/as em dois grupos amostrais (membros e ex-membros) para fins de análise e sistematização das informações coletadas e posteriormente em categorias de análise. A própria noção de trajetórias individuais considera dimensões que influenciam na construção dos inúmeros projetos políticos presentes na sociedade latinoamericana, ou seja, o lugar de onde se fala (seja no Estado ou na sociedade civil) influencia na construção e reconstrução dos projetos políticos que por sua vez reverbera na ação política.

Assim, acreditamos que em face dessas dimensões e trajetórias distintas, membros e ex-membros possuem opiniões e visões sobre o CECH diferenciadas e, muitas vezes, antagônicas. Para além das dimensões, as experiências já vividas deixam marcas e opiniões sobre o que se viveu. Foi com base nessa compreensão que achamos fundamental incluir os ex-membros do CECH na amostra da pesquisa.

Os nomes verdadeiros também foram trocados por nomes fictícios pelos aspectos éticos da pesquisa. Reconhecemos que pode haver uma estranheza entre a leitura das trajetórias que demonstram protagonismo e agenciamento e nomes fictícios, mas justificamos seu uso tanto pela exigência do Comitê de Ética em Pesquisa da UFPE como pela segurança das pessoas participantes. Seus depoimentos e declarações poderiam resultar em represálias punitivo-repressivas de várias instâncias como governo, partido, ONG ou movimento social. Além disso, acreditamos que a garantia de anonimato possibilitou maior liberdade para a expressão de opiniões mais verdadeiras e livres.

1) Reconstruindo Histórias de Vida: As trajetórias individuais dos/as sujeitos/as do CECH

Membros Atuais do CECH

Miguel (29 anos)

Miguel nasceu e reside em Recife. Foi registrado ao nascer como do sexo masculino e se identifica como homossexual do gênero masculino. Com relação a sua cor/raça, se identificou como “negro”. Diferentemente dos demais membros, possui duas graduações: uma em Pedagogia e outra em Psicologia. Afirmou não ser filiado a partidos políticos e nunca militou em movimentos sociais, mas já trabalhou em ONGs. Soube do CECH por meio de uma amiga que trabalhava em um serviço de acolhimento de pessoas ameaçadas de morte que lhe falou de um programa que achava “a sua cara” (é curioso o tom irônico utilizado por Miguel ao dizer “aquela coisa, né? Porque é gay, então...”) e disse que o avisaria quando surgissem vagas de trabalho no CECH. Quando essas vagas surgiram em Abril de 2013, sua amiga o avisou e ela mesmo se comprometeu a deixar seu currículo “na mão do coordenador”. Miguel não conhecia a Secretaria a fundo nem os seus programas, mas após essa oportunidade, ele pesquisou na internet o que era o CECH e o que ele fazia. Ele se identificou com a proposta e participou da seleção. Miguel passou a integrar a equipe do Centro a partir de abril/maio de 2013, de início como Psicólogo e depois como Coordenador do CECH. Dentre as motivações apontadas, estão a sua identificação com a causa LGBT, a sua orientação sexual e o fato de já ter trabalhado num Centro de Juventude em um município da Região Metropolitana do Recife (RMR) e em ONGs. Alegou ainda o interesse pelos direitos humanos da população LGBT, pela perspectiva de atuação em todo o território estadual e do trabalho multidisciplinar envolvendo a articulação com várias políticas como Educação, Saúde, Segurança e Assistência Social. Passou a ser Coordenador do CECH quando o coordenador anterior foi promovido de função dentro do próprio Governo de Pernambuco. Dentre as funções desenvolvidas estão a coordenação técnica da equipe multiprofissional (advogada, assistente social, psicólogo, auxiliares administrativos e estagiários), a elaboração de relatórios, pareceres, planejamento das atividades mensais, acompanhamento dos recursos, a administração financeira e processos seletivos do Centro. Além disso, ele também pode realizar formações, atendimentos e outras atividades considerando suas

competências, as necessidades da política e o caráter multidisciplinar do CECH. Sobre o que pensa de trabalhar no Centro, ele afirma categoricamente que “é uma das experiências mais importantes profissionalmente pra mim, que eu vou levar para minha vida toda” e destaca o caráter interventivo e transformador das formações, sobretudo com a rede de serviços públicos como os órgãos que compõem a rede de saúde, educação, assistência social, entre outros, considerada reprodutora das opressões sociais como a Homofobia Institucional.

Davi (27 anos)

Davi nasceu em São Paulo, mas no momento da construção dessa pesquisa mora em Recife. Ao nascer, foi registrado com o sexo masculino e se identifica como homossexual com identidade de gênero masculino. Com relação a sua cor/raça, se identificou como “pardo”. É formado em Psicologia e está concluindo uma Especialização na área de gênero e políticas públicas. Não é filiado a nenhum partido político, mas participou do Movimento LGBT, tendo atuado no Movimento Gay Leões do Norte (ONG de Recife). Chegou no CECH através do próprio Movimento Leões do Norte que havia conseguido financiamento para implantar um Centro de Referência de Combate à Homofobia pela então Secretaria Especial de Direitos Humanos no âmbito do Programa Brasil Sem Homofobia. Atuou no antigo Centro de Referência de Combate à Homofobia como estagiário de Psicologia. Depois disso, trabalhou no Centro de Referência em Direitos Humanos do Agreste Central de Pernambuco (CRDH), um órgão da antiga Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, hoje atual Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, a mesma que administra o CECH. Apenas um mês após sair do CRDH, começa os seus trabalhos no CECH. Alegou como motivação para a sua entrada no CECH a sua experiência no antigo Centro administrado pela ONG e a sua vertente profissional que é mais voltada para a Psicologia Social. No CECH, ocupa o cargo de Psicólogo, sendo responsável pela articulação²⁹ do CECH com a rede pública de serviços

²⁹ É interessante perceber o quanto esta palavra ‘articulação’ é evocada reiteradas vezes no debate político e o quanto ela carrega diferentes sentidos. No caso utilizado por Davi, nos parece que seu emprego expressa combinação, diálogo, negociação e marcação de atividades com outros órgãos governamentais. Segundo Davi: “[...] Articulação seria outra função; sou responsável pelas formações do CECH ao longo de todo o estado e por estar articulando essas formações com a rede de serviços. Da Assistência, da Saúde, entre os municípios do estado, 184 municípios e também entre as Secretarias Estaduais. Por exemplo: como tem o calendário das Semanas de Direitos Humanos, eu que vou fazer as viagens em todas as regiões, vou articular. Esse ano... A gente sempre define públicos de referência, pra fazer formação todo ano então o público esse ano (2015) vai ser Conselhos Tutelares e Agentes Comunitários de Saúde, então eu vou estar

e pelos atendimentos às/aos usuáries/as que chegam ou são encaminhados ao CECH por outros órgãos públicos ou pelo próprio Movimento LGBT bem como o monitoramento desses atendimentos realizados por outros/as técnicos/as, ou seja, mesmo que outro/a técnico/a faça o atendimento, Davi monitora o andamento desse atendimento.

Artur (25 anos)

Artur é natural de Paudalho/Pernambuco e mora atualmente na capital, Recife. Foi registrado como do sexo masculino e se identifica como homossexual com identidade de gênero masculino. Com relação a sua cor/raça, se identificou como “branco”. Possui Ensino Superior Completo sendo formado em Serviço Social pela UFPE. Não é filiado a partidos políticos, mas militou no Movimento Estudantil dentro do Diretório Acadêmico de Serviço Social onde já pautava os direitos da população LGBT. Chegou no CECH através dessa militância onde debatia políticas públicas. A partir dessa interlocução teve maiores informações sobre o órgão. Foi quando soube da seleção e se candidatou assim que concluiu sua graduação. Está no CECH desde Janeiro de 2014. Dentre as motivações para atuar no Centro destacou a identificação com a temática desde a graduação onde pesquisava a relação do Movimento LGBT com o Estado e além disso afirmou “também por sentir na pele [o preconceito], né? Por ser gay”. No CECH ocupa a função de Assistente Social e desenvolve intervenções com a população LGBT em privação de liberdade no Complexo do Curado, na Colônia Penal Feminina e no presídio de Igarassu. Mas também já foi o técnico responsável pelo recebimento e acompanhamento das denúncias do Disque Direitos Humanos do Governo Federal, o Disque 100. Avalia que trabalhar no CECH é uma experiência muito rica profissionalmente porque ele possibilita o real conhecimento sobre a atuação da rede socioassistencial e pelas articulações que ele proporciona. Também destaca a temática LGBT e o trabalho com essa população por meio das intervenções nos presídios, nas notificações de dados que contribuem para a formulação de políticas públicas e a diversidade de experiências.

Alice (26 anos)

fazendo a articulação desses agentes e desses conselheiros pra estarem participando das nossas formações nas Semanas de Direitos Humanos ao longo do estado [...]”.

Nasceu em Recife e reside atualmente na mesma cidade. Foi registrada ao nascer como sexo feminino e se define como mulher heterossexual cisgênero. Com relação a sua cor/raça, se identificou como “branca”. Possui graduação em Direito e pós-graduação em Direitos Humanos. Não é filiada a nenhum partido político, mas participou do Movimento Estudantil na formação inicial através do Diretório Acadêmico de sua universidade, embora não tenha participado intensamente pela falta de tempo. Chegou no CECH por meio de seleção pública ao qual tomou ciência no curso de Especialização em Direitos Humanos. O coordenador do órgão à época fazia o mesmo curso que Alice. Atua no CECH desde Abril de 2013 e dentre as motivações que a levaram a atuar no Centro alegou que foi “a vida que, assim, me ‘empurrou’, porque, desde a faculdade, eu atuo com direitos humanos”. Entretanto, Alice focava mais em direitos da criança e do adolescente. Já tinha algum contato com as questões de diversidade sexual através das leituras de Maria Berenice Dias³⁰. Mas foi a partir da Especialização em Direitos Humanos e das abordagens sociológicas de Gênero e Sexualidade que se interessou fortemente pelas temáticas. No CECH ocupa o cargo de Advogada e realiza acompanhamentos processuais, atendimentos a usuários/as, consultorias jurídicas, além de atividades formativas como palestras, seminários, formações. Pela sua experiência nas formações, Alice diz que as pessoas participantes (usuários/as e agentes públicos/as) se interessam mais por informações relativas a legislações que os “obriguem” a fazer ou não fazer determinadas práticas do que se interessar pelas construções históricas, sociais e pedagógicas. Em face da ausência de uma legislação específica nacional de combate à violência homofóbica, utiliza portarias, decretos, resoluções e outros marcos normativos para orientar a atuação profissional e social nessas formações. Acha gratificante trabalhar no CECH porque como ela mesmo diz: “[...] eu percebo que é muito difícil nós, que somos do Direito, perceber que fazemos realmente alguma mudança social porque, infelizmente, trabalhamos muito com a questão burocrática do Judiciário, da lei e nem sempre é possível perceber de perto o que a gente faz na mudança da vida da pessoa e aqui eu consigo perceber isso [...]”. Apesar das dificuldades internas do CECH, como infraestrutura e outras, Alice conclui que “[...] mas a gente aos poucos vai conseguindo mudar, a gente ver isso no rosto das pessoas, nas palavras das pessoas a gente consegue ver que a gente realmente conseguiu mudar o rumo da vida daquela pessoa através da nossa atuação e isso me deixa muito feliz”.

³⁰ (ex-desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul - TJRS que popularizou o termo “Direito Homoafetivo” e é referência nessa área).

Ex-Membros do CECH

Pedro (27 anos)

É natural e residente da cidade do Recife. Foi registrado ao nascer com o sexo masculino, se identifica como homossexual e identidade de gênero “gay”. Com relação a sua cor/raça, se identificou como “pardo”. É formado em Direito e possui pós-graduação em Direitos Humanos e em “Gênero, Desenvolvimento e Políticas Públicas”. Não é filiado a partidos políticos, mas já atuou no Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP) e militou no Movimento Gay Leões do Norte (ONG). Sua chegada no CECH se deu através da militância no Leões do Norte. Quando ele estava na graduação em Direito, estagiou nessa ONG, precisamente no antigo Centro de Referência em Direitos Humanos e Prevenção e Combate à Homofobia que era financiado pelo Governo Federal e administrado pelo grupo. Pedro atuou em outros projetos também desenvolvidos pelo “Leões”, como por exemplo o “Unidades Prisionais Sem Homofobia” e outro que tinha como foco HIV/AIDS o que foi fortalecendo sua identidade e sua militância. Ele destaca ainda as redes de relação que foi desenvolvendo a partir da militância e da gestão pública dentro do próprio CECH, neste último caso ampliando o diálogo com ativistas do interior do estado de Pernambuco, já que dentro da ONG ele só atuava na Região Metropolitana do Recife. Segundo Pedro, sua militância no campo da diversidade sexual e posteriormente sua atuação no Centro não foi previamente planejada. Assim o Centro foi surgindo, com uma metodologia própria formulada pela ONG e posteriormente sendo “entregue” à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos. Foi nessa “entrega” que ele foi convidado a coordenar o que era Centro de Referência em Centro Estadual de Combate à Homofobia. Pedro vê essa transferência para o Governo de Pernambuco, à despeito dos desafios da institucionalização, como “um ânimo de política pública”. Esse ânimo gerou, segundo Pedro, expectativa por parte da população LGBT no sentido de esperar respostas do Estado, logo seria difícil imaginar um governo na atualidade sem um programa como o CECH. Mas há desafios a serem superados como uma legislação que lhe dê sustentação jurídica. No entanto, mesmo com esses desafios, esse primeiro passo é visto como algo que merecemos, segundo Pedro, “tirar o chapéu”. Sua permanência no Centro desde quando era administrado pela ONG Leões do Norte, passando pelo CECH já administrado pelo Governo de Pernambuco, culminando em

2014, no final do Governo Eduardo Campos. Quando membro ativo, ele ocupou a função de Coordenador do CECH e nessa frente, estabeleceu dois eixos de atuação que eram: (1) os atendimentos à população LGBT e (2) a formação da própria gestão para acolher as demandas LGBT. Além disso, a falta de formação especializada em Gênero e Diversidade Sexual fazia com que o próprio CECH se tornasse uma espécie de “pólo produtor de informações e conhecimentos” a partir das experiências concretas e do acumulado das práticas do Centro. Sua saída do CECH não significou a saída do governo, mas foi fruto de uma “promoção”. Pedro passou a coordenar uma política mais ampla dentro do Governo de Pernambuco e percebe esta promoção como um reconhecimento da metodologia desenvolvida internamente no CECH que deveria ser replicada em outros programas governamentais. Na visão de Pedro: “A gente, em que pese todo o esforço e tudo o mais das equipes que passaram por esse programa, mas a gente conseguiu olhar pra demanda e racionalizar a resposta e isso pode ser aproveitado dentro dos debates das opressões, pra outras questões que a gente pode se deparar em Direitos Humanos, então, a ideia era que a gente pudesse aproveitar isso e também dialogar com as outras pautas de Direitos Humanos e da Secretaria, né? Pessoas ameaçadas de morte, pessoas vítimas da violência em geral, com a população idosa e a gente pudesse estar fortalecendo essas outras questões cruzando opressões”. Desta forma, ele avalia que não deixou o CECH “diretamente” e que essa ascensão não significou apenas uma conquista, um reconhecimento pessoal, mas um reconhecimento da temática LGBT. No entanto, na mudança de gestão do Governo Eduardo Campos/João Lyra Neto (vice-governador que assume o Executivo Estadual após o desligamento de Campos para concorrer às eleições presidenciais de 2014) para o Governo Paulo Câmara, Pedro foi desligado do quadro funcional assim como a então Secretária Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos à época. Ao ser perguntado o que fazia na atualidade, não precisou suas atividades. Sua resposta indicou uma fase de transição em que determinadas decisões políticas ainda não estavam definidas.

Gabriel (30 anos)

Nascido e residente da cidade do Recife, Gabriel foi registrado ao nascer com sexo masculino, se identifica como gay com identidade de gênero masculino. Com relação a sua cor/raça, se identificou como “branco”. É formado em Psicologia e fez o Mestrado também em Psicologia. Não é filiado a nenhum partido, mas revela simpatia pelo PT e

pelo PSOL, com mais ênfase para este último nos últimos anos. Atuou em um Grupo de Pesquisa de sua universidade que tem como foco o Movimento LGBT. Na condição de membro deste grupo, compôs o Fórum LGBT de Pernambuco. Chegou no CECH através de convite da coordenação do Centro, mas já tinha sido antes indicado pela psicóloga anterior que estava de saída do órgão. Gabriel havia concluído seu Mestrado e estava procurando algum lugar para atuar, assim aceitou o convite para compor a equipe. Sua relação com a temática LGBT na graduação e a militância vivenciada no Fórum LGBT de Pernambuco foram elementos que o motivaram a atuar no Centro. Gabriel achou oportuno conciliar a atuação de Psicólogo com o debate de diversidade sexual que já fazia. No entanto, as coisas não saíram como esperado por Gabriel. De acordo com sua fala: “Achei que [o CECH] era o lugar ideal né [para assegurar a cidadania LGBT]... Não foi exatamente assim que as coisas aconteceram, mas assim minha expectativa foi um pouco essa”. Desta forma, ele trabalhou no órgão apenas 6 meses, no segundo semestre de 2012 e dentre as suas funções de Psicólogo que desenvolvia, estavam os atendimentos às vítimas de violência que chegavam no CECH, as oficinas, atividades pedagógicas, a orientação de uma estagiária de Psicologia, a articulação de eventos, atividades e reuniões. Dentre as razões que levaram a sua saída do governo está a ideia de que o CECH funciona como um “jarro de enfeite”, aquém do suficiente. Para ele, a composição do CECH era algo fictícia para atender a realidade de Pernambuco, embora avalie como sendo uma política necessária. Mas a precarização do atendimento e a ausência de outros equipamentos para onde encaminhar as vítimas foi gerando uma reflexão em Gabriel que o fazia pensar “que não tinha sentido”. Em suas palavras: “o ‘caba’ chegava e o máximo que a gente podia oferecer era uma escuta, era um aconselhamento jurídico ou o assistente social que tentava inserir em alguma política social, mas não ia além disso, entendesse? E isso começou a se tornar uma coisa um pouco... sem sentido! Pra mim aquela coisa começou a ficar um pouco ‘pô o que é que eu tô fazendo aqui se essa política tá aqui só pra dizer que existe? Se isso aqui as pessoas não tão... Não tem a possibilidade de provocar alguma mudança’”. Gabriel também avalia negativamente o aspecto pontual e superficial de algumas atividades como as oficinas, uma vez que elas não tinham um acompanhamento posterior assim como o não-fortalecimento dos movimentos sociais. Essas dificuldades geraram a sensação de que aquela política pública existia como motivo para publicidades governamentais. Gabriel também criticou o fato de todas as demandas atribuídas ao governo do estado “caírem” no CECH como se as outras políticas não tivessem o compromisso e a responsabilidade de desenvolver ações e assegurar garantias

nas suas respectivas áreas de atuação. Na sua ótica, o CECH deveria se “espraiair” para as outras políticas e comprometer a “malha” do governo do estado, pois no formato atual ele é inadequado e insuficiente. Ele sugere, ainda, a criação de uma Secretaria LGBT ou um Fórum, Conselho ou instância colegiada em que as questões LGBT fossem discutidas de maneira intersetorial. Não sabe responder se voltaria ou o que o faria voltar a atuar no CECH. Na atualidade desenvolve uma pesquisa sobre saúde indígena e já trabalhou com adolescentes em conflitos com a lei.

Ana (31 anos)

Nascida em Limoeiro/PE e residente em Recife, Ana foi registrada com o sexo feminino e se identifica como mulher lésbica com identidade de gênero feminino. Com relação a sua cor/raça, se identificou como “branca”. Possui graduação em Serviço Social, Especialização em Direitos Humanos e está concluindo uma segunda Especialização em “Gênero, Desenvolvimento e Políticas Públicas”. Embora não seja filiada formalmente ao partido, se sente “petista”, já tendo militado para o partido no passado e atuando ocasionalmente. Segundo Ana, não se filiou ao partido por causa de rachas e correntes internas do partido, mas para além da identificação com o PT, atuou em vários movimentos sociais como a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), no Movimento Estudantil no Diretório Acadêmico de Serviço Social, em reuniões do Movimento de Mulheres Lésbicas de Pernambuco, no Movimento Rural pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE) e em canais de interlocução e controle social como o Conselho de Assistência Social e das Cidades. Chegou no CECH através de seleção simplificada em que ficou sabendo pelo Assistente Social anterior a ela que estava saindo do órgão. A partir dessa informação, ela se submeteu ao processo seletivo que à época consistia por três etapas: entrevista, prova discursiva e avaliação de currículo. Assim, Ana foi aprovada e atuou no CECH entre os anos de 2012 a 2013, exatos um ano e um mês. Os elementos que a motivaram foi a sua trajetória militante em que se identificava com a pauta de gênero articulada às dimensões de classe. Para ela o político também é pessoal assim como o pessoal também é político. Assim, a sua orientação sexual exerceu alguma influência para a sua ida pro Centro, mas não foi o elemento definidor. Segundo Ana, antes de ir para o CECH, ela coordenava um CREAS e tinha a percepção de que esse órgão, embora tivesse a função de atuar na temática LGBT, não atuava à contento como expressa na sua fala: “A minha preocupação maior era a de ver uma aresta na política que trabalhava com a família mas não organizava

essa ação, essa intervenção de forma concreta porque tu entende[s] a importância de trabalhar com aquela família, mas aquela família padrão ‘família margarina’ e aí assim tinha muita demanda que não chegava pra gente que eu sabia da existência de pessoas LGBT violadas nos seus direitos e o CREAS tinha essa função e não articulava; então, assim, desde cedo, eu já começava a desenvolver algumas teses assim, algumas ideias e escrevia a respeito”. Assim, a motivação não foi unicamente pela sua orientação sexual, mas por outras dimensões também, inclusive profissionais. Sua saída se deu por “questões objetivas” e ela compartilhou o desejo de um dia poder voltar a trabalhar no Centro. Além de Assistente Social, Ana atuou como coordenadora interina do órgão cobrindo as férias do então coordenador que durou cerca de 40 dias. Na condição de Assistente Social, ela fez formações, palestras, articulação com a rede de proteção, assistência, saúde. Avalia que há uma demanda nessas duas áreas, assistência social e saúde. Mas fazia também atendimentos e participava das atividades da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos como Semanas e Jornadas de Direitos Humanos. Sobre as razões que levaram a sua saída desta política pública estão a fragilidade das políticas de direitos humanos, a descontinuidade das políticas de governo, as condições precárias de trabalho como o atraso nos salários e a estrutura inadequada e insuficiente para a demanda, a falta da liberdade de expressão no que tange à avaliação da política. Todos esses elementos geraram um sentimento de frustração em Ana. Só permaneceria no CECH se o órgão fosse uma política de Estado, com mais solidez, segurança e estabilidade do que sendo uma política de governo. Enfatiza a necessidade de uma interligação efetiva e sólida entre a rede de serviços na medida em que “quando você é LGBT, trabalha no serviço que fala da tua vida e aquele serviço revela aquela fragilidade, aquilo também te traz sofrimento subjetivo”. Atualmente Ana é coordenadora de análise social de um programa de regularização fundiária do governo estadual chamado “Meu Imóvel Legal” que tem como objetivo entregar escrituras definitivas a pessoas que residem em áreas urbanas fixas. Em sua concepção, esse programa é interessante na medida em que protege pessoas da especulação imobiliária e do assédio do capital contra o espaço urbano. Então, ela permanece no governo do estado, atuando em causas de justiça social, embora tenha mudado a pauta. Na saída do CECH, ela relata: “[...] Teve muita lágrima, muito choro pra sair de lá, mas eu saí por uma coisa que eu me identificava, que me alimenta [...]”.

Lúcia (25 anos)

Lúcia nasceu em Recife, mas atualmente transita entre as cidades de Natal, João Pessoa e Recife em virtude das suas atividades profissionais e estudantis. Ela foi registrada com o sexo feminino ao nascer e quanto a sua orientação sexual, explica de maneira bastante transitória como se vê: “[...] Então hoje eu tô numa relação heterossexual, mas eu já me envolvi com mulheres sexualmente falando, mas assim, hoje, enfim, estou numa relação heterossexual, mas não me defino muito não [...]”. Com relação a sua identidade de gênero, se diz pertencer ao gênero feminino e com relação a sua cor/raça atribui pra si a cor parda. Em termos de escolarização, Lúcia é formada em Direito e atualmente cursa um Mestrado em Ciências Jurídicas. Diferentemente dos atuais membros do CECH, Lúcia é filiada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) onde milita na juventude do partido e assessora um vereador do partido na cidade de Natal/Rio Grande do Norte. Além do partido, participou do Movimento Estudantil através do Diretório Acadêmico de Direito batizado pelo nome Fernando Santa Cruz³¹. Além do Movimento Estudantil, Lúcia integra os movimentos recentes de “proteção” do Cais Estelita contra empreiteiras e construtoras que visam destruir aquele patrimônio urbano para construir condomínios de luxo. O Movimento do qual ela faz parte se chama “Movimento Ocupe Estelita”. A antiga estagiária de Direito do CECH se aproximou do Centro pela relação que ela tinha com o coordenador da época. Nas suas palavras: “[...] Através de [nome do coordenador à época] ██████. Como eu tinha te falado, ██████... Eu tinha uma proximidade muito grande com as pessoas que estavam ocupando o Centro. Eu e ██████ a gente tem uma relação de muita confiança e aí ele me avisou da oportunidade do estágio, eu participei da seleção com outras pessoas e acabei ficando [...]”. Na ocasião, ela atuou com atividades diversas em face da perspectiva interdisciplinar do órgão: fez palestras, atendimento ao público, visitas ao interior para formar a rede, acompanhamento de vítimas em delegacias, além de cobrar dessas delegacias a inclusão de características LGBTfóbicas nos inquéritos policiais. Ela atuou apenas durante sete meses no ano de 2012. As motivações indicadas foram a militância política no campo do feminismo à época do Movimento Estudantil somado à proximidade que tinha com as pessoas que já trabalhavam no CECH. Ela ainda destacou o caráter “militante” do trabalho articulada a pautas próximas as suas. A sua saída do Centro foi marcada por tensões e por, segundo a própria, duas características pessoais que dificultaram sua permanência no Governo de Pernambuco:

³¹ Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira era natural de Olinda, estudante e militou na Ação Popular Marxista-Leninista (AP) contra a ditadura militar brasileira, tendo sido assassinado pelo regime autoritário.

sua resistência em seguir orientações de superiores e por “falar demais”, como expressou. Como tinha uma avaliação muito crítica das prioridades políticas do governo estadual em relação aos direitos humanos, ela expunha com recorrência sua posição nas palestras que fazia seja para a rede de profissionais, seja para o Movimento LGBT. Em uma dessas atividades, um seminário, Lúcia fez uma fala considerada “dura” pela equipe do CECH e foi chamada a atenção, o que resultou num desestímulo e posteriormente em sua saída do organismo. Segundo a mesma, nenhuma mudança no CECH a faria permanecer lá, pois ela acredita que não são mudanças no CECH que melhorarão a política pública desenvolvida, mas a forma de governar do partido que está hoje no governo, o PSB. Neste caso não seria uma mudança de “baixo para cima”, mas “de cima pra baixo”. Ao ser questionada se a autonomia de ação a faria permanecer no governo, ela pondera com bastante resistência a essa ideia: “[...] Tipo, se eu tivesse total liberdade de expressão seria massa, mas é uma demanda muito louca porque... Talvez [se] eu tivesse permanecido, sei lá, se tivesse mais liberdade de expressão, se não fosse um trabalho tão estressante... É isso! O CECH não está deslocado do que é o governo do PSB. É um governo que trabalha com metas, então todo trabalho do CECH ele era um trabalho voltado pra atingir metas. Então não é um trabalho qualitativo e aí você tinha um grau de estresse muito alto na equipe devido a isso, entendeu? Devido a essa cobrança de meta, de ter que atingir tantas pessoas, num sei o que lá. Só que pouco importava como é que você tinha que atingir essas pessoas. A sorte é que as pessoas que passaram no CECH e que estão lá até hoje, são pessoas que são muito comprometidas com a causa LGBT, então assim, tem uma preocupação na qualidade de como é que vai se atingir, mas o governo do estado tá pouco se lixando pra como é que vem sendo feito esse trabalho, entendeu? [...]”.

2) Identificando categorias de análise das trajetórias individuais dos/as sujeitos/as do CECH

Elencamos categorias, que exploraram elementos objetivos e subjetivos dos/as sujeitos/as, para a análise do conteúdo disposto nas entrevistas que realizamos ao longo desta pesquisa visando otimizar os objetivos pretendidos neste estudo. As categorias analisadas foram:

Tabela 3: Esquema das categorias de análise

Categorias
a) Perfil Geracional
b) Local de Origem e Residência
c) Identidades Sexuais e de Gênero
d) Perfil Racial
e) Escolaridade
f) Atuação Política
g) Entrada no Estado
h) Motivações
i) Período de Atuação
j) Funções e Atividades Desenvolvidas
k) Percepções do Trabalho
l) Saída do Estado
m) Mudanças Necessárias

Analisemos a seguir os “achados” do campo empírico nas categorias elencadas:

a) Perfil Geracional

Tabela 4: Faixa etária da equipe do CECH

Membros do CECH				
	Miguel	Davi	Artur	Alice
Função	Coordenador	Psicólogo	Assistente Social	Advogada
Idade	29	27	25	26
Ex-Membros do CECH				
	Pedro	Gabriel	Ana	Lúcia
Função	Ex-Coordenador	Psicólogo	Assistente Social	Advogada
Idade	27	30	31	25

Como pode se ver, a maioria das pessoas que compõem e compuseram o CECH são jovens com uma faixa etária que compreende dos 25 a 31 anos.

Em primeiro lugar observamos que o recente Movimento LGBT brasileiro é marcado pela forte presença de jovens. Isso explica a presença majoritária de jovens no CECH. Em muitas das falas dos/as voluntários/as está a ideia de que a atuação no CECH, para além de um mero serviço profissional técnico, está o trabalho militante que realizam no labor profissional. Esta pode ser uma das muitas explicações para a presença maciça de jovens no Centro.

Por outro lado, está o que podemos analisar como uma conquista dos movimentos sociais por direitos sexuais desde o início do Movimento LGBT na década de 70 até os dias atuais. A abertura de espaços institucionais seria o reflexo dessas lutas anteriores, possibilitando à juventude de agora atuar nesses espaços. É comum ouvir entre a população LGBT que “as coisas estão muito mais fáceis que antigamente” e nesse sentido, a atual geração de jovens encontraria mais abertura nos espaços institucionais para se assumir, militar, pesquisar e trabalhar com essa temática.

Além disso, é comum que a juventude seja inserida no mundo do trabalho no momento de sua formação universitária e após ela, algo bastante recorrente nas falas dos/as sujeitos/as. Assim, essas pessoas se aproximaram do Centro a partir de estágios de seus cursos de graduação, após a conclusão dos seus cursos e durante a sua pós-

graduação, o que revela a importância que tem o Ensino Superior na formação das pessoas que serão “recrutadas” a atuar profissionalmente, seja nos setores públicos, seja nos setores privados (ou no chamado terceiro setor como as ONGs).

Outra característica interessante é que por ser composto majoritariamente por jovens, o CECH possui uma metodologia e dinâmica internas muito atentas com práticas, teorias e sujeitos políticos contemporâneos (como coletivos estudantis informais, sem desejo de se tornar ONGs ou até mesmo militantes que não se identificam com organizações coletivas, uma característica também bastante atual).

O próprio fazer cotidiano do Centro é dotado de uma organização mais flexível, no sentido de estar aberto a novas formas de trabalho e a inventar respostas inéditas às demandas que surgem. Essa inovação é também uma consequência do próprio ineditismo das políticas LGBT que possuem características muito específicas, o que impede o órgão de copiar modelos já consolidados ou que atendem outros públicos. Apenas Gabriel (30 anos) e Ana (31 anos) estão fora do que se compreende legalmente por juventude³², no entanto, eram jovens na época em que atuaram no CECH (Gabriel e Ana compõem o grupo de membros desligados).

b) Local de Origem e Residência

Tabela 5: Naturalidade e residência atual

Membros do CECH				
	Miguel	Davi	Artur	Alice
Função	Coordenador	Psicólogo	Assistente Social	Advogada
Natural	Recife/PE	São Paulo/SP	Paudalho/PE	Recife/PE
Residente	Recife/PE	Recife/PE	Recife/PE	Recife/PE
Ex-Membros do CECH				
	Pedro	Gabriel	Ana	Lúcia

³² Segundo o parágrafo primeiro do artigo primeiro do Estatuto da Juventude brasileiro (Lei 12.852/2013) “Para os efeitos desta Lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade”.

Função	Ex-Coordenador	Psicólogo	Assistente Social	Advogada
Natural	Recife/PE	Recife/PE	Limoeiro/PE	Recife/PE
Residente	Recife/PE	Recife/PE	Recife/PE	Natal/RN João Pessoa/PB Recife/PE

Com exceção de Davi, Artur e Ana que nasceram em São Paulo/SP, Paudalho/PE e Limoeiro/PE, respectivamente, o restante do/as entrevistado/as nasceu na capital de Pernambuco, Recife. Todos os membros atuais do CECH residem atualmente em Recife. Isso demonstra o quanto as políticas estaduais ainda se concentram na capital, são formadas com pessoas oriundas da capital e, mais que isso, atuam com a ótica/lógica da capital. Isso é problemático no que tange à problemática LGBT, uma vez que é no interior do Estado onde as lógicas opressoras se reproduzem com mais intensidade (não menosprezando as violências presentes nas capitais brasileiras), uma vez que o Estado, o mercado e muitos dos movimentos sociais tem dificuldade de “chegar” no interior.

Faria especial menção à ausência ou a presença em menor quantidade de estabelecimentos comerciais voltados para o chamado “segmento GLS” nas cidades do interior. Embora alvo de críticas de parte de militantes LGBT, como demonstrou o estudo de Santos (2006) em estudo com as lideranças homossexuais da cidade de São Paulo, o mercado GLS tem tido papel notável na socialização e, conseqüentemente, na construção de identidades LGBT.

c) Identidades Sexuais e de Gênero

Tabela 6: Identidades sexuais e de gênero

Membros do CECH				
	Miguel	Davi	Artur	Alice
Função	Coordenador	Psicólogo	Assistente Social	Advogada
Identidade Sexual	Homossexual	Homossexual	Homossexual	Heterossexual

Gênero	Masculino	Masculino	Masculino	Feminino
Ex-Membros do CECH				
	Pedro	Gabriel	Ana	Lúcia
Função	Ex-Coordenador	Psicólogo	Assistente Social	Advogada
Identidade Sexual	Homossexual	Gay	Lésbica	Indefinida
Gênero	Masculino	Masculino	Feminino	Feminino

Também queríamos saber o perfil identitário, se assim podemos falar considerando as perspectivas teóricas recentes de cunho pós-identitário, dos membros e ex-membros do CECH para analisar em que medida as orientações sexuais e gêneros das pessoas tinham relação com a atuação profissional dessas pessoas.

Com efeito, do universo amostral dos/as trabalhadores/as atuais, três pessoas se definem como homossexual e apenas uma (Alice) se identifica como heterossexual. Do universo de ex-membros, o mesmo ocorreu em relação aos membros atuais: três sujeitos/as da amostragem se identificam como “homossexual” e “gay” e apenas uma (Lúcia) se define como **estando** em uma relação heterossexual e não **sendo** heterossexual. Parece sutil, mas os dois verbos em destaque carregam sentidos e implicações diferenciadas. Como a própria entrevistada afirmou “*então hoje eu tô numa relação heterossexual, mas eu já me envolvi com mulheres sexualmente falando, mas assim, hoje, enfim estou numa relação heterossexual, mas não me defino muito não*” (Entrevista com Lúcia, 12/05/2015). O verbo estar denota um caráter transitório. A própria afirmação de que ela não se “define muito” reforça isso. Curioso que mesmo tendo experiências sexuais com pessoas do mesmo sexo, outras mulheres, Lúcia não se identifica como bissexual. A nossa aposta para explicar essa colocação é o acesso a teorias pós-modernas com destaque para a teoria *Queer* que Lúcia possui. Como já dito, ela atualmente desenvolve pesquisa com travestis adolescentes o que possivelmente tem resultado numa imersão teórica com perspectivas desconstrucionistas e pós-identitárias influenciando, desta forma, o seu olhar sobre as identidades e a forma como se apresenta. Sobre a teoria *Queer*, reflete Louro (2001),

Queer pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário. Mas a expressão também se constitui na forma pejorativa com que são designados homens e mulheres homossexuais. Um insulto que tem, para usar o argumento de Judith Butler, a força de uma invocação sempre repetida, um insulto que ecoa e reitera os gritos de muitos grupos homófobos, ao longo do tempo, e que, por isso, adquire força, conferindo um lugar discriminado e abjeto àqueles a quem é dirigido. Este termo, com toda sua carga de estranheza e de deboche, é assumido por uma vertente dos movimentos homossexuais precisamente para caracterizar sua perspectiva de oposição e de contestação. Para esse grupo, queer significa colocar-se contra a normalização – venha ela de onde vier. Seu alvo mais imediato de oposição é, certamente, a heteronormatividade compulsória da sociedade; mas não escaparia de sua crítica a normalização e a estabilidade propostas pela política de identidade do movimento homossexual dominante. Queer representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora (LOURO, 2001, p. 546).

Portanto, nossa hipótese para a forma como Lúcia se afirmou nos remete a essa vertente teórica que rejeita a ideia da construção de uma identidade única e fixa, inclusive de dentro do Movimento LGBT, o que termina por resultar em novas padronizações e, com elas, novas exclusões. Acreditamos ainda que não se identificar como bissexual reflete também os desafios que enfrentam o segmento B para se organizar e protagonizar as lutas no Movimento LGBT.

Embora pareça estranho à primeira vista, a questão endereçada aos/às entrevistados/as sobre com qual sexo foram registrados/as ao nascer se revelou estratégica para estudar a presença ou ausência de pessoas trans (travestis e transexuais) no Centro Estadual de Combate à Homofobia. Como pode ser visto nas biografias das pessoas, a ausência de pessoas trans no corpo técnico do órgão é revelador da dificuldade que o próprio Movimento LGBT tem de incluir essas pessoas nos espaços de poder e protagonismo.

A teoria *Queer* inclusive flerta com a ideia de exclusão dos/as já excluídos/as, algo que seria reflexo dessa política de identidades hegemônicas que ao categorizar as pessoas em identidades fixas, as hierarquiza. Some-se a isso, a baixa escolaridade, a exclusão educacional e a precária formação profissional a que estão acometidas pessoas trans, dificulta ainda mais o acesso e permanência da população trans no mundo trabalho, inclusive até nos espaços mais inclusivos e progressistas (BENTO, 2014).

No entanto, não poderíamos deixar de registrar que há pessoas trans trabalhando no CECH, não na equipe técnica multiprofissional (composta por advogados/as, psicólogos/as e assistentes sociais), mas no cargo de auxiliar administrativo. O CECH

conta hoje com duas mulheres trans no seu quadro funcional sendo uma, inclusive, a motorista do órgão, algo que pode ser considerado um avanço em termos de subversão de gênero, afinal, não podemos desconsiderar que a profissão de motorista historicamente tem sido ocupada por homens. A ausência destas pessoas na equipe técnica também pode ser explicada pela exclusão educacional e pela dificuldade que o segmento trans tem de chegar e concluir uma formação em nível de Ensino Superior.

Gostaríamos de enfatizar também a resposta de Pedro quando perguntado sobre a sua orientação sexual e a sua identidade de gênero: no quesito orientação sexual, a resposta foi “homossexual” e na categoria identidade de gênero sua resposta foi “gay”. Avaliamos que a resposta ‘gay’ para a pergunta identidade de gênero indica a fusão/indistinção entre orientação sexual e identidade de gênero no imaginário da população LGBT, fusão essa acentuada pelas disputas linguísticas forjadas no interior do Movimento LGBT e da academia e suas produções teóricas que estão a inventar novas categorias e compreensões o tempo todo, inclusive a partir da revisão de velhas expressões e terminologias já consolidadas nesse campo. Em nossa compreensão, isso denota também a fertilidade, energia e movimento constante que ativismo e universidade pulsam, atualizando e criando novas compreensões e saberes.

Em nosso levantamento, obtivemos a constatação de o CECH ser composto na atualidade por 3 homens gays e 1 mulher heterossexual. Já a formatação dos ex-membros é o de 2 homens gays, 1 lésbica e 1 mulher não definida que está em uma relação heterossexual, o que sinaliza também a presença hegemônica dos gays na condução da política pública em questão. Para nós, essa configuração é o reflexo de um espelho do próprio Movimento LGBT ainda marcado pela “dominação masculina” (fazendo um jogo de palavras com Pierre Bourdieu).

Essa maioria masculina no Movimento LGBT é marcada por críticas dos movimentos de lésbicas e de mulheres trans que ora acusam os gays de excluírem ou invisibilizarem as suas pautas específicas. Foi no seio dessa crítica que surgiram os grupos locais específicos de lésbicas e de trans até a formação em nível nacional de redes específicas como a Associação Brasileira de Lésbicas (ABL), Liga Brasileira de Lésbicas (LBL) e Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Nessa acepção, as políticas LGBT seriam uma mera continuidade ou extensão das dinâmicas e configurações do Movimento LGBT, confirmando o exposto por Dagnino et al (2006) de que Estado e sociedade civil são mais próximos do que se imagina.

Um último elemento a ser observado é o de que a política pública LGBT é desenvolvida por uma maioria G. Essa constatação pode ser lida de maneira ambígua em que em um aspecto negativo indica a reprodução da política como uma arena majoritariamente masculina (crítica histórica do Movimento Feminista desde a sua origem na luta sufragista) e em um aspecto positivo indicaria a ocupação de setores historicamente excluídos no aparato poderoso como o Estado. Também demonstra a capacidade protagonista do Movimento na conquista desses espaços e da luta empreendida por esses/as ativistas. Simbolicamente, essa ocupação é muito importante para o reconhecimento dessas identidades e dessa luta política e em termos práticos é bastante significativo, considerando que LGBT, por “sentir na pele” (como afirma Artur), entende melhor os percalços, as necessidades, a linguagem, as práticas culturais (como a presença em guetos ou até uma subjetividade coletiva que marcaria a população LGBT) que outros/as LGBT expressam.

Por outro lado, por seu caráter ambíguo, como falamos, a ausência ou a pouca presença de heterossexuais pode ser lida como uma indiferença advinda dessa população, o que é crucial para o desenvolvimento de políticas públicas em outras áreas que não as de direitos humanos que tenham um olhar sobre as especificidades LGBT. Nessa ideia, apenas LGBT teriam interesse em formular políticas para LGBT o que evidentemente compromete e limita o escopo das políticas públicas em geral que devem garantir o acesso de todas e todos, respeitando a diversidade da população. A avaliação de Gabriel tem relação com essas reflexões quando diz “*ele [o CECH e a política LGBT] precisa se espriar na verdade pra outras políticas, pra outras Secretarias, pra outras formas de intervenção dentro da malha do estado*”. No envolvimento de trabalhadores/as, gestores/as e das pessoas heterossexuais em geral, temos mais chances de incidir contra a LGBTfobia ou corremos o risco de falar apenas pra nós mesmos.

d) Perfil Racial

Tabela 7: Raça e etnia

Membros do CECH				
	Miguel	Davi	Artur	Alice
Função	Coordenador	Psicólogo	Assistente Social	Advogada
Raça/Etnia	Negro	Pardo	Branco	Branca
Ex-Membros do CECH				
	Pedro	Gabriel	Ana	Lúcia
Função	Ex-Coordenador	Psicólogo	Assistente Social	Advogada
Raça/Etnia	Pardo	Branco	Branca	Parda

O perfil racial dos/as voluntários/as da pesquisa é diverso sem a predominância de brancos/as ou uma cor/raça específica. Segundo a autodeclaração de ambos os grupos amostrais, temos 4 pessoas brancas, 3 pardas e 1 negra. Segundo o Movimento Negro, pretos e pardos são considerados a população negra do Brasil que, em alguma medida, possui dificuldades ou não se percebe negro/a. Portanto, consideramos que há uma certa paridade entre brancos e negros/pardos no CECH.

e) Escolaridade

Tabela 8: Nível escolar

Membros do CECH				
	Miguel	Davi	Artur	Alice
Função	Coordenador	Psicólogo	Assistente Social	Advogada

Graduação	Pedagogia Psicologia	Psicologia	Serviço Social	Direito
Pós-Graduação	Não possui	Especialização em Gênero, Desenvolvimento e Políticas Públicas (andamento)	Não possui	Especialização em Direitos Humanos (concluído) Especialização em Direito da Saúde (Andamento)
Ex-Membros do CECH				
	Pedro	Gabriel	Ana	Lúcia
Função	Ex-Coordenador	Psicólogo	Assistente Social	Advogada
Graduação	Direito	Psicologia	Serviço Social	Direito
Pós-Graduação	Especialização em Direitos Humanos (concluído) Especialização em Gênero, Desenvolvimento e Políticas Públicas (andamento)	Mestrado em Psicologia (concluído)	Especialização em Direitos Humanos (concluído) Especialização em Gênero, Desenvolvimento e Políticas Públicas (andamento)	Mestrado em Ciências Jurídicas (andamento)

Como era de se esperar pelo perfil dos/as entrevistados da pesquisa, todos/as possuem Ensino Superior nas distintas áreas de formação previstas pela política pública: Direito, Psicologia e Serviço Social. O que difere entre um membro e outro são as instituições de ensino em que se formaram e os cursos de Pós-Graduação (Especialização e Mestrado, em nosso caso) que cada um/a realizou após sua formação inicial. Apenas Miguel possui duas graduações, em Psicologia e Pedagogia. Dois cursos de Especialização que contam com a presença significativa de membros e ex-membros do CECH é o de Direitos Humanos (Alice, Pedro e Ana) e o de Gênero, Desenvolvimento e Políticas Públicas (Davi, Pedro, Ana).

Evidentemente a presença nestes cursos é explicada pela relação direta das temáticas com o campo de atuação dessas pessoas. Em nível de Mestrado, apenas Lúcia

e Gabriel disseram fazer sendo que Lúcia está em andamento (em Ciências Jurídicas) e Gabriel já concluiu (Psicologia). É interessante ver que ambos pesquisaram temáticas relativas à diversidade sexual e de gênero nos seus cursos. Ao todo, 6 pessoas possuíam algum tipo de pós-graduação, as duas restantes compõem o grupo de membros atuais. Essa relação com a academia é bastante profícua porque também é um espaço em disputa, além disso, o saber científico é apropriado por esses gestores/as para qualificar a sua intervenção profissional e política.

f) Atuação Política

Tabela 9: Trajetórias políticas

Membros do CECH				
	Miguel	Davi	Artur	Alice
Função	Coordenador	Psicólogo	Assistente Social	Advogada
Movimento Social, Grupo ou ONG	ONGs (não mencionou qual)	Movimento LGBT (Leões do Norte)	Movimento Estudantil (Diretório Acadêmico de Serviço Social)	Movimento Estudantil (Diretório Acadêmico de Direito)
Partido Político	Não	Não	Não	Não
Ex-Membros do CECH				
	Pedro	Gabriel	Ana	Lúcia
Função	Ex-Coordenador	Psicólogo	Assistente Social	Advogada

Movimento Social, Grupo ou ONG	<p>Movimento pela Democratização da Justiça (Gabinete de assessoria jurídica às Organizações Populares)</p> <p>Movimento LGBT (Leões do Norte)</p>	<p>Grupo de Pesquisa sobre Diversidade Sexual e de Gênero</p> <p>Movimento LGBT (Fórum LGBT de Pernambuco)</p>	<p>Movimento Feminista (Marcha Mundial das Mulheres)</p> <p>Movimento Estudantil (Diretório Acadêmico de Serviço Social)</p> <p>Movimento LGBT (Mulheres Lésbicas de Pernambuco)</p> <p>Movimento do Campo (FETAPE)</p>	<p>Movimento Estudantil (Diretório Acadêmico de Direito)</p> <p>Movimento pelo Direito à Cidade (Ocupe Estelita)</p>
Partido Político	Não	Simpatia pelo PT e PSOL	Simpatia pelo PT	Filiada ao PSOL

Com exceção de Miguel, todas as outras pessoas passaram por algum movimento social, tanto do grupo de membros atuais quanto de membros desligados. O Movimento Estudantil e os Diretórios Acadêmicos parecem ter sido grandes portas de entrada para a militância dos/as sujeitos/as em tela.

Depois do Movimento Estudantil, o Movimento LGBT aparece como outro movimento social que despertou nessas pessoas o caráter político nelas, com destaque para o grupo Movimento Gay Leões do Norte. Essa relação é explicada na medida em que sabemos que o atual Centro Estadual de Combate à Homofobia teve sua origem nessa entidade através de financiamento público federal no âmbito do Programa Brasil Sem Homofobia. O então Centro de Referência em Direitos Humanos e Prevenção e Combate à Homofobia administrado pelo Leões do Norte, passa por um momento de “entrega” para o governo do estado e nesse contexto a ONG também “entregou” seus militantes para o governo do estado de Pernambuco o que resultará em implicações que serão estudadas mais à frente.

Em relação aos partidos políticos, apenas Lúcia disse ser filiada ao PSOL na qual afirmou possuir militância orgânica e trabalhar para o partido. Os/as demais afirmaram não ser filiados/as a nenhum partido político, embora Gabriel e Ana tenham confirmado ter identificação com o PT e com o PSOL. Essa identificação, no entanto, não foi

suficiente para que se filiassem formalmente aos partidos apontados nem militassem no partido. É ainda válido lembrar que o CECH foi implementado pela administração estadual do Partido Socialista Brasileiro (PSB) que em 2012 rompeu com seu aliado histórico no âmbito estadual, o PT (no âmbito das eleições municipais em Recife).

g) Entrada no Estado

No caso daquelas pessoas que militavam no Leões do Norte, a entrada no CECH foi um processo quase que “natural”, uma vez que o CECH era a “entrega” do antigo Centro de Referência ao Governo de Pernambuco. Já as demais pessoas que não entraram através desse processo, a dimensão das relações pessoais pesou muito. Embora tivessem passado por processos seletivos, em todos os casos, as redes de contatos sociais foi muito importante para a entrada no CECH, mas em todos os casos relatados já havia um diálogo entre os movimentos em que as pessoas atuavam como ativistas de causas sociais e o governo estadual. Vejamos os trechos a seguir:

Eu conhecia a Secretaria Executiva de Justiça e Direitos Humanos e uma amiga minha trabalhava no NAP (Núcleo de Acolhimento Provisório) e ela me disse que tinha um programa que era minha cara (aquela coisa, né? Porque é gay, então...) e disse “quando abrir vaga pra lá eu vou botar teu currículo”. Eu disse: “Tá!” Aí em Abril, abriram vagas, né? Aí ela disse: “Manda teu currículo que abriu vaga, eu vou deixar na mão do coordenador” (...) Quando ela me falou eu fui procurar, fui na internet saber o que era o CECH o que fazia e como trabalhava, me identifiquei, participei da seleção e fui selecionado (Entrevista com Miguel, 28/05/2015).

Quando eu fazia parte da militância o debate sobre a política pública, a gente já dialogava com o Centro, né? Mas aí a partir do conhecimento que eu tive com algumas pessoas, eu tive um acesso muito maior, aí foi quando eu soube que haveria a seleção e eu participei do processo seletivo, assim que eu me formei (Entrevista com Artur, 28/05/2015).

Chegou no CECH por meio de seleção pública ao qual ficou sabendo da oportunidade na sua Especialização em Direitos Humanos. O coordenador do órgão à época fazia o mesmo curso que Alice (Diário de Campo, FEITOSA, 2015).

Foi pelo convite de [redacted] assim, [redacted], alguém... Quando [redacted] na verdade, [redacted] era psicóloga antes de mim. Ela saiu. Ela indicou meu nome pra [redacted]. [redacted] foi do mesmo grupo de pesquisa que eu fui [redacted] e aí ele me chamou pra compor a equipe. Eu aceitei. Tinha acabado de acabar o Mestrado, tava procurando alguma coisa mesmo. Fui lá e pronto (Entrevista com Gabriel, 01/06/2015).

O Assistente Social que trabalhava antes de mim, [REDACTED]. Eu conhecia [REDACTED] e ele tava saindo pra assumir outro cargo e ele tinha sinalizado que logo logo ia abrir seleção. Então foi uma seleção simplificada. Eu diria que ela foi pública, mas ela não foi registrada, não teve registro em edital, mas ela foi pública. As pessoas concorreram... E aí teve entrevista, uma parte escrita e avaliação de currículo, então eram três modalidades que inclusive quando eu estava lá no último ano eu... A gente dirigiu esse mesmo processo com outras pessoas que chegaram lá agora, então assim... Mas geralmente se tocava a seleção assim até a época que eu tava lá se tocava assim. Era entrevista, uma prova discursiva que você ia lá e escrevia e a avaliação de currículo (Entrevista com Ana, 01/06/2015).

Através de [REDACTED]. Como eu tinha te falado, [REDACTED]... Eu tinha uma proximidade muito grande com as pessoas que estavam ocupando o Centro. Eu e [REDACTED] a gente tem uma relação de muita confiança e aí ele me avisou da oportunidade do estágio, eu participei da seleção com outras pessoas e acabei ficando (Entrevista com Lúcia, 12/05/2015).

Os dados demonstram que, em que pese a importância da seleção, as relações (sociais, de militância política) previamente estabelecidas foram cruciais para a chegada no CECH, tanto dos/as atuais profissionais como dos/as antigos/as. Não queremos dizer que a seleção pública foi desconsiderada, mas as relações contribuíram até no acesso da informação de que abririam vagas. Assim, os relatos nos mostram que o trânsito entre a sociedade civil e o Estado é mais fluido do que tradicionalmente imaginamos. Muito possivelmente, os “convites” e “indicações” feitas pelo Centro para que as pessoas se submetessem à seleção, foram frutos de avaliações de caráter subjetivo de que elas teriam o “perfil” desejado pelo órgão. Sendo assim, a seleção seria uma espécie de peneira que confirmaria ou não aquela percepção anterior.

h) Motivações

Dentre os elementos que motivaram os/as sujeitos/as a trabalhar no CECH, tivemos três achados principais:

1 - O ativismo que a maioria desenvolvia em distintos espaços políticos, seja no Movimento Estudantil, LGBT ou Feminista, e a afinidade “emancipatória” desses/as ativistas com o CECH, uma vez que o órgão possuía um caráter “militante” (Entrevista com Lúcia, 12/05/2015);

2 - As identidades sexuais e de gênero dessas pessoas faziam com que “sentissem na pele” as iniquidades que recaem sobre a população LGBT e isso os/as motivou a militar nos movimentos sociais e depois a atuar no Estado e

3 - A identificação com a temática LGBT, incluindo as pessoas heterossexuais que tiveram contato com as discussões sobre diversidade sexual e de gênero na sua graduação e nos movimentos que fizeram parte.

i) Período de Atuação

O universo da nossa amostragem vai desde a fundação do CECH, no ano de 2012, até o primeiro semestre de 2015. Entretanto, é curioso notar que aqueles/as entrevistados/as que demonstraram lançar um olhar mais crítico da política pública nas entrevistas, eram as mesmas que ficaram por menos tempo no órgão, por volta de 6 meses.

Esse dado não pode ser encarado como uma mera coincidência. Relatos de ex-membros do CECH que permaneceram por pouco tempo apontam para tensões que, se não foram decisivas para as suas saídas, contribuíram para certo desânimo e frustração com o trabalho desenvolvido no CECH. Acompanhem os seguintes trechos:

A sua saída do Centro [Lúcia] foi marcada por tensões e por duas características pessoais que dificultaram sua permanência no Governo de Pernambuco: a primeira por “falar demais” e a segunda por ser difícil de ser centralizada e dirigida. Como tinha uma avaliação muito crítica das prioridades políticas do governo estadual em relação aos direitos humanos, ela expunha com recorrência sua posição nas palestras que fazia seja para a rede de profissionais, seja para o Movimento LGBT (Diário de Campo, FEITOSA, 2015).

Dentre as razões que levaram a sua saída do governo [Gabriel] está a ideia de que o CECH funciona como um “jarro de enfeite”, aquém do suficiente. Para ele, a composição do CECH é algo fictício para atender a realidade de Pernambuco, embora avalie como sendo uma política necessária. Mas a precarização do atendimento e a ausência de outros equipamentos para onde encaminhar as vítimas foi gerando uma reflexão em Gabriel que o fazia pensar “que não tinha sentido” (Diário de Campo, FEITOSA, 2015).

Ambos os entrevistados acima só permaneceram por volta de 6 meses. Avaliamos que quanto maior for o grau de expectativa sobre o funcionamento da política e os distanciamentos entre os seus projetos políticos e a realidade do cotidiano do Centro, maiores são as chances de a permanência não perdurar muito.

Os dados também demonstram que entre os membros atuais do CECH a média de tempo vinculado ao órgão é de dois anos³³ (média ponderada entre o número de meses ativo e o número de membros da amostra) e entre os ex-membros entrevistados/as esse período reduz para 15 meses. Apesar das médias calculadas, é importante considerar caso a caso, pois há situações em que um determinado membro permaneceu apenas 6 e outro/a 36 meses.

j) Funções e Atividades Desenvolvidas

Através das informações coletada, classificamos as atividades desenvolvidas pelos/as profissionais do CECH em três tipos distintos: aquelas de “caráter geral” em que todo o corpo técnico as realiza, aquelas de “caráter específico” próprio de cada profissão (Direito, Psicologia e Assistência Social) e as de “caráter da coordenação” próprio da pessoa que coordena o CECH, independentemente da sua formação profissional:

Atividades de caráter geral – Por possuir uma “natureza” multidisciplinar, os/as técnicos/as do CECH desempenham algumas funções e atividades comuns a todos/as (percebido nas entrevistas). Dentre as quais, podemos citar os atendimentos às vítimas de violações de direitos humanos que procuram ou são encaminhados ao CECH por outros serviços ou por ativistas. Além dos atendimentos, as atividades de cunho formativo (oficinas, palestras, workshops, rodas de diálogo, palestras, entre outras) também podem ser compartilhadas por todos os membros do Centro. Por fim, articulações e representações institucionais e organização dos eventos do CECH também são de responsabilidade geral.

Atividades de caráter específico (Direito) – É atribuição do/a advogado/a do órgão acompanhar processos e audiências judiciais, prestar consultoria jurídica aos/às cidadãos/ãs e à equipe interna do CECH quando há o surgimento de novas legislações no campo da diversidade sexual que possam orientar a atuação do Centro ou quando pairam dúvidas sobre normas legais dentro do CECH. Segundo a ex-funcionária (Lúcia) que atuou como estagiária de Direito:

³³ Tomando como limite o mês em que esse texto foi escrito, exatamente em Julho de 2015.

Eu era estagiária do Jurídico, mas as atividades da gente elas eram bem interdisciplinares assim. Você não ficava muito fixo a sua formação digamos assim, né? A gente tinha umas atividades bem interdisciplinares como fazer palestras, como fazer atendimento aos públicos que chegavam, mas também fazer acompanhamento em delegacia de vítimas ou em delegacia cobrar que nos inquéritos fosse colocado, por exemplo, alguma violência que a gente identificava como sendo por conta da orientação sexual. A gente pleiteava que isso ficasse claro no inquérito. Acho que eram mais essas assim as funções... Ir pra o interior pra gente de certa forma fortalecer a rede como um todo. Era um trabalho bem vasto assim (Entrevista com Lúcia, 12/05/2015).

O relato da atual advogada do CECH (Alice) possui diferenças singulares com a ex-funcionária: primeiro porque ela detalha a árdua rotina do setor jurídico do órgão e segundo porque ela desabafa a necessidade de incluir mais profissionais do Direito em função da grande demanda e quantidade de atividades por eles/as desempenhados/as:

Mas desde que eu iniciei o trabalho aqui eu sinto a necessidade de ter um outro advogado comigo porque as pessoas não entendem que o trabalho do advogado ele é contínuo e ele é fluido assim, ele não é o trabalho do psicólogo, não desmerecendo logicamente, mas não é o trabalho do psicólogo que tem os atendimentos pontuais e encaminha, o do assistente social que ele vai no presídio visita faz o encaminhamento ou vai no centro de acolhimento da população de rua e também faz o encaminhamento. O advogado no caso aqui a gente acompanha os homicídios e é praticamente impossível tá indo de delegacia em delegacia aqui né pra poder fazer o acompanhamento, pra saber como é que tá o boletim de ocorrência, se o boletim de ocorrência já foi encaminhado para o Ministério Público, se foi arquivado, se não foi, se já tá no Judiciário, aí como é que tá o andamento no Judiciário isso de quanto homicídios que já não tivemos aqui né? Aí ao mesmo tempo fazer o acompanhamento jurídico das pessoas que atendem aqui né consultoria jurídica, aí fazer os encaminhamentos pra Defensoria Pública de retificação de registro civil, aí quando eu faço o encaminhamento pra Defensoria Pública tem que pegar o número do processo, fazer o acompanhamento do processo pra saber se não tá tendo nenhum [resultado, encaminhamento]... Como é que eu digo, nenhum motivo pra tá parado o processo aí eu tenho que ir com a parte lá porque eu não tenho acesso ao processo que é sigiloso então enfim... É uma loucura! Então as pessoas não entendem que o trabalho do advogado é um tanto mais complexo do que as demais áreas e é uma coisa muito corrida porque nós trabalhamos com prazos, apesar de eu não ter que é atender prazos do Judiciário, por exemplo, eu preciso 'tá' no pé da Defensoria Pública, da delegacia, tudo, então assim uma pessoa é humanamente impossível ainda que dedique um estagiário né? A gente sabe que pela Ordem dos Advogados a gente não pode, por exemplo, colocar o estagiário pra fazer atendimento na assessoria jurídica então é uma loucura (Entrevista com Alice, 19/05/2015).

Desta maneira, constatamos que há uma sobrecarga de trabalho para os/as profissionais que lá atuam que pode comprometer a qualidade dos serviços oferecidos. As condições de trabalho são cruciais para a permanência, satisfação e qualidade de vida profissional. Por esse motivo, elencamos as categorias “percepções do trabalho” e “Saída da Política Pública LGBT” para mapear o grau de satisfação/insatisfação com a atividade laboral. Sobre isso discutiremos posteriormente.

Atividades de caráter específico (Psicologia) – É específico dos/as profissionais de Psicologia o atendimento aos/às usuários/as que procuram o CECH e o seu monitoramento. Deste modo, mesmo que outro membro realize o atendimento, é o/a psicólogo/a que acompanha em que situação está o atendimento, se já foram realizados encaminhamentos, se o encaminhamento aconteceu com êxito, se a pessoa obteve sua demanda alcançada, etc. Além disso, também são estes/as profissionais que emitem parecer psicológico para as pessoas trans que queiram retificar seu nome civil. No Brasil, em face da ausência de uma legislação nacional que regulamente isto, as pessoas trans só podem modificar seu nome civil acionando o Poder Judiciário e dentre a documentação solicitada está o parecer psicológico que “atesta” que aquela pessoa, de fato, é transexual e que sofre transtornos de identidade de gênero. Este parecer demonstra o quanto a Ciência Moderna ainda está pautada por uma perspectiva patologizante e biologizante das identidades de gênero, resultando em uma lógica excludente e desumanizadora. Por fim, são os/as psicólogos/as que, na escuta, verificam graus de sofrimento psíquico, encaminhando as pessoas necessitadas para a rede de saúde adequada a cada caso. Com efeito, no âmbito do CECH, estes/as profissionais não podem desempenhar atividades terapêuticas individuais, tendo que encaminhar os/as usuários/as à rede pública de saúde. Entretanto, existiam percalços no processo de encaminhamento de pessoas que precisavam de acompanhamento psicológico como relata Gabriel (antigo psicólogo do CECH):

Tô lembrando de uma travesti que chegou lá medicalizada que vivia numa família, que constantemente sofria violência nessa família, tava extremamente depressiva e aí ela chega no serviço aí eu até faço uma escuta, tal, e nessa escuta eu identifiquei que ela precisaria no mínimo de uma terapia, precisaria tá inserida no serviço de saúde mental, tudo isso. Aí é que vem o danado dos entraves, dos obstáculos. Naquele serviço eu não poderia oferecer terapia, nenhum serviço, até pelo CRP (Conselho Regional de Psicologia) eu não poderia. Se eu quisesse mandar ela pra uma terapia não existe no SUS nenhum espaço que eu

pudesse mandar ela e também dentro das faculdades que ofereceriam uma terapia gratuita, a universidade tava com uma fila de espera na época de nove meses. Daí pra pessoa morrer pronto né, morreu acabou-se o problema aí mesmo né? E as outras [faculdades] tinha uma taxa simbólica de R\$ 20,00 de R\$ 10,00 que pra quem não tem absolutamente nada não é nada simbólico, sei lá, até a passagem é difícil pras pessoas, imagina pagar R\$ 20,00, R\$ 10,00 numa sessão de terapia, aí não existia o que se fazer. Um serviço de saúde mental a pessoa, por exemplo um CAPS [Centro de Atenção Psicossocial], alguma coisa, a pessoa só entra numa situação de crise, de sofrimento intenso. Não era exatamente o caso daquela pessoa, ela já tinha sido medicalizada, já tinha sido atendida de alguma forma então não existia o que fazer, eu nem podia acolher aquela demanda dela dentro do serviço nem tinha nenhum destino que eu pudesse encaminhar ne essa era uma angústia grande dentro do serviço (Entrevista com Gabriel, 01/06/2015).

Assim, a ausência de outros equipamentos adequados que pudessem atender as demandas e assegurar os direitos da população LGBT se configura como um entrave ao desenvolvimento do trabalho do CECH.

Atividades de caráter específico (Assistência Social) – O encaminhamento de cidadãos/ãs à rede de proteção social (CRAS e CREAS) e a articulação com essa rede podem ser apontadas como as principais funções desempenhadas pelos/as assistentes sociais do CECH, mas além disso, há outras tarefas que dependem da orientação política da Secretaria a que o CECH está vinculada. Uma delas é a intervenção a LGBT em situação de privação de liberdade e em situação de rua. Também já foi responsabilidade desse/a técnico/a o recebimento e acompanhamento das denúncias do Disque Direitos Humanos (Disque 100) da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Atividades de caráter da coordenação – Ela é classificada à parte por aglutinar atividades bastante específicas desta função, independente da formação profissional que o/a técnico venha a ter. Assim, pode assumir esta função qualquer uma das profissões acima apresentadas. O primeiro coordenador (Pedro) que atuou entre os anos de 2012 a 2014 possuía graduação em Direito e o atual (Miguel) é formado em Pedagogia e Psicologia e é ele quem melhor relata as tarefas desta função:

Coordenação técnica da equipe multiprofissional, elaboração de relatórios, pareceres, planejamento das atividades mensais, acompanhamento dos recursos, administração financeira do serviço, processos de seleção da equipe também... isso como coordenador, mas

como a gente aqui de certa forma mistura as atividades, posso participar de formação enquanto formador, posso fazer atendimentos por causa da minha formação de psicólogo, mas assim, estritamente as atividades de coordenador são as atividades específicas para a área...
(Entrevista com Miguel, 28/05/2015).

Assim, percebe-se que o elemento comum a todas as atividades é a grande quantidade de atribuições, responsabilidades e atividades desenvolvidas. Atualmente, só há um/a profissional por área multiprofissional para atender todas as demandas cidadãs da população LGBT do estado de Pernambuco, o que, por razões óbvias, faz com que o CECH não consiga cumprir com seus objetivos institucionais à contento.

k) Percepções do Trabalho

Esta categoria é um desdobramento da anterior na medida em que guarda estreita relação com as atividades que os/as profissionais desenvolveram e desenvolvem no CECH. Nas entrevistas relatadas, apenas com os membros atuais, as falas revelaram uma satisfação pessoal com o trabalho desenvolvido em função do caráter interventivo, pelo conhecimento do funcionamento da rede e do Governo de Pernambuco por dentro e também pelas experiências adquiridas.

A seguir os depoimentos do coordenador, do assistente social e da advogada do CECH:

Sinceramente é uma das experiências mais importantes profissionalmente pra mim que eu vou levar para minha vida toda, assim. É uma temática muito instigante as formações e a forma como a gente trata a formação para a rede de serviços públicos é uma forma dinâmica porque a população ela vive de fato num contexto machista, transfóbico e homofóbico. E aí nós, de certa forma, detemos um conhecimento que é importante pra população que tenta modificar sua prática em relação à população LGBT. E aí a possibilidade de fazer com que através dessas formações a gente consiga garantir a efetivação das políticas públicas. Ao fazer uma formação num serviço em virtude de uma violação ou na prevenção como a gente faz na semana de Jornadas de Direitos Humanos. Pra nós é extremamente importante, porque vamos conseguir garantir que aquele serviço seja minimamente, seja sensibilizado pra receber a população LGBT
(Entrevista com Miguel, 28/05/2015).

O coordenador (Miguel) acima enfatiza a capacidade de sensibilização da rede de atendimento. Já o assistente social (Artur) destaca o conhecimento adquirido sobre a dinâmica da rede socioassistencial e a experiência de trabalhar com a população LGBT:

Enfim, é uma experiência bastante rica porque enquanto profissional a gente... enfim, tem bastante conhecimento em relação à rede de serviços, não só intervenção mesmo com... por conta da temática LGBT, mas das articulações, enfim... e da experiência também de trabalhar com esse público. Quando a gente realiza vários serviços em relação à mudança do nome, em relação a nossa intervenção no presídio, em relação à notificação de dados no sentido de contribuir para a formulação de políticas públicas, enfim, a gente tem um leque de intervenções e a experiência é bastante diversa. Enquanto profissional a gente tem uma experiência muito grande. Faz uma leitura realmente da situação, da rede, enfim... (Entrevista com Artur, 28/05/2015).

A advogada (Alice) elenca o caráter interventivo e a satisfação do público atendido como motivo de contentamento:

Eu acho gratificante né porque eu percebo que é muito difícil nós que somos do Direito perceber que fazemos realmente alguma mudança social porque infelizmente trabalhamos muito com a questão burocrática do Judiciário, da lei e nem sempre é possível perceber de perto o que a gente faz na mudança da vida da pessoa e aqui eu consigo perceber isso né? Apesar de todas as dificuldades de infraestrutura e tudo mais, mas a gente aos poucos vai conseguindo mudar, a gente ver isso no rosto das pessoas, nas palavras das pessoas a gente consegue ver que a gente realmente conseguiu mudar o rumo da vida daquela pessoa através da nossa atuação e isso me deixa muito feliz (Entrevista com Alice, 19/05/2015).

É fundamental dizer que apesar dos depoimentos positivo em termos de satisfação com o trabalho desenvolvido, os/as entrevistados/as atualmente vinculados ao CECH deixam “escapar” avaliações críticas mais subliminares quando não são perguntados/as diretamente como é o caso da questão acima que perguntou “O que você acha de trabalhar no CECH?”. Como já expressei, inclusive por Dagnino et al (2006), o lugar de onde falamos influencia fortemente as nossas posições e visões de mundo.

Não queremos dizer que os atuais membros do CECH foram orientados a dar respostas positivas (mas também não podemos correr o risco de ser inocentes e achar que essa não é uma possibilidade real e recorrente dentro dos governos e regimes democráticos), mas buscamos problematizar os limites que os governos impõem quanto a críticas externas (e em muitos casos, até internas), como será visto entre os membros

que já não trabalham mais no CECH. A liberdade de expressão³⁴ aqui é vista como problemática, não porque os governos seriam “enviados do mal”, mas porque é um campo que concentra poder e está em permanente disputa, principalmente com outros partidos com destaque para os oposicionistas.

Criticar a política da qual se faz parte pode ser encarado como algo ingênuo ou perigoso, pois daria munição para “ataques” dos grupos que disputam o Estado. Sobre os partidos políticos, recorreremos à definição de Dagnino et al que refletem:

Ao menos em teoria, os partidos respondem a projetos políticos entendidos como uma série de ideias ou núcleos doutrinários que dão coesão às distintas vertentes e indivíduos que os constituem (...). Em termos mais específicos, pode-se dizer que, como mediadores tradicionais entre a sociedade civil e o Estado, os partidos políticos na América Latina, na vocação pendular que é sua característica inerente, historicamente se inclinaram sempre na direção do Estado (com exceções, por isso mesmo notórias) (DAGNINO et al, 2006, p. 36 e 37).

Portanto, como sabemos do caráter ambíguo, contraditório e desafiador das políticas públicas e em especial as de direitos humanos com recorte LGBT, procuramos levantar também a opinião dos/as antigos/as funcionários/as a partir das razões que levaram o seu desligamento do CECH para fins de análise e leitura mais atenta e real com o cotidiano dessa política LGBT, como será visto a seguir.

1) Saída do Estado

Em oposição aos membros atuais, os/as antigos/as trabalhadores/as do CECH tem uma opinião bastante crítica quanto aos trabalhos do Centro e justificam a sua saída a partir de insatisfações acumuladas ao longo do trabalho desenvolvido no órgão. Assim como fomos cuidadosos no trato das análises dos membros atuais sobre o ato de trabalhar no Centro, buscando evitar dicotomias e ingenuidades, também sinalizamos de antemão que as opiniões emitidas pelos ex-membros também são carregadas de parcialidade, de interpelações e construções características, inclusive, dos seus projetos políticos e percepções da experiência vivida no Governo de Pernambuco.

³⁴ Além disso, acreditamos que os problemas relativos à “liberdade de expressão” envolvendo os membros desligados tem a ver também com a incompatibilidade entre os projetos políticos do órgão e desses ex-membros.

Muito possivelmente se perguntássemos para os coordenadores do CECH as razões que levaram a saída dessas pessoas, teríamos outras opiniões que poderiam até ser diametralmente opostas as das relatadas pelos ex-membros. Não subestimamos o que está oculto, não-dito, nos nossos enunciados. Essa compreensão, básica, que parte das contribuições da Linguística e das teorias relativas à Análise de Discurso nos auxilia a entender que nem tudo que é dito foi estritamente real e vice-versa. Não estamos falando de má-fé necessariamente, mas do processo de interpretação dos fatos, dos ângulos em que se vê a realidade e a capacidade de expressar esta realidade. Também não desenvolvemos uma análise de discurso neste estudo, apenas sinalizamos a ideia do não dito no enunciado como um elemento quase que “natural” do exercício da linguagem. Tendo esses elementos como parâmetro, partimos para os depoimentos dos/as sujeitos/as.

Para Gabriel, o CECH funciona como um “jarro de enfeite”, aquém do suficiente para a demanda. Assim, o estilo precário do atendimento somado à ausência de equipamentos para onde se pudesse encaminhar a população LGBT e o caráter pontual e frágil das ações do Centro o fizeram achar “sem sentido” estar atuando ali.

Eu acho assim: é uma política necessária né, é uma política que eu acho que precisa ser melhorada, mas naquela atual conjuntura pelo menos que eu trabalhava lá, eu acho que ela ficava aquém do suficiente, era mais do que insuficiente assim, porque é isso que a gente tava discutindo antes. Era uma equipe que era formado por um psicólogo, um advogado, um assistente social, além do coordenador e dos estagiários pra dar conta de todo o estado de Pernambuco. Obviamente isso é uma coisa fictícia né? Não tem condições da gente dar conta, não tinha condições da gente dar conta do que acontecia em Recife quanto mais nos outros lugares mais distantes. E aí o atendimento pra mim era muito precário né? Assim, as pessoas chegavam e a gente não tinha pra onde encaminhar e nem a gente poderia se alongar muito lá porque a ideia é que a gente funcionasse como esse serviço que articulasse outros serviços pra lidar com aquela demanda do sujeito que foi vítima de homofobia de alguma forma. Mas, o ‘caba’ chegava e o máximo que a gente podia oferecer era uma escuta, era um aconselhamento jurídico ou o assistente social que tentava inserir em alguma política social, mas não ia além disso, entendesse e isso começou a se tornar uma coisa um pouco... sem sentido! Pra mim aquela coisa começou a ficar um pouco “pô o que é que eu tô fazendo aqui se essa política tá aqui só pra dizer que existe. Se isso aqui as pessoas não tão... Não tem a possibilidade de provocar alguma mudança”. Então foi perdendo um pouco do sentido ali pra mim, fora que as atividades nas outras cidades, as oficinas eram algo muito pontuais, sei lá, a gente foi uma vez pra Afogados da Ingazeira aí ficou durante três dias a gente faz um seminário com algumas pessoas de lá, sai, pronto! Cabou-se. Isso é toda intervenção que a gente pôde fazer nas cidades do interior. Mais do que isso não existia. Não existia um acompanhamento dos processos que estavam se dando

lá. Não existia um fortalecimento, um apoio dos movimentos sociais que estavam acontecendo naquela cidade, não existia algo mais sistemático né? As coisas eram muito... muito... é... sei lá, muito pontuais como eu te falei. E a sensação que me dava era que aquela política ela tava lá muito mais pra cumprir as metas e se tornar uma publicidade do que de fato pra ser algo efetivo, que intervisse na questão das violências e tudo mais (Entrevista com Gabriel, 01/06/2015).

Ousamos dizer que a fala de Gabriel expressa a presença de dois projetos políticos em conflito: de um lado temos uma administração gerencial, pautada por metas impessoais e feições neoliberais; de outro, uma política pública específica, robusta, suficiente e preocupada com as particularidades e dificuldades da população LGBT. O antagonismo desses dois projetos políticos explicaria as incompatibilidades existentes entre ex-membros e o órgão.

Opinião semelhante é a de Ana quanto à fragilidade da política pública LGBT. A diferença é que ela aponta outros elementos que resulta no que chama de “sentimento de frustração”, uma expressão que revela as subjetividades que vão se criando na construção de uma política pública. Segundo Ana, esse sentimento de frustração era fruto da fragilidade das políticas de direitos humanos, da descontinuidade característica das políticas governamentais, da estrutura inadequada para as demandas, das condições precárias de trabalho como atrasos ocorridos no pagamento dos salários, além da falta de liberdade de expressão:

A política de direitos humanos ela é ainda frágil, ela é pouco compreendida, ela é política de governo, então isso é uma problemática muito grande, por ser política de governo essas coisas mudam muito elas se alteram, os programas tem descontinuidade, não se tornam... A gente força a dizer que é um serviço, mas ele é um serviço pela importância e porque de alguma forma, nós que somos militantes a gente meio que força essa coisa pra não deixar cair a peteca, né? Mas tem descontinuidade do salário, tem essas fragilidades. As condições de trabalho... Você tem condições de se produzir intelectualmente porque eu acho que é um perfil de quem trabalha no CECH, do comprometimento político com a pauta. Talvez, e aí eu me arrisco a dizer, por ser a maioria pessoas que ou militam na pauta de gênero porque sejam LGBT e isso ajuda muito, mas o principal motivo de fato foram essas questões objetivas de não ter a liberdade, então eu não me via no serviço em que eu era militante dentro e não podia ser fora porque há uma contradição a isso por ser militante enquanto sociedade civil como pessoa e estar dentro de um organismo que faz uma política que pra mim ainda não é a esperada, a desejada. Há um esforço inegável... Há um esforço tem ser reconhecido, mas de algum modo deixa aquele sentimento de “poxa, será que não tá faltando alguma coisa?”, de uma pequena frustração, sabe? Porque a gente tem

quadros bons que poderiam ocupar esses espaços e não ocupam porque a gente precisa se organizar na vida pra poder militar também, pra poder pagar as contas e enfim é mais ou menos nesse caminho assim (Entrevista com Ana, 01/06/2015).

Outra entrevistada desta pesquisa, Lúcia, também aponta questões semelhantes que a levaram a sair do CECH. Dentre os motivos principais estão a dificuldade de ser dirigida e por “falar demais”. O fato de ter críticas ao Centro e externar publicamente isso acabou sendo chamada atenção por seus superiores gerando um quadro de desânimo e desestímulo. Mais do que as minhas inferências, as palavras ditas pela própria entrevistada são muito ilustrativas das dinâmicas internas e momentos de tensão vividos pelo CECH e sua equipe técnica:

Exatamente e aí ainda que eu tivesse numa Secretaria Estadual e fosse ela que tivesse pagando a minha bolsa do estágio, eu não media palavras e aí eu fui num congresso e eu sempre falava isso muito abertamente porque... A equipe do CECH era composta por quatro profissionais: um advogado, um psicólogo, uma de Serviço Social, dois advogados porque [REDACTED] também era advogado, mas ele era coordenador e tal, então assim era uma equipe muito pequena pra você atender o estado inteiro, então claramente pra mim isso não é uma prioridade pro governo do estado. Isso é, lógico, foi através da conquista do Movimento... dos Movimentos Sociais e tal, mas é muito mais como um cala a boca “ó tudo bem, se contentem com isso aí do que com qualquer coisa” então sempre quando eu ia dar uma palestra, dar uma formação, eu deixava isso muito claro porque era importante que as pessoas soubessem disso na minha percepção e aí determinada vez a gente foi fazer uma atividade. Era um seminário, um seminário de formação com ampla divulgação, vários movimentos foram e nesse seminário eu fiz uma fala que era sobre a postura do governo do estado. Uma mulher, eu não lembro quem era a pessoa na mesa, mas ela tava representando ou era a prefeitura ou era o governo do estado, não lembro realmente, mas ela falando de como os guetos hoje estão se expandindo e como isso era positivo e cada vez mais a gente tinha bares só para gays e tal e aí eu chutei o pau da barraca (risadas), eu falei que a gente não queria bares pra gays, a gente queria bar pra todo mundo e que o governo do estado tinha que ter investido mais em políticas públicas pra que os gays, a população LGBT em geral, se sentisse acolhida em qualquer espaço da cidade porque a cidade era nossa e aí foi uma fala que foi muito dura praquelas pessoas que estavam ali e aí eu fui chamada atenção pelas pessoas que ali estavam que eram do CECH dizendo que não era uma fala que eu podia ter feito, aí eu comecei meio que a me ‘abusar’... meio que assim, eu não posso estar num lugar

onde eu posso... que vou ser tolhida. Não por uma maldade das pessoas que estavam compondo lá, mas assim porque elas eram cobradas também, entendeu? Eu não podia tá falando um negócio daquele. Enfim... E aí, paralelo a isso eu comecei a estudar pro Mestrado, enfim, fui me afastando e acabei saindo (Entrevista com Lúcia, 12/05/2015).

Diferentemente de todos os anteriores, Pedro, que atuou como coordenador do Centro desde a sua fundação em 2012 (e mesmo antes de o Centro ser administrado pelo governo estadual, ainda na ONG Leões do Norte) até 2014, saiu sem maiores tensões do CECH. Na verdade, ele não saiu efetivamente do CECH, mas foi promovido a novo coordenador do Programa que administra não apenas o CECH, mas também outros programas que atendem outros públicos (Sistema Estadual de Proteção à Pessoa).

Aqui a noção de trajetórias ajuda bastante a perceber que os caminhos percorridos, as relações estabelecidas, as vinculações realizadas forjam sentidos e escolhas diferentes. Como dito, Pedro foi membro do Leões do Norte, participou do Centro quando ele ainda pertencia ao movimento social (um pertencimento relativo já que era financiado pelo Governo Federal), fez parte do processo de negociação que transferiu o Centro de Referência para o Governo de Pernambuco e depois foi convidado a coordenar o então CECH. Inferimos que a relação construída entre o Leões do Norte e setores do PSB presentes no Governo de Pernambuco foram fundamentais para a sua permanência por tanto tempo e, ao final, pela sua promoção.

Não queremos sugerir que a promoção não foi também fruto de muitos esforços e do mérito individual e coletivo (das equipes que passaram pelo CECH e do seu grupo político de pertencimento, notadamente os membros do Leões do Norte) no desenvolvimento dos trabalhos do CECH. Com efeito, a condução desta política foi bastante reconhecida pelos agentes superiores da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos que, perto do fim do segundo governo de Eduardo Campos (2011-2014), promoveu o coordenador do CECH para dirigir agora uma política mais abrangente. Pedro acredita que esta promoção foi o reconhecimento tanto da metodologia desenvolvida no interior do CECH quanto da temática LGBT como algo que pode ser ampliado para outros programas e públicos-alvo.

Eu saí do CECH entre aspas, mas continuei no governo e dentro da mesma Secretaria, assumi uma gerência que estava responsável pelo CECH, então, eu não optei por sair porque eu precisava me afastar por outras questões, não. Eu ainda dialogo com o CECH. Eu acho que a

gente... A perspectiva de assumir um sistema que o CECH fazia parte. Faz parte. E a ideia era que a gente pudesse aproveitar a metodologia do CECH, assim foi o que eu entendi que era a expectativa da gestão quando me convidou e a minha quando aceitei, uma metodologia que deu certo. Eu não posso deixar de dizer isso. A gente, em que pese todo o esforço e tudo o mais das equipes que passaram por esse programa, mas a gente conseguiu olhar pra demanda e racionalizar a resposta e isso pode ser aproveitado dentro dos debates das opressões, pra outras questões que a gente pode se deparar em Direitos Humanos, então, a ideia era que a gente pudesse aproveitar isso e também dialogar com as outras pautas de Direitos Humanos e da Secretaria, né? Pessoas ameaçadas de morte, pessoas com pessoas vítimas da violência em geral, com a população idosa e a gente pudesse estar fortalecendo essas outras questões cruzando opressões. Não deixei o CECH diretamente, vamos dizer assim.

Cleyton: *Então a gente pode entender que a tua ida pra o Sistema Estadual foi um êxito pela tua atuação no CECH, que deveria ser implementado nos outros programas.*

E o reconhecimento da própria temática... da importância da própria temática. Porque se a gente faz uma avaliação imediata, a expectativa é de que essa seja uma temática de que quando considerada, seja de forma ainda muito recortada, que você poderia dar conta só disso, mas aí, não. Eu acho que a gente conseguiu ocupar de fato o tema a ponto de ser aproveitado no... não estou falando necessariamente no sentido da promoção, no sentido de “ah, você subiu de cargo”, estou falando de você utilizar sua experiência...

Cleyton: *Não apenas isso, né?*

Não significa apenas isso, exato... do ponto de vista pessoal, isso conta, mas pra política e pra temática, a gente conseguiu ocupar um lugar de destaque tanto é que do que é executado pela casa, no reconhecimento que tem a temática hoje dentro do governo eu posso te dizer com segurança que a gente fez um bom trabalho (Entrevista com Pedro, 18/05/2015).

Vale destacar que mesmo com a sua posição mais próxima ao Governo de Pernambuco, Pedro não deixou de reconhecer as fragilidades da política. Mas ao contrário dos demais membros desligados, ele enfatiza os aspectos positivos e avanços obtidos pelo CECH, o que diferencia frontalmente das avaliações daqueles membros.

Assim, os projetos políticos e as trajetórias individuais se constituem como categorias ricas para avaliar as interlocuções, trânsitos e ações políticas, seja no campo da sociedade civil, sociedade política e Estado (compreendendo que elas são instâncias menos estanques e separadas do que se imagina). Se olharmos a fundo os projetos políticos e as trajetórias dos ex-membros conseguiremos perceber o quanto elas orientaram e orientam a ação política de cada sujeito/a apresentado/a.

m) Mudanças para a Permanência

Em complemento aos elementos anteriormente levantados, ainda perguntamos aos membros antigos “Que mudanças no CECH poderiam ter motivado sua permanência no órgão?” para adentrar nos fatores que os fizeram sair do Centro e ponderar a capacidade diagnóstica e criativa que eles e elas tem dessa política pública. Esse caráter “diagnóstico” ganha relevância na nossa investigação na medida em que buscamos compreender o desenvolvimento das políticas LGBT no Governo de Pernambuco.

Pedro, promovido internamente na Secretaria responsável pela administração do CECH não soube responder a pergunta, pois considerou que não deixou o CECH “diretamente” e pondera *“tanto é que a equipe ela continua a mesma, a coordenação seguinte foi identificada dentro do próprio programa, então foi tudo muito tranquilo”* (Entrevista com Pedro, 18/05/2015).

Já Gabriel avalia que não voltaria a atuar no CECH com o atual formato do Centro. Para ele, o CECH precisa se “espraiair” para as outras políticas públicas de modo que as políticas setoriais (Educação, Saúde, Assistência, etc.) não se isentem da responsabilidade de desenvolver políticas LGBT também.

Ana é a mais propositiva desse grupo amostral e diz que poderia ter permanecido no CECH caso ele tivesse uma estrutura de política de Estado, caso fosse reconhecido como um programa imprescindível (extraídas consequências positivas como a realização de concursos públicos para ele, contratos menos frágeis e relações menos precárias de trabalho), isto é, maior institucionalização da política, além do que ela chama por “interligação da rede”, pois a fragilidade dos serviços causam sofrimento subjetivo aos/às ativistas que ali trabalham e percebem as lacunas e ausências das políticas públicas no tocante à garantia da cidadania LGBT.

Lúcia, por fim, é a mais crítica entre todas e afirma que nenhuma mudança a faria permanecer no CECH e justifica alegando que não seria uma mudança apenas no CECH, mas na estrutura vigente na política do Governo de Pernambuco, atualmente sob o comando do PSB. É interessante notar que ela foi a única pessoa que disse ser filiada a partidos políticos, neste caso o PSOL, o que certamente tem influência na construção da sua opinião sobre a forma do PSB gerir e governar. Esse modelo, de cunho gerencial formulado pelas teorias neoliberais, sobrecarregaria e estressaria a equipe. Para ela, mesmo a possível garantia da liberdade de expressão (já que anteriormente havia alegado

o fato de se sentir tolhida como motivo para sua saída) não seria suficiente frente ao modelo de gestão pouco qualitativo, apresentando assim uma nova opinião para análise:

Nenhuma (risadas). Não porque eu acho que não seria uma mudança no CECH, entendeu? Não é tipo uma empresa que você modifica algumas coisas, a dinâmica de trabalho e tá tudo certo. O CECH ele é mais uma das formas do governo do PSB, não só do PSB, mas uma das formas de governo que a gente tem, então pra mim não teria nada no CECH que mudasse especificamente, mas é só a forma da gente ver a política de opressão que mudaria, entendeu? E aí não seria uma mudança no CECH porque a mudança viria de cima pra baixo. Não teria como vir de baixo pra cima. Do CECH pra cima, seria mais uma coisa de cima pra baixo e aí não teria nada lá especificamente que mudasse... Porque a equipe era muito disposta, entendeu?

Cleyton: *Sei. Mas se, por exemplo, tu tivesse total liberdade de expressão, inclusive pra avaliar e criticar publicamente a política, tu acha que terias permanecido?*

Não. Tipo, se eu tivesse total liberdade de expressão seria massa, mas é uma demanda muito louca porque... Talvez eu tivesse permanecido, sei lá, se tivesse mais liberdade de expressão, se não fosse um trabalho tão estressante... É isso! O CECH não está deslocado do que é o governo do PSB. É um governo que trabalha com metas, então todo trabalho do CECH ele era um trabalho voltado pra atingir metas. Então não é um trabalho qualitativo e aí você tinha um grau de estresse muito alto na equipe devido a isso, entendeu? Devido a essa cobrança de meta, de ter que atingir tantas pessoas, num sei o que lá. Só que pouco importava como é que você tinha que atingir essas pessoas. A sorte é que as pessoas que passaram no CECH e que estão lá até hoje, são pessoas que são muito comprometidas com a causa LGBT, então assim, tem uma preocupação na qualidade de como é que vai se atingir, mas o governo do estado tá pouco se lixando pra como é que vem sendo feito esse trabalho, entendeu?

*

O presente capítulo teve por objetivo apresentar as trajetórias individuais de pessoas que trabalham e trabalharam no Centro Estadual de Combate à Homofobia verificando os caminhos percorridos, as opiniões e as relações estabelecidas com essa política pública. Buscamos demonstrar que essas trajetórias constroem projetos políticos, aqui entendido como um conjunto de princípios, símbolos, compreensões e visões de mundo que conseqüentemente motivam e orientam a ação política. Buscamos demonstrar também que a relação entre a sociedade civil e o Estado, na conjuntura atual da América Latina, é marcada por trânsitos e deslocamentos entre os dois campos. Esses trânsitos, somado aos

projetos políticos em disputa (aliás, os trânsitos são em muito motivados pelos projetos) dão feição às políticas públicas, nosso objeto de estudo.

CENTRO ESTADUAL DE COMBATE À HOMOFOBIA: PROJETOS POLÍTICOS, SERVIÇOS E ESTRUTURA

O presente capítulo busca apreender os projetos políticos presentes no interior do Centro Estadual de Combate à Homofobia através das falas de seus agentes e ex-agentes. Este capítulo destina-se também a analisar os serviços que o órgão dispensa à população LGBT de Pernambuco. Compreendemos que a oferta de serviços, seu formato, potencialidade e alcance é consequência, ou melhor, é expressão dos projetos políticos em disputa no CECH.

Com efeito, para analisar com maior precisão os fatores que influenciam a atuação política do CECH, precisaríamos considerar os projetos políticos não apenas dos membros do CECH, mas de todo o Governo de Pernambuco, do Movimento LGBT, dos Poderes da República que tem relação direta com o Executivo Estadual, dos partidos políticos que compõem a coalizão do governo estadual e da sociedade de um modo geral. Isto porque, baseado nas contribuições gramscianas, a heterogeneidade do Estado e da sociedade civil implicam na disputa por hegemonia dos distintos projetos que emergem dos diferentes grupos, segmentos e setores.

Pela própria natureza deste trabalho, não seria possível desenvolver uma pesquisa com tamanha amostra e tantas variáveis. Entretanto, considerando a noção de agenciamento e protagonismo, focamos os/as sujeitos/as que construíram e constroem o CECH e a partir deles/as tentaremos analisar os projetos que emergem do Centro.

Ainda em continuidade, buscamos compreender a estrutura de funcionamento do CECH analisando sua relação com esses projetos políticos e com os serviços ofertados. Assim, pretendemos apreender as tensões, os avanços e as dinâmicas, enfim, deste programa estadual.

1) Projetos Políticos em disputa: concepções sobre o Centro Estadual de Combate à Homofobia

Visando apreender e sistematizar os projetos políticos dos/as sujeitos/as do CECH, pensamos na formulação de uma pergunta que tivesse três características básicas: 1 – Que provocasse nos atores e atrizes sociais daquele órgão uma reflexão de cunho valorativo e, portanto, extraísse elementos subjetivos sobre os objetivos do Centro, 2 – Que possibilitasse respostas de caráter opinativo e 3 – Fosse o mais aberta possível evitando respostas ensaiadas, monossilábicas e com poucas alternativas. Contudo,

desenvolver uma pergunta de entrevista simples, em termos de inteligibilidade, e ao mesmo tempo sofisticada, em termos dos objetivos elencados, não foi uma tarefa fácil.

Assim, terminamos por elaborar a seguinte questão: “o que é o CECH?”, correndo o risco de nos deparar com as respostas mais diversas possíveis, inclusive, aquelas de feição mais “institucional”, “tecnicista” e “burocrática” até aquelas mais abstratas possíveis, que expressam utopias e expectativas. Como previsto, obtivemos uma gama de posições diferenciadas como se poderá observar a seguir na análise dos conteúdos obtidos nas entrevistas.

A nossa hipótese é que os critérios de escolha dos/as sujeitos/as da pesquisa contribuíram para a pluralidade de opiniões expressas. À título de recordação, os critérios utilizados para a composição dos/as voluntários/as da pesquisa foram: a) pertencer a equipe técnica do CECH (tanto para atuais membros quanto para ex-membros) e b) buscar a representatividade de gênero e sexualidade (LGBT), c) de distintas profissões e d) de distintos períodos em que atuaram (no caso dos/as membros antigos).

Dentre a amostra do grupo de membros ativos, como esperado, as respostas majoritárias possuíam contornos institucionais e descritivos do serviço. As falas não apresentavam avaliações do programa ou expectativas depositadas sobre elas, diferente dos membros que já passaram pelo órgão e não se encontram mais lá, o que converge com as reflexões de Dagnino et al (2006) para quem o lugar de onde se fala influencia fortemente as nossas posições e projetos políticos.

Antes de adentrarmos nas falas dos/as sujeitos/as da pesquisa, gostaríamos de ilustrar o discurso oficial do governo de Pernambuco em termos de apresentação do CECH. Em documento produzido pelo Centro em 2014 no final do governo Eduardo Campos, intitulado *Protocolo de Atendimento às Demandas Acompanhadas pelo CECH 2012-2013*, o programa é descrito como um resultado de inúmeros fatores: o lançamento do programa Brasil Sem Homofobia do governo federal (2004), a implantação do Programa Nacional de Direitos Humanos – 3 (2009), além das Conferências LGBT, em nível nacional, e, em nível estadual, a partir da construção de uma agenda positiva do governo do estado no que diz respeito às políticas LGBT estimuladas pelas conferências e pelo movimento social.

Ainda nesse documento, o CECH é apontado como parte integrante da antiga Secretaria Executiva de Justiça e Direitos Humanos e do Sistema Estadual de Proteção à Pessoa, regulamentada pela Lei Estadual nº 13.371/07 que, segundo o texto, fomenta ações de proteção e promoção da cidadania (PERNAMBUCO, 2014).

Na leitura, também é mencionada a existência do CECH quando ele era um projeto executado pela ONG Movimento Gay Leões do Norte em parceria com o governo federal. No entanto, o documento diz expressamente que “hoje, seu recurso total é exclusivo do orçamento do Governo do Estado de Pernambuco” (2014, p. 7).

Por fim, no discurso oficial, o CECH tem por finalidade “combater a discriminação e a violência contra a população LGBT e promover sua cidadania em todo território pernambucano” (2014, p. 8).

Buscamos confrontar a fala dos/as nossos/as interlocutores/as com a descrição oficial. Vejamos o depoimento de Miguel, atual coordenador do programa:

[Trata-se de] *Um programa da Secretaria Executiva de Direitos Humanos que é parte da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos. É um programa que atende à população LGBT vítima de violação ou de violência atendendo nas mais diversas áreas de atuação. Direito, Psicologia e Serviço Social. Fazemos formações com redes de serviços públicos e privados, fazemos acompanhamento de denúncias de cunho homofóbico, transfóbico através do Disque 100, um acompanhamento da população LGBT em situação de rua, em presídio. Além da demanda espontânea que é chegada até aqui através de internet e amigo que indica ou através de encaminhamento da rede de serviços públicos* (Entrevista com Miguel, 28/05/2015).

A descrição de Miguel apresenta contornos mais institucionais e bastante objetivos. Acreditamos que a sua posição de coordenador, cargo em que uma das atribuições é o de representar institucionalmente o órgão em diversas ocasiões, contribua para uma resposta mais “explanadora” da política sem maiores avaliações sobre o programa. No entanto, sentimos falta do caráter promotor ou, pelo menos, notamos que há uma ênfase maior no seu caráter protetivo, ou seja, o órgão passa a atuar após a violência ter ocorrido e seu foco é voltado prioritariamente para a violência.

Essas reflexões importam na medida em que se entende que a promoção da cidadania LGBT, como exposto no documento oficial, compreende uma gama de ações preventivas e que extrapolam o campo da violência, incidindo no turismo, na cultura, no lazer, na saúde, etc.

Artur, atual Assistente Social, assim como o coordenador do Centro, desenvolve uma explanação mais institucional do órgão, acrescentando algumas reflexões sobre o seu papel transversal/intersectorial, formativo e sobre a importância da luta do Movimento LGBT para a existência do serviço:

Bom, é um programa, que é vinculado à Secretaria Executiva de Direitos Humanos, voltada pra o apoio especializado pra população LGBT que sofreu algum tipo de discriminação em decorrência da orientação sexual ou identidade de gênero e aí a gente faz essa ponte com a rede de serviços, com a Saúde, com a Educação... a gente sabe que a gente não tem como fazer uma intervenção e garantir os direitos dessa população sem fazer uma articulação e parceria com a rede de serviços: Educação, Saúde, Cultura, Lazer. A gente faz o atendimento da população LGBT, mas também entendendo o contexto em que ela está inserida e em que ela sofreu a discriminação, né? Nesse caso, a escola, a família, o ambiente de trabalho, então a gente também faz a intervenção nesses contextos, né? E aí entendendo isso a gente também realiza uns momentos formativos com a rede de serviços sobre a temática da diversidade sexual e cidadania LGBT entendendo que muitas vezes o preconceito ele é disseminado, ele é reproduzido por falta de conhecimento e de informação acerca da temática, né? Entender o que é o gênero, o que é orientação sexual. A gente sabe que muitas vezes é reproduzido que é uma escolha, que é uma opção, então a partir daí a gente tem essa intervenção com a rede de serviços pra garantir um acolhimento adequado, qualificado pra essa população que tem particularidades e tem necessidades específicas. A gente faz a leitura também de que o centro, como parte da política pública voltada pra população LGBT é resultado da luta da militância, nesse caso, da luta da sociedade civil pela reivindicação de políticas públicas específicas e o CECH ele se encontra nesse contexto, que na verdade é um contexto bastante adverso. A gente vive numa sociedade que é profundamente machista, homofóbica, transfóbica, racista, também e que existe uma resistência em relação à implementação dessas políticas (Entrevista com Artur, 28/05/2015).

Alice, advogada vinculada ao Centro, se preocupa menos em explicar o que é o CECH e mais com o público-alvo que o programa atende e as novas demandas que tem surgido na rotina do órgão a partir da profusão de novas identidades que tem aparecido no segmento LGBT:

É o órgão do governo do estado que vai buscar atender pessoas LGBT em situação de violência, de discriminação devido a sua orientação sexual e a sua identidade de gênero. Atualmente estamos tentando inserir, trazer mais o público que se reconhece como bissexual e que é intersexual também porque temos uma única demanda aqui no Centro de intersexual e que isso motivou muito nossa equipe. A equipe percebe muito que as violações que a pessoa intersexual sofre são muito parecidas, muito semelhantes com que a pessoa transexual sofre então como veio essa única demanda de maneira espontânea nós estamos tentando atrair esse público também pra nós que inclusive um trabalho que vemos que tanto o Rio de Janeiro como São Paulo já faz né? Os Centros de acolhimento de pessoas LGBT lá acolhem o que a gente chama de ALGBTIQ que são Assexuais, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e as pessoas que se entendem como Queer né, mas aí nós estamos fazendo esse trabalho ainda aos pouquinhos. Vamos inserir as pessoas intersexuais e já inserimos as pessoas

bissexuais, mas ainda tem muitos poucos usuários que se reconhecem assim então estamos tentando fazer contato com o movimento social também porque entendemos que existem violações devido a esses reconhecimentos. (Entrevista com Alice, 19/05/2015).

Já entre as pessoas que se desligaram do Centro, as respostas para a pergunta “O que é o CECH?”, diferentemente dos atuais integrantes, apresentaram uma visão mais crítica da política, permeada por avaliações e reflexões, com exceção do depoimento de Pedro, ex-coordenador do CECH que agora atua em outro órgão da mesma Secretaria de Governo. Nesse sentido, os resultados indicam que quanto mais próximo do grupo ou partido que administra a política pública, menos crítico o “tom” será. Possivelmente porque há uma convergência entre os projetos políticos do grupo e dos/as atores/atrizes políticos/as.

Segundo o ex-coordenador, o Centro possui três focos de atuação: o primeiro refere-se ao atendimento especializado ao público com profissionais de diferentes áreas de atuação, o segundo se trata da função provocadora que o órgão desenvolve dentro de setores do Estado com vistas a desenvolver o atendimento e novas ações e o terceiro foco de atuação diz respeito ao diálogo político com ativistas do Movimento LGBT.

Percebemos assim que as falas dos/as agentes que tem uma relação mais próxima ao governo estadual de Pernambuco parecem recorrentemente valorizar a política ou pelo menos demonstrar uma suposta indispensabilidade do serviço:

Só que o que é importante dizer é que é um recurso todo do estado de Pernambuco que existe prioritariamente pra atender à população LGBT vítima do preconceito e da discriminação e a partir desse atendimento dividir a experiência e conteúdo com a rede de serviços públicos e com a gestão, apontando as melhores saídas ou as saídas possíveis em relação ao combate à homofobia/transfobia.

É exatamente essas duas primeiras funções. Eu falei de, digamos, dois campos, tanto o atendimento à população LGBT nessa perspectiva técnica com profissionais da Psicologia, Direito e Serviço Social... Eu tô repetindo só os campos, pra poder me organizar... A segunda com articulação da rede de serviços públicos e a terceira seria de uma articulação com a... com a política, né? Com a gestão... Quando eu me refiro ao contato com a população LGBT é tanto no âmbito do atendimento propriamente dito, como da articulação política, também, enfim... do fortalecimento da base e tudo o mais nesse aspecto, que a gente acha que isso dialoga com os perfis de vulnerabilidade. Nossas respostas ao atendimento inclusive, partindo dessa estratégia de que a gente precisa fortalecer a base pra prevenir que a homofobia aconteça, então o Centro tem essa perspectiva de atuação mais técnica de trato da demanda, de observação da demanda, de sistematização em relação

à demanda em devolutiva pra rede de serviços e pra gestão (Entrevista com Pedro, 18/05/2015).

Segundo Gabriel, ex-membro do CECH e psicólogo de formação, o Centro é uma espécie de porta de entrada das pessoas LGBT ao Estado, uma espécie de oásis em meio a um deserto hostil que seria o Estado, convergindo com teses que argumentam que essa instância de longe está a serviços das classes populares, minoritárias e vulneráveis:

O que de fato acontece é que se torna uma espécie de um lugar da abertura do Estado para as demandas do movimento LGBT, da população LGBT de uma forma geral. Como eu te falei, não vem só questão relacionado a violência, vem questão relacionada a casamento, relacionada a adoção, uma série de outras questões, na medida em que existe um espaço minimamente amigável, em que as pessoas ou são ou tem uma ou tratam pessoas LGBT não como alienígenas, mas como pessoas né? Eu acho que se torna uma porta, um caminho de abertura dentro do Estado pra população LGBT. Só que ainda é estreito, muito estreito (Entrevista com Gabriel, 01/06/2015).

As reflexões de Gabriel nos remetem a um conceito que explica essa hostilidade que parte dos agentes do Estado. Trata-se da noção de homofobia institucional que significa a forma como as instituições reproduzem, por ação ou omissão, condutas discriminatórias ou hostis contra a população LGBT. Essa compreensão tem forte relação com o campo da cultura, pois, na medida em que a cultura dominante é homofóbica, os/as agentes públicos/as tendem a reproduzir valores, crenças e práticas hegemônicas. No âmbito da prestação dos serviços públicos, a homofobia expressa torna-se institucional, uma vez que tais agentes não respondem apenas por si.

O conceito de homofobia institucional nos ajuda a refletir sobre a importância do caráter laico do Estado, ou seja, nessa acepção, o Estado separa-se das tradições e pensamentos sagrados e oferece seus serviços de maneira igualitária e republicana, algo ainda distante no cenário brasileiro, apesar de previsto na Constituição de 88. Muitas das barreiras enfrentadas pela população LGBT (mas também pelas mulheres, povos de terreiro, entre outros) para a implementação de políticas afirmativas deve-se a uma feição teológica cristã capilarizada em distintos setores do Estado brasileiro. Neste sentido, homofobia institucional e violação ao princípio da laicidade do Estado guardam forte sintonia entre si no combate à conquista e garantia dos direitos de LGBT.

Prado, Martins e Rocha (2009) buscam demonstrar, através de uma pesquisa realizada na Universidade Federal de Minas Gerais, a dinâmica da homofobia

institucional. Os autores descrevem como a Reitoria da UFMG se isenta de intervir em “trotes” de cunho homofóbico dada a naturalização que esse tipo de violência penetra na vida social. As autoridades daquela Instituição Federal de Educação Superior não concebem tais trotes como práticas violentas e discriminatórias.

O caráter institucional da homofobia também pode ser constatado em diversas pesquisas que investigam o cotidiano e o acesso da população LGBT a direitos fundamentais e serviços públicos nas áreas da Educação (JUNQUEIRA, 2009), Saúde (CAMPOS, ALVES, 2015), Segurança (AVELAR, BRITO, MELLO, 2010), entre outros.

Ainda sobre homofobia institucional, é possível verificar como ela opera a partir das avaliações tecidas por Ana, Assistente Social da primeira equipe do CECH, ao refletir:

Eu acho que o CECH ele surge como uma possibilidade de vigia, não de vigia no sentido de autoridade, mas no sentido de monitorar, de articular, de dar visibilidade às pautas LGBT em outras políticas onde essas pessoas são invisibilizadas pelo próprio Estado então eu acho que o CECH ele cumpre um papel de trazer, de mostrar pro Estado e dizer “olha, a gente tem demandas, a gente tem problemas, a gente tem questões atinentes à vivência dessas pessoas LGBT que perpassam por outros espaços e que de algum modo o ainda assim o estado está violando então eu acho que o papel fundamental do CECH é esse...

Cleyton: *Esse estado que tu fala é governo do estado ou o Estado enquanto ente público?*

O Estado enquanto uma instituição. O Estado brasileiro. (...) O que mais importa no CECH é da importância de um serviço que ele resguarde esse lugar da população LGBT porque do tempo que eu trabalhei lá, do tempo do CECH até os dias de hoje é como se fosse um espécie de porta aberta pra todas as outras portas que estão fechadas então a gente atendia muita demanda espontânea, de pessoas que chegavam e diziam “olha é porque aqui combate a homofobia” então a sua pauta, por exemplo, era a de elaborar um currículo porque você não tinha formação, por exemplo, uma pessoa transexual travesti não tinha formação pra elaborar um currículo pra tentar concorrer a uma vaga. As pessoas chegavam lá e a gente dizia olha... Na verdade existe uma falha e isso é uma observação minha que eu faço de outros momentos, existe uma falha na organização de uma política LGBT no estado... Na verdade nas políticas do estado que é, por exemplo, ficar essa ideia... A gente trabalha com proteção, mas não se trabalha com promoção.

Cleyton: *Como é? Vocês trabalham com...?*

A gente trabalha, o estado, muitas vezes trabalha antes com a proteção do que com a promoção.

Cleyton: *E tu acha que seria importante trabalhar com a promoção...?*

Com a promoção! Por que veja: num país, só pra dar um exemplo que eu acho que é Luiz Mott quem fala, num país em que as pessoas podem casar hoje, duas pessoas do mesmo sexo, elas não podem andar de mãos dadas na rua e não podem trocar carinho na rua, ou seja, a gente tá trabalhando sempre com a ideia de repreender o acusado e também de vitimizar mais ainda a vítima e de não promover outras formas de liberdade desses sujeitos então a gente trabalha no CECH com a homofobia e as pessoas não chegam lá porque elas estão sofrendo homofobia de forma direta, elas sofrem homofobia indireta obviamente. Se uma pessoa que é transexual ela não consegue se inserir no mercado de trabalho por causa da sua transexualidade ela está sofrendo transfobia, mas ela não tá sofrendo uma violação no grau extremo de direitos que se coloque como uma homofobia e da ideia de criminalização, ela tá precisando de apoio, de um espaço pra poder ter a identidade dela garantida então assim hoje sem querer dizer e querer sustentar a ideia de assistencialismo, o CECH ele cumpre esse papel de ser uma porta aberta e sendo essa porta aberta ele pode expandir, articular, encaminhar e dialogar com a rede, então eu acho que é um papel... Que é um espaço fundamental pra isso (Entrevista com Ana, 01/06/2015).

As reflexões de Ana, além de explorar a homofobia institucional presente no Estado e determinadas concepções sobre o CECH no bojo dos seus projetos políticos, nos coloca diante de um dilema contemporâneo que versa sobre os desafios dos movimentos sociais após a entrada de partidos progressistas no Estado, após a conquista de alguns direitos e de estruturas político-administrativas. Se, como ela mesmo indica, caberia ao CECH monitorar e controlar as ações do Estado quanto às políticas LGBT (sendo o CECH parte integrante desse mesmo Estado, portanto, fazendo parte de um lugar e sendo parte interessada), qual é o papel dos movimentos sociais no controle social e nas denúncias referentes às arbitrariedades e ausências do Estado no cenário contemporâneo?

Ainda nos seus relatos, as políticas públicas estaduais apresentam uma face protetiva que reforçaria o lugar de vítima dos/as diferentes sujeitos/as. Ainda que não seja o caso do CECH (pelas avaliações de Ana) vale discutir o antagonismo proteção *versus* promoção das políticas. A tensão envolvendo promoção e proteção dos direitos é uma problemática recorrente entre os/as ativistas do Movimento LGBT brasileiro e de outros países quando o assunto é políticas públicas ou ações do Estado voltadas para a população LGBT.

Leandro Colling no livro *Que os outros sejam o normal: tensões entre o movimento LGBT e ativismo queer* (2015), demonstra o quanto setores progressistas da sociedade civil do Chile estão insatisfeitos com a lei aprovada que criminaliza a

homofobia³⁵. O argumento desses setores é que essa lei não responsabilizou o Estado chileno a desenvolver políticas públicas de combate à homofobia, além de o seu conteúdo determinar que as vítimas é que devem provar que foram alvos de violência de ódio. Para completar o coro de insatisfações, a Lei Daniel Zamudio, ao condenar o/a algoz homofóbico/a, determina que a indenização deva ser paga ao Estado e não à vítima propriamente dita. Entre os entrevistados de Colling (2015) é recorrente a crítica ao fato de não ser uma lei que eduque, que promova direitos, que modifique as consciências e a cultura opressora.

No entanto, a resposta mais crítica em relação aos objetivos/metast do CECH foi dada por Lúcia. Para ela o Centro funciona como um “amortizador de conflitos”, uma iniciativa gestada com a finalidade de acalmar o Movimento LGBT que historicamente cobra políticas públicas do Estado que assegurem a cidadania do segmento.

Esta compreensão é diferente das anteriores, pois significa dizer que o órgão não foi criado pensando na qualidade de vida da população LGBT ou na garantia de direitos, mas na eliminação das tensões fomentadas pela sociedade civil no estado pernambucano. As críticas de Lúcia não são direcionadas apenas ao governo de Pernambuco, mas também ao Movimento LGBT desse estado - ou parte dele - por estar satisfeito com a atual estrutura do Centro Estadual de Combate à Homofobia:

Olha, o Centro pra mim representa como se fosse um amortizador de conflitos, sabe? Mais um dos amortizadores de conflito que a gente tem como tantos na sociedade porque o CECH é formado por uma equipe que ela é muito pequena pra o tamanho da demanda que se tem. No entanto os movimentos sociais encararam aquela coisa como sendo solução. Ok. Os Movimentos Sociais não, parte do Movimento LGBT, parte significativa do Movimento LGBT entendeu o Centro de Combate à Homofobia como sendo uma solução e sendo a melhor resposta que o estado poderia dar para as nossas demandas, só que não é. Não é porque não tem equipe pra isso. Não teria como a gente cobrir o estado de Pernambuco inteiro com a equipe de dez pessoas contando entre profissionais e estagiários, entendeu? E motorista. Então assim, não tem como você acatar toda essa demanda, só que infelizmente eu entendo como uma “cala a boca” para os movimentos sociais a partir de uma luta dos movimentos sociais, isso não pode ser negado. Óbvio

³⁵ A lei que criminaliza a homofobia no Chile é chamada de Lei Daniel Zamudio. Daniel Zamudio era um jovem chileno de 24 anos que foi atacado e morto por homofóbicos no ano de 2012. Seu assassinato provocou comoção nacional e repercussão internacional, gerando uma opinião pública favorável à criminalização da homofobia. Artistas populares como Ricky Martín se manifestaram em grandes eventos públicos e em suas contas nas redes sociais contra a discriminação motivada pela orientação sexual e identidade de gênero. A grande repercussão mobilizou o governo do então Presidente de direita, Sebastián Piñera a aprovar a referida lei. Sobre o caso Daniel Zamudio, acessar: <https://queerandpolitics.wordpress.com/2012/03/28/daniel-zamudio-e-a-violencia-no-brasil/>. Acesso em: 15/10/2015.

que isso foi uma conquista. Não foi uma conquista do governo do estado. Não foi por uma preocupação do governo do estado. Foi por uma demanda que o Movimento LGBT pediu. Só que eu acho que não podia ter parado por ali, entendeu? No momento da criação foi uma vitória, mas agora a gente não pode encarar o Centro Estadual como uma vitória. A leitura hoje não é, a leitura ela é mutável, entendeu? Naquele momento foi uma conquista tê-lo. A partir do momento que a gente tem, a gente tem que aprimorar. Só que isso não aconteceu (Entrevista com Lúcia, 12/05/2015).

Uma das nossas hipóteses para a avaliação de que “parte significativa do Movimento LGBT entendeu o CECH como sendo uma solução” tem a ver justamente com o fato dessa parte da militância ter entrado no Estado e ser a executora da política. Neste cenário, como cobrar do Estado estando no seu interior? A opção política desse conjunto de ativistas em atuar no Estado implica, portanto, em novas necessidades e estratégias. Sugerimos como alternativa uma ação política reivindicatória de grupos e ativistas que estão fora do Estado, ou seja, no campo da sociedade civil, para que ofereçam recursos e suportes políticos que robusteçam as políticas de diversidade sexual e de gênero.

2) Materialidade dos Projetos Políticos: os serviços do Centro Estadual de Combate à Homofobia

Como dito no início deste capítulo, acreditamos que os serviços ofertados pelo CECH são impactados pelos projetos políticos que vigoram no seu interior (em forte relação com instâncias exteriores), entendendo que tais projetos se formaram (e estão em permanente formação) nas trajetórias individuais das pessoas que atualmente compõem a equipe do órgão e das que já passaram por lá. Esta seção visa analisar como os serviços prestados à população LGBT tem relação com os projetos políticos dos/as nossos/as sujeitos/as de pesquisa.

Em documento oficial, já citado na seção anterior (2014), o CECH descreve a oferta dos seguintes serviços:

Dispõe de apoio especializado prestado por profissionais do Direito, da Psicologia e do Serviço Social com a finalidade de orientar e acolher LGBT e seus familiares em situação de homofobia; além de apoiá-los em situações de crise: por solidão, processos de descoberta, medo, homofobia internalizada; inserção no mercado de trabalho, processo transexualizador, entre outras demandas oriundas do contexto de vulnerabilidade social LGBT (PERNAMBUCO, 2014, p. 8).

Os depoimentos dos membros ativos convergem com o conteúdo disposto no documento oficial, sobretudo no que diz respeito ao atendimento especializado multiprofissional composto por advogados/as, assistentes sociais e psicólogos/as. No momento das entrevistas, Maio e Junho de 2015, só havia um/a profissional de cada área. Obtive informações de que esse quadro se dava devido à conjuntura de contingenciamento de recursos do governo do estado de Pernambuco, mas que no passado, houve momentos em que cada área contava com dois profissionais.

No capítulo anterior, em que discorremos sobre as trajetórias individuais dos atuais e antigos membros do órgão, ensaiamos um início de sistematização das atividades desenvolvidas pelos/as sujeitos/as. Agora, pretendemos sistematizar um conjunto de serviços realizados pelo Centro Estadual de Combate à Homofobia a partir dos relatos fornecidos pelos/as entrevistados/as:

- a) Tanto os serviços jurídicos quanto psicológicos e socioassistenciais são desenvolvidos de maneira coletiva e geral, ou seja, a advogada do Centro não representa individualmente casos judiciais, embora ofereça orientações jurídicas, assim como o psicólogo não realiza o processo terapêutico das pessoas que chegam ao órgão, mas encaminha para rede de saúde, quando necessário, ou para faculdades parceiras que pode realizar tratamentos. O Assistente Social recebe as denúncias do governo federal, por meio do Disque 100, e as encaminha para a rede de proteção social do estado.

- b) Na área do Direito, destacam-se os chamados “mutirões” de retificação do sexo e nome civil de pessoas trans e travestis perante o judiciário pernambucano. Esta medida visa atender a uma demanda histórica do Movimento Trans e funciona como resposta à ausência de uma lei nacional de identidade de gênero similar à aprovada pela Argentina, considerada, inclusive, uma das mais inclusivas do mundo. No Brasil, o Deputado Federal Jean Wyllys (PSOL-RJ) elaborou um projeto de lei nesse sentido, o PL 5002/2013³⁶, denominada lei João Nery, juntamente com a Deputada Federal Érika Kokay (PT-DF). No entanto, assim

³⁶ Informações detalhadas sobre o projeto de lei João Nery podem ser obtidas na página oficial do Deputado Jean Wyllys através do endereço: <http://jeanwyllys.com.br/wp/esclarecimentos-sobre-o-pl-50022013-joao-nery-no-que-tange-ao-direito-a-identidade-de-genero-de-pessoas-menores-de-18-anos-de-idade>. Acesso em: 03/11/2015.

como toda matéria que vise ampliar os direitos da população LGBT no Congresso Nacional, esse projeto sofreu forte oposição de setores conservadores do parlamento e até o momento não há previsão para sua votação.

- c) A área da Psicologia no CECH também se debruça sobre os mutirões de retificação de sexo e nome civil de pessoas trans e travestis. Se a advogada elabora a peça jurídica que pleiteia tal retificação, o psicólogo emite o parecer psicológico que é parte do processo jurídico, visando o sucesso da solicitação perante o judiciário. Como amplamente discutido na academia e em setores do Movimento Trans, as pessoas trans e travestis sofrem um forte processo de patologização de suas identidades, precisando assim de profissionais da área da saúde que atestem a “legitimidade” dessas identidades, algo evidentemente contestado por setores do Movimento Trans internacional.

- d) Além do recebimento, encaminhamento e acompanhamento das denúncias do Disque 100, o setor de Serviço Social desenvolve ações com a população LGBT em situação de rua e em privação de liberdade. Segundo Davi, atual Assistente Social, as ações acontecem no complexo do Curado (antigo presídio Aníbal Bruno), no presídio de Igarassu e na Colônia Penal Feminina, todas situadas na Região Metropolitana do Recife (embora também haja outras unidades prisionais no interior do estado). Ainda segundo Davi, as ações envolvendo LGBT em situação de rua centram-se nos albergues que recebem esse segmento, pois não tiveram condições institucionais para chegar até essas pessoas na rua em si. O CECH pede aos dirigentes desses órgãos que comuniquem o Centro quando da entrada de algum/a LGBT para que um contato seja estabelecido com a pessoa.

- e) As atividades de cunho formativo foram bastante citadas pelos/as entrevistados/as, em sua quase totalidade. Deste modo, o CECH cumpre uma função pedagógica bastante interessante do ponto de vista da conscientização acerca da temática da diversidade sexual. São promovidas formações, cursos, rodas de diálogo, oficinas, seminários, jornadas, peças teatrais, campanhas, intervenções em empresas que violaram direitos de empregados/as LGBT, notas técnicas orientadoras, entre outros formatos educativos, que trabalham a

diversidade sexual e de gênero na perspectiva da cidadania e dos direitos humanos. Apesar desse tipo de atividade ocupar bastante espaço na agenda do CECH, não há pedagogos/as atuando profissionalmente com o objetivo de pensar e aperfeiçoar a educação produzida no órgão.

- f) Outro serviço que se destaca tanto pela relevância quanto pela exclusividade da ação no estado de Pernambuco é o levantamento, registro, sistematização e quantificação de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) de cariz homobotransfóbico. No Brasil, tanto a sociedade civil, através do Grupo Gay da Bahia (GGB), quanto o governo federal, por meio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), notificam assassinatos cometidos contra a população LGBT. Entretanto, ao realizarem um levantamento de abrangência nacional, correm o risco de perder informações e notícias que não ultrapassam o limite do local. Desta forma, torna-se necessário que todos os estados brasileiros notifiquem o perfil dos CVLI contra LGBT de modo a confrontar com os dados nacionais e termos um mapeamento mais fiel da violência homofóbica. O mapeamento desse tipo de violência colabora na elaboração de políticas públicas que combatam este fenômeno.
- g) Serviços de caráter lúdico: o CECH tem utilizado nas suas intervenções peças teatrais, concurso de talentos LGBT assim como tem estado presente nas Paradas do Orgulho LGBT ocorridas no interior do estado e na mais expressiva em âmbito estadual: a Parada da Diversidade de Pernambuco, que ocorre anualmente, em meados de Setembro, na praia de Boa Viagem. Colling (2015) defende intervenções políticas no campo da cultura, pois, para ele, os marcos legais, insistentemente reivindicados pelo Movimento LGBT, pouco efeito produzem sobre a cultura e as transformações que a população LGBT espera. Suas análises indicam que as violências homofóbicas não foram superadas nos países que tiveram legislações voltadas para LGBT aprovadas, seja o casamento civil igualitário e a lei de identidade de gênero na Argentina, seja a criminalização da homofobia no Chile. Nestes países, a discriminação continua operando. O autor ainda avalia que esse tipo de intervenção cultural é mais característico de

movimentos que se identificam com as perspectivas *Queer* chamados também de ativismos das dissidências sexuais e de gênero.

- h)** O fortalecimento sócio-político da população LGBT é outro eixo de atuação do programa. É possível visualizar, entre muitas das suas atividades, diálogos sistemáticos com lideranças do Movimento LGBT de Pernambuco ou atores/atrizes sociais que são identificados/as como ativistas ou potenciais militantes deste Movimento, através de eventos, seminários, etc. Uma das ações mais interessantes em relação à aproximação com a população LGBT do estado é a presença de membros da equipe em festas, lugares e estabelecimentos voltados para o segmento.

- i)** Como o Centro goza de uma estrutura insuficiente para atender as demandas da população LGBT de Pernambuco, ele desenvolve um intenso trabalho de atendimento, escuta e encaminhamento a outros órgãos que são institucionalmente responsáveis por determinadas tarefas. Aqui o CECH explora o seu caráter transversal e lança mão de inúmeros diálogos com delegacias, defensorias, prefeituras, gestores/as, secretarias do governo estadual, Ministério Público, Centros de Referência em Assistência Social, presídios, albergues, escolas, hospitais, entre outros órgãos estatais. É válido salientar que os casos encaminhados continuam a ser acompanhados e monitorados pela equipe do Centro que cobra respostas dos órgãos acionados e permanece em contato com o/a usuário/a. Segundo Ana, era motivo de reclamação e críticas do Movimento LGBT o fato de o CECH ser um órgão “meio” e não “fim”. Segundo a interlocutora, há uma expectativa por parte do ativismo de que o Centro seja um espaço que realize os serviços da competência de outros órgãos, preenchendo uma lacuna gerada pela homofobia institucional e pelo atendimento precário de outras instituições quando se trata do segmento em questão. Ressalte-se que o atendimento inclui heterossexuais como mães de LGBT em busca de apoio ou pessoas que participam as formações do CECH, por exemplo.

Ainda na sistematização dos serviços, localizamos no “Protocolo de Atendimento LGBT” (PERNAMBUCO, 2014) orientações do CECH para outros órgãos que de alguma

maneira se relacionam com o programa ou com a temática da diversidade sexual e de gênero, informando determinadas práticas públicas e posturas institucionais que o serviço público deve assumir no atendimento da população LGBT. Essas orientações, elaboradas pela equipe do CECH, nos serviram como fontes de pesquisa que indicam princípios, concepções e visões de mundo que se traduzem nos projetos políticos de seus membros.

Em primeiro lugar está a necessidade de “enxergar na perspectiva do outro”. Aqui o Centro advoga que o serviço público deve primar e respeitar a liberdade de escolha identitária dos/as usuários/as. Ganha destaque o respeito ao tratamento dirigido ao público e ao uso do nome social. Além disso, é chamada a atenção sobre o caráter laico do Estado e a postura do/a profissional que deve deixar de lado crenças, escolhas, valores morais e outras construções individuais que interpelam agentes públicos e influenciam suas práticas. Essa orientação importa na medida em que cada vez mais se discute a pluralidade das construções identitárias.

O atual coordenador do CECH mencionou em sua entrevista a proposta de alteração do nome de Centro Estadual de Combate à Homofobia por algo em torno de Centro de Referência em Cidadania LGBT, uma vez que a categoria homofobia já não contemplaria um conjunto de novos/as sujeitos/as que adentraram o “campo” do Movimento LGBT³⁷ e disputam as suas agendas, prioridades, formatos, etc. (FACCHINI, 2009). Nesse sentido, não há como menosprezar a influência da academia e da militância no formato das políticas LGBT, sobretudo se considerarmos que muitos/as dos/as gestores/as são oriundos/as do ativismo político. Como Dagnino (2006) bem discute, os/as sujeitos/as políticos/as não possuem uma origem natural e migram para uma outra instância, mas transitam continuamente, em um movimento bastante fluido, entre a sociedade civil e o Estado.

No mesmo protocolo, o CECH fala da importância de “transversalizar a temática” [da diversidade sexual e de gênero]. Como, segundo o documento, a homofobia seria um fenômeno social que se expressa direta ou indiretamente – direta quando atua a partir de violências físicas, psicológicas, morais ou patrimoniais e indireta quando opera simbolicamente no campo da cultura afetando a autoestima e a presença de LGBT em diversos espaços de sociabilidade que promovem direitos como a escola, o trabalho, os

³⁷ Para uma discussão sobre a entrada de novos atores e atrizes políticas no Movimento LGBT e seus efeitos ler o texto “Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro” de Regina Facchini, disponível aqui: <http://www.clam.org.br/biblioteca/digital/uploads/publicacoes/entre%20compassos%20e%20descompassos.pdf>. Acesso em: 04/11/2015.

serviços públicos, entre outros – seria necessário o que chama de “acolhimento combinado” visando a inserção desse segmento nas relações.

É curioso notar que o CECH atua não apenas fundamentado em estudos de gênero e sexualidade e lança mão de conceitos forjados e difundidos na academia, como também produz conhecimentos e conceitos à luz de suas experiências. A própria noção de homofobia direta e indireta, embora guarde alguma relação com as sistematizações desenvolvidas por Borrillo (2010), indica que os seus membros estão a refletir sobre o *modus operandi* da violência contra a população LGBT de Pernambuco. A compreensão de homofobia direta e indireta foi, inclusive, pauta de uma portaria conjunta³⁸ envolvendo três Secretarias estaduais – Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, Defesa Social, Assessoria – com o objetivo de ilustrar o conceito de homofobia para fins de levantamentos estatísticos e sistematização de dados desse tipo de violência.

No desenvolvimento desse conceito na portaria, acreditamos que ele apresenta algumas limitações em termos da capacidade operacional com que a homofobia atua na sociedade. Não são apenas LGBT que sofrem com esse tipo de violência. Para além das expressões mais explícitas e diretas, largamente noticiadas na mídia³⁹, de casos de heterossexuais que foram agredidos/as ao serem confundidos/as com LGBT, a homofobia fragiliza e prejudica as relações sociais por meio daquilo que Marco Prado e Frederico Machado entendem por “hierarquias sociais” (2008).

Ao estabelecer hierarquias entre heterossexuais e LGBT, a homofobia dificulta a interação social e instaura um conjunto de sentimentos negativos que afetam tanto as pessoas dentro das normas dominantes de gênero e sexualidade quanto aquelas que são dissidentes delas. No entanto, apesar de tais observações quanto à subestimação do conceito de homofobia impresso na portaria conjunta do governo de Pernambuco, não deixa de ser relevante perceber que o CECH está produzindo conhecimento em um campo bastante carente de estudos, pesquisas, informações, sistematizações, etc.

Dando sequência às orientações do “Protocolo de Atendimento LGBT” do CECH para outras instituições públicas, outro item que chama atenção é a afirmação sobre “quando o privado é público”, uma clara sintonia com o pensamento feminista para quem

³⁸ Trata-se da Portaria Conjunta nº 4818 de 25/11/2013 publicada no Diário Oficial do estado de Pernambuco, disponível no seguinte endereço: http://www.portaisgoverno.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=173899&folderId=226818&name=DLFE-39809.pdf. Acesso em: 04/11/2015.

³⁹ Ver o artigo de opinião intitulado “seis casos que mostram que a homofobia também é um problema de héteros”, disponível em: <http://ladobi.uol.com.br/2015/06/homofobia-problema-heteros/>. Acesso em: 04/11/2015.

“o pessoal é público”. Neste item, o Centro alerta para a ocorrência de violências no interior das famílias de LGBT, ainda que estes/as não expressem claramente que vivenciam o cotidiano dessa violência. A dificuldade em detectar violências intrafamiliares resulta da naturalização da homofobia enraizada em nossa cultura. Além disso, é consequência da rígida separação que se formou entre público e privado em que se acredita que o lar é espaço da intimidade, da preservação, do acolhimento e da segurança e, portanto, impermeável a qualquer tipo de intervenção contra a violência homofóbica. Com efeito, não se pode subestimar o poder e a crueldade com que opera aquilo por quem Schulman denominou de “homofobia familiar” (SCHULMAN, 2010). Ainda que não mencionado, o movimento feminista e seus projetos políticos emancipatórios influenciam a ótica do CECH sobre determinados temas.

Ainda na discussão sobre a produção de conhecimentos e informações gestadas no CECH, outra orientação importante está na construção de documentos e instrumentais que qualifiquem o atendimento à população LGBT e forneçam informações imprescindíveis para compreender o universo que cerca o segmento. Em tópico intitulado “instrumentalidade a serviço da luta contra a homofobia”, a rede de serviços é fortemente estimulada a criar prontuários, fichas e documentos correlatos que confirmem visibilidade à orientação sexual e identidade de gênero dos/as usuários/as.

Recomenda-se, por exemplo, que o campo “sexo” seja trocado por “gênero”, uma nítida influência das epistemologias feministas que descolaram o biológico do social no Século XX. Essa preocupação importa na medida em que a população LGBT tem sido historicamente invisibilizada em diversos setores da sociedade, incluindo o Estado e seu aparato burocrático. Não é à toa que um dos motes políticos da militância é a busca por visibilidade. Nessa lógica, quem não aparece não existe e foi assim que surgiram as massivas Paradas do Orgulho LGBT na década de 90 e 2000 em várias localidades do país. Portanto, construir instrumentais que prevejam a possibilidade de LGBT recorrerem aos serviços públicos significa reconhecer a existência de outros/as sujeitos/as e outras formas de ser e estar no mundo. Para além disso, documentos “progressistas” poderão auxiliar a administração pública a compreender o perfil da população LGBT assim como as suas necessidades e anseios.

No tópico “a importância do trabalho em rede” o CECH demonstra uma visão de mundo conectada com discussões recentes no campo das políticas públicas e o seu caráter transversal e intersetorial, mesmo com todas as limitações, desafios e contradições que

essa perspectiva administrativa traz no seu bojo. Sobre a relação do CECH com outros órgãos da administração pública, discutiremos no próximo capítulo.

Importa dizer nesse momento que o Centro recomenda “multiplicar o combate à discriminação” por meio da intersetorialidade e da comunicação entre diversos setores e serviços visando potencializar a qualidade do atendimento. Dentre os riscos e desafios que a política LGBT enfrenta nesse tipo de organização administrativa é a pouca (ou nenhuma) prioridade que outros órgãos dispensam à população LGBT, além do despreparo que muitos/as agentes possuem com a temática da diversidade sexual e de gênero. Não por acaso, uma das “frentes” de atuação do CECH é a formação de órgãos parceiros e estratégicos para o encaminhamento de demandas que chegam ao programa.

Outra recomendação essencial, que parece à primeira vista ser óbvia, é a “garantia de sigilo e respeito” das informações de usuários/as que chegam a rede de serviços. No entanto, acreditamos que se esta recomendação consta no documento, possivelmente deve ter acontecido algum caso de “vazamento de dados” íntimos e particulares de algum/a usuário/a. Essa hipótese é baseada no fato de que todas essas recomendações foram elaboradas a partir das experiências do CECH desde seu ano de criação, em 2012, até o ano de 2014. Como se sabe, o segmento LGBT possui especificidades que precisam de uma atenção especial para acolher suas necessidades, como o fenômeno do armário, por exemplo.

Para uma pessoa heterossexual, a revelação de sua orientação sexual não implica em absolutamente nada, inclusive não faz nenhum sentido para héterossexuais revelar sua orientação sexual, ao contrário da população LGBT para quem, a depender do contexto que a pessoa esteja inserida, a revelação da orientação sexual pode significar motivo de vergonha, escárnio, constrangimento, entre outras violências correlatas. Poderíamos pensar outros detalhes que afetam elementos que somente o segmento LGBT carrega. Assim, para reforçar o argumento, o documento menciona os diferentes códigos de ética das profissões como a de Serviço Social, de Psicologia e da Ordem dos Advogados do Brasil.

Um elemento que é apontado pelo CECH é a necessidade dos órgãos, por meio de seus/suas profissionais, empoderarem os/as usuários/as. Nessa ótica, é papel desses/as profissionais informar e instrumentalizar a população LGBT sobre os seus direitos. Com isso, espera-se que aquele/a sujeito/a saia fortalecido/a do atendimento e construa uma agenda de reivindicações individual ou coletiva que fortaleceria o Movimento LGBT.

A ideia de o Estado empoderar a sociedade civil poderia ser vista com desconfiança. Contudo, como largamente discutido, Estado e sociedade civil são instâncias mais próximas do que se imagina e um militante pode estar desempenhando a função de gestor ou uma pessoa que se identifica com a gestão pode estar atuando politicamente como membro da sociedade civil, em ONGs, grupos ou movimentos. Considerando as trajetórias individuais dos membros e ex-membros do CECH, em que a maioria militou ou milita em movimentos sociais, essa compreensão ganha ainda mais sentido.

Por fim, e concluindo o conjunto de recomendações do CECH para os órgãos com os quais se relaciona, o documento critica órgãos, serviços e profissionais que, na busca pela solução das demandas apresentadas pelo público LGBT, tendem a orientar os/as usuários/as a se heterossexualizarem, ou seja, que diminuam seu “grau de homolesbotranssexualidade”: é o caso de usuárias travestis que sofrem recomendações para cortarem seus cabelos, vistirem-se conforme seu sexo biológico ou mesmo indicações feitas a lésbicas e gays que não expressem seus afetos publicamente. Esse problema aparece no documento orientador como espécie de denúncia e também constou dos depoimentos realizados por alguns interlocutores da pesquisa.

Neste caso, embora o documento fale que esse tipo de prática seria uma reprodução da homofobia nos serviços públicos, acreditamos que ele expressa mais o que o conceito de heteronormatividade explica. Aliás, homofobia, heterossexualidade compulsória e heteronormatividade são categorias caras aos estudos de gênero e sexualidade, embora sejam constantemente confundidas.

O termo heteronormatividade pressupõe que a sociedade é organizada tendo com princípio, como “orientação moral” e padrão a ser seguido a heterossexualidade. Neste sentido, o conceito de heteronormatividade contém, em si, a noção de heterossexualidade compulsória, não sendo, neste sentido, sinônimas. Em artigo intitulado “*Relacionados mas diferentes: sobre os conceitos de homofobia, heterossexualidade compulsória e heteronormatividade*” Colling e Nogueira (2015) distinguem os três conceitos e explicam de maneira elucidativa o significado delas. Para os autores, a heterossexualidade compulsória:

Consiste na exigência de que todos os sujeitos sejam heterossexuais, isto é, se apresenta como única forma considerada normal de vivência da sexualidade. Essa ordem social/sexual se estrutura através do dualismo heterossexualidade *versus* homossexualidade, sendo que a heterossexualidade é naturalizada e se torna compulsória. Isso ocorre,

por exemplo, quando buscamos as causas da homossexualidade (COLLING, NOGUEIRA, 2015, p. 178).

Não é à toa que a maioria das referências simbólicas sejam heterossexuais. Seja na escola, na família, na igreja, na televisão, nas leis e em distintas esferas sociais, a heterossexualidade é a referência e a única e legítima expressão de afeto, desejo e identidade produzida por um conjunto de práticas que a hipervalorizam em detrimento da invisibilidade, inexistência, negação ou condenação das homossexualidades (e das transexualidades⁴⁰).

O conceito de heterossexualidade compulsória foi elaborado por Gayle Rubin em *O Tráfico de Mulheres: notas sobre a economia política do sexo* (1993), de forma a enfatizar a não-naturalidade da heterossexualidade; isto é, se a heterossexualidade fosse algo biológico, genético e natural/instintual, não seria necessário o conjunto de leis, prescrições morais e valores culturais que reforçam o imperativo moral e social da heterossexualidade. Esse repertório coercitivo que universaliza a heterossexualidade a todos os seres é compreendido como compulsória. Assim se produz a heteronormatividade cuja prescrição se dá da seguinte maneira:

Enquanto na heterossexualidade compulsória todas as pessoas devem ser heterossexuais para serem consideradas normais, na heteronormatividade todas devem organizar suas vidas conforme o modelo heterossexual, tenham elas práticas sexuais heterossexuais ou não. Com isso entendemos que a heterossexualidade não é apenas uma orientação sexual, mas um modelo político que organiza as nossas vidas (COLLING, NOGUEIRA, 2015, p. 182).

Desta maneira, a heteronormatividade e a heterossexualidade compulsória em forte articulação teórica e política produzem as (LGBT)“fobias” (entendidas aqui muito para além de uma vertente psicopatológica) que atingem com força a sociedade em geral e não apenas LGBT, como se costuma argumentar. Apesar dos limites e contradições ao conceito de homofobia, em muito apontado por lésbicas, bissexuais e pessoas trans, concordamos com a ponderação de Rogério Junqueira (2007) para quem a homofobia não deve ser empregada de maneira acrítica, mas também não deve ser descartada sob o risco de perder uma expressão êmica forjada nas bases do Movimento LGBT e com forte assimilação social.

⁴⁰ Neste caso, o conceito de cisgeneridade é mais adequado para explicar as normas hegemônicas de gênero que oprimem pessoas trans e travestis.

3) Os Projetos Políticos na relação com a estrutura do Centro Estadual de Combate à Homofobia: Desafios da política pública LGBT

Como se viu, são muitos os serviços prestados por esse programa em estudo. Uma das nossas preocupações de pesquisa foi o de analisar o conjunto de serviços oferecidos e a sua relação com a estrutura do Centro Estadual de Combate à Homofobia. Isso porque o “tamanho” do programa nos diz bastante da capacidade dele em cumprir com aquilo que se propõe e como os projetos políticos no seu interior se manifestam a partir das opiniões, sentimentos, avaliações e reflexões dos/as nossos/as interlocutores/as.

Na atual conjuntura política brasileira, em que o capitalismo internacional neoliberal é hegemônico, o Estado e, principalmente, as políticas sociais, sofrem grandes percalços com a escassez de recursos.

A respeito da estrutura do CECH e sua relação com os projetos políticos dos/as atores e atrizes do órgão, nos deteremos nas falas dos/as sujeitos/as da pesquisa. Dentre o grupo de membros ativos, coube ao coordenador desenvolver a fala mais descritiva dos/as entrevistados/as sobre a estrutura do Centro:

A gente tem hoje um psicólogo, um assistente social, uma advogada, três que dão apoio administrativos, dois que dão conta das atividades mais objetivas como dirigir carro, entregas de material e um que dá conta mais dos recursos. A gente tem dois estagiários (uma estagiária e um estagiário), temos dois educadores sociais e eu enquanto coordenador (Entrevista com Miguel, 28/05/2015).

As informações obtidas dizem que os educadores sociais foram contratados para se dedicar exclusivamente às ações relacionadas a pessoas em privação de liberdade e em situação de rua. O coordenador também nos informou que os recursos para manter o CECH são todos oriundos do governo do estado, mas não tivemos acesso a valores numéricos.

Na avaliação de Miguel, a estrutura é pequena para as tarefas. A equipe precisaria ser ampliada para atender todas as demandas, embora ele pontue que a equipe atual, de certa forma, atende as necessidades do segmento. Ainda segundo Miguel, muitas vezes as pessoas não entendem a proposta do serviço. Essa dificuldade de entendimento decorre de uma lógica assistencialista que seria muito forte:

As pessoas ficam aqui numa ansiedade “ah porque você é advogado, mas você não faz nada...” e aí tem coisas que existe o nosso limite de atuação pela descrição do serviço. A gente não é Judiciário, a gente

não é rede de saúde, não é rede de educação, não é defesa social. A gente tenta realmente de fato uma intervenção, mas, a gente não é (Entrevista com Miguel, 28/05/2015).

Pelo depoimento dado, ficamos com dúvidas se realmente as pessoas não entendem qual é a finalidade institucional do Centro ou se elas têm uma expectativa tamanha que não é suprida pelo órgão. Como dito pelos/as sujeitos/as em outros momentos, o Estado apresenta inúmeras deficiências no tocante ao atendimento da população LGBT, logo, o CECH é visto como um oásis em meio a um deserto hostil e árido.

A heteronormatividade, enraizada na cultura, penetra as instituições e produz uma série de exclusões e violências. Assim, torna-se compreensível que esse segmento, em boa parte alijado do acesso a direitos fundamentais, encare o CECH como a grande solução para as suas necessidades. Além disso, há distintos projetos políticos no interior do Movimento LGBT que elaboram expectativas e teses sobre o que deveria ser o Centro e como deveria funcionar, algo que nem sempre é correspondido na prática.

Em relação à sede, à localização e ao espaço físico, Miguel pontua:

O espaço [...] é relativamente pequeno, poderia ser maior e melhor, né? Mas a gente compreende que é uma estrutura da casa. Ela é uma casa antiga, uma casa que já é tombada historicamente e aí não permite muitos reparos. A localização [...] é de fácil acesso à população, ela é muito central. As pessoas conhecem, sabem onde fica. Gostaríamos que a estrutura fosse maior, que as equipes, as áreas específicas tivessem uma sala pra cada uma. Hoje nós conseguimos ter uma sala pra equipe inteira e uma sala para atendimento. Pra garantir que o atendimento, que ela tenha uma acústica que ninguém ouça garantindo o máximo de sigilo porque a gente entende a necessidade disso. Que as pessoas chegam aqui com uma ansiedade muito grande. O fato acaba sendo muito doloroso e aí é necessário que ela seja dessa forma (Entrevista com Miguel, 28/05/2015).

Davi, Psicólogo, fala da não regularidade dos recursos e materiais do órgão: ora com carros, motoristas, diárias, hospedagem e alimentação (quando se trata de uma agenda no interior do estado), ora sem materiais simples como panfletos informativos que divulguem o serviço. Ele converge com Miguel na opinião de que a equipe é pequena e sugere um número ousado para os padrões atuais: a equipe deveria ser quadruplicada em seu tamanho e o CECH deveria ser multiplicado em 12 unidades espalhadas nas regiões do estado pernambucano. Acreditamos que essa visão expansionista possivelmente tem relação com a sua trajetória na ONG Leões do Norte, pois no Movimento LGBT brasileiro circulam projetos políticos que apostam na ampliação dos serviços e das políticas para

assegurar a cidadania LGBT. Além disso, na sua visão, seria muito importante a inclusão de profissionais de outras áreas de formação na equipe, para além de advogados, psicólogos e assistentes sociais.

Já Artur, Assistente Social, explica detalhes do espaço de trabalho da equipe. O Centro possui duas salas: uma maior em que trabalham todos/as os/as profissionais juntos/as e uma menor e mais reservada para a realização dos atendimentos. Esse espaço reservado se coaduna com o princípio do sigilo das informações das pessoas que procuram os serviços do CECH. Na sala maior, cada profissional possui uma mesa como se fossem micro departamentos em uma única sala. A minha avaliação pessoal das visitas é que o espaço é bem pequeno para comportar os materiais de trabalho, as pessoas que trabalham e as que circulam lá. Ao todo são cinco computadores que dão suporte ao trabalho da equipe. Ainda segundo Artur, a relação de trabalho e a organização interna são positivas. As queixas se voltam para os recursos que seriam insuficientes

Mas os recursos disponíveis, logicamente que são insuficientes pra o alcance que a gente deveria ter, né? A gente tá bastante aquém e é justamente isso, por conta da ausência de investimento ou corte de orçamento. A gente tá num momento de retenção de gastos como o governo coloca diante da crise econômica, no país, né? Nesse contexto... Acho que uma das grandes dificuldades em relação ao funcionamento do programa é a execução do orçamento que ainda é bastante insuficiente pra proposta que a gente leva em consideração, por exemplo: alcançar todo o estado (Entrevista com Artur, 28/05/2015).

As limitações institucionais, que podem ser entendidas como precariedades institucionais, é a principal angústia para esse interlocutor. Tais precariedades dificultam a presença do CECH no interior do estado, o que é ponderado por Artur que em seguida defende a criação de organismos municipais de políticas LGBT que teria a tarefa de desenvolver ações descentralizadas.

Com efeito, é preciso construir um pacto federativo no Brasil que fomente a criação desses organismos em todos os estados e municípios e organize a função administrativa de cada ente federado. Ou seja, é preciso a construção de um Sistema Nacional semelhante ao SUS da Saúde, do SNE da Educação, do SUAS da Assistência Social e do SNPC no âmbito da Cultura. Algumas políticas de identidade já estão mais avançadas nesse sentido, a exemplo do SINAJUVE (Sistema Nacional de Juventude) e do SINAPIR (Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial).

No ano de 2013, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) lançou o Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência contra LGBT⁴¹ (Sistema Nacional LGBT), no entanto, ainda não se tem indicadores ou informações a respeito da sua implantação e do seu estado atual. À época do lançamento, a expectativa⁴² era de que a União estimulasse estados e municípios a criarem seus organismos de políticas LGBT através de repasses orçamentários.

No âmbito desse Sistema, um grande Comitê Gestor⁴³ foi instalado composto por gestores e gestoras do Brasil com a ideia de se reunir periodicamente e estabelecer diretrizes e parâmetros para a construção de um pacto federativo na área LGBT.

Retornando à análise da estrutura do CECH, Alice, atual advogada, justifica que tanto a equipe técnica quanto a coordenação do órgão trabalham juntas em um mesmo espaço. Seu argumento é o de que a postura adotada pelo gestor, Miguel, visa promover uma maior horizontalidade nas relações interpessoais entre os membros.

[em relação ao espaço físico do CECH] um [espaço] de atendimento e a outra sala de equipe técnica e coordenação que preferimos ficar tudo junto porque existem outros programas aqui que separaram coordenação de equipe técnica, mas a nossa estrutura da equipe nós nos permitimos ter essa aproximação porque a gente acha que tanto coordenador quanto equipe técnica devem se estruturar e trabalhar de uma forma mais aproximada do que só vamos dizer assim o coordenador demandando, demandando da equipe técnica no sentido hierárquico e a gente prefere... que esse no sentido hierárquico logicamente que ele é respeitado, mas entendemos que se a gente tentar igualar esse nível entre aspas entre equipe técnica e coordenação o trabalho flui de forma mais tranquila inclusive de forma mais efetiva (Entrevista com Alice, 19/05/2015).

Para a advogada, o número de apenas uma advogada para atender a quantidade de demandas e assumir o conjunto de tarefas jurídicas do Centro é “humanamente impossível”. Pedro, o antigo coordenador, apresenta uma avaliação mais positiva que os demais. Segundo ele, o CECH possui um número de profissionais “razoável”,

⁴¹ Notícia a respeito pode ser encontrada aqui: <http://www.sdh.gov.br/noticias/2013/junho/sdh-lanca-sistema-nacional-de-promocao-de-direitos-e-de-enfrentamento-a-violencia-lgbt>. Acesso em: 05/11/2015.

⁴² Escrevi alguns artigos de opinião sobre o Sistema Nacional LGBT há alguns anos que podem ser acessadas aqui: <http://blogdomarioflavio.com.br/vs1/opinioao-sistema-nacional-lgbt-e-um-passo-a-mais-para-a-cidadania-por-cleyton-feitosa/> e aqui: <http://portalmidiaurbana.com/cleyton-feitosa-o-que-e-o-sistema-nacional-lgbt-parte-1/>. Acesso em: 05/11/2015.

⁴³ Sobre o Comitê Nacional de Políticas Públicas LGBT, ver informação oficial aqui: <http://www.sdh.gov.br/noticias/2014/julho/comite-nacional-de-politicas-publicas-lgbt-sera-instalado-nesta-quarta-30>. Também escrevi um pequeno texto explicativo aqui: <http://portalmidiaurbana.com/cleyton-feitosa-o-que-e-comite-nacional-lgbt/>. Na ocasião, participei da cerimônia de instalação quando desempenhava a função de assessor de políticas LGBT na Prefeitura de Caruaru. Notícia dessa participação pode ser encontrada aqui: <http://www.caruaru.pe.gov.br/noticia/01/08/2014/prefeitura-de-caruaru-compoe-comite-de-politicas.html>. Acesso em: 05/11/2015.

principalmente quando comparado com os outros programas da Secretaria a que está subordinada.

O ex-gestor ainda destaca a postura progressista do CECH ao contratar pessoas trans e travestis para integrar a equipe da política. De fato, uma posição que demonstra um projeto político inclusivo e convergente a uma luta histórica do segmento trans que é a inserção no mundo do trabalho e a conquista da autonomia econômica e financeira. As pessoas trans que trabalham no CECH desempenham um papel auxiliar atuando como motoristas ou secretárias.

A não formação educacional em nível superior pode explicar a ausência de travestis e transexuais nos cargos técnicos do Programa. Essa conjuntura expressa a enorme dificuldade que essa população enfrenta para conquistar direitos básicos, como o trabalho formal. Pedro ainda menciona o suporte de carros, viagens, hospedagens e diárias que os profissionais recebem para desenvolver as suas intervenções pelo interior, contudo, essa avaliação não é consenso. O atual Assistente Social nos explica que só há duas formas de chegar ao interior: através das Semanas de Direitos Humanos⁴⁴ e por meio da rede parceira, que, como já se viu nas orientações do CECH para outras instituições, nem sempre estão dispostas a colaborar.

Avaliações mais críticas são tecidas por Gabriel, antigo psicólogo, ao falar de um episódio em que a estrutura física do Centro desabou devido à precariedade da sede:

A gente tinha duas salinhas, uma salinha de atendimento e uma salinha de reunião de equipe pra a gente arquivar as coisas, os materiais e tudo mais só que o negócio era tão precário que teve um dia que o teto desabou da parte da salinha de atendimento, aí a gente ficava dividindo atendimento com outra unidade dentro da SEJUDH que é... Eu nem lembro mais qual, se era do atendimento a testemunha ou vítima de... É porque tinha vários serviços, tinha o dos idosos, tinha o do ameaçado de morte, aí às vezes a gente dividia a sala com esses outros programas quando tava nessa situação que uma salinha, uma parte da sala da gente desabou né? (Entrevista com Gabriel, 01/06/2015).

Ainda segundo seus depoimentos, não era apenas a estrutura física que sofria com determinadas precariedades: as relações trabalhistas também contavam com fragilidades que gerava certa insegurança no desenvolvimento do trabalho:

⁴⁴ As Semanas de Direitos Humanos são atividades de forte intervenção da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, órgão ao qual o CECH está vinculado. Essas atividades compreendem oficinas, palestras, balcão de direitos, divulgação dos serviços e programas, entre outras ações.

Recursos humanos tinha essa situação: a gente era todo mundo contratado, era todo mundo OSCIP o que gerava uma série de problemas, eu lembro depois do CECH eu fui concursado da FUNASE e a posição de você ser concursado é uma posição muito mais tranquila assim no sentido de você poder tensionar, problematizar, comprar determinadas brigas, coisa que lá no CECH não existia assim a gente se incomodava mas tinha que se calar porque senão podia acontecer algum problema e a gente ser demitido de lá. Existia também uma instabilidade assim, isso não era só no CECH, eu lembro que era todos os programas da SEJUDH, de um ano pra outro ninguém sabia quais contratos iam ser renovados aí ficava todo mundo tenso, aquela coisa “meu deus será que a gente vai tá empregado ano que vem” Tinha essas coisas e o que eu te falei, carro não tinha motorista a gente que tinha que dirigir... (Entrevista com Gabriel, 01/06/2015).

E completa relatando algumas experiências desafiadoras de atividades no interior do estado:

Às vezes batia, ia e voltava aí esperava pra diária, pagava... Olhe! Pagava do próprio bolso pra esperar voltar, enfim, umas situações muito doidas. O diagnóstico: absolutamente precário! Tanto em recurso material quanto em recurso humano. Só tava ali quem acreditava naquilo mesmo (Entrevista com Gabriel, 01/06/2015).

As falas de Gabriel nos remeteram a uma postura profissional permeada por muitos enfrentamentos vividos pela equipe do Centro. Nos fez recordar do trabalho de ativistas em ONGs ou coletivos informais que se doam, muitas vezes, voluntariamente e com pouca ou nenhuma estrutura que dê suporte à realização das atividades. Essa postura, quase que de militância política, nos provocou a reflexão de que, nos deslocamentos entre Estado e sociedade civil, muitas expectativas e utopias estão colocadas.

Assim, torna-se compreensível que militantes portadores de projetos políticos emancipatórios doam sua força de trabalho além do que o Estado oferece em termos de materiais. Assim, uma nova dúvida surgiu: em que medida os governos exploram o perfil “militante” de determinados/as agentes para assegurar um trabalho de boa qualidade com baixo custo de investimento? Essa talvez seja uma questão importante na conjuntura do Brasil pós-redemocratização, sobretudo com as vitórias eleitorais dos partidos de esquerda e centro-esquerda ocorridos nos últimos anos.

Quem endossa as reflexões sobre um possível “espírito de militante” é Ana, antiga Assistente Social, ao relatar sua passagem pelo órgão:

*Olha, em termos de recursos humanos quando eu tava lá até que era minimamente possível trabalhar, minimamente, mas de estrutura... Muito aquém, muito aquém. Eu não contava com uma sala de atendimento devidamente organizada. A gente não tinha sistema de informação que desse pra gente condição de fazer um prontuário todo digitalizado né? Então isso acabava deixando a gente exposto a fragilidades e pensar “se acontecer alguma coisa aqui de um desastre natural essas coisas vão embora ralo abaixo né porque os documentos todos que estão lá, em papel, sem digitalização. A gente dividia sala de atendimento com sala de reunião. Então se tinha reunião não podia ter atendimento, se tinha atendimento não podia ter reunião. Algumas vezes a gente chegava a dividir computador, levava computador de casa pra trabalhar. Como falei: era **espírito de militante**, pra não deixar a peteca cair mesmo. Então esses problemas de estrutura... (Entrevista com Ana, 01/06/2015, grifo nosso).*

Rebeca Abers e Luciana Tatagiba (2014), através de estudo com gestoras feministas da Área Técnica da Saúde da Mulher do Ministério da Saúde, chama de “ativismo institucional” o que nossa interlocutora chama por “espírito militante” e apresentam um argumento central que ajuda a explicar a elaboração de Ana: a militância institucional envolve o esforço para modificar estruturas burocráticas e sob intensa pressão política dos setores conservadores (ABERS e TATAGIBA, 2014).

De fato, é possível enxergar na atuação dos membros e ex-membros do CECH uma atuação que extrapola a ação profissional e se transforma em ação política, ou melhor, ativista, quando as estruturas burocráticas e limitações materiais impõem dificuldades à execução dos serviços e ações. Assim, consideramos que essa é uma característica marcante das políticas LGBT: o ativismo institucional praticado por militantes que “entraram” no Estado.

Continuando, Ana acredita que a estrutura disponível para o CECH compromete a qualidade do serviço, bem como o bem-estar dos/as dos/as usuários/as e dos/as profissionais que lá atuam. Seria muito importante outros estudos em Centros de Referência LGBT no Brasil para mapear as condições institucionais em que se situam as políticas públicas para a população LGBT no país, mas a nossa hipótese é a de que ela não difere muito de um estado para outro.

Esse mapeamento seria importante para compreender qual o lugar das políticas LGBT no Estado. Acreditamos que elas ainda estão longe de serem tidas como prioritárias e essenciais à administração pública. Claro que outras reflexões devem ser ponderadas para compreender o porquê desse lugar secundário envolvendo as políticas de diversidade sexual e gênero: o sistema político vigente que privilegia atores políticos muito pouco

comprometidos com os direitos humanos de LGBT e que tem nas elites dominantes do país a sua pertença; a força política que opositores do Movimento LGBT possuem, a exemplo dos religiosos presentes nas casas legislativas Brasil afora; a deficitária capacidade organizativa e eleitoral da população LGBT ainda bastante fragmentada e dispersa ou o ideário conservador da sociedade brasileira ainda bastante refratário às lutas pela igualdade de direitos do segmento. Esses e outros fatores, bastante complexos, nos dão pistas para os percalços enfrentados no desenvolvimento dessas políticas.

Voltando ao perfil “militante” da equipe do CECH, Ana reflete sobre o quanto os/as estagiários/as do Centro trabalhavam, violando, muitas vezes, a legislação vigente que regulamenta as relações trabalhistas dessa figura ainda bastante explorada no Brasil. Segundo essa interlocutora, além do “amor ao que ‘tavam’ fazendo”, as demandas que surgiam, de caráter urgente e bastante delicadas faziam com que toda a equipe tivesse que apagar incêndios sistemáticos na rotina de trabalho.

Assim como Lúcia, antiga advogada do CECH, Ana avalia negativamente a postura do Movimento LGBT de Pernambuco no papel de cobrar um serviço com melhores condições de funcionamento. Segundo ela, essa postura cômoda da militância do estado prejudicaria o aprimoramento das políticas LGBT. Com efeito, a ação de militantes dentro do Estado fica condicionada às redes de movimentos sociais fora do Estado, na medida em que estes podem oferecer recursos políticos, mas também impor obstáculos para o ativismo institucional (ABERS E TATAGIBA, 2014).

*

Buscamos neste capítulo identificar os projetos políticos dos membros e ex-membros do CECH a partir da concepção deles/as sobre o Centro e sua estrutura. Obtivemos falas tanto de cunho institucional quanto de feição mais reflexiva, permeadas por avaliações e críticas. Descobrimos que o Centro funciona como uma “porta de entrada” da população LGBT ao Estado e ao conjunto de serviços que ele oferece. É consenso entre membros e ex-membros que seu tamanho não é suficiente para atender as demandas do público e finalidades prometidas, no entanto, algumas posições como a de Pedro, entendem que o CECH é um programa bem assistido materialmente, sobretudo quando comparado a outras políticas de direitos humanos do governo de Pernambuco. Outras posições, no entanto, apontam que o programa é precário e foi criado apenas para diminuir as tensões com o Movimento LGBT local. Entendemos que a divergência de posições se deve à

pluralidade de projetos políticos que foram construídos nas trajetórias individuais. Os serviços ofertados pelo CECH compreendem majoritariamente (i) o atendimento e encaminhamento da população LGBT a outras instituições, (ii) a formação dessas instituições e (iii) o diálogo com o Movimento LGBT visando o fortalecimento do movimento social.

AÇÕES, AVANÇOS E DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS LGBT NO ENFRENTAMENTO À VIOLENCIA

O presente capítulo tem por objetivo descrever e analisar as atividades realizadas pelo CECH desde 2012, ano de seu surgimento na administração pública estadual, até 2015, ano em que essa pesquisa foi realizada. Para tanto, distribuimos este capítulo em quatro seções principais que visam: (i) descrever ações e atividades realizadas pelo Centro desde a sua existência; (ii) analisar os desafios e avanços resultantes dessas iniciativas; (iii) verificar a relação institucional do CECH com outros órgãos governamentais (estadual e federal), considerando que o Centro é uma política-meio e não uma política-fim que demanda e depende dos serviços públicos prestados por outros organismos, uma vez que atua na perspectiva da transversalidade e, por fim, (iv) levantar os principais desafios para o desenvolvimento das políticas LGBT no estado de Pernambuco.

As informações constantes deste capítulo são oriundas de materiais elaborados e produzidos pelo próprio CECH no decorrer do desenvolvimento das atividades e, sobretudo, das campanhas anuais em que o Centro elenca uma temática central que subsidia suas ações e eventos. Apesar do levantamento desses materiais (cartazes, panfletos, artes, etc.), as fontes utilizadas para a análise do capítulo são, fundamentalmente, as entrevistas realizadas com os membros e ex-membros do CECH.

1) Um olhar sobre as atividades desenvolvidas pelo Centro Estadual de Combate a Homofobia

Nesta seção discutiremos as ações desenvolvidas pelo CECH. É importante destacar que essa pesquisa não se restringe a estudar as políticas públicas, mas, fundamentalmente, analisar em que medida as políticas públicas se relacionam com as trajetórias individuais dos membros e ex-membros do Centro e como elas expressam os projetos políticos que circulam no interior do órgão, moldando, assim, o próprio desenho das políticas. Assim, nos interessa ouvir o que os/as nossos/as interlocutores/as tem a dizer a respeito das atividades e ações realizadas.

Abrindo o conjunto de membros atualmente vinculados ao Centro, Miguel relata que o CECH desenvolve “*atendimento especializado, formação, acompanhamento da população de rua e presídios, acompanhamento sistemático. Hoje o grande carro-chefe pra o serviço específico é a psicologia e jurídico*” (Entrevista com Miguel, 28/05/2015). Ele também cita o acompanhamento dos casos de violação do Disque 100 e o mutirão de

retificação do registro civil de travestis e transexuais junto ao Poder Judiciário. No entanto, sua ênfase se volta para as atividades de caráter formativo promovidos pelo órgão: “*Ontem eu fiquei a noite na [Universidade] Estácio [de Sá], em palestra, em formação. Amanhã a gente já tem Igarassu, enfim. Se você olhar a agenda a gente tem no mínimo quatro ou cinco formações por semana*” (Entrevista com Miguel, 28/05/2015).

Outra característica da atuação do Centro é o lançamento de campanhas anuais que abordam temas específicos que a equipe procura visibilizar e priorizar na extensa agenda de necessidades da população LGBT. Assim, as campanhas fundamentam muitas das ações desenvolvidas ao longo do ano como a realização de seminários regionais e um seminário estadual. Deste modo, segundo Miguel, no ano de 2012, o tema era “Vamos Cantar um Pernambuco sem Homofobia”; em 2013 o tema eleito foi “Quem Ama a Família Respeita as Diferenças”; no ano seguinte, em 2014, o CECH trabalhou a temática “O Orgulho de Ser Quem Somos nos Levará Além” e no momento dessa pesquisa (2015), o tema recém-lançado havia sido “O Trabalho TRANSforma”.

Quando questionado sobre quais fatores motivaram a elaboração e a escolha dessas temáticas, o coordenador do CECH compartilhou que cada tema surgiu de problemáticas sociais percebidas pelos agentes do órgão. No caso do tema “Vamos Cantar um Pernambuco sem Homofobia” (2012), no início da existência do Centro, ela tinha como objetivo apresentar o novo equipamento para a população pernambucana. Já a campanha “Quem Ama a Família Respeita as Diferenças” (2013) foi fruto, diz ele, de uma análise dos casos de 2012 que chegavam ao CECH: boa parte das demandas tinha relação com conflitos familiares. O tema do ano seguinte “O Orgulho de Ser Quem Somos nos Levará Além” (2014) foi elaborado com base na intenção de um “fortalecimento das identidades” (Entrevista com Miguel, 28/05/2015) e da percepção que um setor da população LGBT tem forte ligação com a arte, principalmente travestis, transexuais e gays em suas performances *drag queen*. No ano de realização da pesquisa, o tema escolhido “O Trabalho TRANSforma” (2015) havia sido motivado pelos casos de discriminação no ambiente de trabalho que chegaram ao CECH: casos como assédio moral, demissão em virtude da orientação sexual e identidade de gênero e exclusão de pessoas trans e travestis do mundo do trabalho provocaram o Centro a discutir tal temática.

No bojo das campanhas, o CECH promove seminários regionais que visam intervir nas microrregiões do estado pernambucano, onde a ausência de políticas LGBT

é mais notada. Além disso, o Centro é convocado a participar de atividades que fazem parte do calendário de ações da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (Secretaria em que está vinculado). Essas atividades são chamadas de “Semanas de Direitos Humanos” e “Jornadas de Direitos Humanos”.

Nesse sentido, no ano de 2012, no contexto das Semanas de Direitos Humanos, o Centro promoveu a realização de uma peça teatral nas microrregiões de Pernambuco intitulada “Priscilas: um grito contra a homofobia”. A peça possuía um viés drama-comédia em que narra aspectos da cultura LGBT ao mesmo tempo que dramatiza cenas de violência e discriminação com o objetivo de atrair e sensibilizar a população em torno da violência homofóbica. Além da peça, o CECH inaugurou seu trio na Parada da Diversidade de Pernambuco. No ano seguinte, em 2013, o Centro repetiu os seminários regionais e estadual utilizando o mote da campanha daquele ano (“Quem Ama a Família Respeita as Diferenças”) além de participar da Parada com blusas e faixas alusivas a essa temática. Já em 2014, no âmbito das Semanas de Direitos Humanos, foi promovida a realização de uma segunda peça teatral chamada “Guetos: o nosso lugar é o mundo” cujo teor possui contornos ainda mais dramáticos:

E a gente teve também em 2014 a peça “Guetos, o nosso lugar é o mundo” que falava de uma forma... Porque “Priscilas” ela tinha uma veia cômica, “Guetos” ela tinha uma veia mais dramática, que é com morte, que é com corpos nus, enfim, falava da transexualidade de uma forma bem real, falando das dores da transformação do corpo clandestino, com silicone, da morte do menino numa rua escura, da pessoa homofóbica, do gay que morre muito velho, sem família, abandonado pelos amigos porque tem... é... HIV positivo, enfim, falando mais desses guetos que não são espaços físicos, necessariamente, mas os guetos sociais, da exclusão que a população LGBT tem acessado, infelizmente (Entrevista com Miguel, 28/05/2015).

Além da peça “Guetos”, em 2014 o CECH realizou um concurso de talentos envolvendo a população LGBT de todas as microrregiões do estado de Pernambuco chamado “Diversidade em Cena” que culminou em um seminário estadual que levou o nome da campanha daquele ano (“O Orgulho de Sermos Quem Somos nos Levará Além”). Neste seminário, além da grande final do concurso de talentos, o CECH lançou um documento intitulado “Protocolo de Demandas da População LGBT” que apresenta um conjunto de recomendações do órgão para a formação de uma rede ampliada de serviços. Seu conteúdo visa subsidiar prefeituras do interior de Pernambuco e o Movimento LGBT na sua luta por políticas públicas. Vale salientar que este documento

também foi utilizado na análise desta pesquisa pelo fato de seu conteúdo expressar uma síntese do que os membros do CECH concluíram a partir da experiência do Centro.

Avaliamos ainda que o lançamento desse documento também representou o anúncio do fim da gestão do CECH no Governo Campos. Naquele 2014, ano eleitoral para Presidência da República e Governadores/as Estaduais, o futuro era incerto quanto à permanência do PSB que disputou novamente o governo estadual com o PTB do então candidato Armando Monteiro. Assim, o lançamento do protocolo parecia também falar para uma possível equipe sucessora (que não se concretizou, uma vez que o PSB obteve vitória eleitoral, encabeçado por Paulo Câmara, candidato indicado de Eduardo Campos) e o CECH permaneceu praticamente no mesmo formato e com a mesma equipe. Ainda sobre essa eleição estadual, destacam-se a morte precoce em acidente aéreo do ex-governador Eduardo Campos que se lançara candidato à Presidência da República e a promessa de campanha de Paulo Câmara de “Implantar Centros de Referência de Combate à Homofobia”⁴⁵, algo que não se concretizou até o presente momento.

Voltando às ações do CECH, Miguel avalia que o Centro conseguiu ampliar o alcance das políticas de direitos humanos LGBT, algo que ele chama de “massificação” (Entrevista com Miguel, 28/05/2015).

A gente alcançou, dos relatórios que eu acompanhei de 2012/2014 deve ter alcançado por baixo umas quarenta mil pessoas. Porque as peças elas tinham um público muito grande, os concursos, as atividades que a gente fazia em praça pública, as ocupações de impacto, as paradas que a gente acompanha todos os anos, os municípios de interior eles fazem paradas, eles chamam a gente, a gente acompanha, divulga o serviço. Faz fala política nos trios ou nas baladas que eles produzem depois. Então a gente conseguiu uma massificação da política pra população LGBT e os serviços, eles tem a gente como referência pra tá pensando alguma intervenção que vá de fato garantir a cidadania da população. Acho que foi o grande marco, assim (Entrevista com Miguel, 28/05/2015).

No contexto dessa expansão, o coordenador cita a forma exitosa como o CECH conseguiu intervir no interior do estado, motivo segundo o qual, era recebido com críticas pelo Movimento residente da Região Metropolitana do Recife. No entanto, o CECH

⁴⁵ Nesse período eleitoral (2014), escrevi um pequeno texto analisando as promessas de campanha voltadas para a população LGBT presentes nos planos de governo dos três principais candidatos à época. O texto pode ser conferido no seguinte endereço eletrônico: <http://portalmidiaurbana.com/politicas-lgbt-em-pernambuco-os-planos-de-governo-de-armando-monteiro-paulo-camara-e-ze-gomes-para-a-diversidade-sexual/>. Acesso em: 18/01/2016.

viajava para o interior devido a uma compreensão de que a capital do estado é mais “abastecida” de políticas e serviços públicos que possam atender a população LGBT.

Davi, atual psicólogo, dá ênfase a três atividades realizadas pelo CECH: a primeira se refere aos atendimentos ofertados à população, o mutirão de mudança de nome civil para travestis e transexuais e a elaboração das campanhas. Em nossa concepção, as atividades diferem dos serviços. Enquanto as atividades possuem um caráter mais pontual, efêmero e que atuam “para fora”, os serviços são produtos oferecidos permanentemente, com uma feição mais interna. Compreendemos que tanto o atendimento quanto o mutirão de mudança de nome, citados por Davi, mais do que atividades pontuais, tratam-se de serviços permanentes que o Centro promove.

O psicólogo também fala das campanhas elaboradas anualmente trazendo elementos complementares à descrição de Miguel: No caso do mote “Vamos Cantar Um Pernambuco sem Homofobia” (2012), a intenção era sensibilizar a rede de serviços (Centros de Referência em Assistência Social, escolas, hospitais, secretarias de governo, etc.) para a problemática da violência contra a população LGBT, ou seja, conferir visibilidade a uma questão social, historicamente ignorada. Nesse sentido, é perceptível o ineditismo da ação, sua abrangência e, conseqüentemente, a necessidade que o estado de Pernambuco tem da existência do CECH, uma vez que o órgão pautou e provocou o próprio Estado para um problema estrutural.

Em relação à campanha do ano de 2013 sob o tema “Quem Ama a Família Respeita as Diferenças”, diferentemente de Miguel, que apontou como motivação os conflitos familiares como uma das principais demandas que chegavam ao Centro, Davi relatou que ela foi motivada no contexto do surgimento do Estatuto da Família⁴⁶, proposto pelo Deputado Federal evangélico Anderson Ferreira (PR/PE) que visa enquadrar o conceito de família como uma união entre homem e mulher (indo de encontro à decisão do Supremo Tribunal Federal que em 2011 reconheceu a união estável formado por pessoas do mesmo sexo). Além das discussões em torno dos arranjos familiares

⁴⁶ A respeito do Estatuto da Família, a revista Carta Capital elaborou interessante material explicativo sobre esse projeto de lei: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-que-e-o-estatuto-da-familia-6160.html>. Para ter acesso ao Projeto de Lei na íntegra, acessar: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=6FA38884525EBD08B6E619A0E063C812.proposicoesWeb1?codteor=1159761&filename=Tramitacao-PL+6583/2013. Para acompanhar sua tramitação no Congresso Nacional, acessar: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=597005> e para acompanhar as posições políticas do seu autor (Anderson Ferreira – PR/PE), ler a matéria “Autor do Estatuto da Família diz que gays não querem direitos, mas ‘privilégios’” em: <http://oglobo.globo.com/brasil/autor-do-estatuto-da-familia-diz-que-gays-nao-querem-direitos-mas-privilegios-15328924>. Acesso em: 18/01/2016.

homoparentais, os seminários que aconteceram sob o mote dessa campanha também abordou a relação da população LGBT com as suas famílias. Uma ação bastante perspicaz do ponto de vista da compreensão de como a violência homofóbica e transfóbica operam no interior dos lares. A nossa hipótese para essa sensibilidade e refinamento do olhar sobre a LGBTfobia é para o fato de muitos dos membros do CECH terem vindo do movimento social e compreenderem bem as dinâmicas da exclusão social. Se por um lado a presença de militantes no Estado gera contradições, por outro lado o Estado potencializa a sua intervenção social.

Sobre a violência cometida contra LGBT por entes familiares, Sarah Schulman trabalha a ideia de Homofobia Familiar (SCHULMAN, 2010), um recorte dentro do conceito mais amplo de homofobia. A noção de homofobia familiar nos revela o quão violenta pode ser a vivência familiar e subverte o imaginário coletivo romântico de que a família se trata de um lócus permeado apenas por amor, carinho e afeto entre seus entes. Ao nos referirmos à população LGBT, percebemos que a vulnerabilidade social se ramifica e se capilariza para os mais diversos setores sociais. Em muitos casos, LGBT são as vítimas preferenciais de seus próprios entes familiares. Schulman (2010) trabalha com a percepção da “evitação” e de “bode expiatório”, elementos estes que explicam os desdobramentos da violência familiar contra LGBT.

Davi também destaca, no ano seguinte, em 2014, o lançamento do Protocolo Estadual de Atendimento às Demandas LGBT e explica que ele é resultado da experiência acumulada pelo CECH ao longo dos seus três anos de existência. O lançamento do documento foi motivado pelas carências de informações básicas sobre diversidade sexual e de gênero por outros órgãos do Estado:

A gente percebeu que nos anos anteriores as pessoas tinham dificuldade no atendimento das pessoas LGBT, por falta de informação, por falta de normativas ou de conhecer as normativas que existiam sobre a temática em diversas áreas. Por exemplo: A diretora expulsa ou fala pra transexual que ela não pode entrar com a roupa feminina na escola porque ela não conhece as normativas do MEC que permitem à trans de entrar com a roupa feminina na escola, que permite ela ser chamada pelo nome social, que permite ela usar o banheiro feminino, então a gente vai saber o que os profissionais das diversas áreas influenciam essas normativas. Então a introdução do protocolo foi mais ou menos isso: Divulgar essas normativas e atendimentos (Entrevista com Davi, 18/05/2015).

É interessante observar o desejo que o Centro possui de formar outros/as agentes públicos, provocá-los/as e comprometê-los/as. Novamente fica clara a opção política de membros do Movimento LGBT atuarem dentro do Estado para disputá-lo e modificá-lo internamente. Essa percepção derrota visões maniqueístas de que os movimentos sociais ou seriam anti-Estado, concebendo-o como inimigo, ou seriam cooptados, como se o Estado tivesse desvirtuado militantes pelos deleites do poder, em um movimento binário Estado-Ativo e Militantes-Passivos. Ao contrário, ao longo dessa pesquisa, observou-se que os movimentos sociais são sujeitos ativos, protagonistas e que refletem sobre suas escolhas políticas, táticas e estratégias. Por isso, ao invés de trabalharmos com a noção de cooptação, optamos pela noção de “trânsitos” e “deslocamentos”, conforme explorado por Feltran (2006).

Em termos avaliativos, Davi diz perceber a rede de serviços⁴⁷ mais sensível no atendimento à população LGBT e que a ação do CECH resulta na produção de uma reflexão sobre a homofobia em todo o estado. Também comemora a elaboração de normativas, notadamente portarias assinadas por secretários estaduais. Em uma delas, o governo de Pernambuco incluiu os campos “orientação sexual” e “identidade de gênero” nos boletins de ocorrência das delegacias e órgãos de segurança pública vinculadas à Secretaria de Defesa Social. Além desses resultados, Davi avalia

Os resultados mais concretos são o atendimento, a mudança de nome quando a transexual ela consegue mudar o nome e aí gente não consegue nem mensurar o quanto ela fica feliz, o quanto aquilo contribuiu na vida daquela pessoa. As próprias formações também fornecendo material técnico e teórico pra os profissionais poderem atender o pessoal com qualidade (Entrevista com Davi, 18/05/2015).

Artur, Assistente Social, também menciona a elaboração da portaria que incluiu os campos “orientação sexual” e “identidade de gênero” nos boletins de ocorrência e outros documentos cadastrais do campo da Segurança Pública. Ele retifica, inclusive, uma informação que dizia que Pernambuco foi o primeiro estado brasileiro a criminalizar a homofobia, quando da divulgação dessa portaria. Como se sabe, a criminalização da homofobia só pode ser obtida por meio de legislação nacional que altere o Código Penal

⁴⁷ A rede de serviços da qual os/as sujeitos/as falam recorrentemente nas entrevistas compreende um conjunto de órgãos, instituições e serviços públicos como Centros de Referência em Assistência Social, Centros de Referência Especializado em Assistência Social, escolas, hospitais, polícias, secretarias de governo, programas governamentais, entre outras organizações estatais.

e que seja aprovada pela Câmara dos Deputados e Senado Federal. O fato é que foi o próprio Governo de Pernambuco que divulgou o lançamento da portaria como sinônimo da criminalização da violência contra LGBT⁴⁸

Sobre as atividades desempenhadas pelo CECH, o Assistente Social também menciona as campanhas e nos dá mais informações em relação à campanha mais recente intitulada “O Trabalho TRANSforma” (2015). Ele cita os dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) que apontam que 90% da população trans no Brasil não tem acesso ao mundo formal de trabalho. Segundo Artur, a campanha visa o estabelecimento de parcerias com empresas para fomentar a contratação desse segmento e a provocação da própria gestão pública em incluir tal população. Para isso, a própria Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos de Pernambuco tem incluído entre seus quadros funcionais travestis e transexuais, servindo de modelo para outros espaços. Diz o entrevistado: *“E quem estava à frente da campanha no centro da imagem são as três mulheres trans que trabalham aqui na Secretaria de Direitos Humanos”* (Entrevista com Artur, 28/05/2015).

De fato, a inclusão dessa população no mundo do trabalho representa grande desafio, não só pelo caráter transfóbico da sociedade, das empresas e instituições públicas, como pela deficitária qualificação profissional do segmento, produzidas pelo cenário de desigualdade e exclusão social e educacional. Apesar do esforço do CECH em agregar o público na sua equipe, é válido ressaltar que elas desempenham funções administrativas como dirigir os carros da equipe, transportar materiais ou apresentarem-se artisticamente em algumas atividades, que podem ser lidas como hierarquicamente inferiores quando comparado às funções desempenhadas pela equipe técnica. A equipe técnica, composta por advogada, psicólogo e assistente social, são pessoas que possuem o ensino superior completo que possuem identidades cisgênero.

Alice, advogada do centro, indica uma outra ação desempenhada pelo CECH que chama atenção pelo seu caráter punitivo: quando há um caso de empresa ou órgão que discrimine um/a LGBT, o Centro busca estabelecer um diálogo com o corpo dirigente e propõe a realização de uma atividade educativa, normalmente em formato de palestra. Nos casos em que a empresa se recusa a realizar a palestra em parceria com o Centro, o

⁴⁸ À época, o site oficial do Governo de Pernambuco divulgou a seguinte notícia “Pernambuco é o primeiro estado a criminalizar a homofobia”. Detalhe: a notícia ainda permanece publicada, como pode ser visto no seguinte endereço eletrônico: <http://www.pe.gov.br/imprensa/radio-sei/4183/pernambuco-eo-primeiro-estado-a-criminalizar-homofobia/>. Acesso em: 19/01/2016.

CECH aciona o Ministério Público que termina por abrir um processo judicial contra a referida empresa. A advogada explica que esse mecanismo só é acionado em último caso, ou seja, trata-se de uma ação-limite para os casos em que o diálogo não resultou em uma ação educadora. Assim, a via judicial é acionada para intervir e provocar uma mudança comportamental naquela instituição. Esse dado reforça o papel pedagógico e a aposta na educação como elemento transformador. Nos parece que mais do que a punição pontual, individualizada (entre vítima e algoz), o Centro almeja uma mudança cultural, o que revela uma estratégia interessante e característica da ação dos movimentos sociais. Mais um dado positivo da presença de militantes na estrutura estatal. Alice avalia que o conjunto de atividades descritas contribui para a “sensibilização” das pessoas para a temática da diversidade sexual e de gênero (Entrevista com Alice, 19/05/2015).

Dentre os/as sujeitos/as que passaram pelo Centro, Pedro, ex-coordenador, explica que a primeira campanha (“Vamos Cantar um Pernambuco sem Homofobia” – 2012) foi motivada pelo desejo de fortalecer parcerias com o Movimento LGBT, com o Fórum LGBT de Pernambuco e com os grupos do interior do estado. Para isso, o mote dessa campanha foi o mesmo utilizado pela Parada da Diversidade daquele ano.

É interessante observar a perspicácia que Pedro, oriundo do Movimento Gay Leões do Norte, rapidamente constrói uma identidade de gestor – ou pelo menos se percebe claramente no campo da gestão – na sua ida para o CECH. Essa perspicácia fica evidente na decisão tomada de se aproximar daqueles/as que eram os/as seus/suas companheiros/as de militância logo no início da existência do Centro. Inferimos que ele tinha uma visão política de que sem o apoio do movimento, o CECH encontraria problemas nesse período inicial, seja porque, sem uma boa relação, o Movimento LGBT poderia tecer um conjunto de críticas ao órgão ou porque sem a presença demandante da militância, o Centro não conseguiria internamente angariar os recursos necessários para o desenvolvimento das ações.

Outro ponto destacado por Pedro foram as interações decorrentes do concurso de talentos “Diversidade em Cena” decorrente da campanha de 2014 que trabalhou o tema “O Orgulho de Sermos Quem Somos nos Levará Além”.

A gente se deparou com situações, assim, muito legais, por exemplo, de as mães levarem os pais pra participar do concurso, da gente ‘tá’ saindo do concurso e a mãe estar lá com o filho ‘montado’ esperando o ônibus... Então assim foi muito legal porque a gente dialogou com as famílias, a gente valorizou o Ser LGBT com todas as suas

possibilidades, não necessariamente um concurso ou uma fechoção. Era algo que tinha uma proposta (Entrevista com Pedro, 18/05/2015).

Desta forma, as atividades, sobretudo as de caráter lúdico, realizados pelo CECH promoviam interações inusitadas e novas sociabilidades pautadas no respeito à identidade. Estas interações certamente construíram novas subjetividades para a população LGBT participante, afinal, possivelmente aquelas ações eram as primeiras que tocavam no assunto da diversidade sexual e de gênero em muitas localidades de Pernambuco.

Sobre a avaliação das atividades, Pedro elenca três pontos positivos que resultaram das ações: o primeiro é a “massificação” (Entrevista com Pedro, 18/05/2015) da temática LGBT, entendida como uma ampliação das discussões em torno da diversidade sexual e de gênero em diversos setores da sociedade e do Estado; o segundo ponto é o tratamento dos dados e a consequente sistematização dos mesmos e o terceiro é a difusão desses dados através de documentos como o “Protocolo”, por exemplo.

Gabriel, Psicólogo da primeira equipe do CECH, não relata as atividades com a mesma riqueza de detalhes que os demais, preocupando-se mais em avaliar as ações. Segundo ele, as atividades possuíam um caráter bastante efêmero: *“como te falei, muito pontuais assim discutia dois, três dias com profissionais que ‘tavam’ ligados a Prefeitura, Assistência Social, Segurança Pública e tal, mas não tinha um acompanhamento mais sistemático”* (Entrevista com Gabriel, 01/06/2015). Possivelmente, esse aspecto pontual se dava muito em função da estrutura do Centro (ou melhor, da falta de uma estrutura mais robusta), já explorada no capítulo anterior. Gabriel também nos informa que nessas visitas ao interior, o Movimento LGBT local era acionado para ouvir as demandas e construir vínculos. Ainda para ele, essas atividades resultaram na consolidação de um espaço de diálogo junto à população LGBT no estado de Pernambuco. No entanto, a expectativa que girava em torno do CECH no que tange ao atendimento e ao empoderamento das vítimas de violência não foi, para ele, satisfatória.

[...] Agora eu acho que aquilo que se esperava do CECH no sentido de intervir junto as pessoas, empoderar ou fortalecer pessoas vítimas de violência, com essa estrutura que ele tem, com essa equipe que ele tem, com esse modo dele existir, isso realmente não tem nem condições de se começar a mexer (Entrevista com Gabriel, 01/06/2015).

Para Gabriel, a estrutura inadequada do Centro se constitui como um dos principais empecilhos no desenvolvimento de intervenções empoderadoras e fortalecedoras das vítimas de violência homofóbica.

Ana, ex-membro do Centro, não trouxe informações diferenciadas dos/as demais sujeitos, mas avaliou também que as campanhas e os seminários regionais e estaduais conferiram visibilidade ao Centro Estadual de Combate à Homofobia em Pernambuco. Já Lúcia, Advogada da primeira equipe do órgão, acredita que o CECH desempenhou um papel que caberia ao Movimento LGBT realizar, como, por exemplo, a contagem e a categorização de crimes homofóbicos em Pernambuco que o Centro realiza, algo que a militância pernambucana não monitora.

2) Avanços e desafios das atividades do Centro Estadual de Combate a Homofobia

A partir dos depoimentos relatados por nossos/as interlocutores/as, para fins de aprofundamento da avaliação tecida por eles/as e para aprimorar nossas análises sobre os projetos políticos, questionamos-lhes quais os principais desafios e os principais avanços decorrentes das atividades desenvolvidas por eles/as no âmbito da atuação no CECH.

O atual coordenador do Centro, Miguel, enfatiza como grande desafio o fato de estarmos inseridos/as em contextos homofóbicos e transfóbicos, o que acaba desaguando em posturas resistentes dos/as profissionais que eram abordados/as nas atividades formativas do CECH:

Eu me lembro muito bem de quando a gente trabalha a defesa social, polícia militar, polícia civil, a resistência da instituição polícia ela é muito grande. A gente já teve policial na hora da formação levantar e bater na mesa dizendo que “você vai querer que eu respeite veado e sapatão?” e a gente tem que dizer que vai, né? E ele batendo lá na mesa, gritando. Aí eu olhei pra menina que estava trabalhando com a gente e disse: “██████████, ainda bem que ele está batendo na mesa porque senão ele ia bater na cara da gente” (risos) Babado! (Entrevista com Miguel, 28/05/2015).

Miguel relata que o modo com que contorna situações dessa ordem (que não ocorrem apenas com profissionais da segurança pública, diz ele) é lançando mão do exercício da diplomacia. As resistências conservadoras não se expressam apenas através de comportamentos agressivos, mas também por meio da indiferença. A indiferença se faz presente na ausência dos/as profissionais na formação marcada há dias, na

desmotivação dos/as profissionais da educação que desabafam carregar um acúmulo de tarefas que lhes são atribuídas ou no boicote de gestores/as escolares à proposta de formação.

Com base no que Miguel nos coloca, é possível notar que dois fatores dificultam o trabalho interventivo do CECH e a realização de atividades: o primeiro seria a homofobia institucional que opera por dentro das instituições do Estado, através de seus agentes, e o segundo trata-se da existência de problemas mais amplos de cada campo profissional que compromete a qualidade do serviço prestado pelas instituições. O caso da Educação é um bom exemplo para se analisar o quanto a precariedade do setor inviabiliza a oferta de um bom serviço: estruturas decadentes, espaços inadequados, profissionais mal remunerados/as, salas de aula superlotadas, entre outros fatores, expressam a precariedade da área que compromete o serviço como um todo e que reverbera na abordagem da população LGBT nas escolas. Em relação aos avanços e êxitos obtidos pelas atividades relatadas, Miguel sugere que a aproximação com a rede de serviços públicos foi um ganho. Esta aproximação fez com que o diálogo intergovernamental fosse melhorado e o CECH acabasse sendo referenciado no estado como o espaço adequado para resolver violações de direitos da população LGBT, na sua ótica.

Davi, o atual Psicólogo do CECH, assim como Miguel, também aponta a resistência da população para debater diversidade sexual e de gênero como um desafio

A resistência, né? O principal desafio que o CECH tem que eu acho que nenhum outro centro tem, seja o CIAD o que trabalha com idosos, o CEAV que trabalha com violência ou até mesmo o CRM o “Centro de Referência da Mulher”, é a resistência dessas pessoas. Porque a temática é uma temática polêmica e complexa e a sociedade ela naturalizou um discurso de ódio contra a população LGBT que não é tão naturalizado quanto a outras populações, ou pelo menos as pessoas elas são preconceituosas contra a mulher, contra a pessoa idosa, mas elas tem um certo receio de expor essa opinião preconceituosa. Mas contra LGBT é exposto isso. É natural na sociedade você dizer que é homofóbico e às vezes isso é até bom pra a pessoa que se intitula, a pessoa recebe um reconhecimento social. Então, a principal dificuldade é a resistência das pessoas (Entrevista com Davi, 18/05/2015).

De fato, pode-se dizer que Pernambuco carrega consigo uma matriz conservadora e homofóbica que se expressa, por exemplo, nos Relatórios de Violência Homofóbica da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (BRASIL, 2012 e 2013) que

indicam altos índices de violência física e verbal, além de homicídios. Davi reflete que religiões cristãs de matrizes evangélicas são fortemente responsáveis pela disseminação de ódio ante a população. Discursos de ódio de caráter homofóbico são amplamente utilizados como forma de se obter o reconhecimento social em muitas comunidades. No quesito avanços e êxitos, Davi aponta as formações e os marcos normativos elaborados pelo Centro.

As reflexões de Artur, Assistente Social, evidenciam que um dos desafios do CECH no desenvolvimento das atividades é algo que já discutimos na pesquisa: a estrutura do órgão para a sua abrangência de atuação. Além disso, ele cita a homofobia institucional como um componente que dificulta o acesso a direitos básicos da população LGBT. Diferentemente dos dois membros anteriores que falaram em “resistência”, Artur define precisamente que a homofobia institucional é um fenômeno presente no Estado. Em termos de avanços, Artur também aponta a visibilidade como um ganho oriundo das ações realizadas

Apesar dessas dificuldades a gente conseguiu avançar na garantia da implementação dessas campanhas. Dentro da Secretaria a gente também tem uma visibilidade muito boa e o nosso trabalho, apesar de ainda ser insuficiente pra o contexto, por exemplo, nossa intervenção no presídio, a gente conseguiu garantir alguns direitos ‘pras’ meninas [travestis e transexuais reeducandas], os espaços de convivência específicos, o acesso à medicação pra quem é soropositivo, que antes tinha uma dificuldade muito grande (Entrevista com Artur, 28/05/2015).

O conjunto de opiniões revelam que o CECH, na ausência de intervenções mais cuidadosas de outras instituições e políticas públicas, atua para assegurar a cidadania de pessoas atendidas pelo Estado, como podemos ver no caso de LGBT em privação de liberdade. No entanto, como já dito por alguns sujeitos/as da pesquisa, a intervenção do Centro possui, geralmente, caráter bastante limitado e efêmero.

Alice também reclama da infraestrutura do CECH. Segundo a advogada, o espaço é pequeno, a equipe é reduzida para a demanda e a locomoção é bem prejudicada. Por outro lado, ela aponta como um grande avanço (“talvez o maior avanço”, pondera) foi a publicação da portaria que inclui os campos “orientação sexual” e “identidade de gênero” nos documentos relativos ao campo da segurança pública, pois ela contribui para a “visualização” da população LGBT no contexto das violências (Entrevista com Alice, 19/05/2015).

Dentre os ex-membros do CECH, o ex-coordenador Pedro reflete que um grande desafio foi a falta de conhecimento dos/as agentes de Estado acerca de categorias e conceitos básicos sobre diversidade sexual e de gênero como, por exemplo, a homofobia. Não só a homofobia não era percebida socialmente como também ela era compreendida apenas enquanto agressões verbais e físicas, esvaziando, assim, o conteúdo político e a forma complexa com que esse fenômeno opera socialmente.

A gente precisou fazer o bê-a-bá no estado. Com a rede de serviços, com a gestão, com a própria população LGBT, não essa organizada, mas trazer o bê-a-bá do que era gênero, do que é diversidade sexual, do que é ser lésbica, gay, homossexual, travesti, embora entendesse o que é identidade, questões políticas, né? Mas eu acho que a gente partiu do ponto zero da sensibilização da formação, então, esse foi o maior desafio. É você chegar pra um profissional que nunca discutiu diversidade sexual. Seja ele rede de serviços ou seja gestão. E aí acho que nem foi indisponibilidade das pessoas que contou mais, mas era da falta de conhecimento. Isso exigiu um trabalho muito intenso nosso, exige na verdade porque esses profissionais têm uma rotatividade muito grande, com gestões que mudam e tudo o mais e a gente precisava... foi quando chegamos, no final, na proposta do protocolo pra gente deixar isso de certa forma isso registrado, mas o maior desafio nosso foi em relação à apropriação da temática (Entrevista com Pedro, 18/05/2015).

Esse dado nos indica outra problemática que precisa ser enfrentada no setor educacional: a formação inicial e continuada de profissionais, em todos os campos de atuação, que abordem conceitos e conteúdos sobre gênero e sexualidade de modo a instrumentalizar o corpo profissional que atua nos setores públicos e privados. A ausência da população LGBT e de temáticas relativas a sua cidadania é uma marca dos currículos tanto da Educação Básica quanto da Educação Superior, contribuindo para a conformação de uma sociedade ignorante, indiferente e descomprometida com os direitos humanos.

Assim como a atual advogada Alice, o ex-coordenador comemora o lançamento da portaria conjunta com a Secretaria de Defesa Social. A portaria não só incluiu os campos “orientação sexual” e “identidade de gênero”, contribuindo para a notificação de violências cometidas contra o segmento LGBT, como definiu os conceitos de homofobia direta e homofobia indireta. A conceituação de homofobia direta e indireta serve não só para retirar tal violência da invisibilidade como também colabora para uma ‘Pedagogia da Diversidade’ que pode auxiliar a sensibilizar diferentes profissionais no exercício da função. Além do lançamento da portaria, Pedro vê como avanços os números de atendimento operacionalizados, o fortalecimento de políticas LGBT em outras secretarias

do Governo de Pernambuco (cita, por exemplo, o Comitê Técnico de Saúde LGBT de Pernambuco, gerido pela Secretaria Estadual de Saúde) e a aproximação com a militância.

Gabriel, antigo Psicólogo, apresenta uma avaliação bastante interessante quanto aos desafios enfrentados pelo CECH: a de que a existência do Centro na estrutura administrativa do governo estadual não desresponsabilize o conjunto de equipamentos públicos de abordar a temática de diversidade sexual. Esse olhar chama atenção para que o Centro não seja um grande depositário dos problemas enfrentados pela população LGBT gerando uma ausência de comprometimento público de outros organismos como Secretarias de Governo, escolas, hospitais, centros de referência em assistência social, polícias, etc. Gabriel defende a transversalidade e a descentralização das políticas para LGBT, pois de outro modo não há como enfrentar a violência e assegurar a cidadania e os direitos humanos do segmento.

Ana, apesar de não falar em homofobia institucional, desenvolve uma reflexão que se assemelha à questão: ela aponta que o maior desafio na realização das atividades era a mobilização de pessoas “não-LGBT” (Entrevista com Ana, 01/06/2015) da rede de serviços. Para exemplificar, ela faz o relato de um episódio envolvendo a formação de membros da Polícia Militar no Sertão Pernambucano:

Teve uma formação em Serra Talhada que a gente tinha mobilizado, falou com o coronel, mandou ofício em tempo enorme antes do encontro quando eu cheguei lá só tinham três pessoas e que não eram policiais que ficou sabendo: um psicólogo por interesse próprio foi porque ficou sabendo e dois estudantes de Direito. Aí eu liguei pra seccional, não sei como é o nome que se diz da polícia, me esqueci agora, e aí falei com o coronel. Tive que dar uma carteirada e falar através do Tribunal de Justiça. A gente tinha feito articulação anterior com a Corregedoria já e aí a partir disso, dessa espécie de carteirada dizer “olha, a gente é do governo do estado, foi pactuado um projeto no início do ano e eu tô aqui esperando” então assim em meia hora tinha 25 policiais na minha sala. E aí toda uma resistência pra poder falar sobre transexual, do ‘baculejo’ principalmente que era a coisa mais ‘trash’ que esse pessoal faz com a população trans e aí foi... Pra mim o maior desafio desses eventos aí era a mobilização dessas pessoas (Entrevista com Ana, 01/06/2015).

Deste modo, estabelecer um diálogo com outros órgãos públicos se configura como um desafio central das atividades do CECH, apontadas por grande parte dos/as sujeitos/as entrevistados/as. Assim como os demais, ela também destacou como avanço a conquista da visibilidade tanto do Centro quanto da temática sobre diversidade sexual e violência.

Lúcia, diferentemente de todos/as os/as outros/as sujeitos/as, apresenta a cobrança por resultados do Governo de Pernambuco como um grande desafio na condução do trabalho. A dinâmica interna era muito cansativa e os níveis de cobrança advindos do Governo eram bem altas. Além disso, a gestão apresentava uma postura indiferente às necessidades estruturais do Centro assumindo uma concepção gerencialista e meritocrática que concebia o alcance ou não de metas e resultados como sendo única e exclusiva responsabilidade da equipe do CECH.

“Ó você tem aí cinco pessoas. Se vire pra cobrir o estado todo. Se você não tá fazendo isso é porque você não é tão competente pra tá aqui então tchau”. É muito uma lógica... É muito ruim você trabalhar assim né porque a gente também tem que levar em conta a questão subjetiva do trabalho e assim essa exploração assim é... [redacted] [ex-coordenador do CECH] era uma pessoa que não tinha vida. Não tinha assim... Trabalhava muito, muito, muito, muito! Se a equipe trabalhava, [redacted] trabalhava três vezes mais porque ele tinha que estar com esses relatórios sempre e tal então eu acho que era uma coisa que dificultava muito a gente sabe esse ter que mostrar o tempo todo o resultado das coisas (Entrevista com Lúcia, 12/05/2015).

Em contrapartida, os avanços alcançados são narrados com um certo saudosismo: Ana elogia a função pedagógica promovida pelo Centro e destaca as ações interventivas que possuíam feição mais educativa e menos punitiva:

Chegava uma pessoa lá muito irritada “não! Porque eu sofri homofobia e não sei o que” Aí a gente perguntava “tá bom, vamos lá. As alternativas são essas...” Eu sou uma pessoa menos punitiva possível assim sabe? Menos punitivista possível. Então eu falava “a gente tem a opção de ir na polícia e aí você botar injúria, calúnia, sei lá alguma coisa assim, via lá no que que se enquadrava ou a gente pode ir nesse local e pedir uma atividade, pedir uma atividade de formação” e aí a gente negociava isso com as pessoas e eu achava isso muito bacana. As pessoas topavam isso e era muito mais efetivo.

Cleyton: *As vítimas?*

As vítimas! E elas topavam isso e era muito mais efetivo porque elas chegavam, depois às vezes elas ligavam pra lá “Ó, eu fui em tal canto e foi super tranquilo e tal”. Então era uma ação educativa que era muito legal e tinha um resultado muito positivo e que era uma satisfação pra gente, entendeu? (Entrevista com Lúcia, 12/05/2015).

Esse tipo de ação já havia sido explicado pela atual advogada do CECH, Alice, mas foi Lúcia quem ilustrou um episódio concreto que obteve um desfecho positivo. Neste sentido, além da conquista da visibilidade obtida com muito esforço pela equipe do

Centro, as transformações e efeitos oriundos das ações educativas evidenciam que a Educação é um elemento imprescindível no desenvolvimento dos trabalhos do Centro e que o seu exercício se constitui como um dos significativos avanços do órgão.

Elaboramos uma tabela com o resumo das avaliações dos membros e ex-membros quanto aos avanços, conquistas, desafios e dificuldades que o Centro Estadual de Combate à Homofobia encontra na realização das atividades e ações promovidas pelo organismo.

Tabela 10: Avanços e desafios referentes as atividades do CECH

Membros do CECH				
	Miguel	Davi	Artur	Alice
Função	Coordenador	Psicólogo	Assistente Social	Advogada
Avanços e Conquistas	<ul style="list-style-type: none"> Aproximação com a rede pública de serviços. 	<ul style="list-style-type: none"> Formações realizadas. Marcos normativos elaborados. 	<ul style="list-style-type: none"> Visibilidade. Implementação de campanhas. Garantia de alguns direitos. 	<ul style="list-style-type: none"> Publicação de Portaria que regulamenta a inclusão de LGBT nos documentos da Segurança Pública. Visibilidade.
Desafios e Percalços	<ul style="list-style-type: none"> Contexto homofóbico/transfóbico Resistência de agentes governamentais e profissionais da rede. 	<ul style="list-style-type: none"> Resistência de agentes governamentais e profissionais da rede. 	<ul style="list-style-type: none"> Estrutura insuficiente do CECH. Homofobia institucional. 	<ul style="list-style-type: none"> Espaço pequeno do CECH. Equipe reduzida. Locomoção do órgão.
Ex-Membros do CECH				
	Pedro	Gabriel	Ana	Lúcia
Função	Ex-Coordenador	Psicólogo	Assistente Social	Advogada

Avanços e Conquistas	<ul style="list-style-type: none"> • Publicação de Portaria que regulamenta a inclusão de LGBT nos documentos da Segurança Pública. • Número de atendimentos. • Fortalecimento de políticas LGBT em outras Secretarias. • Aproximação com o movimento social 	---	<ul style="list-style-type: none"> • Visibilidade do Centro. • Visibilidade da temática “diversidade sexual” 	<ul style="list-style-type: none"> • Caráter pedagógico das intervenções.
Desafios e Percalços	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de conhecimento sobre a temática da diversidade sexual pela rede de serviços públicos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Que a existência do Centro possa desresponsabilizar o conjunto do Governo estadual. 	<ul style="list-style-type: none"> • Mobilização da rede de serviços públicos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Níveis altos de cobrança por resultados pelo Governo de Pernambuco

Os dados demonstram que os principais avanços no âmbito das atividades desenvolvidas foram a conquista da visibilidade do próprio Centro e da temática LGBT, as atividades de cunho formativo, a aproximação com outros órgãos de políticas e a publicação de marcos normativos. Como principais desafios, eles/as elencam a homofobia institucional, o desconhecimento da temática pelos outros órgãos, a falta de estrutura do CECH e os altos níveis de cobrança por resultados do Governo.

3) Relação institucional entre o Centro Estadual de Combate a Homofobia e outros órgãos governamentais: o desafio da transversalidade

A transversalidade das políticas é uma característica bastante defendida por integrantes dos movimentos sociais e gestores/as de políticas públicas, sobretudo, por políticas de ação afirmativa. O caráter transversal das políticas afirmativas se faz necessário em uma sociedade que tem seu pensamento e suas práticas organizadas em modelos cartesianos, positivistas e fragmentados.

Como sujeitos/as historicamente subalternizados, como o de mulheres, negros/as, LGBT, entre outros/as, dependem de ações governamentais em distintos campos político-

administrativos (como a educação, a saúde, a assistência, a segurança, a cultura, o esporte, lazer, etc.) para terem assegurados diferentes direitos, é compreensível que os movimentos defendam a transversalidade das políticas.

Entretanto, a formação histórica do Estado conformou um modelo rigidamente departamentalizado, o que dificulta o desenvolvimento de ações integradas e complexas. Nesse sentido, uma alternativa ao modelo hegemônico de organização estatal pensada por militantes foi lutar pela criação de estruturas governamentais imbuídas da função de transversalizar as políticas públicas no conjunto do governo em tais estruturas estão inseridas.

Deste modo, os departamentos de políticas afirmativas (normalmente com nomenclaturas indicando segmentos específicos, como a Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal, por exemplo) ficaram com a tarefa de “provocar” outros organismos governamentais para desenvolver aquilo que entendemos por políticas transversais nos seus departamentos.

Se por um lado essa forma de governar produziu resultados importantes, inéditos e eficazes, por outro gerou instabilidades, disputas e precariedades. É o argumento da transversalidade, inclusive, que muitas vezes vai justificar a ausência de orçamento para os órgãos responsáveis pelas políticas afirmativas. Nessa lógica, as Secretarias “clássicas” (Educação, Saúde, Assistência Social, etc.) detem os recursos necessários e o papel das instituições afirmativas seria o de articular, negociar, pactuar e convencer as Secretarias (ou Ministérios) a desenvolverem as políticas afirmativas no setor correspondente.

Inspirados nas reflexões do autor marxista italiano Antônio Gramsci, compreendemos que o Estado não é um ente homogêneo, harmônico e convergente, ao contrário, trata-se de uma instância concreta (ou mais precisamente, de uma arena), composta por atores e atrizes reais, dotados de diferentes concepções e visões de mundo, o que o torna heterogêneo, contraditório, divergente e em disputa. A ideia de projetos políticos (DAGNINO, 2006) é uma ferramenta analítica que nos ajuda a refletir sobre o caráter instável do Estado. Essa heterogeneidade é ainda mais saliente no caso do sistema político brasileiro, caracterizado pela extrema fragmentação partidária, pelo federalismo (que implica a existência de três instâncias de governo, a saber, União, Estados e Municípios) e pelo chamado “presidencialismo de coalizão”, no qual o poder executivo nacional é estruturado por forças políticas muitas vezes ideologicamente antagônicas entre si (DAGNINO, 2006).

Se compreendemos que o Estado é formado por pessoas e grupos com diferentes

projetos políticos, chegaremos à conclusão de que ele também carrega visões – e práticas – conservadoras, elitistas e discriminatórias. Os conceitos de homofobia, racismo e machismo institucional demonstram que o Estado expressa ideologias e que o exercício da transversalidade é mais desafiador do que se imagina.

Nessa direção, se o Estado é um ente com diferentes projetos políticos e se os departamentos de políticas afirmativas não detêm autonomia política e financeira, dependendo das alianças, do convencimento e das afinidades ideológicas de outras instâncias, logo temos estabelecida uma relação hierárquica e subordinada das políticas para LGBT (e outros segmentos sociais) perante as políticas tradicionais como Educação, Saúde, Segurança, etc.

Foi com esta noção política e teórica que buscamos descobrir como o CECH se relaciona com outras institucionalidades para emplacar os seus serviços, atividades, ações e, portanto, os seus projetos políticos. Nessa direção, questionamos aos/às sujeitos/as da pesquisa quais órgãos, secretarias e Ministérios eram mais cooperativos e “abertos” e os mais difíceis e “fechados” para lidar com ações sobre diversidade sexual e de gênero.

O atual coordenador do CECH, Miguel, informou que, em âmbito estadual, as instâncias mais difíceis de trabalhar eram a Secretaria de Defesa Social, a de Educação e a de Ressocialização (esta última, responsável pelo sistema carcerário), que trata-se de uma Secretaria Executiva subordinada à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, a mesma que administra o CECH. Já as secretarias mais parceiras seriam as de Saúde, Assistência Social e a Secretaria da Mulher. Esta última, com algumas ressalvas, pois Miguel acredita que o órgão foca mais nas mulheres cisgênero em detrimento das mulheres travestis e transexuais, uma forte evidência do quanto o biológico ainda influi nas políticas de gênero. Em âmbito federal, Miguel cita a parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República no contexto do Disque 100, mas desabafa que é pouca a relação entre Governo de Pernambuco e Governo Federal.

O Psicólogo Davi também elenca duas Secretarias estaduais como sendo bastante difíceis de dialogar e firmar parcerias: a de Defesa Social e a da Mulher. Na de Defesa Social, a grande dificuldade é construir atividades formativas com a Polícia Militar, como já dito na seção anterior, dotada de grande resistência corporativa expressa pela homofobia de seus integrantes. Davi possui percepção semelhante à de Miguel em relação à visão predominante na Secretaria Estadual da Mulher de que suas políticas devem abarcar exclusivamente mulheres cisgênero, ou seja, aquelas nascidas com o sexo

biológico feminino. Essa visão, fortemente influenciada por uma visão essencializante da identidade de gênero, termina por excluir as sujeitas que se identificam socialmente como mulheres, mas que não nasceram biologicamente mulheres.

Já as entidades parceiras do CECH seriam a de Saúde, em virtude da instalação de um Comitê de Saúde LGBT, a de Desenvolvimento Social, responsável pelas políticas de assistência social e gerenciamento dos CRAS e CREAS, e, ao contrário da avaliação de Miguel, a Secretaria de Educação. Davi relata que não percebe nenhum trabalho concreto sobre diversidade sexual e de gênero na Educação, mas acha o órgão bastante acessível quando acionado. Na sua entrevista, ele diz ainda que em 2015, em face da campanha “O Trabalho TRANSforma”, a Secretaria de Trabalho teria sido bastante provocada, o que possibilitaria a verificação se se trata de uma instância aliada ou resistente. Em plano federal, Davi também cita a SDH/PR, mas pondera que a relação com o Governo Federal é muito pouca, que poderia ser ampliada. Em contrapartida, o CECH realiza diálogos profícuos com outros governos estaduais, principalmente com outros Centros de Referência LGBT para a troca de experiências laborais.

Artur, Assistente Social, acredita que o CECH não enfrenta maiores dificuldades na relação intergovernamental. Ele cita como órgãos parceiros os CRAS, o Centro de Referência em Direitos Humanos⁴⁹, as Secretarias de Educação, Saúde e as Secretarias Executivas da própria Secretaria Estadual de Direitos Humanos, com exceção da SERES, a Secretaria Executiva de Ressocialização. Segundo Artur, a hipótese para essa dificuldade se deve a problemas estruturais e históricos da política prisional brasileira que seria bastante fechada e permeada por violações de direitos humanos. Em âmbito federal, a avaliação é a mesma que os sujeitos anteriores: a parceria se dá com a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, responsável pelo Disque 100, mas o diálogo entre as duas esferas é bem restrito.

Alice avalia que os CRAS e CREAS são bastante receptivos às intervenções do CECH. Além da política de Assistência Social, a Secretaria Estadual da Mulher também

⁴⁹ O Centro de Referência em Direitos Humanos é um serviço do Governo de Pernambuco, situado na cidade de Caruaru/PE e com abrangência em nível de Agreste Central, em parceria com o Governo Federal que visa a oferta de serviços e atendimentos à diferentes segmentos da sociedade que sofreram alguma violência em função de suas condições sociais. Dentre os segmentos, é foco desse Centro a população idosa, com deficiência, LGBT, criança e adolescente, vítimas da intolerância religiosa, entre outros. Para obter mais informações sobre a concepção, serviços disponíveis e público-alvo, acessar o seguinte endereço: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/programas/centros-de-referencia-em-direitos-humanos>. Acesso em: 08/02/2016. Para conhecer a relação de Centros de Referência em Direitos Humanos em funcionamento no Brasil, acesse: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/pdf/conheca-crdh>. Acesso em: 08/02/2016.

tem se mostrado um tanto receptiva às investidas do Centro. O desejo do CECH é que as mulheres travestis e transexuais também sejam atendidas pela rede de proteção às mulheres vítimas de violência, o que compreende os Centros de Referência da Mulher, as Delegacias da Mulher e Casas-Abrigo que atendem mulheres em risco iminente de morte.

Possivelmente por ser advogada, Alice enxerga também como positiva a relação com setores do Poder Judiciário, como a Defensoria Pública. “[A Defensoria Pública] *passou um tempo bastante fechada, mas depois da nossa parceria, a Defensoria Pública se mostra bastante aberta a acolher essa demanda, inclusive as de retificações de registro que atualmente acredito que seja a nossa maior demanda aqui no CECH*” (Entrevista com Alice, 19/05/2015). Seu depoimento sobre a experiência com a Defensoria Pública nos mostra que a provocação de órgãos como o CECH pode vir a suscitar transformações culturais e comportamentais nas instituições. Já em relação à organizações refratárias, Alice também menciona a polícia e a política de ressocialização como campos difíceis e resistentes. Em relação às parcerias com o Governo Federal também cita o Disque 100 da SDH/PR.

Consultamos também os membros desligados do CECH considerando a vivência e a experiência de trabalho que tiveram no órgão. Pedro, por exemplo, emite uma opinião distinta dos membros atuais ao dizer que a Secretaria de Defesa Social e a Executiva de Ressocialização, aliadas as de Educação, Saúde e Assistência Social, eram abertas e que havia “diálogo intenso e produtivo” (Entrevista com Pedro, 18/05/2016). Essa disparidade na avaliação das relações institucionais pode ser explicada pelos diferentes períodos em que cada sujeito/a atuou. Não sabemos também se o corpo dirigente e técnico desses órgãos foi modificado ao longo do tempo, provocando diferenças nas relações institucionais. Por outro lado, ele aponta a Secretaria de Emprego, Trabalho e Renda como sendo “complicada”, Secretaria esta que não havia sido mencionada por ninguém, nem como colaborativa ou refratária. Do ponto de vista das relações interfederativas com o Governo Federal, o ex-coordenador do Centro diz que não houve parcerias.

Gabriel é o único entrevistado que cita a Assessoria de Diversidade Sexual ligada ao Gabinete do Governador como grande parceira do CECH:

Tinha [redacted] que é um... Como era o nome do cargo dele, meu deus? É... Assessoria ao Governo da Diversidade Sexual, nem lembro do cargo dele, é um negócio assim. Mas [redacted] era um parceiro assim massa. Ele foi essencial pra articular todas as atividades daquela campanha “Vamos Cantar um Pernambuco Sem Homofobia”. Ele foi acho que o maior parceiro do CECH (Entrevista com Gabriel, 01/06/2015).

Por outro lado, o antigo Psicólogo do Centro relata a necessidade de o Centro dialogar mais com o Judiciário, principalmente com a Defensoria Pública:

Com a Defensoria Pública, com o Poder Judiciário de um modo geral porque o lugar... As pessoas vinham preponderantemente buscar um apoio em relação à questão jurídica e obviamente o advogado do CECH não tava ali pra dar conta disso, ele não era nenhum Defensor, ele tava ali pra assessorar. Mas aí quando se mandava pra buscar a Defensoria, buscar alguma forma da pessoa entrar na Justiça, isso tinha uns entraves aí né? (Entrevista com Gabriel, 01/06/2015)

Seu depoimento demonstra que o problema histórico do Direito sobre o acesso à justiça também é uma realidade premente da população LGBT. Com efeito, os segmentos sociais mais vulneráveis, porque possuem mais direitos negados e violados, são os que mais precisam do poder do Judiciário brasileiro. No entanto, o Brasil possui uma construção histórica que exclui aqueles/as que mais precisam da justiça. Em nosso país, a balança Poder Judiciário *versus* justiça social nunca foi equilibrada (SANTOS, 2007). Sobre as relações instituídas com o Governo Federal, Gabriel também lembra o Disque 100 da SDH/PR.

A Assistente Social da equipe anterior do CECH elenca os setores da Assistência Social e da Educação como campos férteis de parceria, apesar do conservadorismo no setor educacional. Diz ela: “*Porque a gente fazia muita formação, apesar da resistência e das estruturas dessa educação formal que é normativa ainda a gente tinha muito bom contato e muito boa articulação com a Educação*” (Entrevista com Ana, 01/06/2015). Quanto ao setor mais fechado, Ana taxativamente indica a Segurança Pública. A SDH/PR também é citada como exemplo de boa relação com o Governo Federal, assim como os demais sujeitos/as avaliam.

Encerrando o bloco de membros que não trabalham mais no CECH, Lúcia lembra que a mais aberta era a própria Secretaria Estadual de Direitos Humanos e a mais fechada também era a de Defesa Social. Em nível federal, ela também menciona o Disque 100, mas sobre ele Lúcia tece um conjunto de críticas sobre o seu funcionamento:

Disque 100 pra gente era uma porcaria! Várias e várias pessoas ligavam pro Disque 100, não tinham resultado nenhum. O Disque 100 tinha obrigação de passar ‘pras’ regiões e tal. Passavam pra gente informação, por exemplo, uma travesti tá sendo ameaçada, foi espancada, não sei o que, não sei o que... Não dava informação do

nome da vítima, do local que a vítima morava, de um telefone de contato, nada. Então muitas vezes a gente pegava demandas que a gente ia e ficava com o coração na mão e pensava “meu deus, será que essa pessoa está viva ou morta!?” E a gente simplesmente não tinha como ter contato com ela. Então assim, essa parte com o governo federal que era essa com o Disque 100 era muito limitada na minha época. Era uma coisa que a gente tinha muita dificuldade em lidar (Entrevista com Lúcia, 12/05/2015).

A fala da Advogada sinaliza que, para além do próprio movimento social, os membros do Poder Público se avaliam mutuamente, corroborando para a ideia de heterogeneidade do Estado. Sobre o Disque Direitos Humanos, recentemente o serviço federal incluiu o módulo “racismo”, passando a receber também denúncias de violações motivadas pela discriminação racial. Vale a pena avaliar a qualidade dessa política na medida em que recebe denúncias de violações de direitos cometidas contra um conjunto de segmentos sociais no país inteiro.

Para fins de visualização das Secretarias indicadas como parceiras e resistentes, elaboramos a seguinte tabela abaixo:

Tabela 11: Avaliação de órgãos parceiros e resistentes do CECH

Membros do CECH				
	Miguel	Davi	Artur	Alice
Função	Coordenador	Psicólogo	Assistente Social	Advogada
Órgãos abertos	<ul style="list-style-type: none"> • Sec. Saúde • Sec. Assistência Social • Sec. Mulher 	<ul style="list-style-type: none"> • Sec. Saúde • Sec. de Desenvolvimento Social • Sec. Educação 	<ul style="list-style-type: none"> • Centros de Referência em Assistência Social • Centro de Referência em Direitos Humanos 	<ul style="list-style-type: none"> • Centros de Referência em Assistência Social • Centros de Referência Especializados em Assistência Social • Defensoria Pública de Pernambuco
Órgãos fechados	<ul style="list-style-type: none"> • Sec. de Defesa Social • Sec. de Educação • Sec. Exec. de Ressocialização 	<ul style="list-style-type: none"> • Sec. Defesa Social • Sec. Mulher 	<ul style="list-style-type: none"> • Sec. Exec. de Ressocialização 	<ul style="list-style-type: none"> • Polícia • Sec. Exec. de Ressocialização

Ex-Membros do CECH				
	Pedro	Gabriel	Ana	Lúcia
Função	Ex-Coordenador	Psicólogo	Assistente Social	Advogada
Órgãos abertos	<ul style="list-style-type: none"> • Sec. de Defesa Social • Sec. Exec. de Ressocialização • Sec. de Educação • Sec. de Saúde • Sec. de Assistência Social 	<ul style="list-style-type: none"> • Assessoria Especial do Governador para Diversidade Sexual • Sec. de Saúde • Sec. de Assistência Social 	<ul style="list-style-type: none"> • Sec. de Assistência Social • Sec. de Educação 	<ul style="list-style-type: none"> • Sec. Estadual de Direitos Humanos
Órgãos fechados	<ul style="list-style-type: none"> • Sec. Emprego, Trabalho e Renda 	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de provocar o Poder Judiciário 	<ul style="list-style-type: none"> • Sec. de Defesa Social. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sec de Defesa Social

Por meio da análise da tabela, de modo geral, as Secretarias estaduais mais fáceis de dialogar são a de Saúde, de Assistência Social e, eventualmente, a de Educação. Já os órgãos mais fechados e resistentes são, majoritariamente, a Secretaria de Defesa Social e a de Ressocialização, evidenciando que a hostilidade à temática dos direitos humanos no campo da Segurança Pública se constitui como um grande desafio a ser superado para a garantia da cidadania e a superação da violência contra a população LGBT.

A nossa hipótese para esse retrato é o de que a área da Saúde tem uma relação histórica com o Movimento LGBT e com as temáticas da diversidade sexual e de gênero. Isso fica evidenciado na trajetória da participação social desse segmento e as interlocuções estabelecidas entre militantes e os departamentos de saúde motivadas pela luta anti-HIV/AIDS desde a década de 80.

Os outros setores aliados, como a Assistência Social e Educação, também podem ser observados como campos científicos, políticos e profissionais dotados de uma fundamentação progressista. Sabe-se que a base do pensamento teórico da Assistência Social é marxista – que explora as desigualdades sociais e a luta de classes – e a da Educação é freireana – que inspirado nas lutas populares, teoriza a relação da educação

com a transformação social – que podem ser consideradas ideologias vinculadas ao pensamento das esquerdas.

É válido ainda pontuar que embora essas ideologias sejam dominantes na Assistência Social e na Educação, não podemos desconsiderar a penetração de produções intelectuais conservadoras e a disputa política que permeia tais campos. Um bom exemplo disso são as teses que defendem uma educação meramente tecnicista, competitiva, meritocrática e voltada unicamente para a formação de mão de obra para o mercado de trabalho ou ainda a visão neoliberal que advoga uma política de assistência social assistencialista, clientelista e emergencial. Logo, a constatação de distintas concepções de Educação e Assistência Social demonstra o papel que os projetos políticos tem na construção de modelos mais horizontais ou hierárquicos de políticas públicas

Ao contrário das ideologias transformadoras, o campo da Segurança Pública, compreendendo nele também as políticas de Ressocialização, possui uma trajetória de proximidade com o pensamento conservador, elitista, repressor e punitivo. Primeiro porque o corpo militar surge no nascimento da propriedade privada, com a função de resguardar o patrimônio, algo essencial no modo de produção capitalista. Se a polícia, as forças armadas e o conjunto de sujeitos/as responsáveis pela segurança surgem numa perspectiva patrimonialista e militarizada, torna-se compreensível que as ideologias dominantes desses setores estejam significativamente alinhadas ao pensamento de quem detém o poder econômico e social. Nesse contexto, qualquer movimentação que aponte para a transformação de iniquidades e justiça social – e conseqüentemente, os/as sujeitos/as que expressam esses desejos – terá consideráveis posturas opositoras vindas desse setor. Entretanto, assim como a Educação e a Assistência Social, a Segurança Pública também é um terreno em disputa, com diferentes visões e projetos sobre o que é ou deveria ser a segurança das pessoas, o que a torna fértil de possibilidades.

4) Os desafios das políticas públicas LGBT: o caso pernambucano

Depois de abordar os/as sujeitos/as para apreender os desafios encontrados no desenvolvimentos das ações do CECH, questionamos a eles/as, de maneira mais genérica, quais eram os desafios para trabalhar a temática LGBT no estado de Pernambuco, buscando entender quais as especificidades que caracterizam o cenário pernambucano.

Miguel enfatiza o machismo, como fenômeno cultural do estado, como elemento desafiador. “*O machismo que está arraigado de uma forma tão fechado na população*

que muitas vezes inviabiliza a nossa atuação” (Entrevista com Miguel, 28/05/2015). Opinião semelhante é a de Davi que acredita que nesse estado o preconceito é naturalizado: *“A resistência conceitual, filosófica e a visão de mundo que a sociedade tem sobre a temática, sobre LGBT. A naturalização do preconceito. Isso que é ruim pra a gente”* (Entrevista com Davi, 18/05/2015).

Artur acredita que o estado de Pernambuco é um estado homofóbico. Essa cultura homofóbica se expressaria nas práticas exercidas por diferentes setores da sociedade. Diz ele, *“o boicote da mídia, das instituições, da bancada fundamentalista, tem essa dificuldade ainda que acontece no cenário nacional, mas aqui também. A gente tem uma Assembleia que é conservadora, uma Câmara Municipal que é conservadora...”* (Entrevista com Artur, 28/05/2015).

Alice também acredita que o machismo, a homofobia, a religião e a moral, dominantes em Pernambuco, suscitam o conjunto de violências contra a população LGBT. Esses valores tem origem na educação promovida pelas famílias que, formadas sob matrizes homofóbicas, reproduzem tranquilamente tais violências sem que ninguém intervenha nessa formação.

Então acho que a dificuldade é realmente a questão da educação e principalmente dentro do núcleo familiar então pra você se desfazer... Pra mim, por exemplo não foi muito fácil a questão da relação com a família, não assim com minha mãe e minhas irmãs não, mas eu ainda recebo muitas críticas de tios, tias, avós, enfim... Eu tô grávida e assim pra mim foi uma dificuldade muito grande. Já chegou tia minha de colocar a mão na minha barriga e dizer "olhe, não seja sapatão não viu?" Isso tudo com a minha filha! Eu disse "gente o que é que tem, se eu não tô, não sou eu que vou definir a identidade de gênero, a orientação sexual, pra mim é a mesma coisa que ela ser lésbica ou que ela ser gorda, que ela ser magra, que ela ser alta. Pra mim vai ser apenas uma característica". Mas eu ainda enfrento muita dificuldade, isso me... Sabe? Isso me incomoda muito porque se dentro da minha família é assim que eu considero que é uma família aberta, imagina dentro de outras né? Então eu percebo que pra muitos profissionais ainda não consegue se engajar dentro dessa temática porque não querem enfrentar isso dentro da família. Eu como não tô nem aí eu falo, eu falo mesmo (Entrevista com Alice, 19/05/2015).

A advogada do Centro nos indica outro dado importante: não basta ser lésbica, gay, bissexual, travesti ou transexual para sofrer a homofobia enraizada na cultura. O simples fato de trabalhar com esse público (ou defendê-lo publicamente), ainda que heterossexual, é suficiente para sofrer os constrangimentos motivados pelas diferenças de

orientação sexual e identidade de gênero. Essa informação reforça o caráter estrutural da homofobia no Brasil e em Pernambuco.

Pedro, diferentemente dos demais, fala que os desafios no contexto pernambucano (mas que avaliamos que não é um problema exclusivamente estadual) se dão em função da ausência de legislações e da ausência da temática na educação. Por mais que o CECH desempenhe papel pedagógico, competem às escolas, faculdades e universidades a educação formal de longo prazo.

A inexistência na grade curricular [...] desde a escola, até a Universidade. Não tô falando do ponto de vista da pós-graduação, não. Na graduação, mesmo. Não estou falando que não aconteça, mas eu acho que poderia sair um pouco desse lugar... dos eventos... de a gente poder discutir demanda, mesmo. Fica muito no âmbito da solenidade, eu não acho que isso seja muito positivo, não. O debate que interessa e vai pro evento, beleza, mas dentro da sala de aula não acontece (Entrevista com Pedro, 18/05/2015)

Com efeito, os eventos do CECH são muito caracterizados por uma espécie de “solenidade” que produz efeitos interessantes, como a visibilidade que ele obtém em face dos seminários e de outras atividades. Entretanto, do ponto de vista de uma intervenção mais permanente e acompanhada, o Centro não tem condições institucionais de desenvolver. Políticas educacionais, neste caso, seriam cruciais para alargar a cidadania LGBT.

Gabriel desenvolve uma avaliação pertinente sobre os desafios das políticas LGBT no contexto Pernambuco: a ausência de recursos financeiros.

Pra mim é só um: recurso. Eu acho que é grana mesmo. São políticas que não são tidas como prioritárias. Na medida em que elas não são tidas como prioritárias, ela recebe um recurso mínimo e isso influi por exemplo na possibilidade de contratar profissional, na possibilidade de infraestrutura física, no material de campanha, tudo isso e como não existe uma linha de recurso mais clara, mais específica pra essa questão tudo que tem conseguido vem... “não, um pouquinho dali, um pouquinho de acolá, um pouquinho não sei de onde” Isso compromete muito. Eu acho que a dificuldade essencial é isso: recurso financeiro (Entrevista com Gabriel, 01/06/2015).

De fato, além da pouca prioridade orçamentária destinada pelo governo estadual, o Poder Legislativo, responsável pela aprovação dos orçamentos públicos, pouco se movimenta para garantir recursos em peças orçamentárias como a Lei de Diretrizes

Orçamentária, o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual. Ao contrário, há casos em que quando o Executivo envia uma peça orçamentária assegurando recursos para políticas LGBT, parlamentares conservadores retiram a previsão financeira prejudicando a sua implementação. Exemplo disso foram as emendas da vereadora do Recife Michele Collins (PP) que transferiram recursos destinados à população LGBT na LOA 2015 para outras áreas⁵⁰.

Já Ana reflete que os desafios das políticas LGBT é a falta de uma política de Estado. Nessa ausência, ela critica as estruturas precárias que servem como um “cala a boca” e dá como exemplo a Assessoria Especial do Governador para Diversidade Sexual e sua fragilidade institucional. A carência de legislações que definissem uma política LGBT de Estado também são desabafadas.

Lúcia, possivelmente uma das sujeitas mais críticas ao modelo como o CECH está instituído reflete que não se trata da ausência de recursos, uma vez que o estado de Pernambuco “tem muito dinheiro” (Entrevista com Lúcia, 12/05/2015). O grande desafio é a falta de prioridade governamental que não oferece uma política LGBT robusta. A vontade política, neste caso, seria fundamental para superar estes desafios.

*

O presente capítulo buscou descrever as atividades e ações realizadas pelo Centro Estadual de Combate à Homofobia, analisando os avanços, conquistas, desafios e percalços enfrentados no desenvolvimento dessas iniciativas, na ótica dos/as sujeitos/as. Buscou-se ainda verificar como tem se dado a relação institucional do Centro com outros órgãos governamentais visando apreender o exercício da transversalidade e os entraves advindos desse método e dos distintos projetos políticos que disputam no interior do Estado, bem como as tensões e negociações envolvendo as políticas públicas. Por fim, levantou-se os desafios para desenvolver políticas públicas LGBT no estado de Pernambuco. Os resultados indicaram que as atividades do CECH giram em torno de campanhas anuais em que elencam temáticas elaboradas pela equipe. Nesse contexto, são realizados seminários, formações e atividades de caráter lúdico afinados ao tema das

⁵⁰ A decisão da vereadora evangélica suscitou uma nota de repúdio assinada por grupos do Movimento LGBT de Recife que pode ser conferida na matéria “Grupos LGBT emitem nota de repúdio a Michele Collins: <http://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2014/10/31/grupos-lgbt-emitem-nota-de-repudio-michele-collins/>. Acesso em: 21/01/2016.

campanhas. O Centro também atua quando convocado pelos movimentos sociais ou pela Secretaria que está vinculado promovendo o que chamam de Semanas e Jornadas de Direitos Humanos. Os membros e ex-membros do CECH apontam que os principais avanços foram a conquista da visibilidade do Centro e da temática LGBT, as atividades de cunho formativo, a aproximação com outros órgãos de políticas e a publicação de marcos normativos. Como principais desafios, elencam a homofobia institucional, o desconhecimento da temática pelos outros órgãos, a falta de estrutura do CECH e os altos níveis de cobrança por resultado do Governo de Pernambuco. A relação institucional é marcada pelo pouco diálogo com o Governo Federal, pelas parcerias profícuas com as Secretarias de Saúde, Assistência Social e Educação e por dificuldades com a área da Segurança Pública. Nossos achados também evidenciam que os desafios das políticas LGBT no contexto pernambucano são marcados pela cultura preconceituosa, machista e homofóbica, pela falta de legislações e de políticas educacionais, pela falta de recursos, de uma política de Estado e de prioridade na agenda governamental.

A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS POLÍTICAS LGBT: INTERLOCUÇÕES ENTRE O ESTADO E A SOCIEDADE

O último objetivo específico deste estudo pretendeu “analisar as relações e tensões entre o Centro Estadual de Combate à Homofobia e outros atores e atrizes sociais envolvidos na formulação da política LGBT”. Nesse sentido, compreendemos que uma das etapas da pesquisa deveria analisar a participação social considerando que se trata de um fenômeno político bastante presente no cenário brasileiro, mesmo em contextos repressivos como no caso da ditadura militar (1964-1985). Além disso, a participação social assume no Brasil um papel muitas vezes imprescindível para a criação e execução de políticas públicas.

Desta forma, distribuímos este capítulo em duas seções que visam: (i) refletir em que medida o Centro Estadual de Combate à Homofobia foi resultado de processos participativos do Movimento LGBT de Pernambuco e (ii) analisar quais as concepções de participação social circulam no CECH e as interlocuções (de cooperação e/ou conflito) estabelecidas entre o órgão e os atores da sociedade civil.

1) O Centro Estadual de Combate à Homofobia de Pernambuco: produto da participação social

Esta seção visa discutir brevemente o quanto o surgimento do Centro Estadual de Combate a Homofobia tem relação com a participação social do Movimento LGBT do estado de Pernambuco. Como já dito, o CECH nasce da interlocução da ONG Movimento Gay Leões do Norte com o Governo Federal, notadamente a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, no âmbito do Programa Brasil sem Homofobia, que financiou grupos ativistas para a criação de Centros de Referência LGBT.

Após a execução do projeto de Centro de Referência LGBT em Recife pelo Leões do Norte, o grupo optou por fazer uma "entrega" ao governo de Pernambuco cobrando da então Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos o financiamento integral e a execução do Centro de Referência que passaria a ser o Centro Estadual de Combate a Homofobia.

O fato é que não foi só esta provocação do grupo que levaria o governo do estado a assumir para si a tarefa de executar uma política pública voltada para a população LGBT. Um conjunto de fatores paralelos e complementares à postura da Leões do Norte

concorreria para pressionar o Governo de Pernambuco a administrar o CECH. É sobre esses fatores que pretendemos nos debruçar para compreender esse contexto.

O primeiro fator que destacamos como importante para a criação do CECH é a chegada do Partido Socialista Brasileiro (PSB) ao Governo do estado de Pernambuco em 2007 liderado pelo neto de Miguel Arraes (1916-2005), Eduardo Campos. Campos foi vitorioso nas eleições estaduais de 2006 após concorrer com outros dois principais candidatos ao Palácio do Campo das Princesas: Humberto Costa (PT) e Mendonça Filho (ex-PFL, atual DEM).

Mendonça Filho havia sido Vice-Governador de Jarbas Vasconcelos (PMDB) durante os dois mandatos (1999 a 2006) e assumiria a governadoria após Jarbas renunciar a cadeira de governador no último ano do seu segundo mandato para concorrer ao cargo de Senador da República em 2006. A campanha daquele ano reunia então três forças majoritárias. No primeiro turno, Humberto Costa sofreria acusações de ter se envolvido em um caso de corrupção quando à frente do Ministério da Saúde no Governo Lula e logo em seguida, no segundo turno, prestaria apoio ao candidato do PSB, Eduardo Campos, arregimentando votos para a sua campanha. Mendonça Filho, mesmo com o poder da "máquina estatal" não resistiria a força eleitoral obtida por Campos naquele momento.

Para compreender a figura do ex-governador Eduardo Campos, é preciso antes situar o seu histórico familiar, com destaque para o seu avô Miguel Arraes. Arraes foi governador de Pernambuco por três vezes, tendo sido eleito pela primeira vez em 1962 pelo Partido Social Trabalhista (PST) em aliança com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Social Democrático (PSD) disputando contra um candidato da União Democrática Nacional (UDN) que representava as forças oligárquicas do estado de Pernambuco com ênfase nas usinas e donos de engenho.

Este primeiro governo é caracterizado pelo fortalecimento dos direitos dos trabalhadores rurais e pelo apoio a sindicatos, associações e as Ligas Camponesas. Também é fato marcante a sua interrupção pelo Golpe Militar de 1964 culminando na prisão de Arraes e seu exílio. Com a promulgação da Lei da Anistia, em 1979, Arraes retorna ao Brasil e é recebido no Recife por aproximadamente 50 mil pessoas, entre elas lideranças da esquerda que permaneceram no Brasil. Dentre as lideranças, figura Jarbas Vasconcelos que se tornaria seu maior rival político ao longo da década de 90.

Em 1982 elege-se Deputado Federal pelo PMDB e em 1986 conquista novamente o Governo de Pernambuco, também pelo PMDB. Em 1990 filia-se ao PSB e em 1994 é eleito pela terceira vez como governador de Pernambuco.

Seu último mandato (1994-1998) foi marcado pelo enfrentamento a greves de policiais e o colocaria numa forte oposição ao então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso (PSDB) angariando dificuldades na captação de recursos federais e por consequência na sua administração pública. Ao tentar a reeleição, em 1998, sofreria uma derrota para o ex-Prefeito do Recife, Jarbas Vasconcelos, aliado de FHC.

Nas administrações de Miguel Arraes, Eduardo Campos atuou em espaços importantes como na Secretaria de Governo e da Fazenda. Desde muito jovem, Campos participou ativamente da vida política de Pernambuco, tendo sido eleito Deputado Federal em 1994. Após contribuição nos governos do seu avô, Eduardo seria convidado para assumir o Ministério de Ciência e Tecnologia pelo Presidente Lula, em 2004. Posteriormente, viria a ser o Presidente do PSB e governante de Pernambuco por duas vezes após a campanha vitoriosa de 2006 anteriormente narrada.

O Governo Campos, fortemente aliado ao Governo Federal do Presidente Lula, daria início ao desenvolvimento das políticas LGBT ao convocar a etapa estadual da I Conferência Nacional GLBT, em 2008 (Decreto N 31.419, de 22 de fevereiro de 2008). Daí reside o segundo fator que impulsionou a criação do CECH.

Similar ao tema da etapa nacional, o governo estadual realizou a sua I Conferência Estadual GLBTT sob o mote "Direitos Humanos e Políticas Públicas para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBTT)" nos dias 4, 5 e 6 de Abril daquele ano. Contendo 214 propostas distribuídas em diferentes eixos temáticos, o Relatório dessa I Conferência foi publicado sob a expectativa de ser lançado o I Plano Estadual LGBT de Pernambuco, o que até o momento não ocorreu.

O CECH, por exemplo, foi uma das principais demandas do Movimento LGBT local e consta nos anais da I Conferência sob a forma de reivindicação tanto no Eixo Temático "Direitos Humanos" na seguinte redação: "Garantir a criação e a viabilização de novos centros de referência em direitos humanos de combate a homofobia, bem como o fortalecimento dos já existentes, garantindo-os como política pública de Estado" (PERNAMBUCO, 2008, p. 9), como no Eixo Temático "Justiça e Segurança Pública" que prevê:

Reforçar a criação e continuidade dos Centros de Referência Contra a Discriminação e Violência às(aos) LGBT, garantindo a sustentabilidade e acolhimento, tendo o Estado total responsabilidade com a manutenção e consolidação de dados sobre atendimentos e encaminhamentos as vítimas de homofobia (PERNAMBUCO, 2008, p. 16).

Apesar dessa agenda participativa LGBT no primeiro mandato do Governo Campos - e da demanda para a criação de uma política LGBT estadual - a implementação de um órgão voltado especificamente para o segmento só foi viabilizada após forte intervenção do Movimento LGBT estadual que, em uma manifestação ocorrida em (2009) bloqueou o trânsito do centro do Recife em direção à sede do governo, no Palácio do Campo das Princesas, para reivindicar que o governador dialogasse com o Movimento afim de criar uma coordenadoria de políticas LGBT na estrutura governamental.

Após esse enfrentamento, e a consequente conquista de uma Assessoria Especial do Governador para Diversidade Sexual vinculada ao Gabinete do Governador em Novembro de 2009, pode-se dizer que Pernambuco dá início a trajetória das políticas públicas LGBT no seu estado. A então Assessoria Especial do Governador para Diversidade Sexual (hoje Coordenação de Políticas LGBT no Governo Paulo Câmara, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude) foi criada com a missão de implementar as propostas resultantes daquela I Conferencia Estadual LGBT.

Em consulta ao Relatório de Atividades da Assessoria de Diversidade Sexual referente ao ano de 2010, encontramos na seção "Ações em Andamento" um trecho destinado aos "Centros de Referência de Combate a Homofobia" que afirma que os Centros de Referência, criados pelo Governo Federal, tiveram resultados tão positivos que "serviu também para sensibilizar gestores estaduais a assumirem-no como política pública estadual" (PERNAMBUCO, 2010, p.27) e que no ano de 2010 a Secretaria Executiva de Justiça e Direitos Humanos passou a assumir o órgão (embora suas atividades só tenham iniciado no ano de 2012). O documento ainda destaca ações da Assessoria em parceria com o Centro, quais sejam:

Oficinas de sensibilização em unidades prisionais, acompanhamentos de petições de garantias de direitos juntos ao IRH e FUNAPE e contribuição em atividades formativas nos grupos dos seguintes municípios: Pombos, Caruaru, Tabira, Goiana, Porto de Galinhas e Petrolina (PERNAMBUCO, 2010, p. 28).

Já em 2011, no segundo mandato de Eduardo Campos (que concorrera a reeleição, em 2010, com o antigo adversário de seu avô Miguel Arraes, Jarbas Vasconcelos) e no primeiro mandato da Presidenta Dilma Rousseff, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República dá início ao segundo processo conferencial nacional provocando estados e municípios a realizarem também sua segunda edição. Pernambuco convoca sua II Conferencia Estadual LGBT com alguns avanços (poucos se confrontado

ao rol de propostas constantes no relatório da I Conferencia) e sem ter inaugurado o CECH. A ausência do Centro também será cobrada neste momento, constando nos anais da II Conferencia Estadual LGBT no Eixo Temático "Direito ao Trabalho" com os seguintes dizeres:

Garantir a criação e a ampliação de Centros de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate a Homofobia, com assistentes sociais, advogados/as, psicólogos/as e educadores/as sociais, para atender a população LGBT, respeitando-se as especificidades de todos/as, entre elas as deficiências (PERNAMBUCO, 2012a, p. 14).

Ainda em 2011, a Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos realizou um Seminário, na Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), em Recife, para apresentar a proposta de funcionamento do Centro Estadual de Combate a Homofobia. Este seminário contou com a participação do Movimento LGBT de Pernambuco que pôde dar contribuições sobre o que ele esperava desse Centro e sobre as estratégias de ação para combater a violência no estado (PERNAMBUCO, 2012b, p. 41).

O ano de 2012 dá início às funções do Centro Estadual de Combate a Homofobia. Nesse ano, as atividades do CECH foram realizadas conjuntamente com a Assessoria de Diversidade Sexual. O Relatório de Atividades da Assessoria relativo ao ano de 2012 destacou a realização do Seminário Estadual "Vamos Cantar um Pernambuco sem Homofobia: Respeito e cidadania para população LGBT" ocorrido em Setembro no Recife, precedido de 7 seminários regionais ao longo do território pernambucano, com significativa participação da população LGBT. É importante salientar que estes seminários ocorriam próximos a realização de Paradas da Diversidade que ocorreram em Pernambuco ao longo do ano, demonstrando um esforço do CECH de aproximação com os movimentos sociais do estado. A forma como o CECH interage com a sociedade civil será analisada na seção seguinte.

2) Concepções de participação social para o Centro Estadual de Combate à Homofobia

Como vimos, a história da construção do CECH é permeada por uma trajetória que envolve a participação de um conjunto de atores e atrizes sociais e contextos políticos locais e nacionais. Se por um lado, no plano nacional, tínhamos o Governo Lula (PT) inaugurando experiências participativas da população LGBT, por outro, no plano estadual, tínhamos o Governo Campos (PSB) alinhado ao Governo Federal, a presença

do Programa Brasil Sem Homofobia por meio do apoio ao Centro de Referência mantido pela ONG Movimento Gay Leões do Norte, a reverberação das Conferências Nacionais LGBT em etapas estaduais e a performance do Movimento LGBT local cobrando por mais políticas e pelo Centro de Referência LGBT.

Esse caldo participativo nos instigou a pesquisar o modo como o CECH interage com a sociedade civil após a sua instalação. Vale dizer que essa análise parte do ponto de vista dos membros e ex-membros do CECH, portanto, ela é enviesada. Possivelmente os resultados seriam diferentes se abordássemos grupos e ativistas do Movimento LGBT de Pernambuco, o que não foi objeto desse estudo, tanto pela delimitação metodológica (evitando a ocorrência de muitas variáveis) quanto pela viabilidade técnica de tal empreitada.

Iniciaremos com a análise dos membros atuais do CECH: Miguel, atual coordenador do Centro, afirma que o órgão realiza ações conjuntas com a sociedade civil organizada a partir de "links" com a temática. Por exemplo, para desenvolver ações com foco na população em situação de rua, o Centro acionou ONGs de Pernambuco que já tinham um acúmulo de atuação na área e dados sobre essa população.

De modo geral, ele avalia que a relação é "proveitosa" e que o Centro pratica um "diálogo aberto". Miguel ainda destaca que, face a ausência de recursos financeiros para financiar atividades do Movimento LGBT, o Centro participa prestando um apoio institucional e intelectual⁵¹. Segundo ele, alguns grupos aceitam essa contrapartida, já outros não, uma vez que prefeririam apoios financeiros e logísticos, para a realização de eventos, por exemplo. O coordenador avalia que a postura clara sobre as condições e a forma com que o CECH pode apoiar as ações do Movimento LGBT contribui para uma boa relação institucional entre o Centro e os grupos.

Quando indagado sobre experiências bem-sucedidas e malsucedidas com o Movimento LGBT citou como parceiras os grupos NATRAPE, GTP+ e GESTOS, no entanto, não conseguiu precisar atividades negativas *"Malsucedida com o movimento social, a gente não teve um que eu possa dizer. Tem seus entraves, né? Mas todas, de certa forma, a gente conseguiu dar nossa cara [contribuição]..."* (Entrevista com Miguel, 28/05/2015).

Miguel avalia a postura do Movimento LGBT de Pernambuco e acredita que ele poderia ter um diálogo maior com o Centro. Acredita que o CECH dá uma boa resposta

⁵¹ Em face da insuficiência de recursos, os apoios do CECH são negociados, por exemplo, com base na oferta de palestras e outras intervenções formativas, por isso utilizamos a expressão "apoio intelectual".

para a população (mas não para o Movimento, acrescenta) haja visto o alto número de demandas e solicitações de diferentes setores da sociedade. Ele acredita que as críticas são mais direcionadas ao Governo Paulo Câmara e que elas, por sua vez, "respingam" no órgão. Em relação aos partidos políticos, pontua que não há partidos que apoiam o CECH, mas o Governo de Pernambuco em si. Quanto a partidos opositores, não enxerga claramente a ação de partidos, mas a atuação de parlamentares evangélicos na Assembleia Legislativa de Pernambuco e na Câmara de Vereadores do Recife contra a ampliação dos direitos de LGBT.

Davi, atual Psicólogo, assevera a opinião de Miguel e relata que o CECH tem uma boa relação com o Movimento LGBT. No entanto, enfatiza significativamente que a relação estabelecida com os/as ativistas do interior é ainda melhor do que a com os da Região Metropolitana do Recife. A sua hipótese é a de que a capital pernambucana dispõe de um conjunto de órgãos e serviços voltados para a população LGBT, ao contrário das regiões interioranas que sofrem com a escassez de políticas públicas e da intervenção do Estado.

Essa informação trazida por Davi nos permite analisar um dado interessante: que a escassez de políticas e serviços em determinado território provocaria uma postura menos crítica quanto ao funcionamento do Estado. No entanto, ficamos a nos questionar se a hipótese de Davi corresponde fielmente à realidade. Em nossa percepção, a postura dos movimentos sociais distantes dos grandes centros urbanos são tão ou mais críticos que a capital, como é o caso dos movimentos do campo. O que o dado de Davi pode ocultar (não necessariamente consciente e deliberadamente) é que a postura do Movimento LGBT da Região Metropolitana de Recife na relação com um órgão estatal composto por pessoas que vieram dessa mesma base militante é permeada por disputas. Essas disputas podem ser baseadas na conquista de um espaço político no governo, nas relações pessoais entre militantes ou na busca de emplacar os projetos políticos no campo estatal. Em tese, acreditamos que pode ser um pouco de todos esses fatores (contando, inclusive, com a hipótese de Davi sobre a ausência de políticas LGBT no interior).

Em relação a atividades bem e malsucedidas, Davi explica que o Movimento de Mulheres e Negro são muito parceiros, além de órgãos de governo como a Secretaria da Mulher e de Direitos Humanos de Caruaru. Contudo, aponta a região do Agreste Central e, especificamente, Caruaru como uma região problemática. Segundo o Psicólogo, há usuários/as que *"não entendem o serviço e queriam que o CECH fizesse mais do que o CECH pode fazer"* (Entrevista com Davi, 18/05/2015). Em nossas análises, não é que a

militância não entende o serviço, pelo contrário, ela sabe bem o que quer, do que precisa e do que não está sendo atendido pelo Governo de Pernambuco. Deste modo, os conflitos em torno do Centro se dão em face de uma expectativa e um desejo político do Movimento LGBT em ter um órgão que atenda as necessidades dessa população, algo que o CECH não corresponde integralmente, ainda que se esforce para tal. Para Davi, a maior reclamação do Movimento LGBT é para o fato de o CECH ser uma política de governo quando deveria ser uma política de Estado. Assim, Davi acredita que o movimento social queira a existência permanente do órgão, sua consolidação e ampliação. Sobre o apoio e oposição de partidos políticos ao Centro, ele menciona o PSB, por estar no governo, como um apoiador e não cita nenhum partido como opositor.

Artur, Assistente Social do Centro Estadual de Combate a Homofobia, classifica a relação com o movimento social como "bastante parceira" e cita grupos como o GTP+, GESTOS, AMOTRANS, NATRAPE, ANTRA e Movimento Gay Leões do Norte. Fala que se relacionam com o Movimento Negro, através do grupo LGBT de Terreiros, no entanto, reflete que dialogam pouco com Movimentos Feministas, Estudantil e Sindical pela própria configuração temática de cada segmento e pelo que ele entende ser uma "fragmentação" dos movimentos sociais. Não cita nenhuma experiência malsucedida na relação com a sociedade civil e ratifica uma "parceria tranquila".

Sua opinião é similar à do coordenador Miguel quando cita que a maior parte das reclamações são mais voltadas ao governo de Pernambuco, pela pouca prioridade orçamentaria que dá as políticas LGBT, e menos ainda ao CECH em si. Sobre a relação com partidos, Artur, assim como Davi, acredita que o PSB apoia o Centro por estar na condução do governo de Pernambuco. Já como partidos opositores, ele faz uma distinção entre "oposição de esquerda" e de "direita". Na sua ótica, PT e PSOL se opõem a forma como o governo implementa o CECH e os partidos de direita (sem citar exatamente quais) se opõem a qualquer política que amplie direitos humanos do segmento LGBT.

Fechando o bloco de membros ativos, Alice, atual advogada, também compartilha o diagnóstico de que a relação com a sociedade civil é uma relação próxima. Diz que sempre quando do lançamento das campanhas do CECH, os/as ativistas são convidados para participar dos eventos e discutir a temática em foco (embora não fique claro em que medida esses/as ativistas influem na construção das campanhas). Sobre parcerias exitosas, Alice avalia que são muitas, destacando que a sociedade civil é sempre convidada pelo Centro para apresentar e divulgar os seus serviços nos eventos e reuniões que organiza. Entretanto, reflete que as relações conflituosas se dão muito em função do que chama de

"demanda reprimida" que é o fato de o CECH não conseguir responder a todas as ocorrências de violência e demandas provocadas pelos/as usuários/as.

Acho que malsucedido... Talvez seja a questão da demanda reprimida mesmo que a sociedade civil e os movimentos sociais eles nos, eles apontam realmente esse defeito, mas como eu falei antes: é humanamente impossível não ter demanda reprimida dentro de nossa estrutura. A gente faz o que pode realmente. Faz o que pode, mas é complicado. Aí existe a questão do acompanhamento, dos homicídios, muita gente reclama que não tá sendo acompanhado de forma efetiva, mas é como eu te falei: uma pessoa só ou duas não consegue fazer esse acompanhamento de forma efetiva. É muita coisa (Entrevista com Alice, 19/05/2015).

Ainda segundo Alice, a relação com o Movimento LGBT de Pernambuco oscila muito e apresenta-se bastante instável, tendo momentos em que a interação é bastante cúmplice e momentos em que os conflitos se agudizam. Ela diz desconhecer relações do CECH com partidos políticos, seja de apoio ou de oposição.

Agora nos voltaremos ao conjunto de opiniões dos ex-membros do Centro Estadual de Combate a Homofobia sobre as interlocuções entre governo e sociedade civil à época em que atuavam no Centro, a saber: o ex-coordenador Pedro, o Psicólogo Gabriel, a Assistente Social Ana e a antiga Advogada Lúcia.

Pedro, que coordenou o CECH na maior parte do tempo de existência dele, assim como os membros atualmente vinculados ao órgão, tem uma avaliação positiva quanto as relações do Centro com o Movimento LGBT. Um elemento diferente trazido por ele é a forma "camaleônica" com que o CECH, sob sua coordenação, dialogava com os grupos LGBT do estado, adequando-se à pluralidade de grupos e perfis de ativistas:

Então em Petrolina tem uma dinâmica diferente de Caruaru, de Salgueiro, enfim, as possibilidades de diálogo diferenciavam muito. Tinha lugar onde a gente iria conseguir uma aproximação só da sociedade civil LGBT, mas que não estava necessariamente interessada em fazer uma Parada, queria discutir em outro nível ou que só queria fazer a Parada ou que só queria participar da atividade do nosso concurso e nós valorizávamos todas elas porque a gente achava que o importante era a visibilidade, era aproximar essas pessoas. E mostrar que o equipamento do estado estava lá, como parceiro (Entrevista com Pedro, 18/05/2015).

Seu depoimento demonstra a habilidade que o órgão tinha em lidar com os/as diferentes tipos de ativistas e necessidades oriundas das distintas regiões do estado. Assim, o CECH, para além das suas funções técnicas, administrativas e burocráticas,

possui um caráter político que funciona como mediadora das relações entre a sociedade civil e o governo estadual, amenizando conflitos e tensões entre as duas instâncias. Pedro reafirma a postura transparente que Miguel, o atual coordenador mencionara, explicando que o Centro sempre buscou deixar claro quais as possibilidades que o órgão dispunha para apoiar o Movimento LGBT. Sobre os partidos, sua resposta é taxativa quanto à ausência de relação entre o CECH e partidos políticos.

Gabriel, Psicólogo, também diz que a relação era próxima e cita o convite a membros dos movimentos sociais para compor mesa dos eventos como um exemplo dessa relação. Essa relação era próxima justamente porque muita gente do Centro era oriunda do movimento social. Mas também haviam tensões e, segundo ele, era nesse momento que as interlocuções faziam mais sentido (uma vez que as relações públicas eram confundidas como relações pessoais):

Que era assim de amor e ódio, aquela coisa do... porque tinha uma relação pessoal. Como Pedro conhecia todo mundo, eu conhecia todo mundo que era ligado ao movimento. Mas ao mesmo tempo tinha um tensionamento que era um tensionamento que eu achava até legal que as pessoas reconheciam que a gente não tava ali enquanto movimento, mas enquanto estado e exigia algumas coisas, brigava algumas coisas, esse era os momentos que eu achava legal, porque os momentos que se tratavam como amigo, pelo menos dentro desses espaços de discussão pública né isso pra mim é um problemão (Entrevista com Gabriel, 01/06/2015).

Os depoimentos de Gabriel são muito interessantes para compreender a dinâmica das relações estabelecidas com o movimento social. Até que ponto os militantes no Estado são militantes? Qual o limite que define que alguém é ativista ou gestor? Nos parece que essas perguntas apresentam dúvidas e incertezas que o Movimento LGBT de Pernambuco tem para exercer o controle social das políticas LGBT. Afinal de contas, se a militância questiona e critica os serviços ofertados (ou a ausência deles), em que medida ela estaria criticando a atuação do/a seu/sua companheiro/a de ativismo que está na gestão pública? Por que, nessa acepção, não se consegue avaliar a política pública sem atingir seus dirigentes? A nossa hipótese infere que a raiz do problema está na personalização que as políticas LGBT tem se imbuído. A ausência de uma política consolidada, com servidores/as públicos/as operando os serviços, demonstra as fragilidades e os desafios dessa política pública. Nesse cenário, e se a condução da política for mesmo a responsável pelo mau funcionamento das ações, como criticar as falhas do/a gestor/a se todos seriam de um mesmo campo, o da militância LGBT? Essas perguntas mostram o impasse e as

questões que o Movimento LGBT (e os/as gestores/as também) precisarão enfrentar com vistas ao amadurecimento dos pontos e ao avanço das políticas LGBT. A reflexão de Gabriel, fundamentalmente, nos ensina que na relação pública, entre Estado e sociedade civil, a melhoria dos serviços e a garantia dos direitos devem se sobrepor às relações pessoais e políticas. Esse é um novo dilema do Movimento LGBT.

Ainda segundo Gabriel, os seminários que aconteciam em torno das campanhas eram muito positivos, pois aproximavam o Centro de ativistas do interior, conferindo-lhes certo empoderamento. Contudo, reflete que o fato de serem visitas pontuais, gerava um caráter efêmero e restrito nessa relação. Quanto às experiências malsucedidas, sua ênfase se volta para o atendimento aos usuários/as:

Mal sucedido eu vou dizer: atendimento. Gente do céu, a gente não fazia um atendimento legal não. O atendimento era extremamente limitado! Por tudo isso assim, por falta de serviço que a gente pudesse encaminhar. Por falta de preparo dos próprios profissionais e por falta de ter um diálogo interdisciplinar. Eu achava o atendimento um negócio “deus nos acuda” (Entrevista com Gabriel, 01/06/2015).

Ao ser questionado sobre a posição do Movimento LGBT sobre o CECH pela sua experiência ou suposição, Gabriel reflete que está pacificado na militância que o Centro é um instrumento importante e necessário, mas pondera que se trata de um programa insuficiente para a enormidade de demandas que a população LGBT do estado possui. Sobre a relação com os partidos políticos, Gabriel lembra que alguns dos funcionários à época eram vinculados a partidos como o PT e o PSTU, mas avalia que a vinculação partidária não era um fator que influenciasse tanto na prestação dos serviços e que as pessoas tinham uma relação mais sólida com a militância do que com os partidos. Também não se recorda precisamente sobre a oposição de partidos ao Centro, mas pontua que atualmente a oposição atua mais intensamente que antes.

Ana, Assistente Social desligada do CECH, assim como os membros e demais ex-membros, compartilha que o Centro desenvolvia ações conjuntas com a sociedade civil e destaca a parceria estabelecida com setores universitários e movimentos estudantis. Ela pondera que as interações produziam conflitos quando a sociedade civil gerava uma expectativa acima do que o CECH poderia atender. Assim, Ana acredita que as transformações sociais só acontecerão efetivamente a partir da organização dos membros da sociedade civil. Nesta leitura, a sociedade civil era imbuída de uma postura passiva e acomodada.

Ora, se ele tá no Estado ou numa gestão qual seja que, como eu falei, não tem uma estrutura, uma diretriz de política pública LGBT, tu vai cobrar de um Centro que tem toda essa fragilidade do serviço, que não tem a estrutura que ele faça por si só, dar conta de todas as pautas que são pautas do Movimento eu acho que a grande questão era isso... de pedir, de ficar nessa coisa de dizer “faça por nós”, meio que isso. “Vamos resolver tudo a partir do Estado. Nossos problemas se resolvem via Estado”. O Estado tem que atender as demandas que são organizadas dentro do Movimento e essas demandas não estão organizadas dentro do Movimento, não tão alinhadas assim de forma segura e palpável, sabe? (Entrevista com Ana, 01/06/2015).

A Assistente Social ratifica experiências exitosas com movimentos estudantis e relata que nos protestos de Junho de 2013, alguns grupos universitários procuraram o CECH para sair as ruas mesmo sabendo que se tratava de uma instância de Estado. Ana não detalha como se deu essa "procura", mas enfatiza que elas resultavam em muitas intervenções na academia, principalmente em formato de palestras. Sua entrevista também revela que havia certa instabilidade na relação do Centro com o Movimento LGBT. Ela chama de "crises" e "altos e baixos". Essas palavras expressam aqueles momentos em que havia um alinhamento político entre as duas instâncias e momentos em que os interesses se confrontavam.

De modo geral, Ana acredita que o Movimento LGBT esperava muito do CECH e construía uma expectativa em torno do qual o órgão resolveria problemas históricos e complexos. Nesta direção, o CECH aparecia como órgão salvacionista. Ela destaca a postura dos partidos de esquerda como o PT, PSOL, PSTU e setores do PSB que eram aliados do Centro em matérias legislativas na Assembleia Estadual de Pernambuco. Já em relação aos partidos contrários ao CECH, Ana apresenta dificuldades em apontar partidos políticos, pois, segundo ela, é mais fácil detectar membros de partidos que atuam contra a agenda dos direitos LGBT como o Pastor e Deputado Estadual Cleiton Collins (do Partido Progressista - PP). Ela ainda analisa que existem contradições no campo partidário como membros de partidos de centro-direita que apoiam substancialmente a população LGBT e cita como exemplo o caso o Deputado Federal Daniel Coelho, do PSDB.

Para a última entrevistada, Lúcia, que foi Advogada do Centro Estadual de Combate a Homofobia, o órgão sempre buscava levantar a opinião da sociedade civil; no entanto, ela avalia negativamente a parceria entre o governo e o Movimento LGBT, pois

a relação entre ambos era muito amistosa, pouco conflitiva, mesmo quando as demandas da sociedade civil não eram atendidas a contento pelo governo de Pernambuco. Ela se preocupa com a cooptação dos movimentos pelo fato de terem ativistas de movimentos sociais atuando como gestores/as e acredita que o Movimento LGBT deveria exercitar mais o seu poder crítico sem levar para o campo das relações pessoais. Sobre experiências bem e malsucedidas em atividades conjuntas, Lúcia reforça sua crítica a postura "satisfeita" do Movimento em relação às políticas LGBT do Governo de Pernambuco:

Não, eu não acho que nenhum tipo “ah, essa parceria foi ruim”. Não, não acho. Acho que todos os espaços devem ser realizados dessa forma mesmo com parceria com a sociedade civil. É assim que tem ser. Antes fosse assim com qualquer Secretaria, com qualquer órgão do governo. Só acho que as pessoas, sobretudo no Movimento tem que saber que não significa que porque a gente conseguiu algumas respostas ou que algumas de nossas demandas elas fossem atendidas que a solução ela foi dada “pros” nossos problemas, entendeu? Porque nosso horizonte ele é maior então acho que as pessoas perderam muito de vista o horizonte e esse é o problema da relação do Movimento LGBT com o CECH, mas assim em relação a parcerias pra fazer atividades acho que é esse o caminho (Entrevista com Lúcia, 12/05/2015).

Sua opinião se assemelha em certos pontos com o da antiga Assistente Social Ana sobre a forma que a militância LGBT de Pernambuco se relaciona com o Centro. Sobre a relação com partidos, Lúcia não consegue visualizar nem apoio, nem oposição. Isso porque, segundo ela, o CECH não lidava com matérias de ordem legislativa e também porque a maioria dos partidos na Assembleia Legislativa de Pernambuco eram da base do Governo encabeçado pelo PSB. Lúcia acredita que os parlamentares opositores, de maneira estratégica, não gostariam de se desgastar com o Executivo Estadual, ainda que tivessem uma posição contrária e discutissem a temática LGBT numa perspectiva conservadora em plano nacional.

O conjunto de opiniões relatadas demonstram que:

- De maneira geral, o Centro Estadual de Combate a Homofobia busca interagir com o Movimento LGBT de Pernambuco e se aproximar da militância, ainda que tal aproximação seja permeada por conflitos, tensões, desentendimentos e expectativas mútuas.
- A insatisfação com o Governo estadual (no caso Paulo Câmara) produz reflexos na relação do Movimento LGBT com o CECH. Assim, acreditamos que por mais

próxima que seja a interlocução entre Estado e sociedade civil, ela sofrerá os efeitos da avaliação do governo que administra a política pública.

- Ao mesmo tempo que os movimentos sociais avaliam a qualidade e a efetividade das políticas públicas, os agentes governamentais também avaliam a postura da militância. Alguns relatos dos/as entrevistados/as diziam esperar que o Movimento LGBT dialogasse mais com o Centro. Isso significa dizer que a participação social é uma via de mão dupla que prescinde da disposição de todos/as os/as agentes envolvidos/as. Na nossa compreensão, pode haver setores do Estado abertos a dialogar e setores da sociedade civil refratários ao diálogo e à participação, motivados por diversos fatores e interesses. Esse elemento fortalece a nossa visão de heterogeneidade tanto do Estado como da sociedade civil, sem mocinhos e vilões.
- O nível de interlocução entre Estado e sociedade civil pode ser melhor ou pior a partir de distintas variáveis como, por exemplo, as de aspecto territorial: um dos sujeitos avaliou que o diálogo com os movimentos do interior é mais fluido que os da capital em virtude da Região Metropolitana já dispor de uma série de equipamentos públicos. Deste modo, a escassez de serviços pode tornar mais viável e parceira a relação entre a militância e a equipe que se desloca ao interior. Esse dado também revela o quão desigual é Pernambuco (e o Brasil) em termos de desigualdades regionais e de acesso aos serviços públicos. Em sociedades profundamente democráticas e equânimes, a oferta de serviços deve ser igualmente ofertadas às/aos cidadãos ou, pelo menos, correspondente às necessidades de cada localidade.
- Os conflitos se davam muito em função de uma expectativa construída pelo Movimento LGBT que não era atendida pelo CECH. Tal expectativa gerava desentendimentos, sobretudo, sobre qual é o papel, a função e os serviços que o Centro dispunha à população. Além disso, os conflitos também se davam em torno de uma demanda reprimida, ou seja, um volume enorme de demandas que o Centro não era capaz de suprir.

- A relação entre o CECH e os movimentos sociais é instável e dinâmica, podendo ser tranquila e convergente em alguns momentos e tensa e divergente em outros. O que vai definir essa relação é o diálogo estabelecido entre os distintos atores da militância e do órgão e as expectativas mútuas que cada instância constrói em torno do produto desse diálogo. Como já vimos, nem sempre o CECH pode atender demandas (técnicas, políticas ou materiais) do movimento social, assim como a atuação dos/as militantes não corresponde ao esperado ou desejado pelo Centro. Exemplo disto é a avaliação de que o Movimento LGBT poderia dialogar mais com o órgão. Além disso, os projetos políticos de cada membro, grupo ou organização podem entrar em conflito a partir de suas diferenças e das condições para implementá-las. A noção de projetos políticos novamente fortalece a ideia de heterogeneidade do Estado e da sociedade civil.
- O CECH, para além de suas funções técnicas, funciona como um órgão mediador das relações entre o Movimento LGBT e o Governo de Pernambuco. Para tanto, ele desenvolve uma capacidade mutante de dialogar em diferentes níveis e atender distintas necessidades a depender dos variados tipos e perfis de militantes.
- O fato de os agentes do CECH serem oriundos/as da militância LGBT provocava uma certa confusão de papéis nas interações entre os/as gestores/as e o movimento social. Ex-membros avaliam que a interlocução deveria ser mais conflituosa e contraditória para potencializar a melhoria do serviço e conquistar novas políticas. Essa avaliação apresenta uma visão clássica dos movimentos sociais de que eles devem demandar direitos e o Estado deve ser responsável por assegurar esses direitos. No entanto, como cobrar serviços e ações quando os/as próprios/as companheiros/as do Movimento LGBT conduzem a política? Essa questão aponta para um dos dilemas enfrentados em função dos trânsitos e deslocamentos entre sociedade civil e Estado. O nosso argumento é o de que essas relações devem buscar a impessoalidade e um certo espírito republicano, compreendendo os distintos lugares e as posições que cada um/a ocupa na arena política. Isso, evidentemente, não é fácil de racionalizar quando quem administra a gestão pública são militantes que tiveram na sua origem o mesmo grupo, partido, organização ou movimento social que o/a sujeito/a demandante.

- Apesar de o CECH exercitar o diálogo institucional com o Movimento LGBT sob variadas formas, ele não possui um canal formal de interlocução como um fórum permanente, Grupo de Trabalho ou comissão especial para esse fim. Assim, as interlocuções são mais localizadas e pessoalizadas variando de ativista para ativista ou de grupo pra grupo. Acreditamos que isto também é reflexo da própria forma como o Movimento LGBT de Pernambuco se organiza, bastante fragmentado, individualizado e, às vezes, personalizado.
- É importante pontuar que Pernambuco possui um Conselho Estadual LGBT que conta com diversas organizações do estado, no entanto, a sua instalação ainda é recente (data de 2015) e ele encontra dificuldades administrativas para exercer o controle social. Uma delas é a ausência de um espaço fixo onde possam se reunir com frequência e de recursos materiais que viabilizem o traslado, a alimentação e a hospedagem dos/as conselheiros/as. Além disso, o fato de as reuniões ordinárias ocorrerem majoritariamente na capital do estado dificulta a participação de ativistas do interior. O Conselho LGBT de Pernambuco ainda não se posicionou publicamente sobre o CECH por meio de notas ou documentos públicos. Não temos informações se esta instituição participativa já discutiu internamente o funcionamento do Centro.

A nossa hipótese é que o Centro busca estabelecer diálogos constantes com o Movimento LGBT de Pernambuco tanto por entender que é necessário do ponto de vista das relações políticas entre Estado e sociedade civil como do respaldo que a militância fornece para a obtenção de mais força e espaço interno no Governo de Pernambuco.

Consideramos ainda que a trajetória anterior à construção do CECH (mas que foi fundamental para o seu desenvolvimento) contribua para concepções participativas do Centro. Isto porque esta trajetória envolveu a participação política de um conjunto de atores/atrizes, setores e partidos afinados com projetos políticos mais progressistas.

Além disso, a própria construção democrática brasileira, em que distintos sentidos de participação se estabeleceram em oposição a um passado de negação e repressão política, imbuída de um imaginário social participacionista e inclusivo, tem influenciado significativamente as instituições públicas a exercerem o diálogo com a população.

Some-se a isto, as trajetórias individuais dos membros e ex-membros do CECH, marcadas pela presença nos diferentes movimentos sociais contemporâneos que expressam ideias mais abertas e arejadas sobre cidadania e participação social, também foram fundamentais na elaboração e construção de projetos políticos mais participativos e integracionistas exercidos no Centro.

*

O presente capítulo buscou verificar as relações que se estabelecem entre o Governo de Pernambuco, através do Centro Estadual de Combate à Homofobia, e o Movimento LGBT a partir das posições dos membros e ex-membros do referido órgão. Em complemento a essas posições, realizamos um breve histórico da participação social da população LGBT brasileira e resgatamos alguns fatos da trajetória que deu origem ao Centro buscando melhor compreender o contexto em que esta política está inserida. Os resultados demonstram que a participação social LGBT tem início no clima de enfrentamento à epidemia do HIV/Aids e vai se intensificando na medida que a construção democrática brasileira se desenvolve. Assim, inferimos que a história de uma participação política LGBT acompanha a própria história política do Brasil. Essa construção democrática também ocorre no estado pernambucano e alguns fatores contribuem para o nascimento do CECH como as ações do Programa Brasil sem Homofobia, a vitória eleitoral de Eduardo Campos e do PSB, a ressonância das conferências nacionais no estado e a cobrança permanente do Movimento LGBT local por um Centro de Referência LGBT. Após instalado, o CECH desenvolve uma interação bastante próxima dos movimentos sociais embora essas interlocuções sejam permeadas por conflitos e tensões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no Método do Caso Alargado, cuja riqueza do caso não está no que nele se generaliza, mas na amplitude das incidências estruturais que nele se expressam, e após um longo percurso trilhado, julgamos necessário a retomada do problema de pesquisa – **Como as trajetórias individuais e os projetos políticos influem nas políticas públicas de direitos humanos de LGBT?** – e dos objetivos específicos, buscando apresentar os principais “achados” que tivemos ao longo desse estudo:

Com base no primeiro objetivo, cujo teor pretendeu apresentar as trajetórias individuais dos membros e ex-membros do Centro Estadual de Combate à Homofobia, descobrimos que a faixa etária da equipe técnica vai dos 25 aos 31 anos, o que corresponde a um corpo profissional relativamente jovem. Essa composição jovem do CECH resultou em uma atuação atenuada com elementos contemporâneos como a relação com grupos juvenis/estudantis, o uso de novas terminologias que pulsam da militância, assim como o uso de novas tecnologias digitais de informação e comunicação como o Facebook e Whatsapp. Institucionalmente, o CECH não possui perfis nestas redes sociais, mas parte dos membros sim e muitas vezes eles/as foram provocados/as e acionados/as por essas ferramentas.

Outro dado identificado é que as trajetórias de membros e ex-membros do CECH tem forte relação com a academia, o que significa dizer que o Ensino Superior também foi responsável pela construção dos seus projetos políticos. Com exceção de Davi, Artur e Ana, que nasceram em outras cidades, todos/as os/as sujeitos nasceram em Recife. Na atualidade todos os membros atuais residem também em Recife, sede do Centro. Nossas análises demonstraram preocupação com o fato de uma política estadual estar sediada na capital, ser composta por pessoas da capital e ter uma atuação mais presente na Região Metropolitana do Recife, ainda que, como vimos no estudo, o Centro faça um esforço e desenvolva atividades nas cidades do interior do estado.

Em termos de identidade sexual e de gênero, verificamos que tanto os membros atuais como os antigos são predominantemente homossexuais e homens que, se por um lado representa maior protagonismo de gays e a inclusão desse segmento na gestão pública - sem dúvidas, uma conquista - por outro, demonstra a exclusão das mulheres (lésbicas, bissexuais e pessoas trans) dos espaços de poder, corroborando estudos recentes (SANTOS, 2012) que apontam o predomínio de homens gays no que diz respeito à participação política de LGBT. Há uma simbiose entre a esfera política e o poder

masculino e isto é reproduzido também no Movimento e nas políticas LGBT. Quanto ao perfil racial da equipe, segundo as autodeterminações dos/as sujeitos/as, há certa paridade entre brancos e pretos/pardos, que pode ser considerado um avanço, uma vez que negros e negras, assim como as mulheres, também encontram dificuldades para ocupar espaços de poder.

Praticamente todos os membros vieram de algum movimento social, sendo o Movimento Estudantil e o Movimento LGBT os mais citados. O oposto ocorre com a presença nos partidos políticos: apenas a antiga advogada Lúcia é filiada ao PSOL, apesar de alguns membros e ex-membros do CECH compartilharem simpatia por partidos de esquerda como o PT e o PSOL.

Seus depoimentos também demonstraram que as relações (pessoais, sociais e políticas) tiveram papel importante para a sua entrada no Estado, ainda que tenham se submetido à seleções públicas. Dentre as principais motivações destacadas para trabalhar no CECH estão: a) o fato de já atuarem nos movimentos sociais que lutavam pelo reconhecimento da diversidade sexual e de gênero; b) as identidades dissidentes deles/as próprios/as e c) a afinidade com a temática dos direitos humanos LGBT. Assim, os/as entrevistados viram no CECH uma possibilidade de conciliar o ativismo político com a formação profissional.

A média de tempo em que trabalharam/trabalham no CECH é de 24 meses para os membros atuais e 15 meses para os membros antigos. Nosso estudo também identificou que aqueles/as que passaram menos tempo vinculados ao órgão relataram ter experimentado tensões e divergências políticas com a gestão estadual, o que nos faz crer que quanto mais divergentes forem os projetos políticos de cada membro da gerência do Centro maior será a chance de conflitos e rupturas. Isso pode explicar o fato de conjuntos políticos⁵² deterem nacos do poder estatal (um partido político compor um Ministério, Secretaria ou órgãos), o que nos dá a dimensão de que o Estado - o Poder Executivo e Legislativo, em especial - é um grande somatório de blocos políticos, afinal, projetos distintos em um mesmo espaço tendem a entrar em conflito, podendo inviabilizar a administração das políticas públicas.

Em relação às funções desempenhadas, descobrimos que há três tipos mais ou menos desenhados na organização do trabalho: as atividades de caráter geral (que basicamente todos os membros desenvolveriam, são elas: atendimento às vítimas,

⁵² Utilizamos a expressão “conjuntos políticos” porque mesmo dentro dos partidos políticos, há grupos que disputam entre si, além de o Estado ser composto por pessoas e grupos que não tem vinculação partidária.

atividades formativas, negociações políticas e representações institucionais), as de caráter específico (próprio de cada profissão - Direito, Psicologia e Assistência Social) e as de caráter da coordenação (que compreenderia a coordenação da equipe, elaboração de relatórios, pareceres, planejamento mensal, acompanhamento dos recursos materiais, gestão financeira e processos seletivos).

Sobre as percepções do trabalho desenvolvido, os membros atuais se mostraram satisfeitos em atuar no CECH, destacando a possibilidade de intervir concretamente nas políticas públicas implementadas em outros órgãos, o aprendizado adquirido sobre o funcionamento da rede de serviços públicos e a satisfação da população atendida pelo Centro. No entanto, os membros antigos apresentaram opiniões mais críticas quanto ao funcionamento do órgão e demonstraram insatisfações que motivaram as suas saídas: Gabriel, por exemplo, explicou sua ruptura com o CECH após uma percepção de que o órgão serviria mais como “jarro de enfeite” pelo seu caráter precário e pelas dificuldades em dar respostas efetivas à população LGBT. Já Ana mencionou sentimento de frustração gerado pela fragilidade das políticas de direitos humanos, da descontinuidade das políticas governamentais, da estrutura inadequada para as demandas, das condições trabalhistas precárias (como atrasos ocorridos no pagamento dos salários), além da falta de liberdade de expressão. Lúcia, a mais crítica de todos/as, também reclamou da falta de liberdade de expressão que impediria os membros do Centro de tecerem críticas externamente. Ao contrário de todos os membros antigos, Pedro (ex-coordenador) foi o único que saiu do Centro em função de uma ascensão na carreira no Governo de Pernambuco ocupando um cargo superior ao que já desempenhava. Apesar de reconhecer as fragilidades do CECH, ele deu ênfase aos aspectos positivos, demonstrando que os projetos políticos moldam significativamente a lente pela qual se leem os processos políticos. Muito possivelmente o projeto político de Pedro, além de outros fatores como relações políticas e pertencimento prévio ao coletivo que negociou a entrega do Centro ao governo estadual (ONG Movimento Gay Leões do Norte), possui algum nível de convergência em relação ao projeto político do partido que administra o Governo de Pernambuco (PSB).

Nas análises correspondentes ao segundo objetivo - levantar dados e informações oficiais sobre o serviço e a estrutura do Centro Estadual de Combate à Homofobia - nossos achados foram o de que quando perguntados sobre a identidade do CECH, obtivemos dos membros atuais respostas mais institucionais, descritivas e apresentadoras do órgão, sem maiores avaliações ou reflexões sobre o seu papel político. O conjunto de ex-membros

responderam mais criticamente a nossa pergunta, uma característica, aliás, permanente desse grupo, com exceção de Pedro, ex-coordenador do CECH. Pedro, inclusive, destaca três focos de atuação do órgão: (i) atendimento especializado ao público com profissionais de diferentes áreas de atuação; (ii) a provocação que o órgão desenvolve dentro de setores do Estado com vistas a desenvolver o atendimento e novas ações e (iii) o diálogo político com ativistas do Movimento LGBT. Os outros ex-membros refletiram que o Centro é uma porta de entrada para acessar os serviços públicos, um “oásis” no meio de um Estado caracterizado como “deserto hostil aos LGBT”. Trabalhamos com a noção de homofobia institucional para analisar essa hostilidade presente em setores do Estado brasileiro contra a população LGBT. Outras reflexões, como a de Lúcia, apontam o CECH como um “mediador de conflitos” que intermediaria as pressões e tensões exercidas pelo Movimento LGBT sobre o Governo de Pernambuco. Após a instalação do CECH, o Movimento assumiria uma postura passiva e satisfeita com a administração pública estadual (pelo menos na avaliação dessa interlocutora).

Em relação aos serviços realizados pelo CECH, verificamos a oferta de atendimentos jurídicos, psicológicos e socioassistenciais. Importante destacar que tais atendimentos não são realizados como profissionais liberais o fariam, por exemplo. O psicólogo não pode clinicar ou a advogada defender causas individualmente, de modo que a equipe técnica orienta a população e a encaminha para outras instituições e setores responsáveis. Nas áreas do Direito e da Psicologia, o Centro realiza “mutirões” de retificação de nome civil de pessoas trans e travestis, elaborando peças jurídicas e pareceres psicológicos; já a área do Serviço Social é a responsável pelo recebimento, encaminhamento e acompanhamento das denúncias do Disque 100, serviço de denúncias do Governo Federal. Além disso, o assistente social também desenvolve ações com a população LGBT em situação de rua e em privação de liberdade. A oferta de capacitação é outro serviço que ganha destaque na agenda institucional do Centro: são promovidas formações, cursos, rodas de diálogo, oficinas, seminários, jornadas, peças teatrais, campanhas, intervenções em empresas que violaram direitos de empregados/as LGBT, notas técnicas orientadoras, entre outros formatos educativos, que trabalham diversidade sexual e de gênero na perspectiva da cidadania e dos direitos humanos. Nesse sentido, a educação não-formal é um elemento caro à atuação do CECH.

Outro serviço importante é o levantamento, registro, sistematização e quantificação de homicídios cometidos contra a população LGBT de Pernambuco. Ganha relevância também os serviços de caráter lúdico: O CECH tem promovido peças teatrais,

concurso de talentos e tem participado ativamente das últimas Paradas da Diversidade de Pernambuco, realizadas no mês de setembro no Recife, desfilando com um trio elétrico próprio no percurso do evento. Além disso, o Centro também atua na perspectiva do fortalecimento sócio-político da população através de diálogos com ativistas ou com potenciais lideranças, principalmente no interior do estado. A interlocução de membros do CECH com esses/as sujeitos/as contribui para uma espécie de “legitimação” daquele/a ativista na sua localidade. Isto é, ao dialogar com lideranças locais, o CECH acaba garantindo a essas lideranças o reconhecimento perante outros/as atores e atrizes, sobretudo gestores/as locais. O fortalecimento sócio-político também se expressa através de formações políticas para os membros do Movimento LGBT.

Quanto à estrutura do Centro, ele é composto por um coordenador, um psicólogo, um assistente social, uma advogada, três auxiliares administrativas (sendo duas responsáveis por dirigir e fazer entrega de materiais, mulheres trans, diga-se, e um responsável pela administração de recursos materiais), dois estagiários e dois educadores sociais (11 pessoas ao total). Os recursos financeiros são provenientes exclusivamente do Governo de Pernambuco. A estrutura física do Centro é dividida em duas salas: uma maior onde se concentram todos os profissionais e uma menor onde é realizado o atendimento ao público. Além de materiais como cartazes, panfletos e outros, o CECH ainda possui cinco computadores para o desenvolvimento dos trabalhos.

À exceção de Pedro (ex-coordenador), todos os membros e ex-membros apresentaram alguma queixa e insatisfação quanto ao tamanho e à estrutura do CECH. Pedro foi exceção porque, ao contrário dos/as demais sujeitos/as entrevistado/as, ele considera a estrutura razoável e a quantidade de pessoas na equipe positiva, sobretudo quando compara à outras políticas da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos. Pedro ainda menciona o suporte de carros, viagens, hospedagens e diárias que os profissionais receberam para desenvolver as suas intervenções pelo interior, uma avaliação que não é consensual. Para além da estrutura inadequada do Centro, os ex-membros também se queixaram da precariedade nas condições trabalhistas. Esse conjunto de dificuldades enfrentados por eles e elas fez Ana enfatizar a existência de um “espírito militante” entre os membros do CECH, necessário para se assumir as tarefas do órgão. Assim, a equipe ficava sobrecarregada com o volume de trabalho a desempenhar. Isso, evidentemente, comprometia em alguma medida a qualidade do atendimento.

Quanto ao terceiro objetivo - identificar ações e iniciativas desenvolvidas pelo Centro Estadual de Combate à Homofobia para enfrentar a homofobia - descobrimos que

o CECH realiza campanhas anuais com temas pensados pela equipe a partir das experiências, fatos sociais, casos e demandas de usuários/as que provocam o órgão. A partir do tema elencado pela equipe do Centro, são realizados seminários regionais e um estadual por ano que discutem com os/as participantes os conteúdos daquela temática escolhida. Além dessas campanhas e seminários, o CECH tem promovido peças teatrais que abordam vivências cotidianas da população LGBT, realizado grafitegens nas paredes de escolas ou de CRAS e participado ativamente das Paradas da Diversidade de Pernambuco. Além dessas atividades, o Centro integra a programação das Semanas e das Jornadas de Direitos Humanos. O Centro ainda participa de atividades que são organizadas pelo Movimento LGBT ou outros setores da sociedade civil e investe fortemente em atividades de cunho formativo. Formações estas, inclusive, ocorridas naquelas instituições que violaram direitos de LGBT. Nestes casos, quando o órgão violador não aceita a intervenção educativa do Centro como forma de reparação, ele aciona o Ministério Público para que o Judiciário intervenha de forma mais punitiva.

Ao analisar os desafios e avanços destas iniciativas no combate à violência homofóbica em Pernambuco, quarto objetivo desta pesquisa, levantamos novamente a opinião e os enunciados dos membros e ex-membros do CECH. A nossa intenção era passar da descrição das atividades e aprofundar as reflexões com base nas análises e reflexões dos próprios/as atores e atrizes que constroem a política LGBT no seu cotidiano. Desta maneira, o bloco dos atuais membros do CECH avaliaram que os principais avanços e conquistas resultantes das atividades foram a aproximação com a rede de serviços que o Centro dialogava; as formações realizadas; a elaboração de marcos normativos; a visibilidade do Centro e da temática LGBT na opinião pública e junto às outras instâncias da administração pública; a realização de campanhas e a garantia de alguns direitos da população LGBT. No quesito desafios e percalços das ações do CECH, essas mesmas pessoas apontaram o contexto homotransfóbico do estado, a resistência de agentes governamentais e profissionais da rede de serviços, a homofobia institucional, a estrutura insuficiente e inadequada do CECH (que compreende o espaço pequeno do órgão, o número reduzido da equipe e a capacidade de locomoção, elementos estes citados pelos/as sujeitos/as). Já os membros que não atuam mais no CECH destacaram, em termos de avanços e conquistas, a elaboração de normativas, o número de atendimentos realizados, o fortalecimento de políticas LGBT em outras Secretarias de governo, a aproximação com o movimento social, a visibilidade do Centro e da temática LGBT e o caráter pedagógico das ações. Quanto aos desafios e percalços, os ex-membros apontam

a falta de conhecimento sobre diversidade sexual e de gênero em vários órgãos com os quais o CECH dialogou; a mobilização de pessoas que compõem esses órgãos; os níveis de cobrança do Governo de Pernambuco por resultados sem oferecer condições para o desenvolvimento dos trabalhos e, por fim, o temor de que a existência do Centro pudesse ‘descomprometer’ politicamente outros setores do Governo de Pernambuco.

Compreendendo que o CECH atua de maneira transversal, provocando outros órgãos estatais a desenvolverem políticas e ações para a população LGBT, também detectamos quais eram os órgãos mais e menos parceiros do Centro pela experiência dos/as nossos/as interlocutores/as. Descobrimos que as Secretarias estaduais mais fáceis de dialogar foram a de Saúde, de Assistência Social e, eventualmente, a de Educação. Já os órgãos mais fechados e resistentes foram, majoritariamente, a Secretaria de Defesa Social e a de Ressocialização (que compreende as políticas e os serviços penitenciários). Sobre a relação institucional do CECH com o Governo Federal, concluímos que ela se dá apenas no âmbito do Disque Direitos Humanos (o Disque 100), um serviço da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República que acolhe, encaminha e acompanha denúncias de violações de direitos por todo o país. Sobre os desafios das políticas LGBT no estado de Pernambuco, foi enfatizado por atuais e ex-membros a cultura preconceituosa, machista e homofóbica desse território, a ausência de legislações específicas para LGBT, a ausência de políticas educacionais, de recursos orçamentários, de uma política de Estado e de prioridade política na agenda governamental.

O quinto e último objetivo deste trabalho pretendeu analisar as relações e tensões entre o Centro Estadual de Combate à Homofobia e outros atores e atrizes sociais envolvidos na formulação da política LGBT. Analisamos os fatores que contribuíram para o surgimento do CECH em Pernambuco. Vimos que ele foi potencializado pelas ações do Programa Brasil sem Homofobia do Governo Lula (2003-2011) (que no caso de Pernambuco financiou o Centro de Referência LGBT sob responsabilidade da ONG Leões do Norte), a vitória eleitoral de Eduardo Campos e do PSB, fortemente alinhado ao Governo Lula e às políticas do Governo Federal, a ressonância das conferências nacionais no estado através das conferências estaduais, além da demanda do Movimento LGBT de Pernambuco por um Centro de Referência LGBT mantido pela administração pública estadual.

Somado a isso, a “entrega” do Centro de Referência mantido pela ONG Leões do Norte à administração estadual se mostrou uma escolha política efetiva do ponto de vista da responsabilização estatal, pois o Governo de Pernambuco assumiu integralmente o

agora CECH, com a presença de integrantes da ONG na sua gestão. Esse trânsito de ativistas para o interior do Estado produziu implicações positivas e negativas no desenvolvimento do trabalho. Com o decorrer do tempo houve intensa rotatividade de pessoas que passam a integrar o Centro, para além do grupo Leões do Norte, no entanto, foi preservada a origem política desses membros: são majoritariamente ativistas de diferentes movimentos sociais, com forte capacidade crítica, inclusive sobre as contradições e fragilidades da política LGBT desenvolvida pelo Governo de Pernambuco, o que também resulta em tensões internas.

As tensões internas ocorrem paralelas às tensões externas, na relação desses/as militantes, assumindo o papel de gestores/as, com a militância LGBT. Essa dinâmica não interferiu na concepção do CECH de que seria necessário desenvolver ações conjuntas com o movimento social. Ainda assim, dificuldades no diálogo ocorreram quando o Movimento criou expectativas acima das que o Centro poderia atender. Nesse sentido, o órgão se colocou de maneira transparente sobre que tipo de atividades e apoios tem condições de realizar, o que nem sempre foi recebido tranquilamente pela militância. Essa capacidade/incapacidade de atender as demandas do movimento social resultou em relações instáveis. Constatamos também que muitas vezes o CECH sofreu os desgastes da relação entre os movimentos sociais e a administração estadual (já sob a nova gestão de Paulo Câmara). Outra conclusão é que a atuação do Movimento LGBT também era avaliado pela equipe do Centro: algumas declarações dos/as entrevistados/as consideraram que a militância poderia dialogar mais com o órgão, já outros acreditaram que a militância agiria de maneira “passiva” e pouco crítica em relação às precariedades do CECH.

Detectamos ainda que o Centro funcionou, para além dos seus serviços técnicos, como órgão político que mediaría as relações entre o Movimento e o governo, procurando levantar e atender as demandas na medida de suas condições. No entanto, mesmo exercitando uma sistemática aproximação e diálogo com os grupos LGBT, o CECH não possui nenhum canal permanente de diálogo com a militância como um fórum, comitê ou reuniões periódicas.

Com base nessas conclusões, inferimos que as trajetórias individuais, as escolhas e estratégias políticas, os grupos e partidos que se filiaram, os diálogos, experiências, o contexto de oportunidades e as condições políticas foram fundamentais para a conformação dos projetos políticos dos/as sujeitos/as. Tais projetos políticos, entendidos como um conjunto de crenças, valores, visões de mundo, interesses e concepções sociais,

exerceram papel fundamental na orientação da ação política e na expressão das opiniões de cada membro e ex-membro.

Neste sentido, a construção do CECH, por mais que seja dotada de uma diretriz governamental, é moldada pelos atores e atrizes concretos/as que o compõem e atuam no seu interior, dando-lhe forma e conteúdo. O nosso argumento é o de que essas pessoas não foram simplesmente cooptadas pelo poder estatal - visão esta que estabelece uma visão dicotômica e restrita sobre as relações entre Estado e sociedade civil - mas, acima de tudo, elas optaram consciente e estrategicamente por atuar politicamente no interior do Estado visando disputá-lo e implementar seus projetos societais.

Isso não significa que a cooptação de lideranças e ativistas LGBT não possa vir a ocorrer (ou estar ocorrendo, o que demanda outros olhares, análises e estudos), mas a nossa leitura aponta para outros fenômenos e maneiras de se relacionar com o Estado, o que implica análises mais cuidadosas e complexas dos processos políticos vigentes na construção democrática brasileira. Consideramos que, mais do que meras cooptações, parte do Movimento LGBT brasileiro e pernambucano viram na chegada ao poder de partidos de esquerda no Estado uma possibilidade estratégica de atuar por dentro dele, operando novas políticas públicas e minimizando a violência e as desigualdades que atingem essa população.

Com efeito, ainda que insuficientes, precárias, limitadas ou contraditórias, nunca tivemos tantas iniciativas estatais que tem visibilizado a população LGBT e a temática da diversidade sexual e de gênero. Transformar a homofobia e as necessidades cidadãs do segmento LGBT em “questão de Estado” (e ocupá-lo), além de suscitar políticas públicas que asseguraram alguns direitos - como o tratamento do HIV/AIDS ou a mudança de nome civil -, tem possibilitado formar outros/as agentes do Estado para a questão, empoderar politicamente outros/as sujeitos/as LGBT, elaborar marcos legais que disputam consciências e desenvolver campanhas ou atividades lúdicas que transformam a cultura.

Quanto ao saldo dessas escolhas de parte da militância em ocupar o Estado, só o tempo e o próprio Movimento dirá. Alguns grupos já tem se afirmado como anti-governistas ou contrários à ocupação e ao diálogo com o Estado. Há entre setores do ativismo LGBT brasileiro e pernambucano certa desconfiança dos conselhos, das conferências e de outras instituições participativas e acreditam que em nada ou muito pouco esses canais transformarão as iniquidades sociais. Para esses grupos, apenas a

manifestação de rua ou intervenções mais radicais modificarão os paradigmas culturais que oprimem corpos e sujeitos/as fora da norma.

Mesmo com essas posições críticas, acreditamos que o Movimento LGBT só conseguirá desenvolver avaliações mais precisas quanto às escolhas recentes a partir de uma reconfiguração política e eleitoral no Poder Executivo, sobretudo se os setores e partidos conservadores retornarem ao poder como antes. Essa reconfiguração possivelmente modificaria as relações entre a militância e os governos, possibilitando novas reflexões quanto a escolha de ter integrado o Estado ou se deveria ter permanecido majoritariamente em posição de cobrança e reivindicação no campo da sociedade civil (lembrando que as cobranças e reivindicações não deixaram de existir mesmo com parte do Movimento dentro do Estado), além das novas estratégias que seriam pensadas nesse cenário.

As escolhas motivadas pelos projetos políticos estabelecem relações conflituosas, tanto em relação a outras escolhas (como as dos grupos anti-governistas que citamos ou as de grupos opositores) quanto às condições estruturais, recursos e oportunidades que possibilitam ou dificultam a implementação desses projetos políticos (como vimos nas queixas expressas dos membros e ex-membros sobre as condições frágeis do CECH). As relações conflituosas geram tensões e também moldam as políticas LGBT, seja na relação do CECH com o movimento social, seja na relação interna do CECH com membros divergindo quanto às condições estruturais, sobre qual o seu papel e como deve atuar.

Evidentemente, esse estudo não pretende esgotar o debate. Ao contrário, deseja estimular outras pesquisas a analisarem o impacto das trajetórias individuais e dos projetos políticos nas políticas afirmativas que visam assegurar direitos humanos de populações vulnerabilizadas pelo capitalismo, pelo machismo, pela homofobia, racismo, capacitismo e outras formas de desigualdades e violências. Essas análises podem nos ajudar a entender como funciona o Estado e seus trânsitos e como podemos incidir cada vez mais sobre ele, participando de processos políticos por fora ou por dentro de sua estrutura.

Por fim, a grande contribuição da noção de projetos políticos consiste na ênfase que ele emprega na agência humana, o que significa dizer que, ao contrário do que defende o neoliberalismo e sua concepção criminalizatória e exterminadora dos movimentos sociais, estes, e em especial o Movimento LGBT, continuam tão vivos e ativos como sempre foram, refletindo, atuando - dentro ou fora do Estado - e avaliando a

estrutura de oportunidades políticas na busca incessante pela garantia dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebeca, TATAGIBA, Luciana. Ativismo institucional na burocracia brasileira: a mobilização em defesa da saúde da mulher. In: 38º ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS), 38, 2014, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2014. p. 2-32.

AMADO, João da Silva. A Técnica de Análise de Conteúdo. **Revista de Enfermagem Referência**, Coimbra, n. 5, pp. 53-63, nov. 2000. Disponível em: https://www.esenfc.pt/rr/index.php?module=rr&target=publicationDetails&pesquisa=&id_artigo=2049&id_revista=5&id_edicao=20. Acesso em: 10/07/2015.

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

_____. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 14, n.1, pp. 43-64, jun. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762008000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10/07/2015.

AVELAR, Rezende Bruno de; BRITO, Walderes; MELLO, Luiz. A (in)segurança pública que o estado brasileiro oferece à população LGBT: mapeamento crítico preliminar de políticas públicas. In: **Políticas públicas para população LGBT no Brasil: um mapeamento crítico preliminar**. Goiânia: UFG, Ser-Tão, 2010.

BAHIA, Grupo Gay da. **Assassinato de Homossexuais (LGBT) no Brasil: Relatório 2013/2014** (2013). In: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2014/03/relate3b3rio-homicidios-2013.pdf>. Acesso em: 10/07/2015.

BAHIA, Grupo Gay da. **Assassinato de Homossexuais (LGBT) no Brasil: Relatório 2014** (2015). In: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2015/01/relate3b3rio-2014s.pdf>. Acesso em: 10/07/2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Relógio D'água Editores, 2001.

BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea**, São Carlos, vol. 4, n. 1, pp. 165-182, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/197/101>. Acesso em: 15/07/2015.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. São Paulo: Campus, 2004.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciência Sociais. **Em Tese: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, Florianópolis**, vol. 2, n. 1, pp. 68-80, jan./jul. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/18027/16976>. Acesso em: 10/07/2015.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: História e crítica de um preconceito**. Belo horizonte: Autêntica, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10/07/2015

_____. **Decreto N° 8.243, de 23 de Maio de 2014**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm. Acesso em: 10/07/2015.

_____. **Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: Ano de 2011**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2012.

_____. **Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: Ano de 2012**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

_____. **Programa Brasil Sem Homofobia**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2004.

_____. **Programa Nacional de Direitos Humanos 3**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2004.

_____. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2009.

CAMPOS, Jéssica Lisboa; ALVES, Jéssica Luana da Silva. A Invisibilidade da Saúde da População LGBT: uma reflexão acerca da homofobia presente nos espaços institucionais de saúde. In: VII JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS, 2015, São Luís/UFMA. **Anais...** São Luís: JIPP, 2015. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo6/a-invisibilidade-da-saude-da-populacao-lgbt-uma-reflexao-acerca-da-homofobia-presente-nos-espacos-institucionais-de-saude.pdf>. Acesso em: 04/11/2015.

CARRARA, Sérgio; SILVIA, Ramos; LACERDA, Paula; MEDRADO, Benedito; VIEIRA, Nara. **Política, direitos, violência e homossexualidade**. Pesquisa 5ª Parada da Diversidade – Pernambuco 2006. Rio de Janeiro: CEPESC, 2007.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana. “Tá lá o corpo estendido no chão...”: a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro, **Physis**, Rio de Janeiro, vol. 16, n. 2, pp. 233-249. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v16n2/v16n2a06>. Acesso em: 15/07/2015.

COLLING, Leandro. A igualdade não faz o meu gênero – Em defesa das políticas das diferenças para o respeito à diversidade sexual e de gênero no Brasil. **Contemporânea**, São Carlos, vol. 3, n. 2, pp. 405-427, Jul./Dez., 2013. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/149/85>. Acesso em: 15/07/2015.

COLLING, Leandro; NOGUEIRA, Gilmaro. Relacionados mas diferentes: Sobre os conceitos de homofobia, heterossexualidade compulsória e heteronormatividade. In:

RODRIGUES, A.; DALLAPICULA, C.; FERREIRA, S. R. S. (Orgs.). **Transposições: lugares e fronteiras em sexualidade e educação**. Vitória: EDUFES, 2015.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J; PANFICHI, Aldo. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo (Orgs.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

_____. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. **Revista Bagoas: Estudos gays, gêneros e sexualidades**, Natal, vol. 3, n. 4, pp. 131-158, 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2300/1733>>. Acesso em: 04/11/2015.

FEITOSA, Cleyton. Notas sobre a Trajetória das Políticas Públicas de Direitos Humanos LGBT no Brasil. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, v. 4, n. 1, p. 115-137, 2016.

FELTRAN, Gabriel dos Santis. Deslocamentos: trajetórias individuais, relações entre sociedade civil e Estado no Brasil. In: DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo. (Orgs.) **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FILHO, Alípio Sousa de. A política do conceito: subversiva ou conservadora? – crítica à essencialização do conceito de orientação sexual. **Revista Bagoas: Estudos gays, gêneros e sexualidades**, Natal, vol. 3, n. 4, pp. 59-78, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v03n04art03_sfilho.pdf>. Acesso em: 01/08/2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

FROEMMING, Cecília Nunes; IRINEU, Bruna Andrade; NAVAS, Kleber. Gênero e Sexualidade na pauta das políticas públicas no Brasil. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, vol. 14, n. Especial, pp. 161-172, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/397/802>>. Acesso em: 15/07/2015.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. 3.ed. Campinas, SP: Alínea. 2003.

HUNT, Lynn. **A Invenção dos direitos humanos**. São Paulo: COMPANHIA DAS LETRAS, 2009.

IRINEU, Bruna Andrade; RAFAEL, Josiley Carrijo. Heteronormatividade e políticas sociais no Brasil contemporâneo: conquistas e desafios para os Centros de Referência em Direitos Humanos e Combate a Crimes de Homofobia. **SER Social**, Brasília, vol. 11, n. 24, pp. 34-64, jan./jun. 2009.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. **Revista Bagoas: Estudos gays, gêneros e sexualidades**, Natal, vol. 1, n. 1, pp. 1-22, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v01n01art07_junqueira.pdf>. Acesso em: 15/07/2015.

_____. “Aqui não temos gays nem lésbicas”: estratégias discursivas de agentes públicos ante medidas de promoção do reconhecimento da diversidade sexual nas escolas. **Revista Bagoas: Estudos gays, gêneros e sexualidades**, Natal, vol. 3, n. 4, pp. 171-189, 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2302/1735>>. Acesso em: 04/11/2015.

_____. Homofobia nas Escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação, Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

KINCHELOE, Joe L.; BERRY, Kathlenn S. **Pesquisa em Educação: conceituando a bricolagem**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos**. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1988.

LAGE, Allene Carvalho. **Educação e movimentos sociais: caminhos para uma pedagogia de luta**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

LINDGREN ALVES, José Augusto. **Os direitos humanos na pós-modernidade**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e Homofobia. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação, Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

_____. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria *queer***. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de; MAROJA, Daniela. Por onde andam as Políticas Públicas para a População LGBT no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, vol. 27, n. 2, pp. 289-312, mai./ago. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v27n2/a05v27n2.pdf>>. Acesso em: 15/07/2015.

MELLO, Luiz; BRAZ, Camilo; FREITAS, Fátima Regina Almeida de; AVELAR, Rezende Bruno de. Questões LGBT em debate: sobre desafios e conquistas, **Sociedade e Cultura**, Goiânia, vol. 15, n. 1, pp. 151-

161, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/view/20680/12331>>. Acesso em: 15/07/2015.

MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniel. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades, **Cadernos Pagu**, Campinas, vol. 39, pp. 403-429, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n39/14.pdf>>. Acesso em: 20/07/2015.

MELLO, Luiz; FREITAS, Fátima; PEDROSA, Cláudio; BRITO, Walderes. Para além de um kit anti-homofobia: políticas públicas de educação para a população LGBT no Brasil. **Revista Bagoas: Estudos gays, gêneros e sexualidades**, Natal, vol. 6, n. 7, pp. 98-122, jan./jun. 2012. Disponível em: http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v06n07art06_melloetal.pdf>. Acesso em: 15/07/2015.

MELLO, Luiz; GROSSI, Miriam Pillar; UZIEL, Anna Paula. A Escola e @s Filh@s de Lésbicas e Gays: reflexões sobre conjugalidade e parentalidade no Brasil. In: JUNQUEIRA, JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

MELLO, Luiz; PERILO, Marcelo; BRAZ, Camilo Albuquerque de; PEDROSA, Cláudio. Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n.9, pp. 7-28, dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sess/n9/02.pdf>>. Acesso em: 15/07/2015.

MINAYO, M. C. S. (Org); DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O. GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MOTT, Luiz. **O sexo proibido: virgens, gays e escravos nas garras da Inquisição**. Campinas: Papyrus, 1989.

NEIRA, Marcos Garcia; LIPPI, Bruno Gonçalves. Tecendo a Colcha de Retalhos: a bricolagem como alternativa para a pesquisa educacional. **Revista Educação e Realidade**. vol. 37, n. 2, p. 607-625, maio/ago. 2012.

PERNAMBUCO. **Caderno de Resoluções da I Conferência Estadual GLBTT: Direitos Humanos e Políticas Públicas para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Recife, Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, 2008.

_____. **Relatório de Atividades da Assessoria de Diversidade Sexual de 2010**. Recife, Secretaria de Assessoria ao Governador, 2010.

_____. **Relatório de Atividades da Assessoria de Diversidade Sexual de 2011**. Recife, Secretaria de Assessoria ao Governador, 2011.

_____. **Caderno de Resoluções da II Conferência Estadual LGBT**. Recife, Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, 2012a.

_____. **Relatório de Atividades da Assessoria de Diversidade Sexual de 2012**. Recife, Secretaria de Assessoria ao Governador, 2012b.

_____. **Protocolo de Atendimento às Demandas LGBT Acompanhadas pelo Centro Estadual de Combate à Homofobia 2012–2013**. Recife: Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, 2014.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MARTINS, Daniel Arruda; ROCHA, Leonardo Tolentino Lima. O litígio sobre o impensável: escola, gestão dos corpos e homofobia institucional. **Revista Bagoas: Estudos gays, gêneros e sexualidades**, Natal, vol. 3, n. 4, pp. 209-232, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v03n04art11_pradomartinsrocha.pdf>. Acesso em: 10/08/2015.

PRADO, Marco Aurélio Máximo. MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidades: A hierarquia da invisibilidade**. São Paulo: Cortez, 2008.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: Notas sobre a “economia política” do sexo**. Recife: SOS Corpo, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Os conflitos urbanos no Recife: o caso do “Skylab”**. Revista crítica de Ciências Sociais, n° 11, maio, pág. 9-59. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 1983.

_____. **Um discurso sobre as Ciências**. Porto: Afrontamento, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Porto: Edições Afrontamento, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma revolução democrática da justiça**. São Paulo: Cortez, 2007

SANTOS, Boaventura de Sousa; CHAUI, Marilena. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo, Cortez, 2013.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. **Estado, Projetos Políticos e Trajetórias Individuais: Um estudo com as lideranças homossexuais na cidade de São Paulo**. 146 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2013.

SCHULMAN, Sarah. Homofobia familiar: uma experiência em busca de reconhecimento, **Revista Bagoas: Estudos gays, gêneros e sexualidades**, Natal, vol. 4, n. 5, pp. 68-78, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v04n05art04_schulman.pdf>. Acesso em: 15/07/2015.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SILVA, Louise Caroline Santos de Lima e. **Conferências Nacionais de Políticas Públicas e Democracia Participativa: Conferências de políticas para as mulheres e**

decisões governamentais no período Lula (2003 – 2010). 189 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2012.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na Trilha do Arco-Íris: Do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOUZA, Clóvis Henrique Leite de. **Partilha de poder decisório em processos participativos nacionais**. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Brasília. Brasília. 2008.

SZYMANSKI, Heloisa. Entrevista reflexiva: Um olhar psicológico sobre a entrevista em pesquisa. In: SZYMANSKI, Heloisa (Org.); ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PRANDINI, REGO, Regina Célia Almeida. **A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva**. Brasília: Plano Editora, 2002.

TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves. **Para além do voto: uma narrativa sobre a democracia participativa no Brasil (1975-2010)**. 2013. 160 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2013.

_____. Da participação como “transformação social” para a participação como “escuta”. In: 38º ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SÓCIAIS (ANPOCS), 38, 2014, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2014. p. 2-32.

TORRES, Marco Antonio. **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na Escola**. Belo Horizonte: Autêntica; Ouro Preto, MG: UFOP, 2010.

VIANNA, Heraldo Marelim. **Pesquisa em educação: a observação**. Brasília: Plano Editora, 2003.

WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento na ciência social e na ciência política. In: **Metodologia das ciências sociais** - Parte 1. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2001.

APÊNDICES

Apêndice I - Roteiro de Entrevista Membros vinculados ao Centro Estadual de Combate à Homofobia

Objetivo I

1. Qual a sua idade?
2. Onde você nasceu? Onde reside atualmente? (onde nasceu e onde reside)
3. Com qual sexo você foi registrado(a) ao nascer? (apenas em casos de pessoas trans)
4. Com relação à sua orientação sexual, como você se identifica?
5. Com relação à sua identidade de gênero, como você se identifica? (apenas em casos de pessoas trans)
6. Com relação à sua cor/raça, como você se identifica?
7. Qual é a sua escolaridade? (perguntar área de formação)
8. Qual a sua função no CECH? Que atividades desenvolve?
9. Desde quando atua no CECH?
10. O que te motivou a atuar no CECH?
11. Como é que você teve contato com o CECH?
12. O que você acha de trabalhar no CECH?
13. Participou ou participa de alguma organização social? (Movimento Social, Associação, ONG, etc.)
14. É filiado/a algum Partido Político?

Objetivo II

1. O que é o Centro Estadual de Combate à Homofobia (CECH)?
2. Quando surgiu o CECH?
3. De quem/qual entidade/instituição foi a iniciativa de sua criação (Governo de Pernambuco, Movimento LGBT, Deputado Estadual, etc.)?
4. Quais serviços são oferecidos pelo CECH?
5. O CECH foi criado por meio de algum instrumento legal? Se sim, qual? (decreto, lei, portaria etc.)
6. Como é a estrutura do CECH em termos de organização e recursos humanos e materiais? Qual a sua opinião sobre ela?
7. Houve oposição de algum grupo/indivíduo à criação do CECH?

Objetivo III

1. Como o CECH é custeado? Quais são as fontes de financiamento disponíveis? (municipal, estadual e/ou federal)
2. Quais as principais atividades e ações desenvolvidas pelo CECH?
3. Quais campanhas foram realizadas desde o surgimento do CECH? O que as motivou?
4. Quais eventos foram realizados desde o surgimento do CECH? O que os motivou?
5. Quais os resultados na sua avaliação?

Objetivo IV

1. Em sua opinião, quais foram os principais desafios enfrentados pelo CECH no desenvolvimento das iniciativas relatadas?
2. Em sua opinião, quais foram os principais avanços/êxitos obtidos pelo CECH no desenvolvimento das iniciativas relatadas?
3. No âmbito estadual, quais são os órgãos/secretarias mais cooperativos e “abertos” para lidar com a questão de livre orientação sexual/identidade de gênero? E os mais fechados/difíceis?
4. E no âmbito federal, quais são os órgãos/ministérios mais cooperativos e “abertos” para lidar com a questão de livre orientação sexual/identidade de gênero? E os mais fechados/difíceis?
5. Em sua opinião, quais são os maiores desafios/dificuldades para trabalhar com a temática LGBT no estado de Pernambuco?

Objetivo V

1. O CECH desenvolve ações conjuntas com grupos/organizações da sociedade civil?
2. Como é a relação do CECH com os grupos LGBT do estado de Pernambuco? E com outros/as atores e atrizes sociais da sociedade civil?
3. Na sua avaliação, quais experiências foram bem e mal-sucedidas referentes a parcerias com a sociedade civil?
4. Qual a opinião do Movimento LGBT sobre o CECH pela sua experiência ou suposição?
5. Algum partido político apoia/colabora com as ações do CECH?
6. Existe algum partido político opositor das ações do CECH?

Obrigado!

Apêndice II - Roteiro de Entrevista
Membros desligados do Centro Estadual de Combate à Homofobia

Objetivo I

1. Qual a sua idade?
2. Qual a sua cidade? (onde nasceu e onde reside)
3. Com qual sexo você foi registrado(a) ao nascer?
4. Com relação à sua orientação sexual, como você se identifica?
5. Com relação à sua identidade de gênero, como você se identifica?
6. Com relação à sua cor/raça, como você se identifica?
7. Qual é a sua escolaridade? (perguntar área de formação)
8. Qual era a sua função no CECH? Que atividades desenvolvia?
9. Em qual período atuou no CECH?
10. O que te motivou a atuar no CECH?
11. Como você “chegou” no CECH?
12. Quais as razões que levaram a sua saída do CECH?
13. Que mudanças no CECH poderiam ter motivado sua permanência no órgão?
14. Participou ou participa de alguma organização social? (Movimento Social, Associação, etc.)
15. É filiado/a a algum Partido Político?
16. O que faz na atualidade?

Objetivo II

1. O que é o Centro Estadual de Combate à Homofobia (CECH)?
2. Quando surgiu o CECH?
3. De quem/qual entidade/instituição foi a iniciativa de sua criação (Governo de Pernambuco, Movimento LGBT, Deputado Estadual, etc.)?
4. Quais serviços eram oferecidos pelo CECH quando você atuava lá?
5. O CECH foi criado por meio de algum instrumento legal? Se sim, qual? (decreto, lei, portaria etc.)
6. Como era a estrutura do CECH em termos de organização e recursos humanos e materiais? Qual a sua opinião sobre ela?
7. Houve oposição de algum grupo/indivíduo à criação do CECH?

Objetivo III

1. Como o CECH era custeado quando você trabalhava nele? Quais eram as fontes de financiamento disponíveis? (municipal, estadual e/ou federal)
2. Quais as principais atividades e ações eram desenvolvidas pelo CECH na sua época?
3. Quais campanhas foram realizadas no período em que atuou lá? O que as motivou?
4. Quais eventos foram realizados no período em que atuou lá? O que os motivou?
5. Na sua avaliação, que resultados o CECH obteve em face dessas iniciativas?

Objetivo IV

1. Em sua opinião, quais foram os principais desafios enfrentados pelo CECH no desenvolvimento das iniciativas relatadas?
2. Em sua opinião, quais foram os principais avanços/êxitos obtidos pelo CECH no desenvolvimento das iniciativas relatadas?
3. No âmbito estadual, quais eram os órgãos/secretarias mais cooperativos e “abertos” para lidar com a questão de livre orientação sexual/identidade de gênero? E os mais fechados/difíceis?
4. E no âmbito federal, quais eram os órgãos/ministérios mais cooperativos e “abertos” para lidar com a questão de livre orientação sexual/identidade de gênero? E os mais fechados/difíceis?
5. Em sua opinião, quais são os maiores desafios/dificuldades para trabalhar com a temática LGBT no estado de Pernambuco?

Objetivo V

1. O CECH desenvolvia ações conjuntas com grupos/organizações da sociedade civil?
2. Como era a relação do CECH com os grupos LGBT do estado de Pernambuco? E com outros/as atores e atrizes sociais da sociedade civil?
3. Na sua avaliação, quais experiências foram bem e mal-sucedidas referentes a parcerias com a sociedade civil?
4. Qual a opinião do Movimento LGBT sobre o CECH pela sua experiência ou suposição?
5. Algum partido político apoia/colabora com as ações do CECH na sua época?
6. Existe algum partido político opositor das ações do CECH na sua época?

Obrigado!

Apêndice III – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa **Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais em Pernambuco: O caso do Centro Estadual de Combate à Homofobia**, que está sob a responsabilidade do pesquisador **Cleyton Feitosa Pereira**, com endereço na Avenida Liberdade, 105, Nova Caruaru, Caruaru, Pernambuco, CEP: 55014-580, telefone (81) 9978-5012 e e-mail: cleyton_feitosa@hotmail.com (inclusive ligações a cobrar) e está sob a orientação de: **Gustavo Gomes da Costa Santos**, telefones para contato: (81) 9757-5669, e-mail gustavo.gomesdacosta@yahoo.com.br.

Este Termo de Consentimento pode conter informações que o/a senhor/a não entenda. Caso haja alguma dúvida, pergunte à pessoa que está lhe entrevistando para que o/a senhor/a esteja bem esclarecido (a) sobre sua participação na pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, caso aceite em fazer parte do estudo, rubriche as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa o (a) Sr. (a) não será penalizado (a) de forma alguma. Também garantimos que o (a) Senhor (a) tem o direito de retirar o consentimento da sua participação em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

- A pesquisa tem como objetivo geral analisar quais são as estratégias adotadas pelo Governo Estadual para combater a violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em Pernambuco. Faremos visitas de campo ao Centro Estadual de Combate à Homofobia bem como entrevistas a membros ativos e inativos do órgão.
- Cada voluntário (a) concederá uma única entrevista podendo ser convocado (a) para esclarecimentos e informações complementares através de diálogos informais ao longo de 2015. O pesquisador deve realizar um número mínimo de visitas ao Centro Estadual de Combate à Homofobia de modo a entrevistar a equipe técnica e desenvolver observações de campo. Estima-se que uma média de dez visitas ao órgão citado.
- **RISCOS:** A presença do pesquisador, assim como as entrevistas realizadas podem ocasionar desconfortos ou constrangimentos. Para minimizar tais efeitos, as visitas serão acordadas com a coordenação do Centro e com os voluntários (as), assim como será garantido o sigilo e anonimato dos (as) entrevistados (as) por meio de nomes fictícios nos documentos públicos da pesquisa e ocorrerão individualmente em local e horário de escolha dos (as) voluntários (as) bem como será procedida indenização e ressarcimento de despesas em caso de dano provocado pelo pesquisador.
- **BENEFÍCIOS:** Os benefícios desta pesquisa consistem no aprofundamento da compreensão sobre questões relativas à violência homofóbica e à cidadania LGBT em Pernambuco, na visibilidade conferida ao Centro Estadual de Combate à Homofobia e aos seus sujeitos assim como na potencialização e melhoria do serviço oferecido à população LGBT desse estado. Os resultados serão devolvidos aos (às) voluntários (as) e uma cópia da versão final da Dissertação será entregue ao CECH.

Os resultados serão divulgados em eventos ou publicações científicas ligados ao tema da pesquisa, não havendo identificação dos (as) voluntários (as), a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados (documentos, anotações do campo, entrevistas, fotos e outros materiais correlatos) serão armazenados em pastas de arquivo e computador pessoal sob a responsabilidade do pesquisador Cleyton Feitosa Pereira residente no endereço Avenida Liberdade, 105, Nova Caruaru, Caruaru, Pernambuco, CEP: 55014-580” pelo período mínimo de cinco anos.

O (a) senhor (a) não pagará nada para participar desta pesquisa. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidos pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação). Fica também garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: (Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: ceppcs@ufpe.br).

Cleyton Feitosa Pereira

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo **Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais em Pernambuco: O caso do Centro Estadual de Combate à Homofobia** como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo(a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data: _____

Assinatura do participante: _____

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar. (02 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura:

Apêndice IV – Termo de Confidencialidade

TERMO DE COMPROMISSO E CONFIDENCIALIDADE

Título do projeto: Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais em Pernambuco: O caso do Centro Estadual de Combate à Homofobia.

Pesquisador responsável: Cleyton Feitosa Pereira

Instituição/Departamento de origem do pesquisador: Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos | Universidade Federal de Pernambuco (UFPE | PPGDH)

Telefone para contato: (81) 9978-5012

E-mail: cleyton_feitosa@hotmail.com

O pesquisador do projeto acima identificado assume o compromisso de:

- Preservar o sigilo e a privacidade dos voluntários cujos dados (informações de prontuários e/ou materiais biológicos) serão estudados;
- Assegurar que as informações e/ou materiais biológicos serão utilizados, única e exclusivamente, para a execução do projeto em questão;
- Assegurar que os resultados da pesquisa somente serão divulgados de forma anônima, não sendo usadas iniciais ou quaisquer outras indicações que possam identificar o voluntário da pesquisa.

O pesquisador declara que os dados coletados (documentos, anotações do campo, entrevistas, fotos e outros materiais correlatos) serão armazenados em pastas de arquivo e computador pessoal sob a responsabilidade do pesquisador Cleyton Feitosa Pereira no endereço “Avenida Liberdade, 105, Nova Caruaru, Caruaru, Pernambuco” pelo período mínimo de cinco anos.

O(s) Pesquisador(es) declara(m), ainda, que a pesquisa só será iniciada após a avaliação e aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, do Centro de Ciências da Saúde, da Universidade Federal de Pernambuco – CEP/CCS/UFPE.

Recife, 03 de Dezembro de 2014.

Cleyton Feitosa Pereira

Apêndice V – Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UFPE

<p>Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Serres Humanos</p>		<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE / UFPE-</p>	
PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP			
DADOS DO PROJETO DE PESQUISA			
<p>Título da Pesquisa: DIREITOS HUMANOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS EM PERNAMBUCO: O CASO DO CENTRO ESTADUAL DE COMBATE À HOMOFOBIA</p>			
<p>Pesquisador: Cleyton Feitosa Pereira</p>			
<p>Área Temática:</p>			
<p>Versão: 2</p>			
<p>CAAE: 39849214.5.0000.5208</p>			
<p>Instituição Proponente: Centro de Artes e Comunicação</p>			
<p>Patrocinador Principal: Financiamento Próprio</p>			
DADOS DO PARECER			
<p>Número do Parecer: 960.498</p>			
<p>Data da Relatoria: 19/02/2015</p>			
Apresentação do Projeto:			
<p>Projeto de Pesquisa para fins de elaboração da Dissertação-Final de mestrado do aluno Cleyton Feitosa Pereira, do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, orientado pelo Prof.Dr. Gustavo Gomes da Costa Santos. Currículos anexados.</p>			
Objetivo da Pesquisa:			
<p>OBJETIVO GERAL: analisar quais são as estratégias adotadas pelo Governo Estadual para combater a violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em Pernambuco.</p>			
<p>OBJETIVOS ESPECÍFICOS: 1) levantar dados e informações oficiais sobre o serviço e a estrutura do Centro Estadual de Combate à Homofobia; 2) analisar as trajetórias individuais dos membros e ex-membros do Centro Estadual de Combate à Homofobia; 3) identificar ações e iniciativas desenvolvidas pelo Centro Estadual de Combate à Homofobia para enfrentar a homofobia; 4) analisar os desafios /avanços destas iniciativas no combate à violência homofóbica em Pernambuco; 5) analisar as relações /tensões entre o Centro Estadual de Combate à Homofobia e outros atores e atrizes sociais relevantes (Movimento LGBT, Partidos Políticos, Fundamentalistas, etc.)</p>			
<p>Endereço: Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do CCS Bairro: Cidade Universitária CEP: 50.740-600 UF: PE Município: RECIFE Telefone: (81)2126-8588 E-mail: cepcos@ufpe.br</p>			
Página 01 de 03			

Comitê de Ética
em Pesquisa
Envolvendo
Serres Humanos



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
PERNAMBUCO CENTRO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE / UFPE-



Continuação de Parecer: 990.486

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos e benefícios estão adequados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa de abordagem qualitativa, a ser realizada no Centro Estadual de Combate à Homofobia, em Pernambuco (carta de anuência anexada), tendo como sujeitos de pesquisa membros ativos e inativos do referido Centro, com critérios de inclusão e exclusão definidos em item próprio. Cronograma ajustado às atividades.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termos principais apresentados.

Recomendações:

Ponderar a referência às normativas que disciplinam as atividades dos sujeitos de pesquisa, facilitando a análise de dados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

O Colegiado aprova o parecer do protocolo em questão e o pesquisador está autorizado para iniciar a coleta de dados.

Projeto foi avaliado e sua APROVAÇÃO definitiva será dada, após a entrega do relatório final, na PLATAFORMA BRASIL, através de "Notificação" e, após apreciação, será emitido Parecer Consubstanciado.

Endereço: Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do CCS

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 50.740-600

UF: PE

Município: RECIFE

Telefone: (81)2125-8588

E-mail: cepcos@ufpe.br

Comitê de Ética
em Pesquisa
Envolvendo
Serres Humanos



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
PERNAMBUCO CENTRO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE / UFPE-



Continuação do Parecer: 960.458

RECIFE, 23 de Fevereiro de 2015

Assinado por:
GERALDO BOSCO LINDOSO COUTO
(Coordenador)

Endereço: Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do CCS

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 50.740-600

UF: PE

Município: RECIFE

Telefone: (81)2126-8588

E-mail: ccpsc@ufpe.br

Apêndice VI – Trajetória das ações de direitos humanos direcionadas à construção de uma política LGBT no Governo Federal (FEITOSA, 2013)

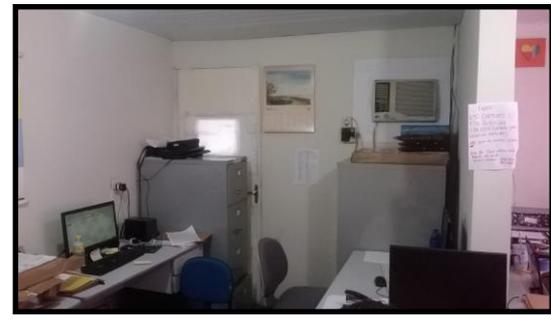
POLÍTICA	NATUREZA DA AÇÃO	ANO DE IMPLEMENTAÇÃO
Criação do Programa Nacional de Aids no Ministério da Saúde	Embora não seja uma política exclusiva para LGBT e nem vislumbre a garantia transversal da cidadania LGBT, o Programa se configurou como estratégico parceiro do Movimento LGBT no Estado, ainda mais numa época de pouco diálogo entre as duas instâncias. Essa estrutura tem por objetivo diminuir a transmissão de HIV e Doenças Sexualmente Transmissíveis e melhorar a qualidade de vida das pessoas vivendo com essas doenças. Apoiou bastante o Movimento LGBT financiando projetos, eventos e paradas do orgulho a partir do início da década de 90.	1986
Programa Nacional de Direitos Humanos I	Breve menção dos homossexuais como detentores de direitos humanos.	1996
Criação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos	Tendo sido criada na estrutura do Ministério da Justiça, Foi fortalecida em 1999 passando a ser chamada de Secretaria de Estado de Direitos Humanos e o titular da época conquistou status de Ministro. No Governo Lula, em 2003, se torna Secretaria Especial de Direitos Humanos com mais recursos e estrutura. É a partir desse período que a agenda LGBT começa a ser gestada na política de direitos humanos.	1997
Programa Nacional de Direitos Humanos II	Contendo 10 metas específicas para GLTTB (sigla à época) o Programa avançou no reconhecimento da diversidade sexual no campo da cidadania.	2002
Programa Brasil Sem Homofobia	Gestado no período Lula, fruto da parceria entre Governo Federal e lideranças LGBT. Prevê um conjunto de ações que visam combater a homofobia.	2004
I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais Travestis e Transexuais (GLBT à época)	Convocada por Decreto Presidencial. Representou um marco na elaboração e construção de políticas públicas em conjunto com a população LGBT fortalecendo a participação social dessa população. É a partir deste evento que a sigla GLBT passa a ser LGBT.	2008

Programa Nacional de Direitos Humanos III	O PNDH-3 avança na agenda da população LGBT. Tendo sido construído com mais participação popular que os Programas anteriores.	2009
I Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais	Fruto da I Conferência Nacional GLBT, o Plano contém 51 diretrizes e 180 ações, demonstrando assim diversas demandas históricas da população LGBT.	2009
Criação da Coordenação Geral de Promoção dos Direitos de LGBT na estrutura da Secretaria de Direitos Humanos	A Coordenação foi criada com o objetivo de articular as políticas previstas no I Plano Nacional LGBT. Surge também para atender aquilo que o Movimento LGBT chama de “tripé da cidadania” (Plano – Coordenadoria – Conselho).	2009
Instituição do Conselho Nacional de Combate à Discriminação de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT)	Composto por 30 membros/as, representantes do governo e da sociedade civil, o Conselho tem por finalidade primordial formular e propor diretrizes para a ação governamental.	2010
Instituição do Dia Nacional de Combate à Homofobia	Por meio de Decreto, o Presidente Lula instituiu o dia 17 de Maio como o Dia Nacional de Combate à Homofobia. Essa é uma data internacionalmente celebrada em virtude da retirada da homossexualidade do Código Internacional de Doenças da Organização Mundial de Saúde.	2010
Disque 100 – Direitos Humanos	O Disque 100 funciona como um canal de denúncia em que segmentos vulneráveis vítimas de violência podem denunciar através de ligação telefônica. Em Fevereiro de 2011, passa a atender a população LGBT.	2011
Lançamento da Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT	Construído por ativistas e membros do Ministério da Saúde, a Política Nacional de Saúde Integral LGBT foi aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde e prevê um conjunto de ações em distintas áreas da saúde como a produção de conhecimentos, participação social, transversalidade, promoção, atenção e cuidado. É paradigmática porque amplia o foco de atenção do Estado dos problemas relativos ao HIV/AIDS para necessidades mais abrangentes da saúde de LGBT.	2011

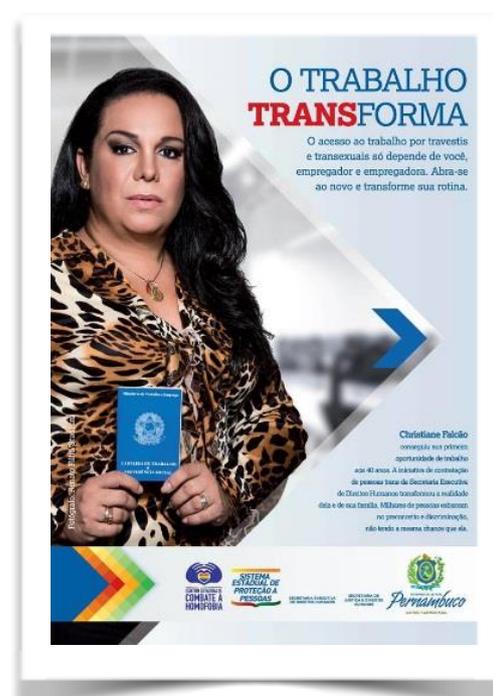
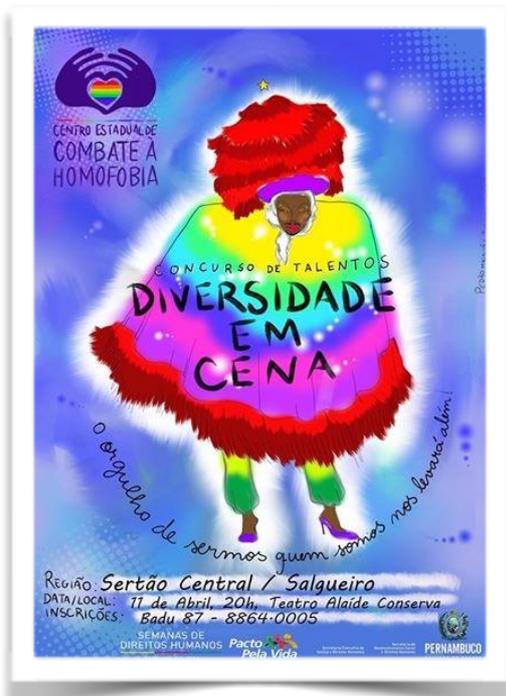
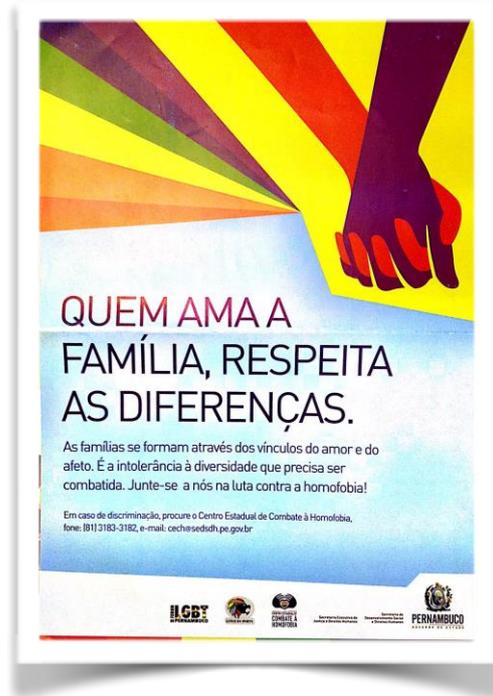
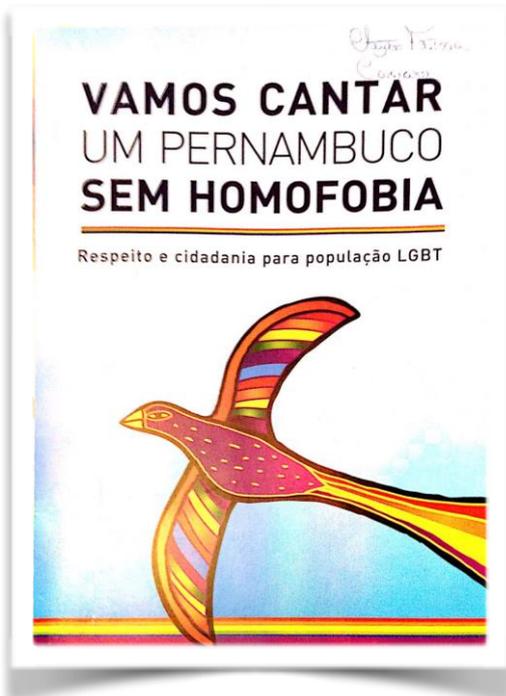
II Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais	Convocada pela Presidenta Dilma Rousseff, teve como objetivo central avaliar a execução do I Plano Nacional LGBT.	2011
Lançamento dos Anais da II Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais	Documento simples composto por artigos de ativistas, gestores/as, parlamentares, ministros do STF e outras pessoas ligadas à temática LGBT. Ainda contou com algumas das resoluções propostas na II Conferência Nacional.	2012
Criação do Comitê Técnico de Cultura LGBT	A Portaria nº 19 de 17 de Maio de 2012 publicada no DOU cria o Comitê Técnico de Cultura LGBT que tem por objetivo formular políticas de valorização da Cultura LGBT para o Ministério da Cultura. O Comitê conta com membros da sociedade civil organizada.	2012
Lançamento do Relatório de Violência Homofóbica no Brasil – o ano de 2011 e o ano de 2012	Fruto da pressão do Grupo Gay da Bahia (GGB) que já contabilizava a violência homofóbica, o Governo Federal lança, no ano de 2012, o balanço da violência contra LGBT em 2011, necessário para o mapeamento da homofobia no Brasil e para implementação de políticas de enfrentamento a ela. No ano seguinte, em 2013, publica os dados de 2012.	2012 e 2013
Lançamento do Sistema Nacional LGBT	Demandado pelo Conselho Nacional LGBT, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República lança o Sistema Nacional de Enfrentamento à Violência LGBT que tem por objetivo a criação de Conselhos e Coordenadorias estaduais e municipais afim de construir e fortalecer uma rede de políticas públicas LGBT no país inteiro.	2013
Instalação do Comitê Nacional de Políticas Públicas LGBT	No âmbito do Sistema Nacional LGBT e em articulação com o Fórum Nacional de Gestores/as LGBT, a Secretaria de Direitos Humanos instalou esse Comitê visando aproximar gestores/as da política LGBT em todo o país e articular um pacto federativo das políticas LGBT atribuindo responsabilidades e funções ao Governo Federal, governos estaduais e municipais.	2014

<p>Lançamento do Pacto Nacional de Enfrentamento às Violações de Direitos Humanos na Internet – Humaniza Redes</p>	<p>Considerando os altos índices de violências e violações de direitos humanos na internet, o Governo Federal lança o Humaniza Redes como um canal de denúncias online que encaminha as ocorrências para setores responsáveis pela apuração e punição dos atos. A política prevê em seus eixos, trabalho preventivo com campanhas online que circulam a internet e em especial as redes sociais populares como Facebook e Twitter.</p>	<p>2015</p>
<p>Decreto de Convocação para a III Conferência Nacional LGBT</p>	<p>Diferentemente das outras vezes, a III Conferência Nacional LGBT acontecerá em Abril de 2016 conjuntamente com as Conferências da Criança e do Adolescente, da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência bem como da 12ª Conferência Nacional de Direitos Humanos. A expectativa é que seja ainda mais tensa que as anteriores dado o ajuste fiscal que diminuiu ainda mais os recursos das políticas sociais (incluída aí a política de Direitos Humanos).</p>	<p>2015</p>

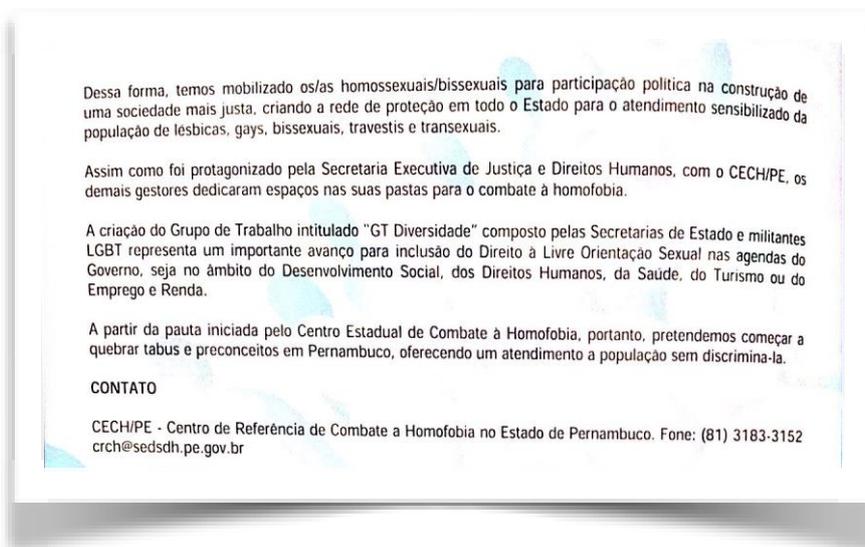
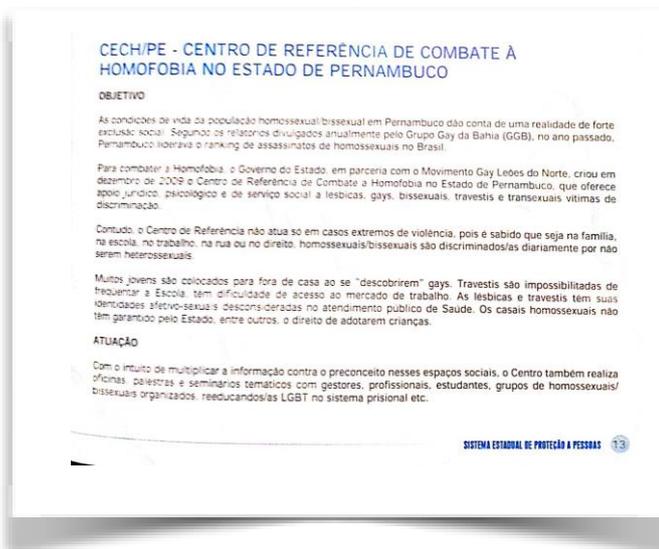
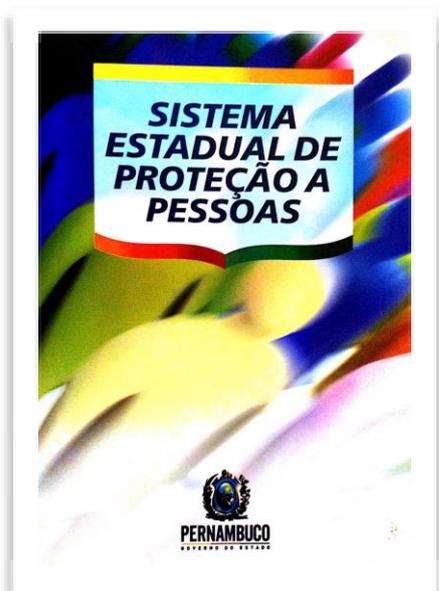
Apêndice VII – Registros Fotográficos (Local e Espaço Físico)



ANEXOS
Anexo I – Campanhas Anuais do CECH
(2012, 2013, 2014 e 2015)



Anexo II – Descrição do CECH no Sistema Estadual de Proteção a Pessoas de Pernambuco



Anexo III – Protocolo de Atendimento LGBT elaborado pelo CECH

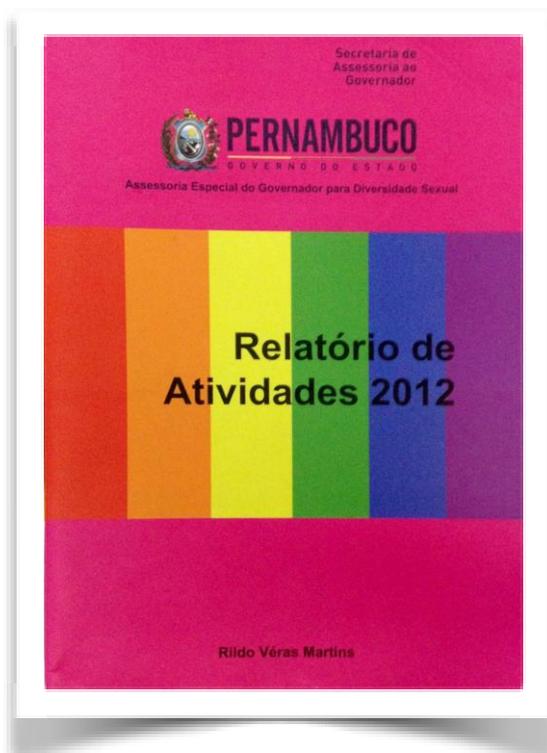
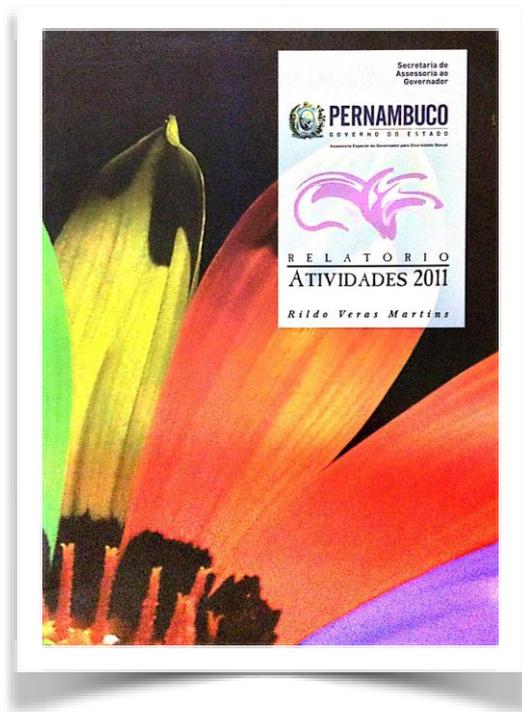
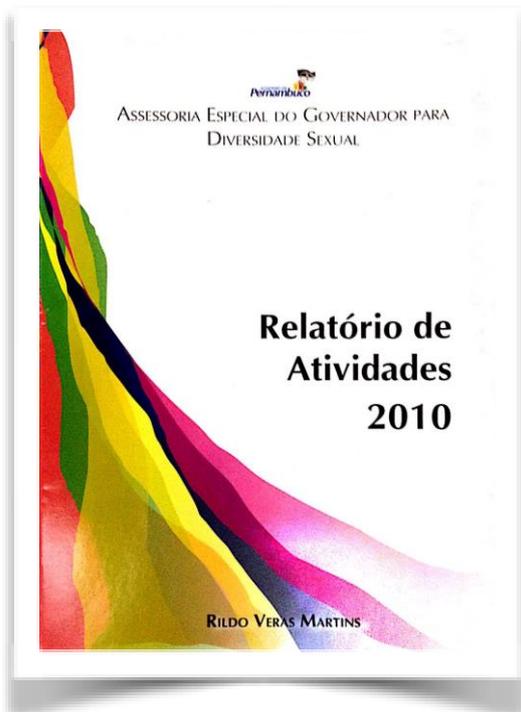
**PROTOCOLO DE ATENDIMENTO
ÀS DEMANDAS LGBT
ACOMPANHADAS PELO CENTRO
ESTADUAL DE COMBATE À
HOMOFOBIA
2012-2013**

Secretaria Executiva de
Justiça e Direitos Humanos

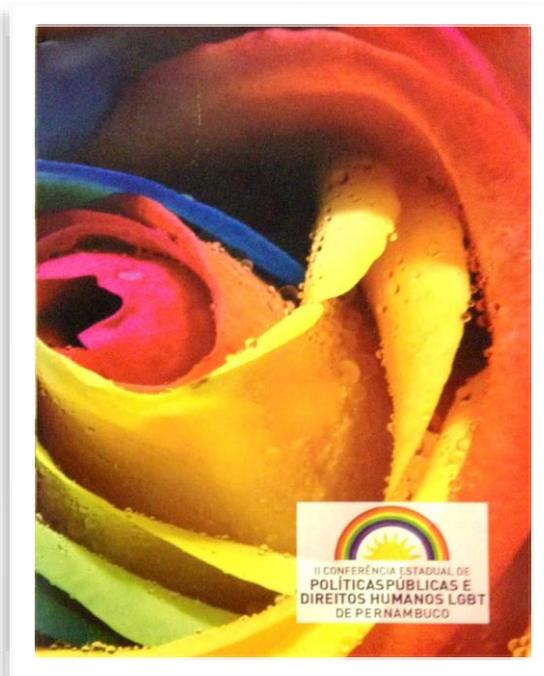
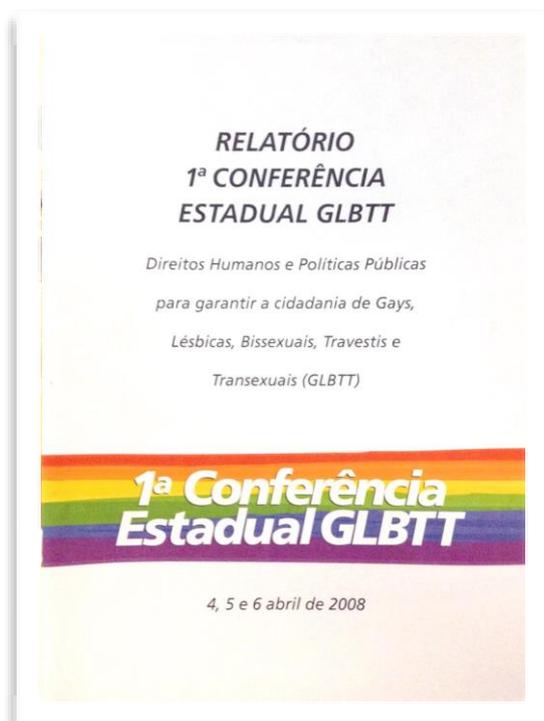
Secretaria de
Desenvolvimento Social
e Direitos Humanos

PERNAMBUCO
GOVERNO DO ESTADO

Anexo IV – Relatórios de Atividades da Assessoria de Diversidade Sexual do Governo de Pernambuco



Anexo V – Caderno de Propostas da I e II Conferência Estadual LGBT de Pernambuco



Anexo VI – Instrumental de Atendimento do CECH

SISTEMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO A PESSOAS
CENTRO ESTADUAL DE COMBATE À HOMOFOBIA

PERNAMBUCO
ESTADO DE PERNAMBUCO

CENTRO ESTADUAL DE COMBATE À HOMOFOBIA – FICHA DE ATENDIMENTO

ACOLHIMENTO

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL (CASO A IDADE DO USUÁRIO SEJA INFERIOR A 18 ANOS):

NOME SOCIAL: _____
NOME: _____
TELEFONES: _____
RELAÇÃO COM USUÁRIO(A): _____
ENDEREÇO: _____
Nº _____ COMPLEMENTO: _____ CEP: _____
BAIRRO: _____ MUNICÍPIO: _____ UF: _____
PONTO DE REFERÊNCIA: _____
TELEFONES: _____ E-MAIL: _____
RG Nº: _____ ÓRGÃO EXP.: _____ DATA DE EXP.: ____/____/____
CPF Nº: _____

DADOS DO USUÁRIO:

NOME SOCIAL: _____
NOME: _____
FILIAÇÃO: _____
IDADE: ____/____/____ DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____
RG Nº: _____ ÓRGÃO EXP.: _____ DATA DE EXP.: ____/____/____
CPF Nº: _____
NACIONALIDADE: _____
CIDADE/ESTADO ONDE NASCEU: _____
ENDEREÇO: _____
Nº _____ COMPLEMENTO: _____ CEP: _____
BAIRRO: _____ MUNICÍPIO: _____ UF: _____
PONTO DE REFERÊNCIA: _____
TELEFONES: _____ E-MAIL: _____

SISTEMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO A PESSOAS
CENTRO ESTADUAL DE COMBATE À HOMOFOBIA

PERNAMBUCO
ESTADO DE PERNAMBUCO

SEXO BIOLÓGICO: MASCULINO | FEMININO | INTERSEXUAL

IDENTIDADE DE GÊNERO: MASCULINO | FEMININO

ORIENTAÇÃO AFETIVOSEXUAL: HOMOSSEXUAL | HETEROSSEXUAL | BISSEXUAL

IDENTIDADE AFETIVOSEXUAL: LÉSBICA | GAY | BISSEXUAL | TRAVESTI
 TRANSEXUAL | HETEROSSEXUAL | OUTRA - QUAL? _____

RAÇA/ETNIA: NEGRA/O | BRANCA/O | INDÍGENA | AMARELA
OUTRA - QUAL? _____

RELIGIÃO: _____

SOROLOGIA PARA HIV: POSITIVO | NEGATIVO | NÃO SABE

DOENÇA GRAVE OU CRÔNICA: SIM | NÃO | SE SIM, QUAL/QUAIS? _____

FAZ USO CONTÍNUO DE MEDICAMENTO? SIM | NÃO | SE SIM, QUAL/QUAIS? _____

FAZ USO DE ALCOOL E OUTRAS DROGAS? SIM | NÃO | SE SIM, QUAL/QUAIS? _____

É PESSOA COM DEFICIÊNCIA? SIM | NÃO | SE SIM, QUAL/QUAIS? _____

SITUAÇÃO CONJUGAL: UNIÃO ESTÁVEL - FORMALIZADA | NÃO FORMALIZADA
 NAMORANDO | FICANDO | OUTRA - QUAL? _____

ESTADO CIVIL: SOLTEIRO(A) | CASADO(A) | DIVORCIADO(A) | SEPARADO(A)
 VIÚVO(A)

ESCOLARIDADE: NÃO ALFABETIZADO(A) | ENSINO FUNDAMENTAL I | COMPLETO

SISTEMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO A PESSOAS
CENTRO ESTADUAL DE COMBATE À HOMOFOBIA

PERNAMBUCO
ESTADO DE PERNAMBUCO

INCOMPLETO | ENSINO FUNDAMENTAL 2 | COMPLETO | INCOMPLETO | ENSINO MÉDIO
 COMPLETO | INCOMPLETO | ENSINO TÉCNICO | COMPLETO | INCOMPLETO | ENSINO SUPERIOR | COMPLETO | INCOMPLETO | POS-GRADUAÇÃO | COMPLETO | INCOMPLETO

ATIVIDADE PROFISSIONAL E/OU OCUPAÇÃO: _____
CONDIÇÃO ATUAL: DESEMPREGADO(A) | EMPREGADO(A) | AUTÔNOMA/O
 APOSENTADO(A)
RENDIA INDIVIDUAL: _____ RENDA FAMILIAR: _____

POSSUI REGISTRO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL NA CTPS? SIM | NÃO - SE NÃO
POSSUI REGISTRO NA CTPS. CONTRIBUI COM A PREVIDÊNCIA SOCIAL? SIM | NÃO
CTPS Nº: _____ SÉRIE: _____
DISPÕE DE "BENEFÍCIO SOCIAL"? NÃO | SIM - QUAL? _____
NIS: _____

SITUAÇÃO DE MORADIA: PRÓPRIA | ALUGADA | CEDIDA | ABRIGO
 EM SITUAÇÃO DE RUA | UNIDADE PRISIONAL | OUTRA - QUAL? _____

COM QUEM MORAR? SOZINHA/O | COMPANHEIRO(A) | PARENTES | AMIGO(A)S | OUTRA - QUEM? _____ COM QUANTAS PESSOAS MORAR? _____

COMO SOUBE DO SERVIÇO OFERECIDO PELO CECH? AMIGO(A)S | MOVIMENTO LGBT |
 EVENTOS | REDE DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL | VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO | OUTRO - QUAL? _____

SISTEMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO A PESSOAS
CENTRO ESTADUAL DE COMBATE À HOMOFOBIA

PERNAMBUCO
ESTADO DE PERNAMBUCO

Caso nº ____/20__

CENTRO ESTADUAL DE COMBATE À HOMOFOBIA

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Eu, _____
(naturalidade) _____ (estado civil) _____,
portador(a) do RG nº _____ CPF nº _____,
residente no(a) _____, declaro, para os devidos fins, que me responsabilizo pelas informações prestadas ao Centro Estadual de Combate à Homofobia.

Por fim, sob pena de responder civil ou penalmente, declaro ter ciência que não devo emitir declarações falsas, omitir ou criar fatos, sejam estes anteriores ou posteriores à assinatura deste documento, podendo ser desligado automaticamente do acompanhamento pelo Centro Estadual de Combate à Homofobia.

_____, de _____ de 20__.

Assinatura do(a) usuário(a) ou declarante

Anexo VII – Instrumental para Atendimento a LGBT em Privação de Liberdade



CENTRO ESTADUAL DE COMBATE À HOMOFOBIA – FICHA DE ATENDIMENTO - PESSOAS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

DADOS DO USUÁRIO:

NOME SOCIAL: _____ APELIDO: _____

NOME: _____

FILIAÇÃO: _____

IDADE: _____ DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____

QUAIS DOCUMENTOS/ CADASTROS POSSUI? RG REGISTRO DE NASCIMENTO CPF

TIT DE ELEITOR RESERVISTA CARTÃO SUS NIS CARTEIRA DE TRABALHO

Nº DO(S) PROCESSO(S): _____

Nº DO PRONTUÁRIO: _____

TEMPO DE RECLUSÃO: _____ REINCIDENTE: SIM NÃO

NACIONALIDADE: _____

CIDADE/ESTADO ONDE NASCEU: _____

ENDEREÇO DE REFERÊNCIA: _____

Nº _____ COMPLEMENTO: _____ CEP: _____

BAIRRO: _____ MUNICÍPIO: _____ UF: _____

PONTO DE REFERÊNCIA: _____

RELACÃO FAMILIAR E OUTROS VÍNCULOS? SIM NÃO | SE SIM, QUAL/QUAIS? _____

CONTATOS: _____

SEXO BIOLÓGICO: MASCULINO | FEMININO | INTERSEXUAL

IDENTIDADE DE GÊNERO: MASCULINO | FEMININO

ORIENTAÇÃO AFETIVO/SEXUAL: HOMOSSEXUAL | HETEROSSEXUAL | BISSEXUAL

IDENTIDADE AFETIVO/SEXUAL: LÉSBICA | GAY | BISSEXUAL | TRAVESTI

TRANSEXUAL | HETEROSSEXUAL | OUTRA - QUAL? _____

RAÇA/ETNIA: NEGRA/O | BRANCA/O | INDÍGENA | AMARELA

OUTRA - QUAL? _____

RELIGIÃO: _____

SOROLOGIA PARA HIV: POSITIVO | NEGATIVO | NÃO SABE

DOENÇA GRAVE OU CRÔNICA: SIM NÃO | SE SIM, QUAL/QUAIS? _____



FAZ USO CONTÍNUO DE MEDICAMENTO/TRATAMENTO? SIM NÃO | SE SIM, QUAL/QUAIS? _____

FAZ USO DE ALCÓOL E OUTRAS DROGAS? SIM NÃO | SE SIM, QUAL/QUAIS? _____

VOCÊ ENFRENTA DIFICULDADES NO ACESSO À SAÚDE? SIM NÃO | SE SIM, QUAL/QUAIS? _____

É PESSOA COM DEFICIÊNCIA? SIM NÃO | SE SIM, QUAL/QUAIS? _____

SITUAÇÃO CONJUGAL: UNIÃO ESTÁVEL - FORMALIZADA NÃO FORMALIZADA

NAMORANDO | FICANDO | OUTRA - QUAL? _____

ESTADO CIVIL: SOLTEIRO/O | CASADO/O | DIVORCIADO/O | SEPARADO/O

VIÚVO/O

ESCOLARIDADE: NÃO ALFABETIZADO/O | ENSINO FUNDAMENTAL 1 COMPLETO

INCOMPLETO | ENSINO FUNDAMENTAL 2 COMPLETO INCOMPLETO | ENSINO MÉDIO

COMPLETO INCOMPLETO | ENSINO TÉCNICO COMPLETO INCOMPLETO | ENSINO SUPERIOR COMPLETO INCOMPLETO | PÓS-GRADUAÇÃO COMPLETO INCOMPLETO

FREQUENTA ESCOLA NESTA UNIDADE? SIM NÃO

ATIVIDADE PROFISSIONAL E/OU OCUPAÇÃO: _____

DESENVOLVE ATIVIDADE PROFISSIONAL E/OU OCUPAÇÃO NA UNIDADE? NÃO | SIM - QUAL? _____

DISPÕE DE BENEFÍCIO SOCIAL-PREVIDENCIÁRIO? NÃO | SIM - QUAL? _____

RENDA INDIVIDUAL: _____ RENDA FAMILIAR: _____

RELATOS DE VIOLAÇÕES: _____

Anexo VIII – Instrumental para Atendimento a LGBT em Situação de Rua

SISTEMA ESTADUAL DE COMBATE À HOMOFOBIA **SISTEMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO À PESSOAS** **PERNAMBUCO**

SECRETARIA ESTADUAL DE POLÍTICA E ESTRATÉGIAS DE DEFESA E SEGURANÇA PÚBLICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ESTRATÉGIAS DE DEFESA

CENTRO ESTADUAL DE COMBATE À HOMOFOBIA – FICHA DE ATENDIMENTO - PESSOAS EM SITUAÇÃO/VIVÊNCIA DE RUA

DADOS DA/O USUÁRIA/O:

NOME SOCIAL: _____ APELLIDO: _____
 NOME: _____
 FILIAÇÃO: _____
 IDADE: _____ DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____
 QUAIS DOCUMENTOS/CADASTROS POSSUI? RG REGISTRO DE NASCIMENTO CPF TIT DE ELEITOR RESERVISTA CARTÃO SUS NIS CARTEIRA DE TRABALHO

NACIONALIDADE: _____
 CIDADE/ESTADO ONDE NASCEU: _____
 ENDEREÇO DE REFERÊNCIA: _____
 Nº: _____ COMPLEMENTO: _____ CEP: _____
 BAIRRO: _____ MUNICÍPIO: _____ UF: _____
 PONTO DE REFERÊNCIA: _____
 RELAÇÃO FAMILIAR E OUTROS VÍNCULOS? SIM NÃO | SE SIM, QUAL/QUAIS? _____
 FILHOS? SIM NÃO | SE SIM, QUANTOS? _____
 FREQUÊNCIA DE RETORNO À RESIDÊNCIA: _____
 CONTATOS DE REFERÊNCIA: _____
 SEXO BIOLÓGICO: MASCULINO FEMININO INTERSEXUAL
 IDENTIDADE DE GÊNERO: MASCULINO FEMININO
 ORIENTAÇÃO AFETIVOSEXUAL: HOMOSSEXUAL HETEROSSEXUAL BISSEXUAL
 IDENTIDADE AFETIVOSEXUAL: LÉSBICA GAY BISSEXUAL TRAVESTI
 TRANSEXUAL HETEROSSEXUAL | OUTRA - QUAL? _____
 RAÇA/ETNIA: NEGRA/O BRANCA/O INDÍGENA AMARELA

SISTEMA ESTADUAL DE COMBATE À HOMOFOBIA **SISTEMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO À PESSOAS** **PERNAMBUCO**

SECRETARIA ESTADUAL DE POLÍTICA E ESTRATÉGIAS DE DEFESA E SEGURANÇA PÚBLICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ESTRATÉGIAS DE DEFESA

OUTRA - QUAL? _____
 RELIGIÃO: _____
 SOROLOGIA PARA HIV: POSITIVO NEGATIVO NÃO SABE
 DOENÇA GRAVE OU CRÔNICA: SIM NÃO | SE SIM, QUAL/QUAIS? _____
 FAZ USO CONTÍNUO DE MEDICAMENTO/TRATAMENTO? SIM NÃO | SE SIM, QUAL/QUAIS? _____
 FAZ USO DE ALCÓOL E OUTRAS DROGAS? SIM NÃO | SE SIM, QUAL/QUAIS? _____
 VOCÊ ENFRENTA DIFICULDADES NO ACESSO À SAÚDE? SIM NÃO | SE SIM, QUAL/QUAIS? _____
 É PESSOA COM DEFICIÊNCIA? SIM NÃO | SE SIM, QUAL/QUAIS? _____
 SITUAÇÃO CONJUGAL: UNIÃO ESTÁVEL - FORMALIZADA NÃO FORMALIZADA
 NAMORANDO FICANDO OUTRA - QUAL? _____
 ESTADO CIVIL: SOLTEIRO/A CASADO/A DIVORCIADO/A SEPARADO/A
 VIUVA/O
 ESCOLARIDADE: NÃO ALFABETIZADO/A ENSINO FUNDAMENTAL 1 COMPLETO
 INCOMPLETO | ENSINO FUNDAMENTAL 2 COMPLETO INCOMPLETO | ENSINO MÉDIO
 COMPLETO INCOMPLETO | ENSINO TÉCNICO COMPLETO INCOMPLETO | ENSINO SUPERIOR COMPLETO INCOMPLETO | POS-GRADUAÇÃO COMPLETO INCOMPLETO
 SÉRIE ATUAL OU EM QUE PAROU: _____
 ATIVIDADE PROFISSIONAL E/OU OCUPAÇÃO: _____
 MOTIVAÇÃO QUE O/A LEVOU À RUA: _____
 POSSUI DESEJO DE TER UMA MORADIA? NÃO SIM
 ESTÁ CUMPRINDO OU CUMPRIR ALGUMA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA? NÃO SIM - QUAL? _____
 DISPÕE DE BENEFÍCIO SOCIAL/PREVIDENCIÁRIO? NÃO SIM - QUAL? _____

SISTEMA ESTADUAL DE COMBATE À HOMOFOBIA **SISTEMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO À PESSOAS** **PERNAMBUCO**

SECRETARIA ESTADUAL DE POLÍTICA E ESTRATÉGIAS DE DEFESA E SEGURANÇA PÚBLICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ESTRATÉGIAS DE DEFESA

INSERIDO EM ALGUM PROGRAMA OU PROJETO SOCIAL? NÃO SIM - QUAL? _____

RENDIA INDIVIDUAL: _____ RENDA FAMILIAR: _____
 QUAL SEU DESEJO DE VIDA? _____
 QUAL SEU DESEJO PROFISSIONAL? _____

Anexo X – Ficha de Registros de Homicídios em Pernambuco Utilizado pelo CECH

FICHA DO HOMICÍDIO N°:

Delegacia:		Data:	
Local:	Bairro/Cidade:		
Causa Mortis:			
Descrição:			

Nome CIVIL da Vílima:	
Nome SOCIAL da Vílima:	
Profissão/Ocupação:	Idade:
Condição Familiar:	Bairro/Cidade:
Identidade de Gênero:	Sexo Biológico:
Orientação Sexual:	

Informações sobre o(a) ASSASSINO(A):

Observações sobre a VÍTIMA:

DADOS DA DELEGACIA:

Endereço: _____

Telefone(s): _____

Delegado(a) responsável pelas investigações: _____

Celular Funcional: _____

ACOMPANHAMENTO DO CASO:

Fonte: _____

Data: / /

Técnic(o)a responsável pela coleta: _____

Anexo XI – Relação de Documentos Necessários para Retificação de Nome Civil (População Trans e Travesti)

DOCUMENTOS PARA ALTERAÇÃO DE REGISTRO CIVIL

ORIGINAIS E CÓPIAS

DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS

- Certidão de nascimento
- CPF e RG
- Título eleitoral e comprovante da última eleição
- Comprovante de residência
- Carteira de reservista (no caso de pessoas travestis e transexuais designadas com o sexo biológico masculino no nascimento e/ou gestação)
- Dados de 03 (três) testemunhas: nome, telefone, CPF, RG, endereço completo e profissão;

DOCUMENTOS ADICIONAIS

- Carteira de motorista;
- Carteira de Trabalho/Registro Profissional;
- Contrato de compra e venda ou aluguel de imóvel com nome social;
- Contrato de financiamento/empréstimo (bancário, veículo ou imóvel) com nome social;
- Número de processos judiciais;
- Outros documentos: carteira do SUS, certificados de eventos/profissionais ou perfil de redes sociais (Orkut, Facebook, Twitter, etc...) que possuam o nome social;

Anexo XII – Programação de Seminários Estaduais do CECH

Secretaria Executiva de Justiça e Direitos Humanos Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos CENTRO ESTADUAL DE COMBATE À HOMOFOBIA **PERNAMBUCO**
GOVERNO DO ESTADO

III SEMINÁRIO ESTADUAL – CENTRO ESTADUAL DE COMBATE À HOMOFOBIA
"O orgulho de sermos quem somos nos levará além."

Programação:

Data: 19 de Setembro de 2014
Local: Auditório da CHESF
End: Avenida Abdias de Carvalho, s/n (entrada pela Garagem da Chesf).

Tarde:

- 13h – Credenciamento
- 14h – Abertura oficial
- 14.40h – Atividade Artística
- 15h – Lançamento do "Protocolo de Atendimento às Demandas LGBT acompanhadas pelo CECH (2012/2013)".
- 16h - Debate
- 16.45h – Apresentação Artística
- 17h – Encerramento com Coffee Break.

Rua Benfica, 133, Madalena, Recife/PE. CEP. 50720-001 | 81.3183-3153 | www.sedsdh.pe.gov.br

CENTRO ESTADUAL DE COMBATE À HOMOFOBIA Secretaria Executiva de Justiça e Direitos Humanos Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos **PERNAMBUCO**
GOVERNO DO ESTADO

I SEMINÁRIO ESTADUAL
"VAMOS CANTAR UM PERNAMBUCO SEM HOMOFOBIA:
RESPEITO E CIDADANIA PARA POPULAÇÃO LGBT"

PROGRAMAÇÃO

<p>Dia 10 de setembro de 2012</p> <p>Tarde</p> <ul style="list-style-type: none"> 13h – Credenciamento 15h – Abertura oficial 16h – Mesa I <p>DIREITOS E CONTEXTOS DE VULNERABILIDADES DA POPULAÇÃO LGBT EM PERNAMBUCO;</p> <p>Prof.ª Dr.ª Fátima Lucena (UFPE); Prof. Dr. Bruno Galindo; Debate: Leonardo Tenório (Associação Brasileira de Homens Trans)</p> <p>18h Exibição do Curta "Travessia";</p> <p>18:30 h – Coffe-Break</p>	<p>Dia 11 de setembro de 2012</p> <p>Manhã</p> <p>08h – Mesa II</p> <p>ESTRATÉGIAS DE PROTEÇÃO E DEFESA DA CIDADANIA LGBT: POLÍTICAS PÚBLICAS, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA.</p> <p>Prof. Dr. Gustavo Gomes da Costa Santos (UFPE); Rildo Veras (assessor especial para assuntos de diversidade Sexual do Governo de Pernambuco); Debate: Pedro Josephi – Federação Nacional dos Estudantes de Direito.</p> <p>10h – Mesa III</p> <p>FORMAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DE ATORES ESTRATÉGICOS PARA A SUPERÇÃO DA HOMOFOBIA: PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO, PRÁTICAS PROFISSIONAIS E CONTROLE SOCIAL.</p> <p>Rhemo Guedes (Coordenador do Centro Estadual de Combate à Homofobia); Prof.ª Dr. Sandro Sayão (Coordenador da pós-graduação em Direitos Humanos da UFPE); Debate: Thiago Rocha (Fórum LGBT Pernambuco)</p> <p>Tarde</p> <ul style="list-style-type: none"> 14h - Grupos de discussão: construindo redes de combate à homofobia; 17h – Apresentação da 11ª Parada da Diversidade de Pernambuco; <p>Democracia em todos os cantos: vamos cantar um Pernambuco sem homofobia.</p> <p>18h – Coffe-Break</p>
--	---

Rua Benfica, 133, Madalena, Recife/PE. CEP. 50720-001 | 81.3183-3182 | www.sedsdh.pe.gov.br | cech@sedsh.pe.gov.br

Anexo XIII – Panfleto de Divulgação do CECH

As famílias se formam através dos vínculos do amor e do afeto. É a intolerância à diversidade que precisa ser combatida. Junte-se a nós na luta contra a homofobia!

Em caso de discriminação, procure o Centro Estadual de Combate à Homofobia, fone: (81) 3183-3182, e-mail: cech@sedsh.pe.gov.br

QUEM AMA A FAMÍLIA, RESPEITA AS DIFERENÇAS.

ILGBT
CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
CONSELHO ESTADUAL DE COMBATE À HOMOFOBIA
PERNAMBUCO
ESTADO DE PERNAMBUCO

O CENTRO ESTADUAL DE COMBATE À HOMOFOBIA- CECH

O CECH se apresenta como principal referência de apoio às pessoas que buscam no Estado suporte para a superação da Homofobia, Lesbofobia, Bifobia e Transfobia. Visa combater a discriminação e a violência contra LGBT e promover o respeito e a cidadania desta população em todo território pernambucano.

Integra o Sistema Estadual de Proteção às Pessoas - SEPP, também garantido pela SEJUDH/SEDSH, prestando atendimento especializado jurídico, social e psicológico com a finalidade de acolher, orientar e apoiar LGBT e familiares em situação de violência, de crise, de solidão, processos de descoberta, medo, homofobia internalizada, rejeição familiar, entre outros.

Para promoção do Direito à Diversidade sexual e do combate às várias formas de violação dos Direitos Humanos, o Centro também atua na facilitação de momentos formativos, rodas de diálogo, fóruns, seminários, oficinas etc., mobilizando e sensibilizando a rede de serviços públicos para o atendimento das demandas LGBT em todo Estado de Pernambuco.

ATIVIDADES

- Oferece serviço especializado de apoio jurídico, social e psicológico a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Transexuais e seus familiares em casos de homofobia, lesbofobia, bifobia, transfobia;
- Realiza capacitações, sensibilizações, seminários, rodas de diálogo e outras atividades de caráter educativo/informativo, junto a rede de serviços públicos, população LGBT e sociedade em geral, fortalecendo mecanismos que favoreçam a superação da homofobia em todo território pernambucano;
- Alimenta banco de dados com estudos que analisam os efeitos da homofobia em Pernambuco, apontando sugestões para o atendimento das demandas LGBT e contribuindo para o mapeamento da violência no Estado;
- Estabelece rede de diálogo e apoio com parceiros que atendem LGBT e acompanham casos de homofobia no Estado, articulando-se, por exemplo, com os serviços que atuam no âmbito da Segurança Pública, Assistência Social, Saúde, Educação, Justiça e dos Direitos Humanos.

CENTRO DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS: AGRESTE CENTRAL

Para fortalecer o nosso serviço no interior do Estado, contamos com o suporte do Centro de Referência em Direitos Humanos - CRDH do Agreste Central no município de Caruaru-PE. Outrossim, este Programa integra o Sistema Estadual de Proteção às Pessoas e é formado por uma equipe de referência (Advogado/a, Psicólogo/a e Assistente Social) em Direitos Humanos, atendendo em conjunto com o CECH às demandas LGBT no Agreste Central.

O QUE FAZER EM CASOS DE HOMOFOBIA?

Colete nomes e dados de pessoas que tenham presenciado a violência para servir de testemunhas junto à Polícia. Dirija-se à delegacia mais próxima do local do crime, e solicite que seja inserida no Registro de Ocorrência à "HOMOFOBIA" como motivo presumido de violência. Entre em contato com o Centro Estadual de Combate à Homofobia, que conta com apoio jurídico, social e psicológico.

Anexo XIV – Marca do Centro Estadual de Combate à Homofobia



Anexo XV – Materiais de Divulgação do Centro de Referência Leões do Norte



RUGIDO Recife, Janeiro 2010 > Site: www.leesdonorte.org.br > Orkut: Movimento Gay Leões do Norte

CENTRO DE REFERÊNCIA TESTE RÁPIDO DE HIV

Centro de Referência
Parceria com o Governo Federal, Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos e Coordenação do Leões do Norte oferece atendimento gratuito com Assistente Social, Advogada e Psicóloga para a comunidade LGBT (lêbicas, gays, bissexuais e transgêneros) e seus familiares, vítimas de discriminação e preconceito.

Teste Rápido de HIV
Projeto QUERO FAZER, é uma parceria com USAID, PACT Brasil, Governo Federal, Coordenação Municipal do Recife e Estadual de DST/Aids. Realizado por profissionais de saúde é gratuito, sigiloso e seguro. É voltado para o segmento homossexual e facilita o acesso para o exame de HIV, com resultado em 15 minutos orientações de prevenção contra a DST/Aids e em caso positivo o encaminhamento para o tratamento. É um serviço importante para a comunidade homossexual, pois o espaço e a equipe onde é oferecido o serviço sabe como receber, orientar e respeitar o segmento LGBT.

ATENDIMENTO TESTE RÁPIDO
3ª a 5ª feira das 15:30 às 18:30.

CENTRO DE REFERÊNCIA				
2ª FEIRA	3ª FEIRA	4ª FEIRA	5ª FEIRA	6ª FEIRA
Manhã Jurídico Psicologia	Manhã Jurídico Serviço Social Psicologia	Manhã Jurídico Serviço Social	Manhã Serviço Social Psicologia	Manhã Jurídico Serviço Social
Tarde Serviço Social	Tarde Psicologia Teste Rápido HIV	Tarde Psicologia Teste Rápido HIV	Tarde Jurídico Psicologia Teste Rápido HIV	Tarde Jurídico Psicologia

Publicação do Movimento Gay Leões do Norte - Fundado em 8 de dezembro de 2001. Típagem: 10 ml. Rua do Riachuelo, 720 - Boa Vista - Recife/PE - CEP 50045-400 - Fone: 81-3222-2207 - CNPJ: 05.522.123/0001-41. www.leesdonorte.org.br

Centro de Referência Contra Homofobia



Atendimento Jurídico, Psicológico e de Serviço Social para homossexuais e suas famílias

Movimento Gay Leões do Norte
Rua do Riachuelo, 720 - Boa Vista
Recife-PE-Brasil CEP 50050 400
Fone: 3222.2207
lees@leesdonorte.org.br



Leão do norte
Linha 1 e Linha 2 (Pernambuco)

Seu universo vem mudando, mas a intolerância com o segmento homossexual ainda é muito grande e a exclusão que nós passamos em diversos espaços da sociedade causa sequelas que marcam nossa existência.

O Centro de Referência em Direitos Humanos e Combate à Homofobia é mais um passo que o Movimento Gay Leões do Norte firma em Pernambuco contra o preconceito e a discriminação.

Son de Pernambuco
Son Leão do Norte

**Centro de Referência
Contra Homofobia**
Rua do Riachuelo, 720 - Boa Vista
Recife-PE-Brasil CEP 50050 400
Fone: 3222 2207
lees@leesdonorte.org.br



Cidadania e Direitos Humanos LGBT

Fazer militância é nosso dia-a-dia

Capítulo II
Da Missão

"Art. 4º - A Luta pelo reconhecimento dos direitos humanos e cidadania plena de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transgêneros (LGBT), propõe políticas públicas nas áreas de educação, saúde, cultura, segurança pública, meio ambiente, justiça, cidadania e fortalecimento para a consolidação da democracia, reconhecimento e respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero".

Fundado em 8 de dezembro de 2001, o Leões do Norte é referência do Movimento Homossexual em Pernambuco no combate ao preconceito.

Objetivos	Ações
Discutir e aprofundar o conhecimento da questão homossexual, visando para cidadania plena da população LGBT;	Atendimento individual e familiar no âmbito Jurídico, Psicológico e de Serviço Social;
Organizar o maior número possível de homossexuais para a defesa de seus direitos;	Sensibilizações, formações, rodas de diálogo, oficinas pedagógicas para a população LGBT e geral, como profissionais de educação, saúde e segurança pública;
Propor políticas públicas, medidas administrativas, jurídicas de apoio e monitoramento dos direitos humanos dos homossexuais;	Denúncias de casos de violência contra direitos humanos da população LGBT;
Realizar ações educativas de sensibilização, atividades de apoio e assessoria a indivíduos, entidades ou organizações;	Pesquisas sobre a realidade LGBT no Estado, como o coleta e análise de dados de homicídios cometidos contra homossexuais em PE;
Promover a interação das agendas do Centro, dos grupos organizados e entidades parceiras;	Visitas e oficinas nas Unidades Prisionais, monitoramento das violações cometidas contra homossexuais e sensibilização da comunidade carcerária;
	Mobilização e sensibilização da rede de parceiros para o acolhimento da população LGBT, formando-se mais agentes no combate à homofobia;

**Anexo XVI – Edital de Seleção do Centro de Referência em Direitos Humanos
GLTB**

**SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS
HUMANOS
AVISO DE CHAMADA PÚBLICA
SELEÇÃO PÚBLICA DE PROPOSTAS
PARA APOIO A PROJETOS DE SERVIÇOS
DE PREVENÇÃO E COMBATE A HOMOFOBIA**

A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República torna público, para conhecimento dos interessados, o convite a organizações não governamentais sem fins lucrativos, legalmente constituídas, a órgãos da administração pública federal, estadual ou municipal para desenvolver ações na área da promoção e defesa dos direitos humanos de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, doravante denominados GLTB, em municípios que não sejam os das capitais dos Estados, nem o Distrito Federal, para que apresentem propostas para execução de projetos de Serviços de Prevenção e Combate a Homofobia, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 2003, da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, da Instrução Normativa nº 01, de 15 de janeiro de 1997 da Secretaria do Tesouro Nacional e nas condições e exigências estabelecidas neste Edital.

1-DA AUTORIZAÇÃO

1.1 A realização da presente Chamada Pública está embasada na ação Apoio a Serviços de Prevenção e Combate à Homofobia (0B08), do Programa Direitos Humanos Direitos de Todos (0154) do PPA 2004/2007.

2-DO OBJETO

2.1 Caracteriza objeto do presente Edital o desenvolvimento de atividades de Prevenção e Combate a Homofobia, por intermédio da implantação e manutenção de Centros de Referência em Direitos Humanos que contemplem o combate à discriminação e à violência contra o segmento de gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais -GLTB, para prestar as atividades descritas a seguir:

2.1.1 Assistência Jurídica e Psico-Social

A assessoria jurídica, a ser desempenhada por profissionais e/ou estagiários do Direito, prestará orientação especializada e atuará nos casos de denúncias de crimes de discriminação e violência que devem ser tratados, acompanhados e para os quais deverá ser buscada solução.

A assistência psicológica, a ser desempenhada por profissionais e/ou estagiários de Psicologia, prestará serviços de orientação e acompanhamento, bem como efetuará encaminhamentos a outros serviços, com vistas à busca de resoluções de interesse tanto da vítima de violação, quanto de familiares e da comunidade.

A assistência social, a ser desempenhada por profissionais e/ou estagiários de Serviço Social, prestará serviços de orientação e acompanhamento, efetuará encaminhamentos para outros serviços e buscará a de resoluções casos relacionados a sua área de atuação, bem como atuará na construção da rede de proteção dos direitos.

2.1.2 Orientação e Encaminhamento

Encaminhamento de denúncias sobre discriminação, violência e crimes, para os órgãos que constituem a rede de proteção e defesa dos direitos;

Informações e orientação sobre deveres e direitos dos cidadãos;

Criação e divulgação de instrumentos que funcionam como material didático e informativo para discussão de direitos humanos e fortalecimento da cidadania na construção de rede de apoio a proteção e defesa dos direitos fundamentais de GLTB.

2.1.3 Capacitação em Direitos Humanos - A capacitação em direitos humanos, com o enfoque nos direitos dos GLTB, visa o empoderamento das pessoas e grupos, por meio de lideranças comunitárias, capacitando-as numa abordagem de assuntos referentes ao enfrentamento da violência e da discriminação.

2.1.4 Mediação e Conciliação de Conflitos - Métodos e técnicas de mediação popular, que buscam soluções pacíficas, utilizadas por uma equipe multidisciplinar, constituída por profissionais, estagiários, lideranças GLTB e de movimentos sociais e militantes de direitos humanos, devidamente capacitados, que atuam no Centro de Referência em Direitos Humanos.

2.2 As atividades apresentadas nos subitens 2.1.1 a 2.1.4 constituem necessariamente o conjunto dos serviços obrigatórios a serem oferecidos, que se encontram com melhor detalhamento no Termo de Referência dos Centros de Referência em Direitos Humanos da Comunidade Homossexual, ficando a critério do proponente apresentar outros serviços que julgar necessários.

2.3 Informações complementares para a apresentação da proposta deverão ser obtidas com a leitura do Termo de Referência disponível para consulta no site, www.planalto.gov.br/sedh, no tópico Promoção dos Direitos Humanos.

3 - DA PROPOSTA

3.1 A proposta a ser apresentada pela organização interessada deverá ser composta de: Documentação Institucional, Projeto Básico e Plano de Trabalho.

3.2 A Documentação Institucional se constitui no conjunto dos documentos exigidos para avaliar a capacidade jurídica e a regularidade

I - Para organizações não-governamentais:

Documentos obrigatórios:

Comprovante de inscrição junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

Certidão de Regularidade Fornecida pela Secretaria da Receita Estadual;

Certidão de Regularidade Fornecida pela Secretaria da Receita Municipal;

Certidão Negativa de Débitos junto ao INSS - CND;

Comprovante de Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

No caso das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, além dos documentos mencionados nos itens anteriores, cópia autenticada do Certificado de Qualificação como OSCIP, emitido pelo Ministério da Justiça, conforme a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.

Documentos complementares:

Cópia autenticada do Estatuto;

Cópia autenticada da Ata de Eleição da atual Diretoria;

Cópia autenticada da Cédula de Identidade e CPF do representante da instituição.

II - Para órgãos públicos estaduais e municipais:

Documentos obrigatórios:

Comprovante de inscrição junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ; e Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias - CAUC, com atendimento pleno das determinações legais que o compõem.

Documentos complementares:

Cópia autenticada dos Atos de Nomeação e Posse da autoridade máxima do órgão proponente;

Cópia autenticada da Cédula de Identidade e CPF da autoridade máxima do órgão proponente.

III - Para órgãos federais:

Documentos obrigatórios:

Comprovante de inscrição junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

Identificação da UG e da Gestão

Documentos complementares:

Cópia autenticada dos Atos de Nomeação e Posse da autoridade máxima do órgão proponente;

Cópia autenticada da Cédula de Identidade e CPF da autoridade máxima do órgão proponente.

3.2.1 Observada a ausência de um ou mais documentos obrigatórios ou verificado o vencimento de seu prazo de validade, a Comissão Julgadora poderá efetuar pesquisa na Internet, dos documentos disponíveis em meio eletrônico. Na impossibilidade de sua emissão ou na inexistência de certidão com prazo de validade vigente, o documento será considerado inadequado ou inválido para apreciação na fase de Habilitação.

3.2.2 Observada a ausência de documento complementar, a Comissão Julgadora poderá requisitá-lo diretamente à instituição proponente que deverá enviá-lo impreterivelmente no prazo estipulado pela Comissão, o qual deverá estar restrito à data limite para reunião final da Comissão Julgadora.

3.2.2.1 A ausência de documento complementar não impedirá o prosseguimento da proposta para a fase de Classificação. Contudo, a sua seleção somente poderá ocorrer se o documento ausente tiver sido apresentado.

3.3 O Projeto Básico deverá ser elaborado de acordo com as orientações da Secretaria Especial dos Direitos Humanos para a apresentação de projetos, devendo ser apresentado em papel timbrado da instituição, conforme informações disponíveis no endereço www.planalto.gov.br/sedh, no tópico “Apoio a projetos”, no item “Manual de Convênios”, contendo obrigatoriamente todas as informações solicitadas.

3.4 O Plano de Trabalho, elaborado de acordo com as orientações da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, deverá respeitar formulário padrão, com cabeçalho próprio desta Secretaria, conforme informações disponíveis no endereço www.planalto.gov.br/sedh, no tópico “Apoio a projetos”, no item “Manual de Convênios”, contendo obrigatoriamente todas as informações solicitadas.

3.5 Além das informações requeridas no item 3.3 e 3.4, a instituição deverá informar:

as metas específicas quanto aos serviços que serão prestados, destacando o número de beneficiários diretos e indiretos a serem atendidos pelo projeto;

as modalidades de seleção e contratação de pessoal que atuará no projeto;
a maneira como a instituição irá comprovar todas as despesas previstas;
sobre perspectivas de continuidade e sustentabilidade do projeto, após o encerramento do Convênio ou Termo de Parceria;
a previsão de fase específica de capacitação da equipe técnica, informando currículo a ser trabalhado; e
o currículo resumido da capacitação em direitos humanos a que se refere o item 2.1.3.

3.6 A proposta deverá prever a contrapartida que será de, no mínimo, 3% (três por cento) do valor total do projeto.

3.6.1 A contrapartida, se expressa em recursos financeiros, deverá ser depositada na conta específica do Convênio, cujo valor deverá ser movimentado concomitantemente aos recursos da Concedente.

3.6.2 A contrapartida poderá também ser atendida por intermédio de bens e serviços, desde que economicamente mensuráveis e que, na prestação de contas, se comprove a efetiva despesa por intermédio de documentos hábeis.

3.7 A proposta deverá apresentar informações sobre a forma de monitoramento das atividades realizadas, incluindo indicadores de resultado e de impacto do trabalho a ser desenvolvido.

3.8 Não serão cobertas despesas com:

cerimonial (a exemplo de coffee-break, coquetéis, ornamentação, etc.);

custos administrativos de manutenção e funcionamento da instituição proponente, incluindo taxa de administração, gerência, luz, água, telefone, aluguel de imóvel, entre outros;

gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração a integrantes do corpo dirigente da instituição ou a servidores públicos federais, estaduais ou municipais integrantes da Administração direta ou indireta;

pagamento de taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive aquelas decorrentes de pagamento ou recolhimento fora do prazo.

3.9 O não cumprimento dos requisitos descritos nos itens de 3.1 a 3.8 implicará no imediato indeferimento da proposta.

4- DO ENVIO DA PROPOSTA

4.1 A Proposta deverá ser encaminhada para o seguinte endereço: Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República - Esplanada dos Ministérios - Bloco T - Sala 204 - Anexo II do Ministério da Justiça - CEP:70.064-900 - Brasília - DF

4.2 Somente serão aceitas propostas cujo registro de postagem indique até a data de 20/10/2006.

4.3 A proposta deverá estar lacrada e ser apresentada em envelope lacrado, contendo:

Ofício de encaminhamento da proposta dirigido ao Secretário Especial dos Direitos Humanos;
duas vias impressas e uma cópia em disquete do Projeto Básico, do Plano de Trabalho, observadas as orientações dos itens 3.3 e 3.4 do presente Edital;

a Documentação Institucional descrita no item 3.2; e

Relatório de atividades e ações anteriores que comprovem sua atuação na promoção, garantia e defesa dos direitos humanos da comunidade GLTB.

4.4 O envelope deverá estar devidamente identificado com: CHAMADA PÚBLICA - COMBATE A HOMOFÓBIA.

4.5 Não serão consideradas as propostas extemporâneas, encaminhadas via fax ou correio eletrônico ou com documentação incompleta.

4.6 O encaminhamento da proposta implica na prévia e integral concordância com as normas deste Edital.

5- DA SELEÇÃO E DO JULGAMENTO

5.1 A seleção das propostas será realizada por uma Comissão Julgadora constituída por pareceristas ad hoc e por técnicos da SPDDH e da SGPDH, designados pelo Subsecretário Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, a quem caberá a presidência e o voto de qualidade.

5.2 As propostas serão avaliadas pela Comissão Julgadora, em três fases distintas:

I - HABILITAÇÃO: Nesta fase será julgada a condição de habilitação do proponente para participar da presente Chamada Pública, por meio da análise da Documentação Institucional, descrita no item 3.2 deste Edital. Após seguidas as orientações dos itens 3.2.2 e 3.2.3, em sendo verificada que a Documentação Institucional esteja incompleta, inadequada ou com prazos de validade vencidos, a Instituição não será considerada habilitada para continuar no processo de avaliação.

II - CLASSIFICAÇÃO: Nesta fase será atribuída a cada proposta habilitada pontuação previamente estabelecida pela Comissão Julgadora, a partir dos critérios definidos no subitem 5.2. Da soma total das notas, obter-se-á, por meio de média aritmética simples, a média final de cada projeto, classificando, para a última fase, aqueles que obtiverem as maiores médias, em ordem decrescente de grandeza; e

III - SELEÇÃO: Nesta fase, após exame do Projeto Técnico e do Plano de Trabalho das propostas classificadas na fase anterior e considerando as possibilidades de apoio financeiro, descritas no item 6, a Comissão Julgadora selecionará os projetos aptos a receber apoio.

5.3 Para avaliação das propostas, a Comissão Julgadora levará em conta os seguintes aspectos:

I - preferencialmente:

Quanto ao público-alvo: População de gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais - GLTB e seus familiares e amigos, vítimas de discriminação e violência homofóbicas;

Quanto ao foco de atuação: áreas com índices elevados de violência homofóbica e com grande concentração demográfica;

Quanto à abrangência: atuação local, com capacidade de atendimento a casos em outros municípios;

Quanto às metas: melhor relação custo-benefício.

Quanto ao histórico de atuação da instituição: tempo de atuação e trabalhos já realizados na defesa, promoção e garantia dos direitos dos GLTB.

II - obrigatoriamente:

Na fase de Classificação, instalação do serviço em município que não seja a capital do Estado ou o Distrito Federal;

Na fase de Seleção, distribuição geográfica dos projetos a serem apoiados, buscando atender projetos de todas as Regiões Geográficas brasileiras.

5.5 A Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos relacionará os projetos indicados para recebimento do apoio e procederá a sua publicação no Diário Oficial da União, com o nome da entidade selecionada, seu número de inscrição no CNPJ, cidade e unidade federada de sua sede.

5.5.1 Os resultados da seleção também serão disponibilizados no portal www.planalto.gov.br/sedh.

5.6 Após a seleção, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, em comum acordo com a instituição proponente, poderá ajustar os termos do projeto selecionado para adaptá-lo às suas prioridades.

6- DO APOIO FINANCEIRO

6.1 Poderão ser selecionados entre 20 (vinte) e 30 (trinta) projetos, para repasse de recursos no valor de até R\$ 70.000, 00 (setenta mil reais).

6.1.1 No caso das propostas de organizações não-governamentais, somente serão custeadas despesas de custeio.

6.1.2 No caso de órgãos públicos, poderão ser custeadas tanto despesas de custeio, quanto de capital, sendo estas restritas a 14% do total do valor a ser repassado pela SEDH.

6.2 O valor total do repasse dos recursos será de até R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais), que se destinarão exclusivamente à realização dos projetos, conforme objeto deste Edital, sendo vedado ao concorrente utilizar os recursos concedidos pelo orçamento desta Secretaria para as metas que não forem aprovadas pela Comissão.

6.3 O apoio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos aos projetos selecionados será concedido mediante a celebração de Termos de Convênio, nos termos da Instrução Normativa STN/MF nº 01/97, ou de Termo de Parceria de acordo com a Lei. nº 9.790, de 1999.

6.3.1 Para fins de formalização do Convênio ou da Parceria será solicitada a apresentação de outros documentos, além daqueles que integraram a Documentação Institucional, a fim de atender às exigências da Instrução Normativa STN/MF nº 01/97, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 11.178/06) e de outros instrumentos normativos relacionados.

6.3.2 Com vistas a acompanhar a implementação dos projetos, os Termos de Convênio ou de Parceria disporão sobre a obrigatoriedade de apresentação de relatórios de atividades periódicos além daqueles exigidos quando da apresentação das Prestações de Contas.

6.3.2.1 O formato dos relatórios será definido pela Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos.

6.4 Os Convênios ou Termos de Parcerias terão vigência de até 12 meses, a partir da data de sua assinatura, e poderão ser prorrogados na forma da Lei.

7- DOS PRAZOS

7.1 A presente Chamada Pública obedecerá ao seguinte cronograma:

Data final para a remessa de propostas

Data limite para reunião final da Comissão Julgadora

Data limite para a divulgação dos resultados

8- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 O presente Edital ficará à disposição dos interessados na Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e no portal www.planalto.gov.br/sedh.

8.2 Informações adicionais poderão ser obtidas através do email: spddh@sedh.gov.br dos telefones (61) 34293475 ou (61) 34293671.

8.3 Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão Julgadora.

PAULO DE TARSO VANNUCHI

